

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo

Shisleni de Oliveira-Macedo

São Paulo

2021

SHISLENI DE OLIVEIRA-MACEDO

Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Area de concentração: Antropologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48s Oliveira-Macedo, Shisleni de
Salve quebradas! Raça, educação e articulações
feministas na periferia de São Paulo / Shisleni de
Oliveira-Macedo; orientadora Heloisa Buarque de
Almeida - São Paulo, 2021.
176 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Antropologia. Área de
concentração: Antropologia Social.

1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Marcadores
sociais da diferença. 4. Periferia. 5. Educação. I.
Almeida, Heloisa Buarque de, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO

Termo de Ciência e Concordância da orientadora

Nome da aluna: Shisleni de Oliveira-Macedo

Data da defesa: 07/07/2021

Nome da Profa. orientadora: Heloisa Buarque de Almeida

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30 / 08 / 2021



(Assinatura da orientadora)

Nome: OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni

Título: Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Aprovada em: 07/07/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Laura Moutinho

Instituição: Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Érica Peçanha

Instituição: Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Renata Mourão Macedo

Instituição: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

à minha mãe que, numa vida de muita labuta, pouca dormida e muitos remédios, reuniu todas as forças para apoiar suas crias a ir aonde quisessem, sem entender os porquês e pra quês

e a quem insiste em surpreender o destino.

Agradecimentos

Escrever é muito difícil, li numa carta que recebi de um amigo há muitos anos. É verdade. Durante uma pandemia, sob um governo de extrema direita, então? Vixe! Houve momentos em que parecia realmente não ter sentido nenhum. Eram incertezas demais, precariedades demais, interferências demais. Tive muito medo, inclusive, de estar desperdiçando tempo na escrivania, enquanto a vida impunha sua fragilidade e escorria entre os nossos dedos. Tive até uma ponta de raiva de quem mantinha sua produtividade nesse meio tempo. No entanto, sou uma pessoa de muita sorte e, rodeada por pessoas maravilhosas, fui muito acolhida, acalentada e protegida. As ajudas vieram de variadas direções e de variados jeitos. Coloco aqui as que fizeram esse texto possível, mas a generosidade oferecida a mim nesses caminhos não caberá jamais em palavras.

Durante esses três anos, tive a ajuda incomensurável da Marta. Em algum momento, ela tomou para si praticamente toda a carga mental do funcionamento da nossa casa, todos os consertos necessários e até mesmo demandas que não eram, de nenhuma maneira, sua responsabilidade. Aturou meu mau humor, minha falta de otimismo e até meu chororô e as grosserias típicas de meus momentos de muito estresse. Tudo isso ao mesmo tempo em que ela mesma estava sofrendo, à distância, pelo adoecimento de suas pessoas queridas. A ela, o primeiro e maior de todos os agradecimentos por me suportar, me aquecer, me acolher, me alimentar, me cobrar e sobretudo por me ajudar a construir, cada dia um pouco mais, uma vida de carinho, cuidado, companheirismo, partilha e amor. Grazie, amore.

Agradeço muito profundamente a Helô, Heloisa Buarque de Almeida, minha orientadora querida, por me deixar livre para pensar e criar, sem nunca me abandonar. Admiro profundamente o seu esforço em construir um espaço de colaboração e ajuda mútua entre as pessoas que trabalham sob sua supervisão, estimulando amizades, trocas de ideias e cervejinhas de final de dia. Sou realmente grata por você estar sempre muito pacientemente disponível e pelo seu suporte sem fim. Pela imensidão do seu carinho, atenção, sensibilidade e generosidade: muito obrigada!

Tenho um agradecimento muito especial a Alessandra Tavares, Bruna Galichio e Milena Mateuzi. À Bruna, por insistir na ideia óbvia que a gente tem que se ajudar e a Ale e Milena, por fazerem essa obviedade acontecer. Agradeço muito pelas leituras conjuntas, pelos comentários sinceros, pelas muitas ideias, pelos carinhos, pelas milhares de mensagens trocadas, pela muitas emboleiras de ideias que puxaram o fio pra desembolar, por todo o

suporte que vocês me oferecem. Vocês são incríveis, brilhantes e inspiradoras. Este trabalho não seria possível sem vocês três! Reitero o que disse Bruna: esse trabalho é nosso.

A Elaine Muniz Pires sou profundamente grata pela atenção com que destrinchou cada pedacinho do meu texto. A sinceridade de suas críticas e seu engajamento nas leituras só fortalecem minha admiração e esta amizade que compartilhamos há quase vinte anos. Junto com Elaine, agradeço também Joice, também conhecida como Jociene Peixoto, e Paula Bologna pelo imenso afeto compartilhado, fundamental para atravessar esse período tão duro, pelo ombro disponível a todo tipo de reclamação, e pelo generoso suporte afetivo para encarar a desgraceira. Muito obrigada, amadas!

Agradeço às mulheres que compartilharam comigo suas histórias, por se disporem a me ler e por me trazerem seus comentários. Sou profundamente grata a Amanda, Bruna Salgueiro, Carol D'Oliveira, Cris, Jo, Patrícia, Regiany, Renata e Talita.

Aninha, não sei o que seria de mim sem o seu afeto crítico e sem filtro, redefinindo o que amizade e sinceridade querem dizer. Você é leitora, interlocutora e bibliografia (Correia, 2015) nesse texto. Você é imensa. Muito obrigada por estar perto de mim.

Agradeço também a Fernanda, minha irmã, apoiadora e inspiradora; a Keli e Thati, com quem aprendi e aprendo demais. Com vocês tenho construído coisas que me mudaram como pessoa e como militante. Muito obrigada, manas!

Sou muito grata a Giselle que, no meio dessa vida turbulenta encontrou um tempo para, muito engajadamente, criticar pontos importantes do meu trabalho e, não satisfeita, achou também um jeito de me enviar as energias necessárias em momentos muito sofridos. Obrigada, querida!

Agradeço aqui também a Danielle Regina de Oliveira, pela confiança em me dar uma das primeiras versões de seu texto que de, tão inspirador, me fez repensar todo o meu próprio texto. Agradeço a Carolina Domingues, pela disponibilidade em me ajudar a olhar criticamente para um universo onde eu só via encantamento; a Larissa Nadine Rybka pela leitura dedicada que fez do meu primeiro original e a André Rodrigues de Oliveira pelo retorno rápido e perspicaz, com o carinho de antigamente.

A Maurício Rodrigues Pinto, em particular, agradeço pelas leituras, pela imensa disponibilidade em reler, em me ouvir, em compartilhar angústias, dúvidas e inseguranças. Agradeço também a Gabi, Gabriela Moncau, pela confiança, apoio, carinho e companheirismo durante esses anos de mestrado.

Agradeço às companheiras do Coletivo Sycorax: Cecília Rosas, Cecília Farias, Leila Giovana Izidoro e Juliana Bittencourt, com quem aprendo um tanto sobre trabalho coletivo.

Em particular a Giovana, pela disponibilidade e pelo cuidado carinhoso com que leu e comentou meu texto.

A Fernando Baldráia, que lê “dúvidas certas” onde eu muitas vezes eu só enxergo confusão e com quem aprendi um bocado sobre e em palavras, também tenho muito a agradecer.

Agradeço à professora Carla Cristina Garcia, pelos comentários na minha banca de qualificação e às professoras Erica Peçanha e Renata Mourão pela participação na defesa deste mestrado. Agradeço em particular à professora Laura Moutinho, pela arguição extremamente cuidadosa na qualificação, pela presença na banca de defesa e pelo suporte na reta final. Sou profundamente grata por um comentário em particular: “você conhece a Milena? Você, Alessandra, Bruna e Milena precisam se juntar.”

Agradeço muito carinhosamente a Juciele Borges Cristovão pela atenção afetuosa que sempre me ofereceu. Sem o seu suporte (e paciência) eu teria ficado enroscada nas teias da burocracia. *Merci beaucoup, ma chère Ju !*

Por sorte, entrei na primeira turma do PPGAS com cotas raciais. Nela encontrei gente maravilhosa, generosa, inteligente, crítica e versátil. Aprendi muito e guardo um enorme carinho por vocês. Agradeço a Pisci Bruja Garcia de Oliveira e Ariane Couto, por tornarem esse espaço muito mais acolhedor, e em especial a Jesser Ramos, uma pessoa linda, querida, generosa, disponível e irritantemente inteligente! Amigo, você é apenas incrível!

Agradeço às amigas e amigos do Centro de Estudos Periféricos, onde fui acolhida e aprendi enormemente sobre ser uma intelectual engajada. Agradeço em particular a Pablo Tiaraju D’Andrea, por sua imensa generosidade, aqui e *ailleurs*. Um agradecimento muito especial a Sheyla Melo e Nataly Ramos: manas do céu, que equipe!

Por fim, sou grata ao grupo de estudos e orientação da Helô, pela generosidade e com que leram e discutiram meu texto, pela quantidade de boas indicações e ideias que sempre me oferecem, e pelas excelentes trocas em nossos encontros de trabalho. E igualmente grata ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP que, com seu suporte, facilitou, em muito, a realização deste trabalho. Agradeço a quem veio antes de mim e fez do PPGAS o primeiro programa com cotas e política de permanência na Universidade de São Paulo.

Em meu ouvido, tem um patrão que diz:
- Ei menina, em tempos de guerra, que tá fazendo com papel e caneta na mão? É em vão! Quero só ver quando quiser roupa, sapato ou pão. Vai empunhar o tal canetão? Pra quê lamentar em cadernos brancos tua dor preta? Pra quê poesia, se não existe paz na sua vida? Quer gritar? Então grita alto pra essa multidão de descalços e escravizados, seus... comparsas.

E eu digo:
- Agora, escuta aqui o que eu tenho pra te falar: se eu falo ou escrevo, não é você quem tem que aprovar. Eu tô cansada das tuas palavras malditas. Eu tô cansada de ter que provar pra você. Eu tô cansada de ter que servir outra vez.

Eu tô... cansada!
Como dizia Plínio Marcos, “me lasco, mas não me dobro”. Então eu digo:
não me rendo! Eu escrevo pra me vingar!
Meu papel e caneta é arma potente de criança que quer aprender além do B-A BĂ. Se pra ti, minhas armas são em vão, é porque em berço de ouro tu era o patrão. Deixe minhas armas, porque eu sei o que tu quer. É vassoura em seu banheiro, não é?

Olhe pra mim e bata suas panelas, mas não terá mais empregada pra lavar e seu chão esfregar. Por causa de você, hoje eu sou rebelião e dessa cadeia eu abri mão. Luto como um dragão. Contra você, o patrão e a inquisição.

Tenho pensamentos libertos, que não mais poderão enjaular. Porque eu escrevo pra me vingar. Me vingar do cafezinho servido, da comida cozida.

E essas mesmas mãos que engraxaram teu sapato, engomaram teu paletó, hoje estão bem armadas com fuzil grafite quatro! Tu me querias empregada e hoje é dos livros que eu me armo! Tu me querias submissa e hoje eu rezo a missa da morte de teus privilégios!

Porque eu quero que você entenda uma coisa, Senhor Patrão, eu quero que você nunca esqueça do que vou te dizer, Senhor Patrão: se hoje eu escrevo, é apenas por vingança.

Vingança aos seus que mataram e pelos meus que morreram.

Então, se hoje eu sou poeta, é apenas por vingança.

Jô Freitas, Escrevo por vingança¹

¹ Manos e Minas. São Paulo: TV Cultura, 20 de abril de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/OpAfZT7SFMQ>. Acesso em 14 de abril de 2021.

Resumo

OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni. *“Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo”*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – PPGAS/USP. São Paulo, 2021.

Esta pesquisa faz um percurso por trajetórias feministas na periferia de São Paulo trazendo, além da pesquisa etnográfica e da observação participante, a análise de entrevistas semiestruturadas. O texto se divide em quatro capítulos: no primeiro, abro com um debate sobre fazer antropologia dentro de seu próprio grupo e apresento minhas interlocutoras. No segundo, trabalho com a história dos Clubes de Mães, que considero fundamentais para o desenvolvimento de movimentos sociais contemporâneos nas periferias e discuto a divisão entre movimentos de mulheres e movimentos feministas, fortemente em voga no período.

No terceiro capítulo, proponho um debate sobre as disputas de significado em torno da narrativa sobre as periferias, no qual me interesso pelos sentidos atribuídos ao termo e, particularmente, ao impacto dos sujeitos envolvidos na disputa de sua definição. Uma crítica feminista à narrativa masculina da experiência periférica conecta o debate deste capítulo com o anterior. Na segunda parte, faço uso da autoetnografia para pensar em nossas trajetórias estudantis marcadas pela luta e a dívida: a educação vivida como um objetivo a ser disputado e conquistado. Trago neste capítulo uma cena autoetnográfica, como maneira de inserir a minha própria experiência racial no território, e situar o corpo da antropóloga em campo.

No último capítulo, apresento o movimento de organização coletiva que gerou a criação do CDCM - Centro de Defesa e Convivência da Mulher - Casa Viviane dos Santos em Guaianases, no começo dos anos 2000, bem como sua influência na criação do CDCM Casa Anastácia, na Cidade Tiradentes, o primeiro com enfoque racial no atendimento às mulheres.

Estas histórias são colocadas em perspectiva para mostrar as muitas e complexas configurações e engajamentos dos movimentos de mulheres nas margens da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Feminismo. Movimentos sociais. Marcadores sociais da diferença. Periferia. Educação.

Abstract

OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni. *“Salve quebradas! Race, education and feminist articulations on Sao Paulo’s periphery”*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – PPGAS/USP. São Paulo, 2021.

This ethnographic research explores feminist trajectories on the outskirts of São Paulo bringing, in addition to ethnographic research and participant observation, the analysis of semi-structured interviews. This text is organized in four chapters: in the first one, I open with a debate about doing anthropology within one’s own social group and I also present my interlocutors. In the second, I work with the history of Mother’s Clubs in the 1970’s, which I consider fundamental for the development of contemporary movements in urban peripheries, and I discuss the division between women’s and feminist movements, a distinction that was stressed in that period.

In the third chapter, I propose a debate on the disputes of meaning around the narrative about the peripheries, in which I am interested in the meanings attributed to the term and, particularly, in the impact of the subjects involved in the dispute over its definition. A feminist critique of the male narrative of peripheral experience connects this chapter’s debate with the previous one. In the second part, I use autoethnography to think about our student trajectories marked by struggle and debt: education lived as an objective to be disputed and conquered. In this chapter I bring an autoethnographic scene, as a way of inserting my own racial experience in the territory, and situating the anthropologist’s body in the field.

The last chapter presents the collective organization movement that generated the creation of the Centers for Women’s Defense and Living - Casa Viviane dos Santos in Guaianases, in the early 2000s, as well as its influence in the creation of the CDCM Casa Anastácia, in Cidade Tiradentes, the first with a racial focus. These histories are put into perspective to show the many configurations and engagements of women’s movements in the outskirts of São Paulo

Keyword: Feminism. Social movements. Social markers of difference. Outskirts, Urban peripheries. Education.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Cartaz de divulgação do evento: Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar.....	56
Figura 2. Fotografia de caderno doado ao CEDEM-Unesp pela Missionária Cecília Hansen	59
Figura 3. Reprodução de Thiago Monteiro (2017), do Fundo do Clube de Mães do CEDEM	65
Figura 4. Foto da manifestação do MCV na Praça da Sé, em São Paulo. Juca Martins, 27-08-1978	67
Figura 5. Reprodução de um panfleto Movimento de Saúde da Zona Leste (Aramá Comunicações, 2013).....	70
Figura 6. Reprodução de panfleto do dia das mulheres de 1982, produzido pelo Clube de Mães da Vila Remo.	76
Figura 7. Foto de Tuca Vieira, feita de helicóptero, em 2004	89
Figura 8. Reprodução da capa de dois materiais produzidos a partir da pesquisa da Rede Mulher, em 1985	148
Figura 9. Folheto de chamado para mobilização em favor dos serviços de proteção às mulheres	153

Lista de siglas e abreviaturas

AVIB – Associação de Voluntários do Brasil

CDCM – Centro de Defesa e Convivência da Mulher

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRM – Centro de Referência da Mulher

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

ETE ou ETEC – Escola Técnica Estadual

FATEC – Faculdade de Tecnologia

MCP – Movimento Cultural das Periferias

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMDH - Secretaria Municipal de Direitos Humanos

SMPM - Secretaria Municipal de Política para as Mulheres

SPTrans - São Paulo Transporte S/A

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1 – De dentro e de fora.....	24
Um lugar no trabalho antropológico	25
Antropologia, os “Outros” e as “Outras”	28
“Jéssicas” antes de Jéssica: as interlocutoras	38
Capítulo 2 – Mães da Periferia: novos velhos sujeitos políticos	54
Os Clubes de Mães.....	56
Desencontradas: movimentos de mulheres e movimentos feministas	72
Capítulo 3 - Salve quebradas: periferias, raça e educação	87
Periferia, Periferias: deslocamentos de sentidos	87
“Você vai ser formar!”: educação, território e raça	108
Capítulo 4 - Mulheres das Periferias em Movimentos	136
A Casa Viviane.....	136
Uma história de resistências.....	147
Considerações Finais	158
Referências.....	168
Bibliográficas	169
Audiovisuais.....	180
Artigos de Imprensa	181
Anexos.....	183
Anexo I – Roteiro de entrevista.....	183
Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	184

Introdução

Eu habitava dois mundos ao mesmo tempo e pouca ou nenhuma era a gente que sabia de tudo, ou que soubesse do que eu carregava por dentro enquanto fazia discursos e caminhava lado a lado com pessoas que em nada se assemelhavam aos meus mortos

Helena Silvestre (Silvestre, 2019: 37)

A proposta principal desse trabalho é discutir outras trajetórias do feminismo nas periferias de São Paulo, levando em consideração a entrada de outros sujeitos de conhecimento nas esferas de produção de saber, a história de mobilização de mulheres nos bairros periféricos, as barreiras de acesso ao ensino superior e a incidência sobre políticas públicas. Para tanto, se divide em quatro capítulos. No primeiro, abro com um debate sobre fazer antropologia dentro de seu próprio grupo e, em sua segunda parte, apresento minhas interlocutoras. No segundo capítulo, a partir da etnografia de um evento na USP, trago a história dos Clubes de Mães, que considero fundamentais para os encaminhamentos de movimentos sociais contemporâneos nas periferias e discuto a divisão entre movimentos de mulheres e movimentos feministas, fortemente em voga no período.

No terceiro capítulo, proponho um debate sobre as disputas de significado em torno da narrativa sobre as periferias, no qual me interesso pelos sentidos atribuídos ao termo e, particularmente, ao impacto dos sujeitos envolvidos na disputa de sua definição. Uma crítica feminista à narrativa masculina da experiência periférica conecta o debate deste capítulo com o anterior. A seguir, parto da autoetnografia para fazer um diálogo com as minhas interlocutoras e pensar em nossas trajetórias estudantis marcadas pela luta e a dívida: a educação vivida como um objetivo a ser disputado, conquistado e também como meio de diferenciação dentro das periferias. Trago neste capítulo uma cena autoetnográfica, como maneira de inserir a minha própria experiência racial no território, e situar o corpo da antropóloga em campo (Nascimento, 2019; Almeida, 2002).

No quarto capítulo, apresento brevemente o movimento de organização coletiva que

gerou a criação do CDCM - Centro de Defesa e Convivência da Mulher - Casa Viviane dos Santos em Guaianases, no começo dos anos 2000, com o intuito de mostrar como esses espaços de tensão e burocracia, são espaços que participam da construção de histórias de luta de mulheres periféricas. Outro ponto importante, esse capítulo apresenta a interessante relação metodológica destes movimentos com os Clubes de Mães, além de mostrar um encaminhamento tanto militante, quanto de carreira, das mulheres com as quais converso no terceiro capítulo.

Os capítulos não foram escritos na ordem em que se apresentam. Um primeiro passo foi pensar a divisão entre movimento de mulheres e movimento feminista, a partir dos materiais dos Clubes de Mães. Embora não haja um consenso na teoria feminista, considero que movimentos de mulheres, que organizam sua militância com a preocupação de ter um impacto benéfico sobre a vida das mulheres, podem ser caracterizados como movimentos feministas. Nas periferias de SP, nos anos 1970, as mulheres que se organizavam em Clubes de Mães e Associações de Mulheres tinham suas atividades voltadas para proteção dos direitos de crianças, adolescentes, pessoas idosas, contra a carestia ou o custo de vida. Tais movimentos, eram organizados nos mesmos moldes de outros movimentos sociais urbanos do período, e se proliferaram sobretudo no final da ditadura, com atuação na luta por direitos sociais como moradia, saúde, creches, infraestrutura em geral.

A partir da década de 1980, os movimentos de mulheres se organizam mais fortemente em torno do tema da violência contra a mulher. É especialmente neste momento que alguns desses grupos vão se conectar com grupos automeados feministas, vindos de outras regiões da cidade. Nos anos 2000, diversos movimentos vão desencadear na criação dos Centro de Defesa e Convivência da Mulher – os CDCMs, embora isso não seja uma consequência, tem relação com um modo de fazer de movimentos anteriores.

Muitos Clubes de Mães funcionavam em igrejas e tiveram uma relação de grande proximidade com as Comunidades Eclesiais de Base. Estas eram comunidades organizadas ligadas à Igreja Católica e fundamentadas na Teologia da Libertação, corrente ideológica latino-americana que parte da análise da realidade para a reflexão teológica, em busca de maneiras de construir uma ação transformadora no mundo, podendo inclusive questionar dogmas eclesiais. Nem as CEBs, nem a Teologia da Libertação foram apoiadas pelas altas hierarquias da Igreja Católica que, ainda que com disputas internas, esteve ao lado do governo militar (Monteiro, 2017).

Permeando todos os capítulos, destaco estas conexões entre experiências feministas contemporâneas e movimentos de mulheres de décadas anteriores, nem sempre entendidos ou denominados feministas. Apontando como essa não identificação se dava pelo elenco de pautas que atingem particularmente populações precarizadas dos centros urbanos, como a população negra, migrante e pobre, como as grandes e já bem conhecidas lutas do Movimento Custo de Vida e do Movimento de Saúde da Zona Leste. Argumento que a divisão entre pautas “específicas” do movimento feminista e pautas “gerais”, somada ao estereótipo da feminista masculinizada e que “odeia homens” gerou uma separação entre “movimento de mulheres” e “movimento feminista”. Separação esta que evidenciava uma divisão de classes e de raças entre as mulheres “populares” e as de classe média (Gonzalez, 2018). No entanto, debates sobre a condição das mulheres, sua educação, cuidado das crianças, suporte às mães solteiras e separadas aparecem tanto nos documentos, quanto na literatura sobre os Clubes de Mães, juntamente com questões ligadas à precarização da vida. Tais debates demonstram a interrelação entre as diversas estruturas de opressão refletida na organização da luta cotidiana, uma interseccionalidade experimentada na prática antes mesmo de ser nomeada. Ainda que a palavra feminista não estivesse ali, a transformação de posições sociais tradicionalmente entendidas como resilientes, como a “mãe” e a “dona de casa”, em sujeitos políticos fortemente engajados, organizados e legítimos, é um imenso avanço no entendimento político e politizador de esferas da vida das mulheres.

Neste meio tempo, assim como as quebradas passavam por imensas modificações, pela implantação de políticas públicas e por um crescimento acelerado, a ideia de periferia também mudava, seja em textos mais acadêmicos, seja na percepção da população sobre ela. Em um primeiro momento, o termo aparecia para nomear as regiões mais afastadas das grandes cidades ou mesmo a região metropolitana, indicando bairros pobres e geralmente se referindo à sua população, sua precariedade e falta (de segurança, de infraestrutura, de saneamento). No entanto, na segunda metade dos anos 1990, se fortalece um sentido de identificação, de potencialidade, ainda que ambivalente, em particular por conta da produção cultural feita sobre a periferia e na periferia (Peçanha, 2010; Feltran, 2011, D’Andrea, 2013). É nesse contexto também que *quebrada* se populariza como seu sinônimo.

Quebrada é um termo êmico utilizado para se referir a lugar de moradia, bairro ou rua. Pode ser utilizado de maneira afetiva: “cola lá na minha quebrada” ou “amo minha quebrada”, ou para falar de bairros distantes ou precários: “lá é mó quebrada!”, “vai fazer o quê naquela

quebrada?”. O “salve quebradas!”, que dá título a este trabalho, é um tipo de cumprimento afetivo, utilizado entre pessoas de diferentes bairros periféricos como uma expressão de reconhecimento mútuo. Quebrada, enquanto categoria, cria uma identificação entre sujeitos de diferentes periferias de São Paulo, a Região Metropolitana inclusa, criando reconhecimento e atribuindo valor. “Assim, ser de uma quebrada significa pertencer a um bairro específico e fazer parte de uma rede de relações particularizadas, mas também significa ser da periferia de São Paulo e estar inserido em uma rede mais geral de relações” (Pereira, 2010: 157). Muito utilizado em letras de rap e textos literários, a origem do termo é incerta e se atribui em geral a dois fenômenos. Um deles é uma maneira de dar direções, para encontrar o caminho para algum lugar, com sua característica falta de concordância: “quebra à direita, depois quebra à esquerda”. O outro é a própria configuração da autoconstrução que predomina em bairros periféricos e favelas, com pontes, rios, córregos, becos, escadões, vielas, barracos, puxadinhos e sobrados, compondo um caminho “quebrado”².

Nisso tudo, me interesso particularmente por uma geração de feministas da periferia de São Paulo, muitas nascidas já nas quebradas, durante os anos 1980 e que viveram parte de suas modificações nos anos 1990. Elas — nós —, filhas, sobrinhas e netas das migrantes, costureiras, operárias, donas de casa e empregadas domésticas são, em geral, as primeiras em suas famílias a chegar ao ensino superior — ou mesmo terminar o segundo grau. Suas mães são algumas das mulheres que participaram da luta que resultou na construção de praticamente todos os equipamentos públicos pelos quais passaram em diversos bairros das periferias e, inclusive, dos conjuntos habitacionais nos quais muitas moram hoje.

Ao encontrar tantas histórias convergentes, percebi esses processos aparentemente individuais como processos coletivos, trajetórias que, embora pudessem ser narradas em um roteiro meritocrático, foram, ao contrário, forjadas no tensionamento de estruturas sociais de opressão segregadoras, nas pequenas margens de ação que sobram. Tais processos, estão construídos também sobre a ideia de que, em sociedades em que seu acesso é de algum modo restrito, a educação é, primeiro, um motor para a ascensão social. Consequentemente, o acesso ao ensino superior se torna ferramenta em um esforço de emancipação de um destino de não-escolhas, forjado sobre dinâmicas de negociação constantes, envolvendo gênero, classe e raça

² Além da minha própria experiência no manejo do termo quebrada, essas explicações coincidem com as que me foram dadas pelo antropólogo Robert Cabanes, em uma conversa em sua casa, no ano de 2012. No entanto, diferente do colocado por Paulo Malvasi (2012), a expressão “quebrar às direitas” e “quebrar às esquerdas”, é muito difundida entre populações originárias de diversas regiões do Brasil, que não apenas as do interior de São Paulo e Minas Gerais.

e participando da construção de projetos de vida e de ativismo político e intelectual. Os marcadores sociais da diferença aparecem aqui como um ponto de partida, e não de fim, apontando para os custos (inclusive físicos) da “batalha” pela formação superior.

Para esta dissertação, foram realizadas 15 entrevistas individuais, registradas em áudio e transcritas, além de anotações de caderno de campo e conversas informais presenciais ou através de aplicativos de mensagens. Algumas informações das entrevistas foram retomadas em conversas posteriores, para sanar dúvidas ou adicionar detalhes. Contudo, como se verá no correr do texto, esse trabalho é composto por também por uma autoetnografia que, como coloca a antropóloga Fabiene Gama, ao discutir sua experiência enquanto paciente de esclerose múltipla e pesquisadora em antropologia da saúde:

Gostaria, contudo, de chamar a atenção para algo da autoetnografia que gera problemas de interpretação em pessoas não habituadas a seu gênero literário: o que apresento aqui é fruto da minha experiência, mas do que dela também é partilhada com outras pessoas (...). Assim, o que foi selecionado para ser exposto neste trabalho, assim como a forma como o que foi selecionado é apresentada, faz parte de todo um processo engajado com outras narrativas de pessoas com esclerose múltipla. E está relacionado, do começo ao fim, com a subversão desta forma normativa que, ao camuflar o acesso a subjetividades, impõe um padrão de produção de conhecimento bastante específico, fruto do Iluminismo.” (Gama, 2020).

O esforço feito aqui é o de trazer, em diálogo com trajetórias similares à minha, um debate que envolve militância feminista, acesso à educação superior e uma vivência racializada dos territórios periféricos. Foi ao refletir sobre este ponto, que a discussão sobre o sujeito de produção de conhecimento antropológico se impôs como texto de abertura.

Com as entrevistas, não tenho a intenção de construir biografias, mas de apresentar pontos de contato e de afastamento em trajetórias individuais, um desenho composto de grupos e contextos experienciados nas periferias de São Paulo entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000. Esse desafio é sentido em sua potência ao trabalhar com entrevistas que evocam uma sequência de eventos, de maneira organizada e amarrada, trazendo narrativas coerentes de histórias que não são nem ordenadas, nem coerentes. O desafio se multiplica no peso afetivo encontrado nessas histórias, em muitos pontos tão semelhantes às minhas próprias experiências, vividas por vezes em conjunto, e narradas por pessoas com quem construo, há mais de uma década, uma relação de amizade e admiração. Ainda assim, embora algumas das entrevistas

realizadas não sejam exploradas densamente neste trabalho, foram, sem dúvida, muito profícuas na construção do argumento geral desenvolvido aqui e estão guardadas para reflexões posteriores sobre os inúmeros temas que não tive condições de elaborar para este fim.

Em geral, sabemos mais da vida de intelectuais em posição de subalternidade do que de suas obras. Como trabalhar com a importância da experiência, quando ela parece ser uma fetichização de determinados sujeitos, fixados em uma identidade mais lutadora do que pensadora, ao passo que as políticas de funcionamento mesmo da academia exigem destes sujeitos a mesma produtividade que exige de sujeitos mais privilegiados? Neste trabalho tento mostrar experiências ao mesmo tempo construídas e elaboradas na encruzilhada dos mais diversos sistemas de opressão, abrindo portas, janelas ou apenas frestas para outras experiências de existência no mundo.

Por último, como todas as pessoas que, em algum momento, se dedicam ao trabalho etnográfico, sofri com a sensação de que tudo era interessante e me questionei sobre a validade, pertinência ou arbitrariedade de meus critérios de escolha deste ou daquele trecho, livro, entrevista, anotação. Ao mesmo tempo, sofri com o “problema” de fazer pesquisa em um contexto próximo, na minha rede de contatos e relações, que trouxe tanto a sensação de estar fazendo pesquisa o tempo todo e nunca, quanto a insegurança com relação às leituras que seriam feitas do meu trabalho por colegas e, particularmente, pelas minhas interlocutoras. A imersão na minha própria vida cotidiana, de jovem ativista com ensino superior, filha de migrantes, crescida e vivendo numa periferia de São Paulo, se confundia com a experiência de imersão no meu campo e a experimentação da diferença se fazia mais evidente fora, nos circuitos institucionais de validação do saber, onde eu me esforçava para dar conta de leituras, debates e escritas. Justamente por compor o campo é que demorei para percebê-lo, para entender que estava “fazendo” campo e sentir o quanto ele era fértil de possibilidades. Era difícil separar o que era óbvio e o que não o era, o que precisava ser explicado e o que era de conhecimento comum para quem viesse a ler este trabalho: em geral especialistas das Ciências Sociais, em particular a Antropologia. Na pesquisa, descobri um universo de ativismos, que não necessariamente era entendido como feminista, mas que apareciam aos meus olhos como estreitamente ligadas a ideais feministas – o que me trouxe uma grande questão sobre formas

classificatórias dentro dos movimentos sociais feministas, que poderíamos jocosamente chamar de “feministômetro”³.

O trabalho que se segue é fruto dessas inquietações e achados, mas é também fruto de encontros, troca de mensagens, diálogos, leituras e críticas feitas por outras pessoas. Ainda que seja eu que assine em primeira pessoa, nada do que se pode ler aqui poderia ter sido elaborado sem as múltiplas colaborações às quais sou profundamente grata e devedora.

³ Esta questão também é abordada por mim em trabalho anterior, no ponto onde discuto os conflitos do movimento feminista de prostitutas e o movimento antiprostituição na França (ver: Oliveira-Macedo, 2015).

Capítulo 1 – De dentro e de fora

Não se pode dizer que os problemas relativos ao como fazer pesquisa não interessam aos pesquisadores. (Cardoso, 1986: 102)

Estar na margem, é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal. Para a maioria dos habitantes negros de uma pequena cidade do estado de Kentucky, os trilhos da estrada de ferro nos faziam recordar diariamente nossa marginalidade. (...) Podíamos frequentar esse mundo, mas não viver nele. Tínhamos sempre de retornar à margem, cruzar de volta os trilhos da estrada de ferro e nos recolher a barracos e casas abandonadas na periferia da cidade.

Havia leis para garantir o nosso retorno. Não regressar implicava risco de punição. E por viver como vivíamos – nas extremidades –, desenvolvemos um modo peculiar de enxergar as coisas. Olhávamos tanto de fora para dentro como de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro, assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra da existência de todo um universo, um corpo principal com sua margem e seu centro. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital, desse todo.

Esse senso de inteireza, gravado em nossas consciências pela estrutura das nossas vidas quotidianas, haveria de nos prover de uma visão do mundo contestadora – um modo de ver desconhecido de nossos opressores – que nos sustentava, ajudando-nos em nossa luta contra a pobreza e o desespero, fortalecendo nossa percepção de nós mesmas e a nossa solidariedade. (hooks, 2020: 23)

Este capítulo é dividido em duas partes. A primeira propõe um exercício de reflexão sobre posicionalidade no trabalho antropológico autoetnográfico com a intenção de fundamentar teoricamente a metodologia empregada neste trabalho. Em outras palavras, penso alguns pontos sobre *como* a pesquisa foi feita, a partir de minha posição com relação ao grupo, refletindo sobre o método, dado que sou parte do grupo com o qual pesquiso. Neste tópico, são levantados alguns problemas importantes para esta pesquisa: sobre fazer etnografia com o grupo do qual se faz parte e sobre as contribuições intelectuais que ser de fora e de dentro em determinados espaços pode trazer para o trabalho intelectual. Na segunda parte, faço uma breve apresentação das minhas interlocutoras de pesquisa, para que a pessoa que lê as “conheça”, e a seus contextos. Suas falas e reflexões permeiam os outros capítulos, mas aqui menciono algumas de nossas conexões.

Um lugar no trabalho antropológico

A socióloga Patricia Hill Collins, elaborou a noção de *outsider within*⁴ (2016), a partir de como mulheres negras, inseridas dentro das casas de famílias brancas, construíam relações com estas pessoas a partir de perspectivas não tão evidentes a outros grupos sociais – podiam ver desde dentro a vida cotidiana das camadas brancas mais altas, apesar de pertencerem às camadas negras e mais pobres. Essa posição “de dentro”, diz ela, ressalta a percepção de que grupos brancos não são superiores por suas habilidades, como talento, intelecto ou humanidade, mas por racismo. Mesmo quando consideradas “quase da família”, elas têm muito nítida sua posição de *outsider*, bem como sua invisibilidade, que faz com que as famílias ajam muitas vezes como se elas não estivessem presentes. Para Patricia Hill Collins, essa posição, quando articulada por intelectuais negras, em particular aquelas que ocupam uma posição marginal em contextos acadêmicos, tem possibilitado a exploração dessa perspectiva e potencializado “análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero” (Collins, 2016: 100).

Fazendo referência a uma série de trabalhos sobre a comunidade negra, ela mostra como vários argumentos sociológicos estavam profundamente baseados na ideia que as pessoas que realizavam as pesquisas possuíam desses grupos. Esta autora aponta para a importância da posição de *outsider within* – a pessoa que é de fora, por sua origem social, mas de dentro, por sua formação educacional – na realização de análises sociológicas, explicando como essas novas perspectivas podem trazer análises diversas do “pensar como de costume” e fornecer novas leituras sobre problemas antigos.

Em primeiro lugar, *insiders* do grupo têm visões de mundo similares, adquiridas por uma educação e um treinamento profissional similares, que os separam de todas as demais pessoas. A visão de mundo dos *insiders* pode ser especialmente parecida se os membros do grupo compartilharem padrões de classe social, gênero e *background* racial similares. Schutz descreve a visão de mundo dos *insiders* como o “padrão cultural da vida em grupo”, ou seja, todos os valores e comportamentos que caracterizam o grupo social em um dado momento de sua história. Em resumo, *insiders* passaram por experiências similares, dividem uma história em comum e compartilham conhecimentos tomados como certos e que caracterizam o “pensar como de costume”. (idem: 116)

Segundo Patricia Hill Collins, intelectuais *outsider within* trariam perspectivas compostas tanto pelo que foi adquirido por educação e treinamento profissional, quanto por sua experiência de classe social, gênero e raça, que é diversa dos círculos universitários mais usuais,

⁴ Esse termo tem sido usado em inglês por conta da dificuldade de tradução exata para especificar alguém que é, simultaneamente, de dentro e de fora, como uma estrangeira de dentro. Ver nota da tradução em Collins, 2016.

brancos, de classe média e alta. Esse ponto pode nos remeter à maneira como Lélia Gonzalez abre seu texto “Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira” (2018), com uma cena que apresenta uma forte crítica à construção de conhecimento sobre pessoas negras nos círculos intelectuais brasileiros. Na cena que descreve, as pessoas negras não tinham espaço para falar, nem mesmo para sentar à mesa na qual se discutia uma pesquisa sobre elas, até que uma mulher negra tomou o microfone, criando uma grande confusão. Lélia Gonzalez aproveita dessa cena e, tomando para si o lugar do sujeito de enunciação em um trabalho sobre a formação do Brasil, escreve: “neste trabalho assumimos nossa própria fala” (Gonzalez, 2018: 193).

Seria possível também fazer um paralelo da noção de *outsider within* com o que Lila Abu-Lughod chama de “*halfies*”⁵. Esta autora se propõe a discutir como feministas e “*halfies*” – “pessoas cuja identidade cultural ou nacional é mista em virtude de imigração, educação no exterior, ou ascendência” (Abu-Lughod, 1991: 466) – podem dar contribuições importantes para a Antropologia. Lila Abu-Lughod sugere que a importância das contribuições desses dois grupos para a Antropologia não está em nenhuma “reivindicação moral superior ou vantagem que possam ter em fazer antropologia, mas nos dilemas especiais que enfrentam, dilemas que revelam fortemente os problemas com a suposição de uma distinção fundamental entre eu e o outro na antropologia cultural.” (idem)

Ao conviver eternamente com esta sensação de não pertencer a lugar nenhum, por não estar completamente dentro nem completamente fora, este sujeito consegue ter uma visão particular de onde está, estranhar os dois lados. Ser, repetidas vezes, a primeira ou a única em diversos espaços, oferece uma visão particular do que acontece ali (Collins, 2019). Pode permitir ver (e sentir) coisas que uma pessoa completamente de dentro não necessariamente se atentaria e, ao voltar para seu lugar de origem, dá a abertura para sentir (e ver) coisas que passariam “batidas” se nunca tivesse saído, como o efeito de percepção da vida na margem descrito por bell hooks, na abertura deste capítulo. Esses espaços podem ser a *casa de família* onde se trabalha e a casa onde se mora⁶, mas podem ser também a universidade onde se constrói

⁵ Utilizo como referência a versão original deste texto, em inglês, e não a versão traduzida para o português (Abu-Lughod, 2018), por acreditar que a noção de *half*, proposta pela autora, não poderia ter sido traduzida por “mestiços/as”, por ser esta já envolta em amplas e complexas discussões teóricas e políticas no Brasil e que, a meu ver, não incluem a acepção proposta por Abu-Lughod. Para melhor fluidez, traduzirei e colocarei em português as eventuais citações em outros idiomas em toda a dissertação.

⁶ Minha colega e amiga Alessandra Tavares fez uma belíssima observação sobre esse trecho, que reproduzo aqui: “As pessoas nunca chamam a sua própria casa como *casa de família*, a *casa de família* é sempre a casa dessa outra classe, onde se trabalha. (...) As pessoas falam: eu trabalho na *casa de família*. (...) Fico pensando que essa composição mesmo de classe média faz com que a gente sempre se reconheça como fragmento, sabe? Família é uma instituição e a gente é meio um arranjo, não é uma família. Não sei.” (comunicação pessoal)

a carreira (inclusive com experiências internacionais⁷) e a quebrada para onde se retorna todo final de dia. A sensação de que qualquer coisa está fora do lugar - ou o pertencer e não pertencer de Patricia Hill Collins (2016; 2019) - pode trazer um olhar mais atento sobre o que passa despercebido quando se está apenas entre iguais e pode trazer um interessante problema de tradução. Uma cara colega de pós-graduação, Ariane Couto, trouxe esse ponto ao refletir sobre seu próprio trabalho de campo, em um debate sobre epistemologia e prática antropológica:

Eu não sou mais ‘par’ da academia, do que sou ‘par’ das pessoas do meu campo. Sou em muitos fatores mais local que acadêmica. E em outros, mais acadêmica que local. Então, em alguns termos, no limite, estamos falando de fazer a antropologia do ‘outro’, onde o ‘outro’ é mais a própria academia... não sei se dá pra sacar a diferença... em termos linguísticos: é uma dupla tradução. É quase como falar pro estrangeiro, na língua dele e conceitos dele, os nossos sentidos, mas quando o ‘nós’ muitas vezes é o pesquisador e o grupo pesquisado. (comunicação pessoal)

Pensando dessa perspectiva, não há como abrir mão da noção de interseccionalidade (Crenshaw, 2012), para entender não apenas a natureza interligada das opressões (Collins, 2016), mas também pensar a relação entre as diversas categorias de análise. Para a jurista Kimberlee Crenshaw, que estabeleceu o uso do termo, o conceito de interseccionalidade “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002), como gênero, classe, raça, entre outras, enquanto variáveis interrelacionadas, impactando ao mesmo tempo o sujeito. A autora mostra como sua interação particulariza e torna mais complexo o modo pelo qual determinados grupos sociais vivenciam a desigualdade. Este conceito possibilita apreender as especificidades existentes entre os diferentes grupos de pessoas e, ao mostrar essa complexidade, permite que vejamos a diversidade de experiências e de olhares e que questionemos padrões homogêneos. Patricia Hill Collins (2016), na mesma direção, chama a atenção para o fato de que a experiência de muitas intelectuais negras se encontra na intersecção de diversas opressões. Mulheres negras não possuem a ilusão de que a branquidão ou a masculinidade possam aliviar a subordinação feminina ou o racismo que incide sobre elas, como poderiam eventualmente imaginar mulheres brancas e homens negros, escreve Collins.

Avtar Brah (2006), ao trabalhar com a noção complexa e variada de diferença, aponta para os efeitos decorrentes do cruzamento de múltiplos eixos de diferenciação – econômico, político, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial – em contextos historicamente específicos,

⁷ Imagino que essa ampliação de perspectivas seja uma das razões para que a internacionalização de carreiras universitárias seja estimulada.

representando diferentes dimensões da vida social que não podem ser separadas em vertentes discretas e puras. Ao invés de trabalharmos com categorias essencialmente fixas, sugere Avtar Brah, seria mais produtivo pensar em categorias contingentes, constituintes de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial. Desta maneira, em uma pesquisa enfocando o entrelaçamento de marcadores sociais da diferença (Saggese et al, 2018), a inovação, está no esforço em demonstrar os elos entre os diversos eixos de opressão, removendo eventuais hierarquias entre eles. Um dos possíveis elos entre esses eixos pode ser o binarismo sobre a diferença, que faz com que ela seja construída como oposição e por subordinação de um par a outro (Collins, 2016).

Antropologia, os “Outros” e as “Outras”

A Antropologia se construiu como uma ciência que tem, em seu cânone, o “exótico como território da disciplina profissionalmente preocupada com outras culturas” (Strathern, 2007:74). Esse “Outro”, o “exótico”, funciona como um agente de contraste e a disciplina “constitui-se a si mesma em relação com um ‘Outro’, em um *vis-à-vis* com a cultura/sociedade estranha sob estudo. Sua distância e estranhamento são deliberadamente mantidos” (Strathern, 2009: 98). “Outro” podia ser qualquer habitante de lugar distante, com uma língua própria, com seu próprio entendimento do mundo, que fariam deste sujeito um “exótico”, que quer dizer estrangeiro ao país de quem enuncia, ainda que o adjetivo não se aplique indiscriminadamente a qualquer estrangeiro – ninguém diz que o francês é uma língua exótica, por exemplo. Exótico é também, contudo, sinônimo de esquisito, extravagante e, inclusive, malfeito ou mal-acabado⁸.

É de se esperar que, lendo isso, eu não tenha conseguido escapar de pensar a minha própria prática antropológica e etnográfica. Sendo eu mesma uma “outra” em potencial, enquanto brasileira, branca, periférica e de classe popular, ao mesmo tempo que também a pesquisadora, me perguntei: mas, e quando a Antropologia é feita “em casa” (Peirano, 1998)? Ou não apenas “em casa”, mas quando a pessoa que desenvolve o trabalho antropológico vem destes grupos historicamente subalternizados, tipicamente alvos do interesse da Antropologia? Este tipo de experiência não se afasta da definição de etnografia como “encontro com o outro”

⁸ Ver: Exótico. **Dicionário Caldas Aulete Digital**. Lexikon Editora Digital, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/ex%C3%B3tico>, acesso em 19 dez. 2018. Ver também: Exotique. **Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales**. CNRTL, França, 2018. Disponível em: <http://www.cnrtl.fr/definition/exotique> acesso em 19 dez. 2018; Exotic. **Cambridge Dictionary**. Cambridge University Press, Inglaterra, 2018. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/exotic>, acesso em 19 dez. 2018; e Exótico. **Diccionario de la Real Academia Española**. Real Academia Española, Espanha, 2018. Disponível em: <https://dle.rae.es/?id=HHTTrLvY>, acesso em 19 dez. 2018.

ou de “relação de alteridade”? Fernanda Kalianny Martins Sousa, coloca questões parecidas, ao questionar sua própria experiência em fazer Antropologia:

Quando uma pessoa negra faz antropologia, o que se tem ainda é antropologia? E ela ainda é negra? Ou uma antropologia feita por um/a pesquisador/a que tenha marcadores sociais da diferença próximos de seu/sua interlocutor/a faz da antropologia menos antropologia? Seria esta produção menos legítima? (Sousa, 2016: 36)

Marilyn Strathern (2009), ao pensar sobre a tensão criada pelo feminismo à Antropologia, fala em “uma relação incômoda”. Segundo ela, o pensamento feminista ofereceu à Antropologia a possibilidade de compreender que tudo tem que ser olhado em conjunto - o que acontece aos homens, o que acontece às mulheres e ambos dentro de um sistema social. As mulheres não são um compartimento separado de um sistema social, que possa ser resguardado ao capítulo sobre casamento, diz ela. Como coloca em outro texto:

Augé discute a recente etnologização da história, a qual, segundo ele, cada vez mais "se prende a objetos tradicionalmente pensados como antropológicos (como mito, mulheres, infância, morte etc.)" (...). O parêntese é esclarecedor. As "mulheres" são assimiladas a "objetos" de estudo, no mesmo nível daquilo que elas também criam ou experimentam (mito, infância, morte); e são consideradas especialmente como objetos da preocupação antropológica. Isso lhes confere um exotismo mundano: mundano como parte da vida cotidiana agora descoberta pela história, e exótico como território da disciplina profissionalmente preocupada com outras culturas. Contudo, há algo de verdadeiro na observação de Augé. A Antropologia há muito trata de mulheres e de gênero como objetos de pesquisa: "a posição das mulheres", como se costumava dizer, era um tópico corrente na agenda etnográfica." (Strathern, 2007: 73-74)

A Antropologia (mas não apenas) se beneficiou muito do debate feminista, que apontou o viés masculino nas pesquisas, ainda assim, para Marilyn Strathern essa linha de pensamento trabalha com categorias próprias, que muitas vezes não cabem como questão em contextos tradicionalmente antropológicos. A crítica que Lila Abu-Lughod (1991) traz é a de que Marilyn Strathern está pensando a Antropologia sempre como um encontro com o “Outro”, mas e se não for assim? O texto de Lila Abu-Lughod oferece uma abertura para estudar contextos de proximidade, como queria Marilyn Strathern, mas também para estudar contextos nos quais o outro do Ocidente é a pessoa mesma que realiza a pesquisa.

Segundo Lila Abu-Lughod, a história do Ocidente é plena de exemplos dessa relação contrastiva para com seus “outros” e é dessa perspectiva que os “outros” tornam-se “exóticos”. Profissionais de Antropologia que se preocupam em dar inteligibilidade e sentido à experiência de alteridade constroem, conseqüentemente, seus “selves” em relação com os “outros”. Para esta autora, Marilyn Strathern (2009) parece ignorar que a Antropologia seja historicamente

uma ciência construída para estudar “*non-western by the western self*” e de que a relação entre o “Ocidente” e o não-Ocidente é – ao menos desde que a Antropologia se construiu enquanto disciplina de conhecimento – de dominação e exploração⁹.

O objetivo confesso da antropologia pode ser "o estudo do homem [sic]", mas esta é uma disciplina construída sobre a divisão historicamente construída entre o Ocidente e o não-Ocidente. Foi e continua sendo principalmente o estudo do outro não-Ocidental pelo eu Ocidental, mesmo que, sob sua nova aparência, procure explicitamente dar voz ao Outro ou apresentar um diálogo entre o eu e o outro, seja textual ou através de uma explicação a partir do encontro no trabalho de campo (...) E a relação entre o Ocidente e o não-Ocidente, pelo menos desde o nascimento da antropologia, foi constituída pela dominação Ocidental. Isso sugere que o incômodo que Strathern sente na relação entre feminismo e antropologia pode ser melhor entendido como o resultado de processos de autoconstrução diametralmente opostos através da oposição a outros - processos que começam a partir de lados diferentes de uma divisão de poder. (Abu-Lughod, 1991: 467)

O argumento que se pode apreender do texto de Abu-Lughod, nos remete à crítica que Gayatri Spivak endereça a intelectuais franceses, com os usos dos dois sentidos de representação, “a representação como ‘falar por’, como ocorre na política, e a representação como ‘re-presentação’, como aparece na arte ou na filosofia.” (2010: 32). As pessoas “halfies”, de Abu-Lughod (de modo semelhante às *outsiders within* de Patricia Hill Collins), estariam exatamente ocupando essas duas posições: a de falar por um grupo (ou a partir de), do ponto de vista político, e ao mesmo tempo que poderiam oferecer também a representação textualizada de suas relações de sentido.

A alteridade estando na definição do campo disciplinar, profissionais de Antropologia são pessoas que estudam, geralmente, este “outro”, estrangeiro, aborígine, tribal, indígena, negro, pobre, periférico e, também, mulher (ainda que em cada um destes grupos existam mulheres e eventualmente outras identidades): todos os grupos sociais que não o referencial, os grupos não-hegemônicos (como as periferias da antropologia urbana). Contudo, quando a pessoa que pesquisa é “*halfie*” e vive em uma sociedade do ocidente, terá, normalmente, vivido a experiência da desigualdade por pertencer ao seu grupo de origem. “Esta não é simplesmente uma experiência de diferença, mas de desigualdade.” (Abu-Lughod, 1991: 469). Além disso,

⁹ Não há dúvidas de que, no caso do Brasil, nós sejamos o “Outro” com relação ao “centro” do mundo e, desta perspectiva, seríamos/somos preferencialmente alvo de pesquisas, ainda assim esta reflexão traz interessantes inspirações para pensar nossas desigualdades internas, de quais são nossos referenciais internos.

No período em que morei na Europa, era comum ter que explicar que no Brasil, em geral, nos consideramos ocidentais, provavelmente por vivermos em um modelo de Estado ocidental, falando majoritariamente uma língua ocidental e professando majoritariamente religiões ocidentais. No entanto, foi na Europa que me dei conta que ocidentais, ao menos entre europeus, são apenas a Europa do Oeste, os Estados Unidos e o Canadá. Mariza Peirano traz reflexões de certa forma similares (1998: 116): “Os antropólogos brasileiros sentem que são parte e parcela do Ocidente - mesmo que, em aspectos importantes, não sejam”.

continua Abu-Lughod, “*halfies*” e feministas, por conta de suas identidades divididas, estão sempre enfrentando o dilema de falar sobre um grupo ou falar de dentro deste grupo. Essa identidade é constituída, poderia-se dizer, como uma dupla consciência (Collins, 2016), uma eterna posição de “Outro”. Apenas ao grupo referencial é permitida a “transparência” com relação ao seu país de origem, grupo étnico ou racial e eventualmente o gênero. Ele parece “neutro”, os outros é que precisam de adjetivos: “O *status* de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco” (Collins, 2016: 105).

É costumeiro argumentar que seja uma das “virtudes” e não um dos “pecados”¹⁰ da Antropologia ter se colocado nesse lugar de curiosidade pelo “outro” – eventualmente em oposição ou em paralelo à Sociologia, que se ocupava dos “civilizados” –, tendo sido o ocidente que construiu ambos, os “civilizados” e os “outros”: o “primitivo”, o “selvagem”, o “exótico”. É sabido que “a diversidade teórica da Antropologia torna difícil generalizar criticamente sobre o campo”, como bem colocou Roy Wagner (2012:15). Contudo, realocar esse “outro” inventado, abrindo espaços na textualização, na intenção de “dar voz” – voltando a Gayatri Spivak –, não serve (apenas ou também) para neutralizar uma possibilidade de crítica? Afinal, “são mudos aqueles que agem e lutam, em oposição àqueles que agem e falam?” (Spivak, 2010: 32)

Desta maneira, o objetivo principal desse primeiro capítulo é apresentar estas bases teórico-metodológicas sobre as quais este trabalho está construído, dado que ao mesmo tempo que sou parte do grupo de pessoas sobre as quais escrevo, tenho construído uma trajetória profissional e intelectual acadêmica. Estou envolvida no circuito de ativismo na periferia da Zona Leste de São Paulo, me graduei em uma universidade particular de prestígio, a PUC-SP, e falo outros dois idiomas além do meu nativo. Trabalho como professora de francês e como tradutora¹¹ e este é meu segundo mestrado, o primeiro foi realizado na Université Paris 8, sob orientação de Éric Fassin (Oliveira-Macedo, 2015). Ao mesmo tempo, contudo, moro na casa

¹⁰ Os termos são emprestados de Peirano (2004): “Os pecados são fáceis de identificar e resumir: as relações de poder desigual entre pesquisadores e seus então nativos, o suposto exotismo dos não ocidentais, a fabricação dos especialistas regionais (africanistas, americanistas, oceanistas, etc.), o financiamento politicamente direcionado.” (Peirano, 2014: 381)

¹¹ Particularmente no Coletivo Sycorax: <http://coletivosycorax.org/>

que minha mãe, uma costureira cearense, e meu pai, um eletricitista baiano, ambos com ensino fundamental incompleto, construíram no Itaim Paulista.

Foi neste bairro da periferia leste, fronteira com mais de uma cidade da Região Metropolitana, que passei a maior parte da minha infância e toda a minha adolescência. A partir do ensino médio, constituí uma trajetória de vida muito diversa da maioria das minhas amigas e amigos dessa época – que hoje têm filhos e filhas adolescentes e, em alguns casos, são já avós e avôs. Minha trajetória se conecta com a de minhas interlocutoras de pesquisa e essas histórias que se esquivam de destinos pré-determinados é um dos motes inspiradores deste trabalho.

Por outro lado, a imensa insegurança financeira nas quais minhas escolhas educacionais e profissionais me colocaram, desmantelam a narrativa da educação como tábua salvadora da precariedade, frustrando expectativas que se construíram ao redor de mim conforme ia alcançando determinadas posições: morar na casa da minha família é uma opção ou uma falta de opções? Tudo isso me faz viver sempre em uma posição incômoda, de não estar completamente integrada no ambiente universitário, não possuir o sucesso econômico esperado para o meu nível educacional e igualmente possuir valores e aspirações que me fazem não estar mais completamente integrada na quebrada onde cresci.

Essas reflexões são fundamentais para explicitar as premissas sobre as quais o trabalho foi realizado, com base em um conhecimento que é situado e corporificado (Haraway, 1995) e que é completamente permeado pela minha subjetividade (Velho, 1978). Minha pesquisa não é mais ou menos legítima do que a de pessoas que não são “crias”¹² das periferias de São Paulo, até porque legitimidade pode se dar em várias esferas. A minha legitimidade política - ou poderíamos dizer afetiva? -, passa pela confiança que as pessoas depositaram em mim ao compartilhar suas histórias, com nome e sobrenome, e a legitimidade institucional passa pelo ritual acadêmico que valida esse trabalho em uma instituição universitária. Ainda assim, o que faço neste tópico é discutir a perspectiva de *outsider within* (e também de *halfie*) em um trabalho antropológico e etnográfico, realizado por um sujeito nativo do contexto social e do grupo onde o produziu, com a preocupação de entender a etnografia não apenas como uma experiência em campo, mas igualmente como uma reflexão sobre o trabalho de escrita desta experiência. A

¹² “Cria” é um termo êmico, muito popular no Rio de Janeiro, para se referir a pessoas originárias de favelas ou comunidades e que vem sendo recentemente usado por incorporado por determinados grupos nas periferias de São Paulo com o mesmo sentido.

discussão que venho traçando nesse capítulo é, desta maneira, menos sobre legitimidade (minha ou de qualquer outra pessoa que pesquisa) e (muito) mais sobre metodologia e epistemologia.

Outrossim, o que se pretende aqui não é pregar a favor da construção de uma “ego-História” (Kopenawa e Albert, 2015), ou uma “ego-Antropologia”. A questão não é, tampouco, a de criar uma posição essencial inquestionável baseada na “*origine contrôlée*”¹³ da pessoa que pesquisa, como sugerem interpretações equivocadas de “lugar de fala” – que o entendem como uma proibição do falar para quem não faz parte do grupo do qual se fala. Em vez disso, proponho tatear o que se move quando a pessoa que faz a etnografia é também o “outro” no contexto de relações de poder, quando é tão de dentro do grupo e do contexto estudado quanto do espaço universitário que avalia e valida o saber produzido sobre ele. O que é “exótico” ou “diferente”, desta perspectiva? Quais são os termos êmicos que precisam de nota de rodapé e quais termos são tão de conhecimento coletivo que não precisam ser explicados?

Não somente a pessoa indígena, ou nativa de ilhas distantes, representa este fascínio do estranhamento, tão caro à metodologia antropológica¹⁴. Quando a Antropologia se volta para sua própria sociedade, pobres, jovens, as pessoas pretas, a periferia, são também frequentemente de um “exotismo mundano”, o que lhes confere o lugar de “outro” da pesquisa etnográfica. Um lugar de numerosa minoria.

A Antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e "pobres" em geral) em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes. (Durham, 1986: 18)

Em São Paulo, entre os anos 1970 e 1980, no fim da ditadura civil-militar, as pesquisas em Ciências Sociais em grandes centros urbanos ganharam força ao se voltar para os

¹³ *Appellation d'origine contrôlée* (AOC) utilizada na França e na Suíça é o equivalente à Denominação de origem controlada (DOC) utilizada em Portugal. A AOC leva em conta a localização geográfica de certas produções como vinhos, queijos, manteiga e outros produtos agrícolas, e é atribuída sob a fiscalização da agência governamental *Institut National des Appellations d'Origine* (INAO). Os vinhos certificados como AOC são produzidos em *terroirs* (uma extensão de terra cultivada) delimitados, são sempre muito conceituados e satisfazem a normas de produção muito estritas, definidas por decreto. Ver: <https://www.inao.gouv.fr/Institut-national-de-l-origine-et-de-la-qualite>

¹⁴ Nas palavras de Ruth Cardoso (1986: 100-101), em sua crítica a certos usos da participação observante: "(...) a intensificação da participação dos investigadores foi justificada, menos como forma de aproximar para conhecer e mais como identificação de propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado. Isto reduz a pesquisa à denúncia e transforma o pesquisador em porta-voz do grupo. E, como consequência, elimina um dos passos importantes da pesquisa participante, que é o estranhamento como forma de compreender o outro. (...) Enunciado a partir de uma posição social determinada, este discurso expressa interesses contraditórios e é sempre parcial e fragmentado. É a sistematização que a ciência propõe que permite avançar para além destes fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória." (grifos meus)

movimentos sociais urbanos. O trabalho de Ruth Cardoso e Eunice Durham são significativos nesse sentido (Cardoso, 1986). Antes disso, estavam mais focadas nos processos de urbanização, observando “de fora e de longe”, preocupadas prioritariamente com processos macro, do que com atores concretos (Magnani, 2013). Desta maneira quando “a porção mais desassistida da cidade” surge como novo sujeito político no Brasil, como é o caso deste período final ditadura civil-militar, o interesse acadêmico se gira nessa direção e a Antropologia, com experiência de trabalho com essas populações, ganha destaque entre as Ciências Sociais. Segundo José Guilherme Cantor Magnani:

Foi a época dos chamados “movimentos sociais urbanos” quando, em razão do golpe militar de 1964, o foco da atuação política (e, em consequência, do interesse acadêmico) passou do militante ao morador, e dos partidos e sindicatos operários para associações de bairro situados na periferia, a porção mais desassistida das cidades, em comparação com as áreas centrais.” (Magnani, 2013).

Os anos 2000 trazem mudanças que agudizam implicações metodológicas e políticas que Eunice Durham já percebia em 1986, qual seja, a dificuldade na análise de movimentos como o feminista, negro ou LGBTQIA+, nos quais a pessoa que pesquisa pode estar integrada: “Nesses casos, as dificuldades em realizar simultaneamente uma ação transformadora na sociedade e uma análise dessa prática são particularmente agudas.” (Durham, 1986: 26-27). A ampliação do acesso destes “outros” aos circuitos de produção de saber e a consequente reivindicação por “direitos epistemológicos” (Baldráia, 2017), propondo outras leituras de antigos clássicos ou mesmo forçando a inserção de textos que, embora já antigos, ainda sofrem para entrar para a lista de leitura obrigatória dos programas universitários¹⁵. Tal reivindicação é feita por uma considerável quantidade de jovens intelectuais – que se beneficiaram por programas de bolsa ou de ações afirmativas, dos mais diversos, ou passaram pelas “peneiras” das seleções meritocráticas “tradicionais”. Como coloca Silvana Nascimento (2019: 466), “nossas(os) interlocutoras(es) agora são estudantes de antropologia, são antropólogas(os) e professoras(es) que leem nossos textos, fazem suas críticas, cobram posicionamentos políticos.”

Se para determinadas pessoas, “uma antropologia de seu próprio povo é a mais árdua, mas também a mais valiosa conquista de um pesquisador de campo”, para outras, “poderia ser vista como uma experiência suave, porque foi realizada principalmente dentro do idioma, casta e região de origem do pesquisador” (Peirano, 1998: 106). Eventualmente, quando estudam seus próprios grupos, pesquisadores são vinculados a outras Ciências Sociais, como a História, a

¹⁵ Um exemplo importante é a popularidade tardia que têm ganhado os escritos de Frantz Fanon, falecido em 1961, os de Carolina Maria de Jesus, falecida em 1977, e os de Lélia González, falecida em 1994.

Sociologia, a Ciência Política ou a Economia, quando não a determinados campos de estudos, como estudos feministas, *queer*, urbanos ou de relações raciais.

No texto “Etnografia não é Método”, Mariza Peirano (2014) conta que vai a um cartório eleitoral realizar o recadastramento biométrico e fica impressionada com a quantidade de vezes em que tem que confirmar ser ela mesma, com foto, digital, documento, assinatura. A passividade com que ela e todas as pessoas ali obedeciam às instruções ao pé da letra acendeu um pequeno alerta. A partir daí, e de pesquisas anteriores sobre documentos de identificação no Brasil e nos Estados Unidos (Peirano, 2009; 2011), a autora desenvolve um argumento sobre a complexidade que todas as pessoas que fazem trabalho de campo em contextos próximos àqueles em que vivem passam: de estar fazendo campo o tempo todo e nunca o estar. “A ideia de ‘método etnográfico’ é complexa. O que eu estava fazendo no posto eleitoral? Simplesmente me recadastrando...? Ou fazendo etnografia? Ou as duas coisas?” (Peirano, 2014: 379). Faço perguntas parecidas a mim mesma: o que eu estava fazendo em uma atividade ou em um espaço feminista na Zona Leste de São Paulo? Encontrando as amigas, militando ou fazendo etnografia?

A esse respeito, trago uma narrativa etnográfica da minha época de estudante de Ciências Sociais PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], uma importante instituição de ensino superior privada paulistana:

Em uma sala de aula de graduação, no começo dos anos 2000, uma professora de sociologia nos contava, divertida, sobre uma extraordinária solidariedade atribuída às classes populares de São Paulo e, em particular, de populações de migrantes da zona rural de Minas Gerais e de diversos estados do Nordeste, em oposição à individualidade que ela acreditava tomar conta dos condomínios de classe média e alta da cidade. Certa de falar para uma plateia homogênea em termos de origem social, ela comentava achar muito interessante que, geralmente, porteiros, babás e empregadas domésticas se conhecessem, ou eram eventualmente parentes, e sempre tinham uma pessoa para indicar quando abria uma vaga de trabalho nos serviços de portaria, cuidado, limpeza, pequenos consertos ou motorista. Sempre tinham uma vizinha, uma prima, uma amiga, um cunhado, um sobrinho, ou o filho de alguém que estivesse precisando trabalhar e potencialmente pudesse ocupar uma posição de serviço.

Na sala de aula dessa professora, contudo, haviam algumas “Jéssicas”, entre as quais eu mesma. Jéssica é a personagem do filme brasileiro “Que horas ela volta?”, de Anna Muylaert,

lançado em 2015. O filme trata dos conflitos entre uma empregada doméstica pernambucana, Val (personagem vivida por Regina Casé), e a família paulistana de classe alta para qual trabalha, quando sua filha, Jéssica (Camila Márdila), vem de Pernambuco para prestar vestibular para a FAU - USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e se hospeda na casa dos patrões, onde Val mora. Os conflitos começam, primeiro com a mãe, quando Jéssica descobre que ela mora com os patrões e que é lá que ela também vai ter que ficar, e depois com a patroa da mãe, quando a jovem não tem o comportamento esperado para a filha da empregada. Para além de uma suposta ingenuidade ou infantilidade de Val (Cunha, 2016), o filme é interessante por marcar uma série de códigos de comportamento que “ninguém precisa ensinar”, que já se “nasce sabendo”, como diz Val para a filha em uma cena, mas também por explicitar o lugar de incompreensão, ou de questionamento, de regras naturalizadas da desigualdade social e de uma cordialidade puramente encenada.¹⁶

Eu tinha me formado em 2009, mas quando o filme foi lançado, em 2015, era comum que pessoas me dissessem que tinham lembrado de mim ao assisti-lo. Assim como Jéssica, também fiz cursinho popular e, embora eu não seja nordestina, minha mãe migrou do interior do Ceará para São Paulo durante os anos 1970 em busca de oportunidades de trabalho, conhecendo meu pai na fábrica de tapetes onde operavam a mesma máquina. O roteiro do filme tratava de uma história de alguma maneira semelhante à minha e a de algumas das mulheres com quem tenho convivido nas últimas duas décadas. Somos filhas de trabalhadoras migrantes, domésticas, costureiras, merendeiras, operárias, donas de casa, e éramos da primeira geração de nossas famílias a chegar ao ensino superior. Éramos um pouco como Jéssica, antes dela aparecer.

Voltando à PUC-SP, aos ouvidos das “Jéssicas” da sala de aula, quase dez anos antes do filme, o divertimento na fala da professora soava mais como um estranhamento, que variava entre a ininteligibilidade da surpresa e a anotação no caderno de campo sobre a experiência do contato com diferentes classes sociais. Para nós, até ali, surpreendente era ter amigo médico, primo advogado, vizinho engenheiro ou colega da escola que estudava no exterior, para buscar e indicar nas mais diversas situações, fazendo igualmente parte do jogo de influências e de capital social no mercado de trabalho. Uma interpretação sociológica possível para essa

¹⁶ Uma situação que sempre me vem em mente ao pensar neste filme aconteceu em Paris, quando cumprimentei a mãe de uma amiga brasileira ao telefone com um “Oi, Dona Márcia!”, como eu teria feito com qualquer senhora, mãe de qualquer amiga. Essa amiga, no entanto, me disse que as empregadas a chamavam assim, “Dona Márcia” e era a primeira vez que uma amiga dela o fazia. Até hoje, contudo, não sei qual pronome de tratamento usam as jovens das classes mais altas para se referir às mães de suas amigas.

presteza na indicação de pessoas para vagas de trabalho poderia ser na linha daquela construída por Feltran (2008: 164), ao falar da solidariedade presente nas favelas – que se estende para outros espaços na periferia – que, como ele mesmo ressalta, estão longe de significar “mais ou menos ‘bondade’ entre os indivíduos” e sim uma “construção coletiva de uma solidariedade específica que se ancora em componentes relativos à organização espacial, cultural, econômica, etc.” e que, entre outras coisas, “ajuda a compreender as dificuldades e estigmas que os favelados carregam quando saem desse cosmos, que media, sem dúvida, suas lutas pela constituição de sujeitos políticos”. Muitas vezes, é na relação de interdependência que permeia nossa vizinhança que construímos nossa sobrevivência.

Tendo vindo de uma família parecida com a de Jéssica, venho tentando construir uma carreira no universo do ensino, das Ciências Sociais e da tradução, a partir de habilidades adquiridas por educação e treinamento profissional (como se refere Patricia Hill Collins, 2016), que se entrecruzam com padrões de classe social e *background* racial¹⁷ que não compartilham com a homogeneidade – cada vez mais matizada – dos espaços universitários e de trabalho que frequento desde o início dos anos 2000. Ao conduzir um trabalho que é, também, autoetnográfico, faço uso de algumas experiências pessoais que são compartilhadas por outras pessoas, construindo uma narrativa que engaja nossas histórias em diálogo. Foi no decorrer de mais de uma década que fui percebendo que eu não era a única a ser sempre a “única” ou a “primeira”, mas que eu era “uma das poucas” (Collins, 2019), percebi uma história que vivíamos em conjunto. O que proponho é, então, não um processo de estranhar o familiar¹⁸, mas um exercício de tradução de alguns dos incômodos que podem escapar à observação a partir da posição tradicionalmente ocupada por cientistas sociais, como expõe Eunice Durham falando das pesquisas nas periferias no campo da antropologia urbana nos anos 1970 e 1980:

Na pesquisa que se faz nas cidades, dentro de um universo cultural comum ao investigador e ao objeto da pesquisa, a participação é antes subjetiva do que objetiva. O pesquisador raramente reside com a população que estuda (e, se o faz, é por breves períodos) e não compartilha suas condições de existência - de sua pobreza, de suas carências, de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana. (Durham, 1986: 18; 26)

O meu caso é o oposto disso. Uma posição que é constituída pela experiência compartilhada de muitas horas em idas e vindas quotidianas de uma quebrada da Zona Leste

¹⁷ Discuto mais detidamente no debate sobre minha experiência racial no terceiro capítulo.

¹⁸ “o processo de estranhar o *familiar* torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações.” (Velho, 1978: 131)

em direção à Zona Sudoeste, pela exaustão daí advinda, pela preocupação com a falta de dinheiro, e pela dupla sensação de inadaptação a ambos os lugares que constituem essa subjetividade.

Por fim, faço novamente referência ao trabalho da colega Fernanda Kalianny Martins Sousa (2016), para pensar sobre histórias excepcionais. Pensar a excepcionalidade de algumas histórias diz mais sobre as estruturas da nossa sociedade, que forjam determinadas regras, do que realmente sobre indivíduos excepcionais. Tais indivíduos são exceções a estas regras rigidamente pré-determinadas, exceções que confirmam o poder de diferenciar e excluir, e, assim, confirmar a regra. Experiência similar é vivida e pensada por Patricia Hill Collins: “A partir da adolescência, fui percebendo que eu era cada vez mais a ‘primeira’, ‘uma das poucas’ ou a ‘única’ afro-americana e/ou mulher e/ou pessoa vinda da classe trabalhadora na escola, na comunidade e no ambiente de trabalho.” Contudo, ela segue e se conecta com o meu ponto:

Embora seja tentador obter reconhecimento pelas próprias conquistas, minhas experiências como a “primeira”, “uma das poucas” e a “única” me mostraram que escolher uns poucos e usá-los para controlar muitos pode ser eficiente para asfixiar grupos subordinados.” (Collins: 2019: 15; 17)

O que quero dizer é que, embora tenha escolhido entrevistar algumas pessoas que gosto e admiro muito e tenha consciência que, dentro deste microuniverso de ativistas, muitas outras histórias poderiam igualmente ter entrado aqui, essas histórias são excepcionais porque estruturas sociais constroem uma profecia autorrealizadora que empurra determinadas parcelas de nossas populações para a precariedade e para a violência. De maneira que processos que poderiam ser considerados como uma continuidade, como por exemplo o acesso ao ensino superior, se tornam um sonho narrado (e vivido) como luta e conquista e a vida se constitui (e é narrada) como uma batalha constante, uma sequência infundável de sofrimentos, enredada em um vocabulário bélico.

“Jéssicas” antes de Jéssica: as interlocutoras

Para esta pesquisa, entrevistei 15 mulheres militantes feministas, moradoras da Zona Leste de São Paulo. Utilizo mais densamente apenas 10 dessas entrevistas, porque a enorme quantidade de material se tornou impossível de analisar neste trabalho, mas me deixou um abundante material para o desenvolvimento de trabalhos futuros¹⁹. Essas conversas geraram o

¹⁹ Algumas das ideias recolhidas nestas entrevistas foram inspiração para a produção de um artigo escrito a seis mãos, com Sheyla Melo e Nataly Ramos, para o livro coletivo “Agenda Propositiva das Periferias”, que será publicado no segundo semestre de 2021.

material de reflexão da pesquisa inteira, então mesmo que elas não sejam citadas diretamente, germinaram diversos dos meus *insights* e reflexões. Sem elas, essa dissertação não existiria. Me sinto profundamente grata por partilhar de suas histórias. Foi muito difícil decidir quais mulheres entrevistar dentro deste circuito, assim, acabei não decidindo. Fui seguindo os acasos que abriam a oportunidade para uma conversa que, eventualmente, poderia levar a uma entrevista, uma conversa mais detalhada, mais longa, com quem estivesse disponível e disposta.

Um dos eixos organizadores da pesquisa foram os percalços do acesso à educação superior, visto que a trajetória de acesso à formação era um ponto importante para o tipo de atuação e um aspecto em comum entre todas elas. Esse tópico não havia sido delimitado *a priori*, mas apareceu fortemente na narrativa das entrevistadas e aparece como um articulador da militância, seja porque abre a possibilidade de ocupar cargos técnicos ou de gestão em determinados serviços, seja porque foi possibilitado pela articulação na militância. Assim, particularmente o acesso ao ensino superior se tornou uma questão colocada pela experiência etnográfica, um tema que apareceu em campo e redirecionou a reflexão aqui empreendida.

Neste tópico apresento todas as interlocutoras entrevistadas em ordem alfabética, com nome completo e minibiografia, de maneira resumida, para auxiliar na leitura das análises posteriores, revelando delas apenas o que pareceu imprescindível. Uma “minibio” pode dar conta de uma coisa, mas não de todas as coisas, diria minha cara colega Alessandra Tavares ao ler esse texto. Ainda que apareçam de maneira mais contextualmente inseridas no terceiro capítulo, me pareceu necessário apresentar essas “credenciais” previamente para que a pessoa que me lê as “conheça” um pouco. A todas as entrevistadas foi oferecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo II), foram informadas que teriam seus nomes completos citados na pesquisa e foram consultadas para fazer o texto da minibiografia. Enquanto artistas, intelectuais e militantes com atuação em diversos âmbitos do espaço público, me pareceu importante apresentá-las com nome, sobrenome, referências profissionais e bibliográficas, pois elas também são produtoras de saberes. Confesso, contudo, que não consegui me livrar do desconforto sobre o quanto esse modo de fazer era o ideal, enfileirando raça, idade, titulação acadêmica, profissão, publicações, etc. Elas são e fazem bem mais que isso, evidentemente, não se trata de expor suas intimidades aqui, mas era também necessário entender um pouco de seus contextos.

Na maioria dos casos, as conheci durante nossos períodos de graduação na PUC-SP, no começo dos anos 2000, ou por conta da rede de relações que construímos a partir dali. Outras conheço por conta da circulação em movimentos culturais na Zona Leste, em particular na região de Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes. Ofereci o texto para ser lido para cada uma delas, como forma de dar um retorno do trabalho, o que algumas conseguiram fazer e me devolver com comentários²⁰. Isso me permitiu afinar algumas análises e adicionar informações ou detalhes de suas histórias, ou seja, contar com mais contribuições advindas delas mesmas.

Os espaços periféricos de militância às vezes parecem um lugar em que todo mundo se conhece. Quando fora desses espaços, alguma outra coisa nos conecta, uma espécie de reconhecimento mútuo. Pode ser no transporte de volta para casa, longo o suficiente para criar laços de amizade, pode ser uma coisa muito mais sutil, que faz com que nos sentemos no mesmo lado na sala de aula, que nos enturmemos nas mesmas rodinhas fora dela, compartilhando nossas angústias e nossos cafés. Com Ana Paula, Fernanda, Cristina e Giselle a primeira aproximação foi na PUC-SP, mas já não lembramos onde ou como exatamente aconteceu. Com Fernanda compartilhei um apartamento de um cômodo no centro da cidade, que aliviou nossa exaustão de deslocamento na época da faculdade. Fernanda, à época com um filho recém-nascido, me emprestou o dinheiro que tinha na poupança, a fundo perdido, quando fui aceita no mestrado na França²¹. Foi também ela que, ao cruzar com uma estudante francesa que fazia estágio na Ação Educativa, organização onde ainda hoje trabalha, fez girar uma rede de contatos que me ofereceu amizades e moradia segura e confortável naquele país.

Ana Paula era amiga de uma colega de sala, Monici, que morava em Guaianases. Me lembro de me aproximar de Ana Paula quando a graduação já tinha acabado, porque ela também morava no Itaim Paulista e organizava saraus com um coletivo chamado Griots. Foi ali que conheci a Patrícia, que também morava no Itaim, mas que eu nem sabia que tinha estudado na PUC-SP. Com Giselle nem sei, lembro de mensagens e e-mails carinhosos que trocamos, lembro de tê-la encontrado em Salvador, quando ela já estudava lá, mas não sei o que costurou nosso vínculo de amizade. Com a Cristina, a gente se cruza em um monte de lugares, mas não saberíamos dizer de onde nos conhecemos, provavelmente no CACS, o Centro Acadêmico de

²⁰ Tinha em mente o que diz Gilberto Velho sobre observar o familiar: “ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou maior intensidade, a um confronto com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes dos universos que de que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador.” (Velho, 1978: 131)

²¹ Várias outras pessoas queridas colaboraram nessa “vaquinha” e algumas nunca aceitaram o dinheiro de volta.

Ciências Sociais, na PUC-SP. A hospedei com a filha, na minha casa em Paris, quando seu companheiro, Emerson Alcalde, foi vice campeão da Copa do Mundo de Slam de Poesias, em 2014²².

Amanda, Renata e Regiane encontrei na articulação cotidiana das redes feministas. Amanda é uma grande parceira, com quem sempre estou em contato. Renata e Regiane eu acompanho um pouco mais de longe, não por isso com menos admiração e afeto. Keli e Thati encontrei como amigas das amigas e, no decorrer, construímos vínculos afetivos e de admiração muito profundos. Aproximações nos bares, festas e articulações de forma tão orgânica que somos grandes amigas não sei desde quando.

Com a Sheyla temos uma história engraçada, porque um amigo disse uma vez que eu deveria conhecê-la porque ela era “tão encrenqueira quanto” eu, o que tomei como um elogio. Dito e feito: temos construído grandes parcerias eu e ela desde então. Já Talita não sei dizer onde a gente se encontrou, parece que faz realmente muito tempo. Jo Freitas conheço como articuladora de atividades do Itaim Paulista, uma grande poeta e atriz que tenho o prazer de ver florescer mais e mais.

Conheci Bruna Salgueiro e Carol no 1º Encontro Feminista de Ermelino Matarazzo, em 2016, um encontro organizado em uma praça, ocupada naquele período pelo Movimento Cultural de Ermelino Matarazzo, como reivindicação pela instalação de uma Casa de Cultura. Bruna havia sido aluna de um dos meus colegas de PUC-SP, o Alvico, que na época dava aulas de História e Sociologia no ensino público, além de ser um talentoso grafiteiro. De alguma maneira acho que foi ele que fez meu nome circular entre as mulheres que organizavam o encontro e elas me convidaram para participar de uma roda de conversa sobre feminismos na periferia. Na época da PUC, Alvico e eu nos encontrávamos sempre na sala de aula ou no trem, na volta para casa, com o grupo de pessoas que estudava na PUC-SP e morava em Ermelino Matarazzo. Eram pelo menos seis ou sete pessoas do mesmo bairro.

No terceiro ano de graduação, consegui um emprego de 40 horas semanais no Banco de Dados da Folha de S.Paulo. Entrava às 14 e saía às 23 horas. Tive que me transferir para o período da manhã e vivi certa solidão naquele espaço universitário, que tinha significado uma grande mudança na minha maneira de entender o mundo e em minha rede de relações. Ainda

²² <https://vaiserrimando.com.br/emerson-alcalde-videos-copa-do-mundo-poesia-2014/>

assim, encontrei parcerias afetivas e intelectuais fundamentais nesse novo emprego, algumas das quais permaneço conectada, afeiçãoada e grata. Grande parte das relações duradouras que criei na faculdade se estabeleceram e se firmaram durante o tempo em que fui aluna e logo membra do Cursinho Popular Comunitário dos Alunos da PUC-SP²³, para depois me tornar estudante de Ciências Sociais. O Cursinho, além de ser um espaço de formação intelectual e política e de circulação de informação, foi para mim também um espaço de construção de relações de afeto e solidariedade muito profundas. Conheci um mundo de gente incrível nesse percurso.

Amanda Vitorino, mulher negra de 29 anos e moradora de Guaianases. Se formou em mecânica pela Fatec²⁴ [Faculdade de Tecnologia de São Paulo] e, no período de realização dessa pesquisa, estava terminando a segunda graduação, em Direito, pela Faculdade São Judas. Amanda é integrante da Rede Feminista de Juristas – a deFEMde – e funcionária concursada da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Nascida e criada entre Guaianases e São Miguel Paulista, sua família é da Bahia. Ela cresceu separada dos irmãos, que ficaram com a avó quando a mãe migrou para São Paulo. Amanda só conviveu com os irmãos no fim da adolescência deles, quando vieram para São Paulo para trabalhar, já com 16, 17 anos. Um irmão é ajudante de pedreiro e o outro trabalha como assistente administrativo e tem ensino superior. A mãe se separou do pai biológico quando Amanda era muito pequena e se casou novamente quando ela tinha dois anos, com o homem que ela reconhece como pai. Quando era adolescente, como a família não tinha como pagar seu estudo de Kumon²⁵, Amanda trabalhava na “escola”, ajudando a corrigir as lições das crianças nos níveis mais baixos, em troca de poder estudar sem custo.

Entrevista concedida em fevereiro de 2019.

Ana Paula Santana Correia, mulher negra de 38 anos, moradora de Itaquera, formada em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestre em Ciências Sociais pela Unifesp. É coordenadora do

²³ Um de seus fundadores, meu amigo e ex-professor de História, faleceu no começo de 2020, vítima do coronavírus, e o cursinho foi rebatizado em sua homenagem como Cursinho Popular Valdemar Gomes. Sobre a morte, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/um-dos-fundadores-do-cursinho-popular-da-puc-sp-morre-por-coronavirus-aos-47-anos.shtml>

²⁴ As Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo são instituições de ensino superior públicas brasileiras, vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

²⁵ Kumon é um método de estudo que propõe desenvolver o autodidatismo de forma individualizada através da matemática e língua materna. A palavra designa o nome do fundador o método Toru Kumon.

CDCM Casa Anastácia²⁶ desde 2016 e autora de um dos trabalhos usados como referência nesta pesquisa, considerado um marco nos estudos sobre feminismos nas periferias de São Paulo (Correia, 2015; Medeiros, 2017; Oliveira, 2019). Ana Paula é uma das entrevistadas no documentário “Mulheres Negras: Projeto de Mundo” (Rodrigues, 2016). Sua mãe foi trabalhadora doméstica e costureira, mas nunca teve registro na carteira de trabalho. Acabou se tornando pensionista do INSS²⁷ por viuvez. Ana Paula tem dois irmãos que, como ela, nasceram no Itaim Paulista. Os dois com nível superior, um é *designer* e o outro formado em edificações. Sua mãe e seu pai são do interior da Bahia. Na adolescência participou da Pastoral da Juventude e uma vez por ano faziam uma “semana de conscientização”, para estimular a participação política entre jovens. Em um destes encontros, foram convidados dois rapazes da Educafro²⁸ de Poá²⁹, para uma palestra sobre Educação e Política. Nesta palestra surgiu a ideia de criar um cursinho popular no Jardim das Oliveiras, um subdistrito do Itaim Paulista. Com professoras e professores voluntários e mães voluntárias para fazer o almoço, o cursinho funcionava aos sábados, em uma escola pública. Anos depois, quando Ana me falou do cursinho, descobrimos que não apenas o meu irmão tinha estudado lá, como foi ali que conheceu a minha cunhada, com quem vive até hoje.

Entrevista concedida em novembro de 2018.

Bruna Salgueiro, mulher afroindígena de 29 anos, mãe de uma menina de três anos e moradora de Ermelino Matarazzo. Pedagoga formada pela USP, é escritora, educadora brincante³⁰, pesquisadora de arte popular brasileira e de brincadeiras tradicionais. Bruna é autora do livro “Estria” (Salgueiro, 2018), escreve no blog Lume no Breu³¹, publica experimentações artísticas

²⁶ Tratarei dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher no quarto capítulo.

²⁷ Instituto Nacional do Seguro Social é a autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Economia, que recebe as contribuições para o Regime Geral da Previdência Social. O INSS é igualmente o órgão responsável pelo pagamento de aposentadorias, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão e outros benefícios, segundo uma série de critérios previsto em lei.

²⁸ Educafro é uma iniciativa ligada do movimento negro, que milita pela inserção e permanência de pessoas negras e de classes populares em universidades públicas e particulares. A Educafro organiza cursinhos pré-vestibulares e ajuda estudantes a conseguirem bolsas em universidades particulares, além de ter sido um dos movimentos de luta pela implantação das cotas raciais em vestibulares e concursos públicos. Ver: <https://www.educafro.org.br/site/quem-somos/>

²⁹ Estância Hidromineral de Poá é um município da Região Metropolitana de São Paulo, no Alto Tietê, à leste da capital.

³⁰ O termo brincante faz referência a uma tradição de artistas de diversas regiões do Brasil, em particular no Nordeste, que lidam com múltiplas tradições e festas populares bem como com múltiplas linguagens artísticas. Tais artistas podem cantar, dançar, tocar instrumentos, criar e interpretar personagens, entre outras coisas. Quando vão participar de um espetáculo ou atividade, dizem que vão brincar. Ver: <http://www.institutobrincante.org.br/institucional>

³¹ <https://lumenobreu.blogspot.com/>

em seu site pessoal³² e tem uma página no Instagram chamada “Colheita”³³, onde debate educação e antirracismo. Bruna tem uma irmã e um irmão, com 12 e 14 anos a mais que ela. A mãe e o pai se conheceram na igreja onde ela era catequista, quando ele era seminarista. A mãe cresceu em Minas Gerais, “na roça”, mas veio para São Paulo com a família ainda muito jovem e, quando já era mãe, em busca de um trabalho estável, se tornou Assistente de Desenvolvimento Infantil em uma creche municipal. Largou o catolicismo e se tornou espírita, o que faz com que Bruna lembre dela sempre lendo. Seu pai, paulista de família nordestina, sempre foi engajado em movimentos sociais, em particular de luta por moradia, e é militante do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira]. Ele foi seminarista e dá aulas de teologia, foi adepto da teologia da libertação, chegou a iniciar um curso de direito, mas não terminou. Sua irmã é fisioterapeuta e seu irmão se formou na Fatec [Faculdade de Tecnologia de São Paulo].

Entrevista concedida em fevereiro de 2019.

Caroline D’Oliveira de Jesus, mulher negra de 29 anos, moradora de Ermelino Matarazzo, formada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul, com bolsa PROUNI³⁴. Carol fez parte da Ocupação Cultural Mateus Santos³⁵, em Ermelino Matarazzo, entre 2015 e 2019, e foi mestre de cerimônias do Sarau Ermelino Ocupa, entre 2017 e 2019. A mãe é de São Paulo, nascida na Zona Norte, e o pai é baiano, são separados há mais de 20 anos. De família evangélica, Carol mora com a mãe, um tio e um irmão, que é corretor de imóveis. Começou o engajamento nos últimos anos da faculdade, com o envolvimento no Movimento Cultural, mas, como disse no dia de nossa conversa, “sempre quis ser um agente de transformação”. Durante a faculdade de Pedagogia, teve que fazer uma apresentação para uma disciplina sobre movimentos sociais e convidou o pessoal do Movimento Cultural de Ermelino para vir. Foi assim que se aproximou e passou a compor o coletivo, sendo uma das organizadoras do Primeiro Encontro Feminista de Ermelino Matarazzo, em 2016. Antes disso, já realizava

³² <https://brunasalgueiros.wixsite.com/site>

³³ <https://www.instagram.com/colheita.educa/>

³⁴ O Programa Universidade Para Todos é um programa de financiamento estudantil do Ministério da Educação, que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições particulares de ensino superior.

³⁵ A Ocupa Ermelino, como também é conhecida, foi alvo de polêmica por conta de uma discussão com o então secretário municipal de cultura de João Dória, André Sturm, em 2017. Durante as negociações para renovação da gestão compartilhada do espaço, o secretário ameaçou “quebrar a cara” de um dos jovens articuladores culturais e o site Periferia em Movimento divulgou o áudio da conversa na internet. A página está atualmente fora do ar, mas uma matéria descrevendo o conflito pode ser encontrada no site da Revista Vice: https://www.vice.com/pt_br/article/nej83k/andre-sturm-cultura-de-sp-ameaca-quebrar-a-cara-de-agente-cultural. Acesso em 08/04/2021.

pequenas iniciativas individuais, como atividades de recreação na viela onde mora. No final de 2019 lançou o Zine Sobre Ser e Pertencer, com uma poesia sua. A venda deste Zine ajudou a financiar uma viagem de 70 dias, por diversos estados do Brasil, interrompida pela pandemia de coronavírus.

Entrevista concedida em janeiro de 2019.

Cristina Adelina, mulher negra de 41 anos, é mãe de duas meninas, moradora da Cohab 1³⁶, atriz, *slammaster*³⁷, produtora e professora de História. Sua filha mais velha nasceu quando ela estava no quarto ano da faculdade, em 2003, e a mais nova em 2016. Formada pela Fundação Santo André e com mestrado pela PUC-SP, trabalha com audiovisual, produção cultural e teatro desde 2006. É diretora do documentário “Jardim Samara: História e Identidade”³⁸ e escreveu um livro com o mesmo título (Edicon: 2011). Desde de 2013 compõe o coletivo de trabalhadoras e trabalhadores da cultura Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes, é membra fundadora do Slam da Guilhermina e do Slam Interescolar de São Paulo. Cris vem de uma família evangélica, foi líder de jovens em sua igreja e participou da organização no centro acadêmico na faculdade. Seu pai foi chefe de comissão de fábrica: *muito orgulho de ter um pai grevista*, disse ela. O pai e a mãe se conheceram já em São Paulo, embora viessem da mesma cidade, Livramento de Nossa Senhora, no sul da Bahia. O pai tinha migrado ainda bebê, com a família, e a mãe, que tinha perdido a mãe dela aos cinco anos e trabalhava em um arrozal desde muito jovem, migrou só aos 16 anos. O avô de Cris organizava o transporte para migrantes de Livramento para Lins, no interior de São Paulo, onde trabalhava como capataz. Seu filho, tio de Cris, continuou o trabalho do pai, mas organizando as migrações para o Jardim Samara, na Zona Leste, criando uma pequena comunidade onde o pai e a mãe se encontraram.

Entrevista concedida em fevereiro de 2019.

³⁶ Conjunto Habitacional José de Anchieta, a COHAB 1 ou COHAB Arthur Alvim, é um subdistrito do bairro de Arthur Alvim, composto por conjuntos habitacionais construídos por política habitacional no município de São Paulo a partir do final da década de 1970. Ver: <https://www.agenciamural.org.br/de-ruas-numeradas-a-rapper-de-sucesso-cohab-1-celebra-42-anos-com-livro-historico/>

³⁷ *Slammaster* são as pessoas que organizam os *slams* ou *poetry slams*, que são encontros de poesia falada e performática, geralmente em forma de competição, onde um júri popular, escolhido espontaneamente entre o público, dá nota às/aos *slammers* (as/os poetas), levando em consideração principalmente dois critérios: a poesia e o desempenho.

³⁸ Disponível em: https://youtu.be/NM_LalbOIRY. Consultado em 08/04/2021.

Fernanda Amaru, mulher negra de 43 anos, mãe de um menino de dez anos, moradora da Cohab José Bonifácio³⁹, em Itaquera, pedagoga e historiadora formada pela PUC-SP. Fernanda é coordenadora do programa de Arte-Educação para jovens em medida socioeducativa de privação de liberdade da Ação Educativa desde 2008 e compõe a Okupação Cultural Coragem⁴⁰. Sua família é do interior de São Paulo. É filha única e não conheceu o pai. Sua mãe, já falecida, se aposentou como merendeira em uma escola municipal. Elas foram umas das primeiras famílias a se mudar para a COHAB José Bonifácio, na década de 1980. Fernanda não tem uma trajetória ligada à igreja, mas sim a movimentos político-artísticos como o punk, anarcopunk e o hip-hop, sendo uma das entrevistadas no documentário “Viver para lutar - Episódio 1 Punk, Anarquismo e Feminismo: As Minas dos anos 90” (Krup, 2019). Fez parte do Coletivo de Esquerda Força Ativa, na Cidade Tiradentes, que mantém a Biblioteca Comunitária Solano Trindade⁴¹, promove formações antirracistas, anticapitalistas e é engajado na luta contra o genocídio da população negra desde os anos 1990.

Entrevista concedida em fevereiro de 2019.

Giselle Cristina dos Anjos Santos, mulher negra de 35 anos, escritora e moradora de Ferraz de Vasconcelos⁴². Pesquisadora do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é formada em História pela PUC-SP, mestre em Estudos de Gênero e Teoria Feminista pela Universidade Federal da Bahia (Santos, 2013) e doutoranda em História Social pela USP. Giselle é autora do livro “Somos todas Rainhas” (Santos, 2011). Sua mãe nasceu em Aracaju, mas a família migrou para São Paulo quando ela era ainda criança. O pai era do norte de Minas Gerais e migrou na adolescência, já para trabalhar. Ambos estudaram até o quarto ano do ensino fundamental e se conheceram em São Paulo. Giselle perdeu o pai quando tinha 11 anos e tem um irmão mais novo. Sua mãe começou a trabalhar como empregada doméstica na infância, assim como as três irmãs dela, e depois como costureira. Voltou a estudar já com mais de 40 anos, quando Giselle estava nos primeiros anos do ensino fundamental, estimulada pelo desejo de acompanhá-la com as tarefas. Fez supletivo, magistério e se tornou professora em creches, em escolas de educação infantil e na alfabetização para Jovens e Adultos. Fez parte da

³⁹ Conjunto Habitacional José Bonifácio, a COHAB 2, é um subdistrito também fruto de política habitacional municipal, na região entre Itaquera e Guaianases.

⁴⁰ O Coletivo de Ocupação e Revitalização, Arte, Graffiti, Educação e Música C.O.R.A.G.E.M, é uma iniciativa de ativistas que desenvolvem diversas ações em um espaço da COHAB 2, que estava abandonado há mais de 15 anos.

⁴¹ Ver: <http://bibliotecas.cultura.gov.br/historico/250090/>

⁴² Ferraz de Vasconcelos é um município da Região Metropolitana de São Paulo, localizado no Alto Tietê, à leste da capital.

Pastoral da Criança e da Pastoral Carcerária, estando muito próxima da militância do PT em sua região, embora nunca tenha se filiado⁴³. Atualmente trabalha como voluntária em projetos de alfabetização de Jovens e Adultos na igreja católica que frequenta. Giselle, embora tenha trabalhado em um projeto de educação de jovens e adultos com a mãe, encontrou seu engajamento político no anarquismo, tornando-se vegetariana ativista aos 16 anos de idade e, mais recentemente, vegana.

Entrevista concedida em março de 2020.

Jo Freitas, mulher negra de 27 anos, atriz, poeta, apresentadora, escritora, pesquisadora em cenopoesia⁴⁴. Nascida em Paulo Afonso, na Bahia, a família veio para o Itaim Paulista quando ela tinha 5 anos de idade. Se formou na SP Escola de Teatro, trabalha com oficinas de escrita poética em cenopoesia e espetáculos nessa linguagem. É idealizadora do Sarau Pretas Peri, no Itaim Paulista, e integrante do Sarau das Pretas⁴⁵. Atualmente ministra a oficina Escrita Criativa e Cenopoesia. Foi no Céu Veredas [Centro Educacional Unificado] que ela começou suas aulas de teatro e no Sarau O que Dizem os Umbigos, realizado na Casa de Cultura do Itaim, que ela se inseriu na rede de poetas e na cena artística da cidade. Por esse caminho se inseriu na militância. Por conta de suas origens e por seu pertencimento racial, seus primeiros papéis no teatro eram como retirante, pobre, viciada em drogas, garçonete e empregada doméstica, *eu só não estou nesses papéis em produções independentes, quando a temática tem a ver com o fortalecimento da cultura negra*, me disse ela. Jo Freitas tem duas irmãs, ela é a do meio. Sua irmã mais nova é contadora e a mais velha é empreendedora, as duas são evangélicas, o pai era pedreiro e a mãe, empregada doméstica.

Entrevista concedida em janeiro de 2019.

Keli de Oliveira Rodrigues, mulher negra de 39 anos, morou em Poá, Vila Curuçá⁴⁶, e atualmente está na Vila Ré⁴⁷. É formada em Ciências Sociais pela Faculdade Escola de Sociologia e Política – FESP e coordena o CDCM Casa Viviane dos Santos desde 2013. Keli é

⁴³ O Partido dos Trabalhadores tem uma presença importante nas periferias nas décadas de 1980 e 1990. Muitas das pessoas envolvidas na fundação de diversas associações e movimentos sociais nas periferias de São Paulo entre as décadas de 1980 e 2000 são ou foram de alguma maneira ligadas ao PT.

⁴⁴ Cenopoesia é uma expressão artística que combina escrita, oralidade e expressão corporal. Ver: <https://youtu.be/mOQ51OnPEsM>

⁴⁵ Ver <https://www.facebook.com/Sarau.poesia.manifesto.periferia/> e <https://www.facebook.com/saraudaspretas/>

⁴⁶ Vila Curuçá é um distrito da Zona Leste de São Paulo, que faz divisa com os distritos de São Miguel Paulista, Jardim Helena, Itaim Paulista e Guaianases.

⁴⁷ Vila Ré é um distrito da Zona Leste de São Paulo, próximo ao Jardim Nordeste e à Vila Nhocuné.

educadora e assessora do Instituto Paulista de Juventude. Sua família é de Minas Gerais e migrou para São Paulo na década de 1960. Primeiro veio o pai, depois a mãe, com os dois filhos mais velhos, que nasceram em Minas Gerais. Keli é a mais nova entre as mulheres, de um total de oito irmãs e irmãos. A mãe é concursada como auxiliar de cozinha em uma creche da prefeitura de São Paulo e o pai é pedreiro aposentado. Por ser a penúltima criança, Keli pôde entrar no mercado de trabalho com mais idade que suas irmãs e irmãos, mas lembra de ter vivido uma infância e uma adolescência com bastante restrições financeiras. Passou boa parte da adolescência frequentando grupos ligados à igreja católica e à teologia da libertação na Vila Curuçá, onde cresceu. Nesses grupos, em particular na Pastoral da Juventude, exerceu diversos tipos de atividades, como coordenação do grupo de jovens, canto, teatro e de organização das atividades da paróquia, bem como participou de atividades de formação de lideranças. Keli e Thatiane Coghi, foram as primeiras pessoas de quem ouvi falar em teologia feminista⁴⁸, ambas foram multiplicadoras do Católicas pelo Direito de Decidir⁴⁹. Atualmente é também articuladora do sindicato de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.

Entrevista concedida em abril de 2019.

Patrícia Maria da Silva, mulher negra de 37 anos, mãe de um menino de 07 anos. Nascida e criada no Itaim Paulista, mora atualmente na Vila Matilde. Formada em Serviço Social pela PUC-SP, com bolsa do PROUNI, trabalha na Secretaria Municipal da Habitação. O pai é de Custódia, no interior do Pernambuco, e a mãe nasceu já na Zona Leste de São Paulo, mas são primos de terceiro grau. O pai veio para São Paulo aos 24 anos. Tinha perdido a mãe aos 13 e, como filho mais velho, ajudou o pai a sustentar os irmãos e irmãs menores, incluindo os do casamento seguinte. Quando vem para São Paulo, é no intuito de continuar ajudando e, ao se estabelecer aqui, acolher os mais jovens na chegada. Aqui, como tinha estudado só até o quarto ano, mas tinha feito um “curso de elétrica”, começa logo a trabalhar como eletricista. É na casa da família onde fica hospedado, seu tio e tia, que conhece a mãe de Patrícia. Se casam em 1977. Patrícia é a filha do meio. Seu irmão mais velho é formado em Filosofia pela USP e sua irmã mais nova em Gestão de Recursos Humanos, na FMU - Centro Universitário das Faculdades

⁴⁸ Teologia Feminista é uma linha teológica marcada pela influência do pensamento feminista, por revisões e proposições de novas interpretações dos textos sagrados, bem como da doutrina e organização institucional religiosa. Entre as teólogas feministas do catolicismo, Ivone Gebara talvez seja a mais proeminente. Ver: Rosado-Nunes, 2006.

⁴⁹ Católicas pelo Direito de Decidir é um movimento político e uma Organização Não Governamental internacional, formada por mulheres católicas engajadas na proteção dos direitos das mulheres, em particular direitos sexuais e reprodutivos. O movimento é conhecido por seu engajamento pela descriminalização do aborto, por propor uma leitura feminista do catolicismo e criticar algumas de suas encíclicas. ver: <https://catolicas.org.br/>.

Metropolitanas Unidas. A mãe sempre trabalhou em casa e completou o ensino médio quando as crianças já haviam crescido. Tanto o pai, quanto a mãe, foram muito ativos nos movimentos do bairro e participaram de diversos movimentos de implantação de equipamentos públicos, como posto de saúde, escola e creche na Cidade Kemel, subdistrito onde viviam. Patrícia cresceu rodeada pela Teologia da Libertação, em uma Comunidade Eclesial de Base, e fez parte da Pastoral da Juventude, contexto que foi decisivo para sua abertura para o mundo e para a militância.

Entrevista concedida em maio de 2020.

Regiany Silva de Freitas, mulher negra de 31 anos, moradora da COHAB José Bonifácio e designer gráfica formada pela Faculdade Impacta. Possui pós-graduação no CELAC - Centro de Estudos Latino-americanos de Comunicação e Cultura da ECA [Escola de Comunicação e Artes da USP] e um mestrado em Linguística Aplicada pela USP (Freitas, 2018). Trabalha como designer digital em uma agência de publicidade no bairro de Pinheiros e no site Nós, Mulheres da Periferia, onde também atua como jornalista. É igualmente uma das diretoras do documentário “Nós, Carolinas” (Nós, mulheres da periferia, 2017). Regiany mora com a mãe, que separou do pai quando ela e a irmã eram crianças. O pai é cearense e a mãe nasceu em São Paulo, mas sua família é do Rio Grande do Norte. Regiany teve uma relação importante com uma comunidade católica na infância e adolescência, por meio da qual participou de diversas atividades no bairro, em particular com as crianças, quando se tornou catequista, e mais tarde com pessoas idosas e hospitalizadas, sempre fazendo visitas na casa das pessoas.

Entrevista concedida em fevereiro de 2019.

Renata Eleutério, mulher mestiça de 34 anos, moradora do Lajeado, pesquisadora e educadora popular, é mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Sousa, 2018) e graduada também em Ciências Sociais pela Fundação Santo André. É atriz e brincante da cultura popular em manifestações de jongo, congada de Moçambique, batuque de umbigada e samba de bumbo. Renata foi educadora de teatro na Fundação Casa. Atuante com o movimento popular de moradia e cultura, passou pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, pelas Comunidades Eclesiais de Base e pelo movimento de criança e adolescente. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre produção artística, resistências e formas de organização popular, agremiações de esquerda no pré-1964 e a ditadura militar. Além de pesquisas sobre o

patrimônio, memória e história dos bairros de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes no coletivo de pesquisadores periféricos CPDOC Guaianás⁵⁰.

Entrevista concedida em outubro de 2019.

Sheyla Melo, mulher parda de 35 anos, poeta, rapper, ilustradora, pedagoga formada pela Faculdade Sumaré e jornalista pela Faculdade Casper Líbero. Especialista em Educomunicação pelo projeto Cala Boca Já Morreu, do LabArt/USP, colabora na Agência Mural de Jornalismo das Periferias⁵¹. Sheyla cresceu entre Ermelino Matarazzo e Guaianases. Publicou, de maneira independente, o livro-reportagem “Amandla” (2020). Faz parte do Coletivo Feminista Juntas na Luta, da Ciranda do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes e participou como fotógrafa do Festival de Imagem Periférica. Nordestina de Surubim, no Pernambuco, conheceu o pai quando era já adolescente. A mãe veio para São Paulo com as duas filhas aos 22 anos, quando Sheyla era ainda bebê. O pai é de Surubim e a mãe é de Lagoa do Jucá, na Paraíba. Tem 8 irmãos e irmãs, dos casamentos posteriores da mãe, do pai e do casamento anterior do padrasto. A mãe e o padrasto tinham um bar quando ela era criança e, nesse período, aproveitando a flexibilidade de horários do pequeno negócio, a mãe se formou auxiliar de enfermagem, carreira que a irmã também seguiu e avançou, se tornando a primeira da família a se formar no ensino superior. *As opções que a gente vai fazendo é porque teve quem fosse abrindo caminho antes, né? (...) São revoluções que a gente vai continuando*, me disse ela.

Entrevista concedida em abril de 2019.

Talita Araújo de Jesus, mulher branca de 37 anos, mãe de um menino de 8 anos, moradora de Santo André, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Atua no teatro e também como historiadora, trabalhadora sexual e instrumentista experimental. Cresceu entre as cidades de Mauá, São Bernardo e Santo André, no ABC Paulista⁵² e fez teatro desde a adolescência, com

⁵⁰ “O Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás nasce da vontade de trabalhadoras e trabalhadores, ligados aos movimentos culturais, de pesquisar os bairros de Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus dos quais são residentes. Tem o intuito de estabelecer um espaço de referência da memória social e de valorização à pesquisa e registro dos bens culturais (material e imaterial), e assim preservar os casos, imagens e histórias presentes sobre sua ocupação urbana e manifestação cultural.”, ver: <https://cpdocguaianas.com.br/quem-somos>

⁵¹ A Agência Mural de Jornalismo das Periferias é um projeto que se propõe a fazer uma cobertura não estereotipada das periferias, contando com jornalistas residentes nos diversos bairros dos extremos da cidade. Ver: <https://www.agenciamural.org.br/sobre-nos/>. Em 2020, a Agência Mural criou o podcast Em Quarentena, enviado pelo aplicativo Whatsapp e acessível por plataformas online.

⁵² ABC Paulista, Região do Grande ABC, ABC ou ainda ABCD, é um conjunto de cidades da Região Metropolitana de São Paulo, conhecida por ser um importante polo industrial no estado. O ABC é composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Geralmente, ao se referir ao ABC, as pessoas incluem também as cidades de Diadema e Mauá.

o dinheiro ganho no seu primeiro emprego. Fez diversos cursos na área do Teatro na Fundação das Artes de São Caetano do Sul. Mais recentemente se formou em História, que ela começou na Fundação Santo André e depois conseguiu a transferência para a USP. Tem realizado uma militância artística-social amparada no contato com visões anticoloniais, antipatriarcais e anticapitalistas, positivando experiências dissidentes. Foi por conta da maternidade que se descobriu e se engajou enquanto feminista, que é para onde também tem encaminhado seus trabalhos no teatro e no cinema. Talita tem três irmãs e um irmão. Sua família vem de regiões interioranas dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Sergipe e Mato Grosso.

Entrevista concedida em janeiro de 2019.

Thatiane Coghi Ladeira, mulher branca de 36 anos, crescida em Guaianases e mãe de um menino de cinco anos. Assistente social formada pela Universidade Cruzeiro do Sul - Unicsul, é mestra em Serviço Social pela PUC-SP (Ladeira, 2014), ex-assistente social e ex-coordenadora da Casa Viviane dos Santos (2008-2013). Para a graduação, Thati teve uma bolsa de iniciação científica do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] que pagou 85% da mensalidade e conseguiu uma bolsa da própria universidade para os outros 15%. Atualmente mora em Santos, é articuladora da Frente Pela Legalização do Aborto da Baixada Santista e organizadora do Curso de Promotoras Legais Populares na Baixada Santista. Seu primeiro emprego foi escrevendo convites de casamento à mão, com bico de pena, aos 13 anos, que o pai levava para a gráfica onde havia trabalhado, no bairro da Mooca. O pai se aposentou como tipógrafo⁵³ e sua irmã começou a trabalhar também adolescente na mesma gráfica, como secretária e telefonista. Sua mãe é do interior de São Paulo, descendente de migrantes da Bahia e da Itália, e cresceu trabalhando na roça, até migrar para a Zona Norte da cidade de São Paulo. Sua mãe terminou o ensino médio e fez Cursinho nos primeiros anos do Cursinho Objetivo⁵⁴, mas se casou e abandonou os estudos. Seu pai tem ascendência portuguesa e morava na Casa Verde, quando conheceu a mãe em um baile. O casal se mudou para Guaianases no início da década de 1980, para poder sair do aluguel e atualmente moram em São Vicente, no litoral paulista. Thatiane foi mandada embora de casa no final da adolescência, com 18 para 19 anos, por conflitos familiares. Se mudou para o Belenzinho e

⁵³ Com a mecanização dos processos de impressão, a profissão de tipógrafo foi extinta. Este trabalho consistia em montar artesanalmente o material a ser impresso sobre o papel página por página.

⁵⁴ O Cursinho Objetivo foi criado na década de 1960, com o intuito de preparar estudantes para os vestibulares de medicina em São Paulo, se tornando, nas décadas seguintes, um dos maiores grupos educacionais privados do país, oferecendo desde educação infantil até o ensino superior, com a Universidade Paulista - UNIP.

montou seu próprio ateliê de caligrafia, até começar a trabalhar como assistente social. Thati, como Keli, foi multiplicadora do movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

Entrevista concedida em maio de 2020.

As entrevistas foram agendadas conforme as nossas disponibilidades, em bares, na minha casa ou na casa delas. As últimas, já durante a pandemia de coronavírus, foram realizadas por videochamada. Como já nos conhecíamos, o pedido para marcar o encontro foi recebido sempre com alegria ainda que, na hora da entrevista, uma de nós se mostrasse mais tímida ou um pouco desconfortável, o que tentávamos (eu tentava) amenizar com brincadeiras e pequenas digressões. As entrevistas começavam pelo roteiro que eu tinha criado (anexo I), mas em algum momento a conversa rolava solta e muitas vezes esquecíamos do gravador. Em alguns casos, as conversas mostravam histórias de sofrimento e racismo, que remetem à violência latente e à precariedade da vida nas periferias, em particular da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000. Contudo, apresentavam igualmente possibilidades de existências periféricas que se afastavam do binômio pobreza e violência, ainda que não estivessem imunes a elas – há sempre uma pessoa querida que foi vítima da polícia ou do crime, que está ou esteve atrás das grades das prisões, que leva uma vida muito precária ou que teve o corpo adoecido pelo trabalho pesado. Pobreza e violência, assim como o racismo, atravessam muitas dessas histórias, ainda que não as resumam. As suas/nossas histórias não são de superação ou de resiliência, mas histórias de resistências, de autodeterminação, de escolhas mediadas pela contingência, construídas nas margens de ação que “sobram”, criando novas possibilidades em existências que pareciam ser excessivamente pré-determinadas. Essas “Jéssicas” antes de Jéssica, foram imaginando outros caminhos, planejando trajetórias fora do quarto de empregada e da *casa de família*. Val passou anos trabalhando, mandando dinheiro para a família cuidar da filha e comprando aos poucos todas as coisinhas para montar sua própria casa, até que o projeto de Jéssica se materializasse como possibilidade e ela encontrasse seu lugar dentro dele.

Antes de passar para a análise das entrevistas propriamente ditas, no próximo capítulo tratarei dos Clubes de Mães nas periferias. A passagem por essa história me parece importante para criar algumas bases, porque acredito que esses percursos só foram possíveis por conta dos ganhos alcançados por gerações anteriores, ainda que as gerações atuais tenham modos e focos de atuação muito diversos. Essa vinculação com os Clubes de Mães é tão forte, que, cada um à sua maneira, outros estudos sobre feminismos nas periferias também a retomam, como é o caso dos trabalhos de Ana Paula Santana Correia (2015), Jonas Medeiros (2017), Sulamita Assunção

(2018) e Danielle Regina de Oliveira (2019). Retornarei a alguns dos tópicos discutidos nas entrevistas no terceiro capítulo e, no capítulo final, falo sobre a mobilização em torno dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher.

Capítulo 2 – Mães da Periferia: novos velhos sujeitos políticos

De modo resumido, esse capítulo traça um percurso pela história de alguns movimentos sociais de periferias urbanas dos anos 1970 e 1980, em São Paulo. Percurso esse que se faz em uma história de construção da noção de direitos nas periferias, assim como de um processo de demandas políticas iniciados na década de 1970, ainda na ditadura, em direção às mudanças alcançadas no caminho para a abertura democrática. Processos sociais e propostas formais de atuação religiosa-educativa associados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base produziram os chamados “Clube de Mães”, que tiveram grande importância na organização de demandas por direitos como creche, educação e saúde nas periferias, além do famoso Movimento do Custo de Vida, no final do regime ditatorial. O debate em torno desses movimentos tem a intenção de apontar para o seu lugar (ou sua falta de lugar) no movimento feminista: eram grupos compostos por uma maioria de mulheres, levando suas demandas cotidianas enquanto mulheres negras, pobres e periféricas; e destacar sua importância fundamental para a constituição de uma ideia de periferia retomada por gerações mais recentes de militantes e para a materialidade do que se constitui como periferia hoje.

Tais movimentos, desdobramentos de grupo inicialmente formados nas igrejas católicas nos bairros e sua atuação nas periferias nos anos 1970, focam-se inicialmente em demandas que poderiam ser entendidas como de uma “feminilidade tradicional”, enquanto *mães* e *donas de casa*, as mulheres das periferias demandavam creche, escola, acesso a saúde, controle do preço dos alimentos. Como não pareciam estar ligadas às lutas então entendidas como específicas do feminismo, como a violência doméstica ou direto à carreira (pautas do feminismo branco de classe média), mas a pautas mais gerais de manutenção da vida e envolvendo outros sujeitos, em particular suas crianças, estas mulheres não se encaixavam naquele modelo muito estreito de feminismo. Ademais, por oposição ao suposto ódio aos homens, que era imaginado como feminismo, e o forte viés de classe do feminismo no Brasil daquele momento, elas próprias não se reconheciam como feministas.


Um ponto importante aqui é demonstrar que, ainda que não tenham sido classificadas como feministas, e nem tenham se reivindicado como tal, as mulheres das periferias foram importantes atrizes no processo de abertura política no país e na consolidação de políticas públicas nos territórios periféricos. Estes movimentos produziram sujeitos organizados em torno de uma demanda inegável por direitos ainda no contexto repressivo da ditadura militar. Além disso, o que quero fazer aqui é também colocar a luta contra a precarização da vida como

uma importante pauta feminista, como já fazem setores do movimento feminista negro (Carneiro, 2011; Collins, 2017; Gonzalez, 2018) e de tradição marxista (Federici, 2019b; Aruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019). Os direitos que demandavam estavam diretamente relacionados às condições de vida das mulheres das periferias, demandas que tratavam, já naquela época, da intersecção entre classe social, raça e gênero.

Os Clubes de Mães

MÃES DA PERIFERIA

RESISTÊNCIA DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR



Fonte: Clube de Mães

MESA REDONDA: 02 DE MAIO DE 2018, DAS 18:00 HS ÀS 21:30.

EXPOSIÇÃO: DE 02 DE MAIO A 04 DE MAIO

O objetivo do evento é apresentar e debater a experiência de organização e luta das mulheres da zona sul, nos anos 1970/1980, que teve um lugar de destaque na história dos movimentos sociais de São Paulo.

LOCAL: AUDITÓRIO DA GEOGRAFIA, AV. PROF. LINEU PRESTES, 338 - CIDADE UNIVERSITÁRIA

MESA REDONDA - CONVIDADAS:


Cecília Hansen, missionária e integrante do Clube de Mães da Vila Remo

Odete Marques, integrante do Clube de Mães da Vila Remo

Vanda Gama, professora e ex- operária metalúrgica

Ana Maria do Carmo Silva (Ana Dias), integrante do Clube de Mães de Santa Margarida

Mediação: Ana Clara Volpi Antonini, Mestre em Geografia/USP



Fonte: Clube de Mães

REALIZAÇÃO: LABUR (LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA URBANA)/DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/FFLCH/USP
 FINANCIAMENTO E APOIO: GABINETE DA VEREADORA SAMIA BOMFIM, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 APOIO: CEDEN (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP); CEGE (CENTRO ACADÊMICO DA GEOGRAFIA); REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL); GESP (GRUPO DE GEOGRAFIA URBANA CRÍTICA RADICAL).

Arte: Guilherme Silva Witai

Figura 1. Cartaz de divulgação do evento: Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar

Eu queria dizer, assim, que a minha história é igualzinha a história da Ana, a história da Cecília, a história da Maria José, mas eu tenho algumas manias diferentes delas. Gosto de escrever minhas histórias em versos. Então, eu trouxe hoje uns versos que falam da minha vida e trouxe uns versos que falam da organização. (...)

Dentro das organizações
de nossa gente sofrida
que forte segue na luta
sem temer perder a vida
existe uma grande força
daquelas que lavam louça
limpa a casa e faz comida
é justamente a mulher
que em nossa sociedade
é transformada em escrava
no sertão e na cidade
onde o machismo impera
as coloca na miséria
lhe roubando a dignidade
mas as coisas estão mudando
a cada dia na fé
na luta pelos direitos
nasce uma nova mulher
que conquista vitória
dia a dia na história
na terra de Deus, Javé
e aqui na região Sul
também tem um movimento
onde participam mulheres, que estão sendo fermento
moças, mulheres, meninas
Zélias, Odetes, Pedrinhas
Cecílias, Leides, Marias, Zefinhas
As mulheres pisam firme, buscando transformação
bem na década de 70
com a igreja na sustentação
é bom a gente lembrar
que elas de Sul a Norte
batalham muito forte
contra a força militar⁵⁵

Os trechos acima fazem parte da fala de Odete Marques, de 78 anos, integrante do Clube de Mães da Vila Remo, feita no dia 02 de maio de 2018, no auditório da Geografia da Universidade de São Paulo. Neste dia, foram organizadas a mesa redonda e a exposição: *Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar*⁵⁶. Na mesa, junto com Odete Marques, estavam Cecília Hansen, missionária das Comunidades Eclesiais de Base, atuante na Zona Sul; Vanda Gama, professora e ex-operária metalúrgica; Maria José da Gama Cavalcanti,

⁵⁵ Odete Marques em fala no evento: *Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar*, em 02 de maio de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/RRZtEeFIT0M?t=875> Acesso em 15/12/2020.

⁵⁶ Divulgação do evento na página da FFLCH: <https://www.fflch.usp.br/548>. Acesso em 15/12/2020. Neste evento houve o lançamento do livro “Como pode um povo vivo viver nesta carestia: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)”, fruto da dissertação de mestrado em História Social de Thiago Nunes Monteiro (2017). As falas completas da mesa podem encontradas em vídeo no canal da Rede Paulista de Educação Patrimonial, no Youtube: <https://youtu.be/qjTofcmZJ3Q>, acesso em 15/12/2020.

mãe de Vanda e integrante do Clube de Mães e Ana Maria do Carmo Silva (Ana Dias), integrante do Clube de Mães de Santa Margarida, todas entre 70 e 80 anos, à exceção de Vanda, por volta dos 50.

Ana Dias foi esposa de Santo Dias da Silva, operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária de São Paulo, ambas lideranças do Movimento Custo de Vida. Santo Dias foi assassinado pela Polícia Militar no dia 30 de outubro de 1979, durante um piquete de greve em Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo⁵⁷. O corpo foi velado na Igreja da Consolação, no centro da cidade, onde um cortejo a Santo Dias reuniu trinta mil pessoas e uma missa em sua homenagem foi celebrada na Catedral da Sé por Dom Paulo Evaristo Arns. A reação ao assassinato de Santo Dias é considerada um marco que uniu diversos movimentos sociais na luta pela derrubada da ditadura civil-militar no Brasil.

O poster-convite que abre esta seção é ilustrado com imagens dos panfletos utilizados pelos Clubes de Mães nos anos 1970, atualmente nos arquivos do Centro de Documentação e Memória da Unesp - CEDEM-UNESP. Os panfletos e uma série de outros materiais, como o caderno da foto a seguir, foram doados pela missionária belga Cecília Hansen, de seu “baú da memória” ao Cedem em 2004, para a criação do Fundo dos Clubes de Mães da Zona Sul⁵⁸ (Azevedo; Barletta, 2011). Esse arquivo possui, além dos cadernos, panfletos, atas, cartas e vários outros documentos. Os materiais eram feitos à mão, sendo alguns copiados de revistas de cartunistas, que, segundo Cecília Hansen, elas compravam para terem modelos de imagens para reproduzir e recriar.

Clubes de Mães são associações compostas majoritariamente por mulheres, que remontam aos anos 1950, mas que se expandiram durante os anos 1970 e 1980, em todo Brasil. Eram Clubes que reuniam mulheres, no início, para atividades de artesanato, de estudo bíblico ou, eventualmente, como espaços caritativos promovidos por mulheres de classe média que, por vezes, precisavam “formar” mão-de-obra para os afazeres que estavam sendo mecanizados pelos eletrodomésticos. Nestes casos, estas mulheres levavam todo o material necessário para

⁵⁷ Em 1982 o policial que atirou no operário foi condenado a seis anos de prisão, mas foi absolvido em recurso pela Justiça Militar, em 1983. Ver: Ferreira, 2015; Salvadori, 2019; e ver também: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/santo-dias/index.html>;

⁵⁸ A dissertação de Daniele Oliveira (2019) e a de Thiago Monteiro (2017) utilizam os materiais reunidos no Fundo do Clube de Mães da Zona Sul como do Centro de Documentação e Memória da Unesp - CEDEM-UNESP como fontes documentais.

as atividades e, inclusive, lanches, doações e pessoas para cuidar das crianças enquanto durasse o encontro (Sader, 2001).

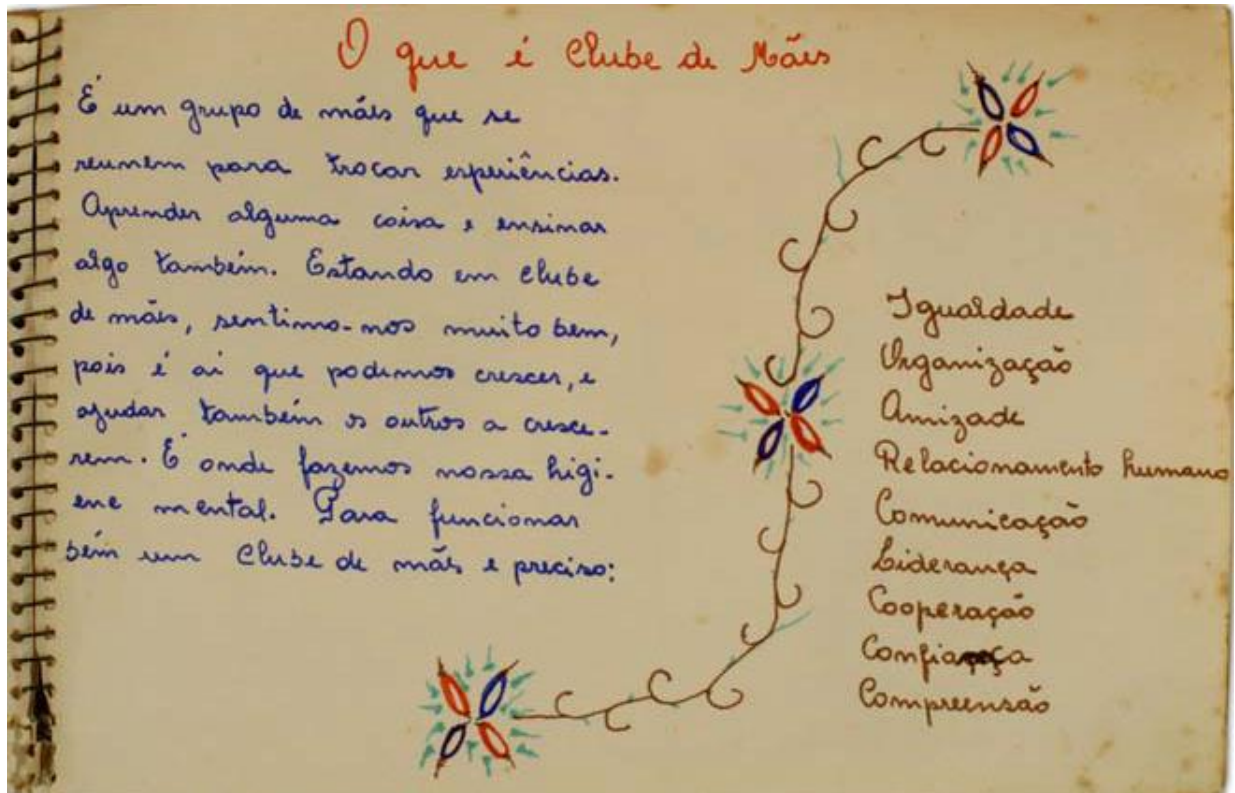


Figura 2. Fotografia de caderno doado ao CEDEM-Unesp pela Missionária Cecília Hansen

O vocabulário que vemos na fotografia acima dá uma mostra da influência das Comunidades Eclesiais de Base e, particularmente, da Teologia da Libertação: igualdade, organização, amizade, cooperação, confiança. Na mesma linha segue o poema de Odete que abre essa seção, que fala da igreja como sustentação para as mulheres na luta contra a ditadura.

As Comunidades Eclesiais de Base eram criadas, em geral, por iniciativa de um agente pastoral e com interesses religiosos de estender o número de fiéis. Surgidas nos anos 1960, em toda a América Latina, ficaram muito populares nas periferias urbanas e no campo durante os anos de 1970 e 1980, sob as orientações da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968, em Medellín, organizada para aplicar as diretrizes do Concílio Vaticano II, de 1961. Ambos os documentos abriam para o fortalecimento de uma igreja de solidariedade coletiva, com uma “opção preferencial pelos pobres”, que entenderia e absorveria as manifestações da cultura popular e que pregava a salvação “através da constituição de comunidades, congregadas pelo anúncio da palavra de Deus e tendo por centro a celebração da

eucaristia” (Sader, 2001: 155). Nas palavras de Frei Betto, um dos articuladores nacionais das CEBs:

As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. (...) Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. (...)

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas. (Betto, 1985: 16-17)

As organizações não se limitaram às orientações eclesiásticas e, apoiadas no método de educação popular desenvolvido pelo pedagogo Paulo Freire, se constituíram em grupos que se reuniam para a celebração da missa ou a discussão do Evangelho, e desenvolviam atividades de alfabetização, cursos profissionalizantes, debates sobre os problemas do bairro. Assim, se organizaram para resolver os problemas dos bairros, e o método “ver-julgar-agir”⁵⁹, veio a se tornar o mote majoritário das ações das CEBs (Sader, 2001: 159; Pierucci, Camargo e Cardoso, 1982; Macedo, 1985). Durante os anos 1970, a “Operação Periferia” da Igreja Católica em São Paulo, sob a direção de Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloísio Lorscheider, empreendeu grandes esforços para concretizar a “opção preferencial pelos pobres”, com a construção de pequenas comunidades em bairros periféricos. Esses esforços foram limitados pelas resistências internas na Igreja Católica que, enquanto instituição, apoiou o golpe de 1964 e se esforçou em manter boas relações com o governo militar. Ainda assim, estes setores mais progressistas da Igreja foram fundamentais na construção de uma resistência popular contra a ditadura, criando conexões entre as comunidades e oferecendo espaços, estrutura e materiais para as reuniões e os “grupos de consciência”. Esse suporte foi possível, sobretudo, porque os grupos ligados à Igreja não chamaram imediatamente a atenção do regime e, assim, estiveram inicialmente protegidos da repressão.

⁵⁹ Nas palavras de Eder Sader: “reflexão crítica e voltada para a prática, de modo que as privações vividas deixem de ser consideradas como fatalidades” (Sader, 2001: 159). Ver também Ferreira, 2016.

A força das Comunidades Eclesiais de Base rendeu à Igreja Católica brasileira uma importância internacional dentro do catolicismo, enquanto igreja progressista, até que pressões vindas do Vaticano, durante a abertura política, sufocaram essa tendência (Monteiro, 2017). Padres e freiras ligadas à Teologia da Libertação, em particular que foram para a prisão ou para o exílio, nunca receberam suporte formal da Igreja Católica, como é o caso de Cecília Hansen, que chegou a ser presa, mas também de Frei Tito, que tem sua história de tortura contada por Frei Betto no livro “Batismo de Sangue” (1982). Ivone Gebara, precursora da teologia feminista na América Latina e defensora do diálogo inter-religioso, chegou a ser punida com o silêncio obsequioso⁶⁰ pelo Vaticano em 1995, mesma punição dada a Leonardo Boff dez anos antes.

A abordagem da Teologia da Libertação foi fundamental para criar a conexão entre as Comunidades Eclesiais de Base e os Clubes de Mães, estimulando a criação ou a transformação desses clubes em grupos autogeridos pelas mulheres das periferias, em detrimento dos anteriores, que eram apenas caritativos. Em trecho sobre o Clube de Mães da Zona Sul, no trabalho de Eder Sader (2001), Odete Marques, a mesma da abertura deste capítulo, conta que “naquele tempo, a gente não tinha ainda os clubes que só surgiram na própria base, a gente tinha mulheres que vinham de fora para dar aí para a gente uma aula de bordado, de culinária, de higiene, de educação” (Sader, 2001: 200). Os artesanatos produzidos nestas aulas eram vendidos, sem que elas soubessem a que fim, o que, junto com as orientações de higiene⁶¹, geravam um misto de gratidão e desconfiança: “a gente não tinha consciência formada, a gente só estava recebendo o que elas vinham dar” (idem: 201). Até que o padre, observando uma sessão de fotos após um bazar de artesanatos, resolveu dispensar a ajuda destas senhoras, dizendo que as mulheres dali tinham capacidade de organizar as atividades por conta própria. “As pobres senhoras ricas ficaram naturalmente desarvoradas, sem entender onde estavam suas faltas”, afirma Eder Sader (idem: 202). Depois disso, o padre reuniu algumas mulheres e disse que elas poderiam decidir por si mesmas se tinham condições de se organizar e o que fazer. Essa intervenção, as estimulou a tomarem para si a organização do Clube de Mães da Vila Remo, a partir de então observando três aspectos importantes:

1. a “organização por elas mesmas”;

⁶⁰ Silêncio obsequioso é uma punição aplicada pela Santa Sé a pessoas leigas ou eclesiásticas que tenham pregado ou divulgado princípios que estejam em conflito com a doutrina da Igreja Católica, que ficam impedidas de pregar ou publicar por tempo determinado. Santa Sé é a jurisdição eclesiástica da Igreja Católica, em Roma, sob autoridade do Papa.

⁶¹ “[elas diziam] que se nós não tivéssemos pasta de dente para escovar os dentes, escovasse com bicarbonato, se nós não pudéssemos ter desodorante, que usasse limão que também saía o cheiro” (idem: 201)

2. a constituição de uma coordenação de clubes de mães;
3. a valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo. (idem: 202)

Nesse contexto, bem como nas missas, padres e agentes leigos faziam uma leitura da realidade de inspiração marxista, fazendo inclusive uso de termos consolidados pela teoria, como “alienação”. De certo modo, a formação na Teologia da Libertação colaborou para a produção de um discurso altamente politizado nas atividades da Igreja, construindo uma “visão de mundo” e um processo educativo, visíveis na fala de Odete Marques.

Segundo Eder Sader, as CEBs “vincularam assim o cristianismo à ideia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva” (idem: 203). Nos anos que se seguiram, quando algumas das pessoas envolvidas com a Teologia da Libertação começaram a ser afastadas pela Igreja Católica e/ou perseguidas pela Ditadura Militar, outras passaram a assumir cargos, inclusive no legislativo. Com os desacordos internos, a “tradução” da política econômica e institucional perdeu força, assim como a educação popular, que tinha sido a ferramenta de aproximação política com as bases. Assim, as mulheres passaram a se organizar ainda mais autonomamente, de forma independente da igreja - em alguns casos, inclusive, por desentendimentos quanto à posição da Igreja em temas como divórcio e família - e com o apoio de organizações nacionais e internacionais. Isso fez com que os Clubes se abrissem às mulheres que eram de outras religiões e que não fechassem com a ausência ou pela pressão de lideranças ligadas à igreja.

Segundo os dados levantados por Ana Paula Correia (2015: 69), uma das minhas interlocutoras e também pesquisadora, havia em São Paulo, em 1985,

Somente na Zona Leste existiam 94 Clubes que agregavam duas mil mulheres. Estes Clubes distribuíam-se da seguinte forma: 29 no Itaim Paulista, 18 em Ermelino Matarazzo, 12 em São Miguel Paulista, 10 em Artur Alvim, 7 em Guaianases, 7 em Cangaíba, 6 na Ponte Rasa, 4 em Itaquera e 1 na Vila Esperança. Sua importância não está apenas no valor numérico, mas no potencial que representaram para o movimento de mulheres.

Na Zona Sul, Danielle Oliveira, diz que não pôde encontrar dados precisos, mas visitando os arquivos encontrou referência a cerca de 20 Clubes na década de 1980⁶². De toda maneira,

⁶² Entre os anexos da dissertação de mestrado de Moema Viezzer (1988), é possível encontrar os materiais gerados pela pesquisa-ação-participante desenvolvida pela Rede Mulher com mulheres na Zona Leste, sob sua

Os Clubes de Mães foram grupos de mulheres da periferia que durante 15 anos aproximadamente (1973-1988) construíram ações e estratégias políticas que marcaram a urbanização da cidade de São Paulo e representam um dos maiores movimentos populares urbanos protagonizados por mulheres das camadas populares. (Oliveira, 2019: 86)

Das mobilizações dos Clubes de Mães, a mais reconhecida pelo seu impacto é o Movimento do Custo de Vida, o MCV, que depois ficou também conhecido como Movimento Contra Carestia (Teles, 1993; Martinelli, 2019; Oliveira, 2019; Monteiro, 2017). Para uma das participantes da Pesquisa-Avaliação dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres de São Paulo, realizada pela Rede Mulher, “os Clubes de Mães foram como a mãe de muitos movimentos de bairro” (GEP-URPLAN/Rede Mulher, 1985: 5).

Estes grupos foram igualmente fundamentais na luta por educação, seja no debate sobre a cobrança da contribuição da Associação de Pais e Mestres (APM), seja na instituição das aulas noturnas, para que trabalhadores jovens e adultos pudessem terminar os estudos. O Decreto n.º 12.983, de 15 de dezembro de 1978, sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, estabelece a possibilidade de que uma colaboração facultativa seja fornecida pelos associados para a manutenção das escolas públicas no país. Contudo, em Ermelino Matarazzo, bairro que hoje abriga o campus da USP-Leste, algumas escolas começaram a exigir essas taxas obrigatoriamente para a matrícula e rematrícula de alunos, prejudicando as famílias que não podiam pagar. Para se organizar contra essa cobrança e contra a precariedade das escolas, as mulheres, que se reuniam na capela do Monte Santo, começaram a visitar mulheres das comunidades vizinhas para conversar sobre a contribuição, criando assim uma mobilização que se estendeu para outros bairros da Zona Leste. Esta movimentação saiu nos jornais praticamente todas as semanas, durante os meses de outubro e dezembro de 1980, o que gerou também conflito com as diretoras das escolas (Cadernos do CEDI, 1986). Segundo uma interlocutora de Ana Paula Correia, “a maioria das diretoras não se acostumava a ver as mães tendo alguma coisa a dizer sobre a escola. As mães, elas chamavam de analfabetas, e as escolas, elas pensavam que eram delas”. (Correia, 2015:80).

No Movimento Custo de Vida, nascido na Zona Sul, do qual fazem parte as mulheres que compunham a mesa que abre esse capítulo, elas mesmas organizaram uma pesquisa com duas mil famílias. Na pesquisa, entre 1974 e 1975, perguntavam quantas pessoas havia em cada

coordenação. Este estes materiais, o Caderno de Dados: Retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste de São Paulo (1985), de onde são retirados alguns dos dados utilizados tanto por Ana Paula Correia (2015), quanto por Daniele Regina de Oliveira (2019).

família, quanto recebiam de renda e quais eram suas despesas, e depois comparavam estes dados com o preço dos alimentos. Foram às ruas, às escolas, às feiras e às reuniões para levantar os dados. Este material, tabulado por elas, foi organizado para mostrar a discrepância entre os baixos ganhos da população e os altos preços dos alimentos e pressionar o Estado a congelar os preços dos itens de primeira necessidade. Essa mobilização gerou a “Carta das Mães da Periferia”, que reivindicava uma ação das autoridades com relação aos preços:

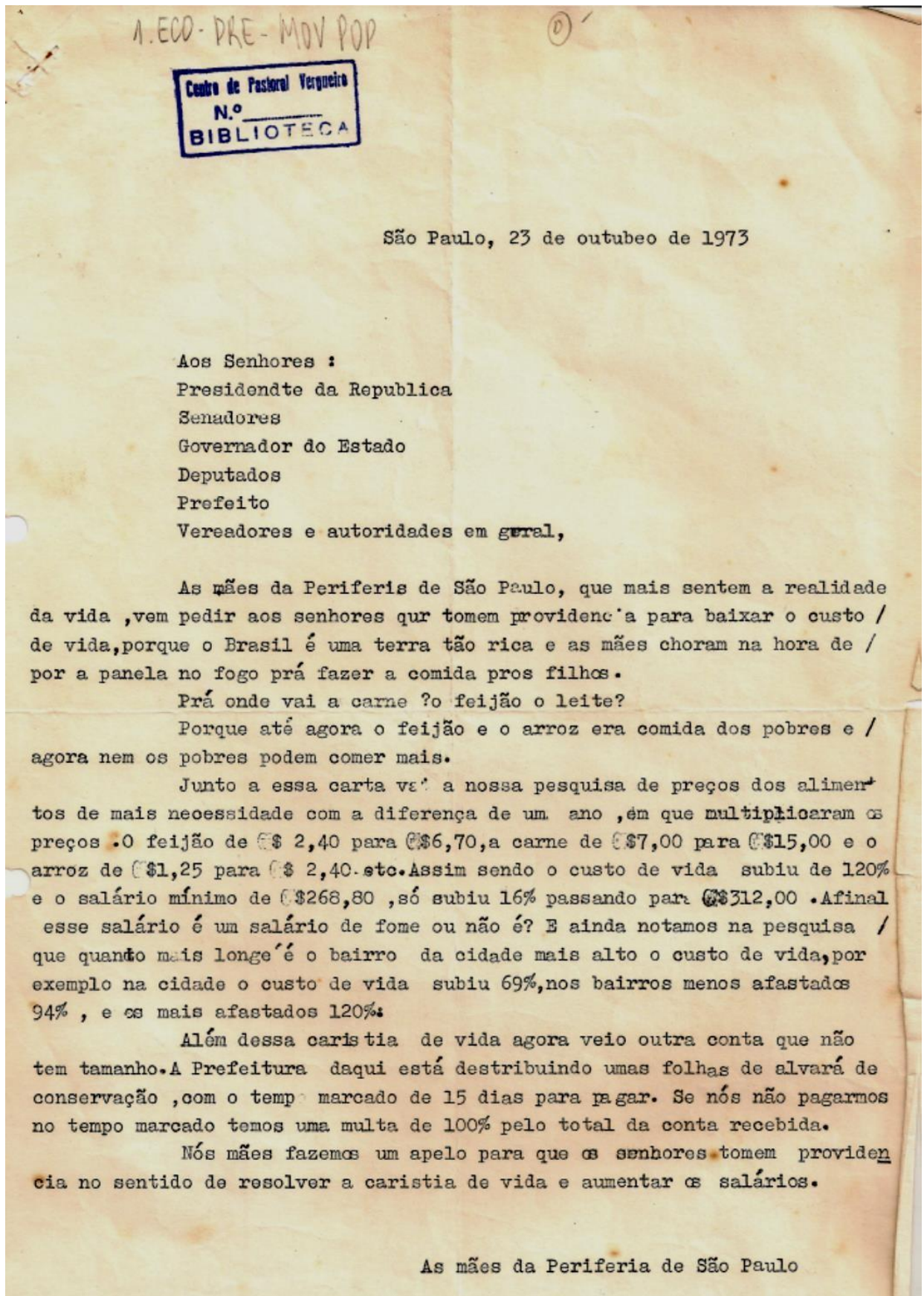


Figura 3. Reprodução de Thiago Monteiro (2017), do Fundo do Clube de Mães do CEDEM

Segundo Thiago Monteiro, foi essa carta, enviada ao Congresso Nacional, que chamou a atenção do aparato repressivo para o movimento.

As primeiras referências à preocupação do aparato repressivo estatal com o MCV remetem a 1973, quando o movimento não utilizava este nome e encontrava-se em formação no interior de Clubes de Mães da região Sul de São Paulo. Ana Dias afirmou que ela e outras mulheres foram questionadas, em seu bairro, por “pessoas estranhas”, sobre “quem eram as cabeças que fizeram a carta das mães da periferia” recém-enviada ao Congresso Nacional, em outubro de 1973. A participante também relatou a presença de “policiais e agentes infiltrados” na Assembleia no Colégio Santa Maria, em março de 1976. Além dela, uma participante do Clube de Mães do bairro de Figueira Grande (zona sul), mencionou que o operário Teófilo, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi questionado, em interrogatório sob torturas na OBAN, sobre a carta de 1973 que ele teria lido em uma reunião do sindicato. (Monteiro, 2017: 203)

Segundo este autor, as mulheres teriam respondido à pergunta dessas “pessoas estranhas” dizendo: “Nós, as mulheres da periferia. A vida tá ruim pra todas, não tem uma cabeça” (idem). No entanto, a primeira referência aos Clubes nos documentos consultados por ele no DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social - é de 1977.

Além da produção de cartas, o movimento serviu também para incentivar o surgimento dos grupos de compras comunitárias, que ajudavam as famílias a reduzir os gastos com alimentos, e a criar uma mobilização de rua em rua, que organizavam o enfrentamento aos problemas cotidianos (Azevedo; Barletta, 2011; Monteiro, 2017). Do mesmo modo, esses grupos organizaram manifestações públicas e a entrega de um abaixo assinado em Brasília.

Cansadas de pechinchar individualmente com os comerciantes do bairro, as “mães da periferia”, responsáveis por fazer render o orçamento familiar para cobrir todas as despesas, se tornaram um sujeito político de grande potência de mobilização nas bases. Em outro documento do Fundo do Clube de Mães da Zona Sul, do CEDEM, citado por Thiago Monteiro, uma senhora, durante a mobilização na Praça da Sé, em São Paulo, diz:

Nós, donas de casa, cansamos de reclamar com o vendeiro, o açougueiro, o feirante, por causa dos preços que não param de subir [...]. Foi aí que a gente percebeu que brigar sozinha não dá certo e nunca se consegue nada. Por isso, em 1973, nos reunimos para ver o que podíamos fazer juntas. (Monteiro, 2017: 155)



Figura 4. Foto da manifestação do MCV na Praça da Sé, em São Paulo. Juca Martins, 27-08-1978 ⁶³

Nas falas de Irani, uma das entrevistadas de Moema Viezzer na Zona Leste, encontramos um relato sobre a metodologia de estudo, debate, pesquisa e mobilização que vinha da educação popular, era estimulada pela Teologia da Libertação, e foi espalhada pelo Movimento Custo de Vida em diversas regiões da cidade e do país, influenciando muitos outros movimentos.

Depois da luta contra o lixo, a gente estudou um livrinho: “Vida, mas a que preço?”. Foi esse livrinho que deu para gente um pouco de abertura sobre a questão do custo de vida: é escola, é calçado, é condução, é médico, é tudo..., mas as pessoas ligam mais o custo de vida ao alimento. E a pesquisa era em torno do maior problema que as pessoas enfrentavam.

Então as mulheres do grupo de mães fizeram a pesquisa sobre o custo de vida. A gente se organizava, se dividia por ruas: Fulana e Sicrana se responsabilizavam por tal rua, outras duas por outra..., era assim que a gente coordenava os trabalhos. Mas outros grupos. A gente, na verdade, nem sabia muito bem como foi o começo. Não sei se eu vou falar correto. Mas me parece que a ideia da pesquisa começou também num Clube de Mães, os grupos da Zona Sul. (Viezzer, 1989: 29)

⁶³ MOVIMENTO Custo de Vida, Praça da Sé, São Paulo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra28815/movimento-custo-de-vida-praca-da-se-sao-paulo>>. Acesso em: 19 de Nov. 2020. Verbete da Enciclopédia.

As mulheres de periferia também se mobilizaram em torno de reivindicações em prol de melhorias no atendimento à saúde, como o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL)⁶⁴, construído ao longo dos anos 1970. O Movimento de Saúde da Zona Leste ficou conhecido nacionalmente, tendo sido um importante ator político na construção do Sistema Único de Saúde, em 1988, constituindo a saúde como um direito universal e gratuito para todas as pessoas no país – incluindo estrangeiras em situação de ilegalidade. Antes da implantação do SUS, apenas quem tivesse um contrato de trabalho poderia ter acesso a tratamento de saúde. O atendimento era fornecido apenas a quem contribuísse com a previdência social, pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, o INAMPS, criado em 1977, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Quem estivesse fora desse sistema, teria que contar com serviços estaduais e municipais, hospitais universitários, sistema privado ou com as Santas Casas de Misericórdia, mantidas por entidades beneficentes assistenciais. À época, muitas cidades não contavam com nenhum tipo de serviço assistência médica. O INAMPS entrou em declínio no movimento pela redemocratização, que difundiu uma ideia de cidadania baseada em direitos e impulsionou uma série de movimentos sociais de reivindicação de políticas públicas.

Segundo Eder Sader, o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL) foi particularmente importante na passagem de um trabalho mais assistencialista, com relação aos serviços públicos, para um de reivindicação e para a construção de uma noção dos direitos a partir da comunidade de base (Sader, 2001: 262-263). Uma das músicas de mobilização do movimento dizia: “O nosso direito vem, se não vier nosso direito o Brasil perde também” (Aramá Comunicações, 2013: 1’07’’).

Embora estes movimentos tenham alcançado bastante sucesso, tais mobilizações também sofreram com a violência de estado. No documentário “Um povo de luta: Movimento de Saúde da Zona Leste” (Aramá Comunicações, 2013), Iolanda Rocha de Souza, lembra da repressão que assustou sua filha pequena à época:

A gente fazia muitas reuniões escondidas, corria muito da polícia. No dia da inauguração da Regional de São Miguel Paulista, nós apanhamos da polícia! Eu com a minha filha mais velha no pescoço, minha filha ficou assombrada com polícia não sei quanto tempo! Nós corremos pra dentro da igreja da Vila Jacuí, da Igreja de Santa Luzia. Eu com ela no pescoço e as bombas de gás, jogando em cima da gente, a polícia empurrando a gente com os carros. A gente corria. A gente vinha com as nossas

⁶⁴ Sobre o Movimento de Saúde da Zona Leste, ver: Silva (2014) et Lavallo, Carlos, Dowbor e Szwako (2018).

reivindicações nas faixas e nos cartazes, tomaram nossas faixas, tomaram nossos cartazes e bateram na gente. (Aramá Comunicações, 2013: 2'02'')

Zulmira Galvão Alvarenga, outra cofundadora do movimento, relembra do apoio que receberam, que ajudou a fortalecer sua articulação. Mais uma vez a influência da Teologia da Libertação e da Comunidade Eclesial de Base se fazem presentes:

Nós começamos a crescer e saímos do grupo das mães, porque elas queriam fazer caridade e a gente queria justiça. (...) Na época da ditadura, eu me lembro muito bem, que a gente já se reunia e nós tínhamos muito medo. Porque a polícia andava atrás da gente. Tinha um padre aqui, que ele foi preso ... E o padre discutia com a gente o que estava acontecendo, o que a gente estava vivendo. E tudo isso foi abrindo a nossa cabeça. (...) Foi nessa que apareceram aqui no bairro, uns estudantes de medicina. Nós tínhamos um ambulatório aí na igreja que distribuía remédios. (Aramá Comunicações, 2013: 1'47'')

Estes estudantes tiveram o papel importante de discutir as concepções de saúde e as necessidades locais, dando instrumentos para que as pessoas engajadas no movimento pudessem identificar quais eram suas necessidades e se articular. Com a formação de conselhos, eleitos pela comunidade, a população podia fiscalizar os centros de saúde e levar os problemas a serem discutidos com médicos e auxiliares, criou-se assim um canal para o controle do serviço pela população e para a participação na gestão dos serviços públicos. Entre os estudantes que participavam na organização desse ambulatório, nos fundos da igreja, estava Roberto Gouveia Nascimento, que se tornou deputado na Assembleia Nacional Constituinte, e depois deputado estadual e deputado federal eleito para diversos mandatos, pelo Partido dos Trabalhadores:

E eu me lembro muito bem que um dia a gente estava conversando e elas [as mulheres do Jardim Nordeste] chegaram pra nós com uma reflexão que foi extremamente positiva. Elas disseram: “Olha, vocês aqui nos ajudam muito, a nossa carência aqui, vocês já viram, a nossa carência é total, e nós não vamos poder pagar nunca isso pra vocês. Temos uma grande gratidão por esse ato de vocês. Agora, vocês não podem pedir um exame... E nós já temos aqui um abaixo-assinado.” Que na época, eu me lembro, já se falava que esse abaixo-assinado tinha umas duas mil assinaturas. “E nesse abaixo-assinado nós estamos reivindicando um equipamento da saúde aqui pra região. E vocês podiam nos ajudar também nessa luta.” E a partir dessa colocação que fizeram, aí nós começamos a participar. E eu insisto, assim, em dizer que nós fomos ganhos pelo movimento. Foi uma sorte na nossa vida. (Aramá Comunicações, 2013: 4'16'')

Ainda que, como aponta Eder Sader, o abaixo-assinado pudesse representar um modo de engajamento em uma reivindicação “sem a exigência de saírem de suas casas” (Sader, 1998: 215), ele abria para a possibilidade de discussão dos problemas entre pessoas, em particular com a visita de porta em porta, criando pequenos núcleos de ruas e de bairros (Monteiro, 2017: 156). Estes abaixo-assinados eram levados para serem assinados também por colegas de trabalho e as ideias iam se espalhando no boca-a-boca.



Figura 5. Reprodução de um panfleto do Movimento de Saúde da Zona Leste (Aramá Comunicações, 2013)

Em 2020, durante a pandemia de coronavírus, O coletivo Nós, Mulheres da Periferia publicou a série de reportagens: “Na periferia da saúde” (2020), retratando a história da mobilização a que venho fazendo referência aqui. O movimento pela Saúde foi muito forte no Jardim Nordeste, um subdistrito de Arthur Alvim, do qual uma das jornalistas do site, Livia Lima, é moradora. Nesta série, entrevistaram mulheres que estiveram engajadas nas mobilizações pela implantação do SUS, durante as décadas 1980 e 1990, em diversas periferias de São Paulo. Nas entrevistas, percebemos mais uma vez a prevalência do método educativo e de pesquisa para levantamento das necessidades do bairro, muito característico das CEBs, e encontramos, mais uma vez, a participação do Partido dos Trabalhadores. Segundo Dalva Silva⁶⁵, uma das entrevistadas, moradora da Vila União, na Zona Leste:

A igreja respaldou os movimentos o tempo todo. A gente tinha muito curso de iniciação política, de alfabetização popular, curso de comunicação popular, muita

⁶⁵ Dalva Silva é mãe de Tiaraju Pablo D’Andrea, sociólogo e professor da Unifesp. Em sua tese de doutorado (D’Andrea, 2013), ele conta que ela o levava para reuniões de articulação política ainda criança.

palestra e trabalho de organização. A gente precisava tomar conhecimento da exploração e do que a gente precisava. A igreja abriu as portas pra organização popular. A organização nossa veio com a necessidade do posto e dessa organização toda a gente foi cair no Partido dos Trabalhadores, que estava nascendo também. A gente precisava se organizar pra outras coisas. A gente não tinha ônibus, merenda de melhor qualidade nas escolas. Nós aqui tivemos uma organização muito grande no Partido dos Trabalhadores, mas pra nós tudo foi crescendo dentro da igreja, dentro do movimento popular. Quando o partido nasceu, fomos os primeiros filiados. A leva da primeira turma, e foi legal porque dos bairros saiu a organização dos núcleos do partido. Em cada bairro tinha um núcleo e um diretório. O partido tinha essa relação com a comunidade, ouvia as reclamações que a gente levava. Começamos em um movimento pequenino e acordamos para outras questões. (Nós, Mulheres da Periferia, 2020)

Na mesma série de reportagens, o relato de Lenilda Leite, moradora de Perus, na Zona Noroeste de São Paulo, retoma a precariedade do atendimento de saúde e aponta para essa relação com setores da Igreja Católica:

Foi a Irmã Isabel que trouxe. As crianças eram pesadas debaixo de uma árvore, com o Padre Genésio, nós começamos a construção da comunidade [Comunidade Eclesial de Base] aqui. Em 1999, se você tivesse duas crianças e quisesse marcar para os dois, você não conseguia, só pra um, porque era muita gente. (Nós, Mulheres da Periferia, 2020)

O movimento de saúde é um dos movimentos normalmente lembrados como *movimentos de mulheres*, ainda que tivesse, assim como o Movimento Custo de Vida e os movimentos de luta por outros equipamentos e serviços públicos, também a participação de muitos homens. É interessante observar que a participação delas seja mais frequentemente reconhecida nestes movimentos, que teriam ligação mais evidente com a vida doméstica e a maternidade, sem que haja o mesmo reconhecimento em outros segmentos, nos quais sua participação é, em geral, invisibilizada. No livro de Moema Viezzer, por conta da longa reprodução das entrevistas em forma de roda, encontramos o relato de Diana, que aponta para essa interrelação de pautas da organização de mulheres nas periferias urbanas:

Veja bem: a gente faz uma porção de coisas no nosso Clube porque as mulheres querem e precisam. Por exemplo, a gente dá curso de trabalhos manuais, a gente faz enxovalzinho, mas o principal não é aprender a pintar ou entregar um enxovalzinho para mais uma mãe que vai ter nenê. Na hora de distribuir o enxovalzinho é muito importante entender por que está precisando fazer isso. Bom seria ninguém ter que pedir nada e a gente não precisar dar nada pra ninguém. Então, dentro do Clube a gente discute muito isso; na hora de entregar um enxovalzinho, tem que conversar com as mulheres: que isso acontece por causa do nível de desemprego em que está este país, que a mulher tem que lutar por estabilidade de emprego das pessoas, assegurar o direito de trabalho para a mulher, ter uma creche de retaguarda para que a mulher possa trabalhar sossegada no emprego. E por isso nós precisamos, dentro do Clube de Mães e fora dele, lutar por creches, por condições de saúde, educação, lazer, por todos os direitos. Tudo isso a mulherada pode fazer. Mas parece que a mulherada ainda não conhece a força que têm... (Viezzer, 1988: 24)

Danielle Oliveira (2019), a partir dos materiais dos arquivos do Fundo do Clube de Mães, aponta para o mesmo debate. Segundo ela, é igualmente possível perceber dentro do repertório delas um debate sobre o papel social e o lugar das mulheres, o de mãe e esposa, a repressão dos maridos, todas as questões conhecidas como específicas ao debate feminista. Da mesma maneira, tenho tentado chamar a atenção aqui para a fundamental participação desse sujeito político, a mãe e dona de casa das periferias, nos movimentos sociais de base. O que os achados de nossas pesquisas adicionam é mais uma camada nesse processo, mostrando a evidência da intersecção de lutas, o atravessamento dos problemas da vida cotidiana nas periferias **na** vida das mulheres, que acabam por se constituir como problemas **da** vida das mulheres.

Desencontradas: movimentos de mulheres e movimentos feministas

Em 1988, no texto “Por um Feminismo Afrolatinoamericano”, Lélia Gonzalez (2018) criticava o “racismo por omissão” do feminismo latino-americano. Ela diz que, ainda que fosse possível enxergar uma influência do marxismo no movimento, que propunha uma análise a partir das noções de “capitalismo patriarcal” ou “patriarcado capitalista”, expondo as bases simbólicas e materiais da opressão às mulheres, o movimento perdia sua força ao não levar em conta a formação multirracial e pluricultural das sociedades da América Latina.

A mesma preocupação é encontrada nos trabalhos de Sueli Carneiro (2011), que critica o fato de que em diferentes momentos os problemas enfrentados pelas mulheres negras tenham sido alocados como uma pauta secundária, abaixo da agenda geral do movimento feminista. Assim como Lélia González, Sueli Carneiro critica um certo universalismo da ideia de mulher, que subalterniza o problema da raça, sobretudo em um país no qual metade da população não é branca. Se para Lélia González, ao não tematizar a raça nos debates sobre divisão sexual do trabalho e falar genericamente de opressão das mulheres latino-americanas, o movimento tirava de cena “a dura realidade vivida por milhões de pessoas que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (Gonzalez, 2018: 311); para Sueli Carneiro, “o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (Carneiro, 2011: 121).

Lélia Gonzalez também criticava a classificação do movimento de mulheres em três vertentes: popular, político-partidária e feminista. É no chamado movimento popular que vão se encontrar as mulheres negras e indígenas, organizadas coletivamente em torno da

preocupação com as condições de existência (como vimos nos Clubes de Mães) e com a precariedade do mercado de trabalho informal, que atacam mais fortemente mulheres não-brancas. Estas pautas não seriam identificadas como feministas, diz ela. Lélia González aponta para a importância do que ela chama de Movimentos Étnicos para a conscientização da opressão, dizendo que, para pessoas negras e indígenas, a consciência da opressão chega primeiro pelo racismo, junto com a opressão de classe, e vai dizer que é por isso que mulheres negras e ameríndias são muito ativas nos movimentos negros e nos movimentos indígenas. É essa participação, contudo, que vai fazê-las pensar sobre a discriminação sexual, pois é nestes espaços que os companheiros vão reproduzir práticas sexistas, excluindo as mulheres dos lugares de decisão. No entanto, quando essas mulheres vão se encaminhar para o Movimento de Mulheres, em busca de uma solidariedade feminista, continua a autora, o que encontram é sua invisibilização, sendo “descoloridas” ou “desracializadas” na categoria popular. Foi assim que acabaram por se organizar enquanto grupos de mulheres dentro dos movimentos étnicos, de maneira a fazer avançar as duas frentes, os movimentos de mulheres e os movimentos étnicos, mesmo que tendo que enfrentar resistências em ambas.

Ainda que isso venha mudando, em particular nestas primeiras décadas dos anos 2000, por conta do engajamento das novas gerações e da difusão de ideias feministas na internet⁶⁶, é bem verdade que pautas historicamente levantadas pelos movimentos feministas, dificultavam (e ainda dificultam) a identificação de algumas mulheres, não apenas nas periferias. Sobre os anos 1970, Cynthia Sarti escreve que a conjuntura política daquele período agravou o que ela chama de “impasse estrutural do feminismo”, que levanta questões fundamentais:

A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questões: de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino. (Sarti, 2004: 43)

Esse afastamento é particularmente perceptível entre mulheres vinculadas a determinados segmentos religiosos⁶⁷. Na década de 1980, essa reflexão é levantada por Ruth

⁶⁶ Ver: Almeida, 2016 e 2019; Ferreira, 2015 e Carmo, 2019.

⁶⁷ A introdução do trabalho de Jonas Medeiros (2017) traz esse ponto, quando o autor explica sua motivação e tema inicial de pesquisa, inspirada na não identificação de suas alunas, em uma faculdade particular de Itaquera, com o feminismo e sua relação com religiões evangélicas neopentecostais.

Cardoso, para se referir ao que ela atribui ser a razão da falta de identificação ao feminismo entre mulheres ligadas às Comunidades Eclesiais de Base:

Certamente alguns assuntos que interessam ao feminismo — tais como o divórcio, o planejamento familiar, o aborto, a liberdade sexual antes do casamento — dificilmente serão discutidos com liberdade nas CEBs. E, freqüentemente, problemas desta natureza perturbam o cotidiano das classes populares. (Pierucci, Camargo e Cardoso, 1982: 58)

Some-se a isso, o estereótipo frequentemente retomado de que ser feminista é sinônimo de odiar aos homens, destruir famílias e de mulheres masculinizadas. Ainda assim, como apontam tanto as falas das pessoas presentes neste evento do Clubes de Mães da Sul, quanto os trabalhos de Ana Paula Correia (2015), Daniele Oliveira (2019) e Moema Veizzer (1988), temas feministas acabavam, necessariamente, aparecendo nos debates dos grupos, já que a grande base das conversas eram mesmo os problemas que perturbam a vida cotidiana destas mulheres.

Em uma pesquisa realizada nos anos 1990, com Promotoras Legais Populares em Porto Alegre, Aline Bonneti diz que, ao ser perguntada por um bombeiro se era feminista, Elvira, uma das articuladoras do movimento “rapidamente responde-lhe dizendo que não é feminista: *tenho três homens em casa! Não posso ter alergia a homens!*” (Bonneti, 2000: 100. Itálico no original). Na sequência da conversa, contudo, percebe o quanto suas interlocutoras são enfáticas no debate com o bombeiro, ao analisar a situação das mulheres no Brasil naquele momento, levantando dados sobre desigualdade salarial e trazendo suas próprias experiências de vida. Quando deixam o bombeiro e a pesquisadora retoma a conversa, perguntando sobre a tal “alergia”, Elvira responde que acha a palavra feminista “agressiva”, que são mulheres grosseiras e que estariam “abrindo seus caminhos na força” e que, por isso, ela não se considerava feminista. Ela dizia que lutava para as mulheres terem seu lugar respeitado e valorizado, mas que não queria perder sua “referência feminina” (idem).

É interessante observar a qual ideia de mulher o feminismo estava ligado naquele momento, que incluía “agressividade”, “grosseria” e “alergia a homem”, atributos que contradizem a imagem que essas mulheres têm de si mesmas, de sobre o que é ser mulher e mesmo a ideia de “feminilidade”⁶⁸. A mudança social que elas estão imaginando se pauta na complementariedade entre homens e mulheres e, desta maneira, não faria sentido um posicionamento diverso, como o que elas atribuem às feministas, sem “uma ruptura com os valores que ordenam o seu mundo simbólico” (Bonneti, 2000: 101). Como conclui Aline

⁶⁸ Em alguns contextos, o feminismo era e por vezes ainda é automaticamente associado a ser lésbica.

Bonneti nesse trecho, “Aqui, então, se encaixa o *lutar pela valorização da mulher*. Desta tarefa o masculino não está excluído; antes, o masculino e o feminino são pensados conjuntamente” (idem).

A presença de debates sobre a condição das mulheres, a educação e cuidado das crianças, o suporte às mães solteiras e separadas aparecem tanto nos documentos, quanto na literatura. Nas entrevistas reproduzidas no trabalho de Moema Viezzer, encontramos posicionamentos progressistas com relação ao sexo, inclusive de mulheres que eram ligadas à igreja:

Diana - (...) Eu acho também muito importante o casal aprender a falar sobre sexo com naturalidade, tratar o assunto com naturalidade pras crianças. Se todo mundo visse com naturalidade, não haveria esse problemão que tem por aí, por causa do sexo. É uma coisa bonita, uma coisa natural da vida, não é? (...)

Irani - Sobre isso aí, eu queria dizer que eu acredito no planejamento familiar assim, consciente, sabe? Que a pessoa saiba os meios que existem para se prevenir se não quer pôr filho no mundo. Isso eu acho válido. Tem muita gente que não concorda comigo e fica falando que Deus disse: “Crescei e multiplicai-vos”. Mas Deus não falou por quanto multiplicar. (...)

Neiva - No meu entender, o aborto e o sexo são dois problemas sérios para serem discutidos muito, mas muito mesmo, em relação à mulher. São dois assuntos complexos demais. Como dizer? Não são assuntos do interesse só da mulher: interessa à mulher e ao homem. Mas a pessoa mais envolvida é a mulher mesmo. Se é uma gravidez não esperada, se é um aborto..., quem carrega a cruz é a mulher. (Viezzer, 1988: 31-35)

Aqui, vale inserir uma nota sobre o debate das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul do qual falava acima. É interessante pensar os impactos que esses movimentos tiveram na formação de um entendimento crítico sobre a condição das mulheres. Ana Dias durante o debate na USP do qual falo nesse capítulo, disse que o engajamento no Clube de Mães “foi um processo de educação política e de educação pra mulher sair de casa e fazer as coisas”.⁶⁹ Antes do início do evento, em cada uma das cadeiras foi deixada uma folha de sulfite, com a fotocópia da imagem abaixo, que ilustrava um dos materiais do movimento da época. Na imagem, havia uma mulher, sentada sobre os joelhos, que era muito grande para o tamanho de sua casa e que, levantando um dos braços, com uma mão grande, quebrava o telhado, que ela tentava também suspender com a outra mão. Ao redor da ilustração, se viam os dizeres: “Unidas, esclarecidas, organizadas somos mais fortes!” e “Mulher, uma luta rumo à libertação”.

⁶⁹ Ana Dias, em fala no evento: Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar, em 02 de maio de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/RRZtEeFIT0M?t=875> Acesso em 15/12/2020

Durante as falas, Cecília Hansen mostrou essa imagem, que tinha saído de seu “baú da memória”, descrevendo as aventuras que enfrentavam para produzir os materiais, escritos à mão e depois mimeografados, já que na época não possuíam computadores ou impressoras. Ela pergunta à plateia, composta majoritariamente de estudantes da USP, “como está esta mulher, gente?”, que responde descrevendo a imagem, um pouco como fiz no parágrafo anterior.

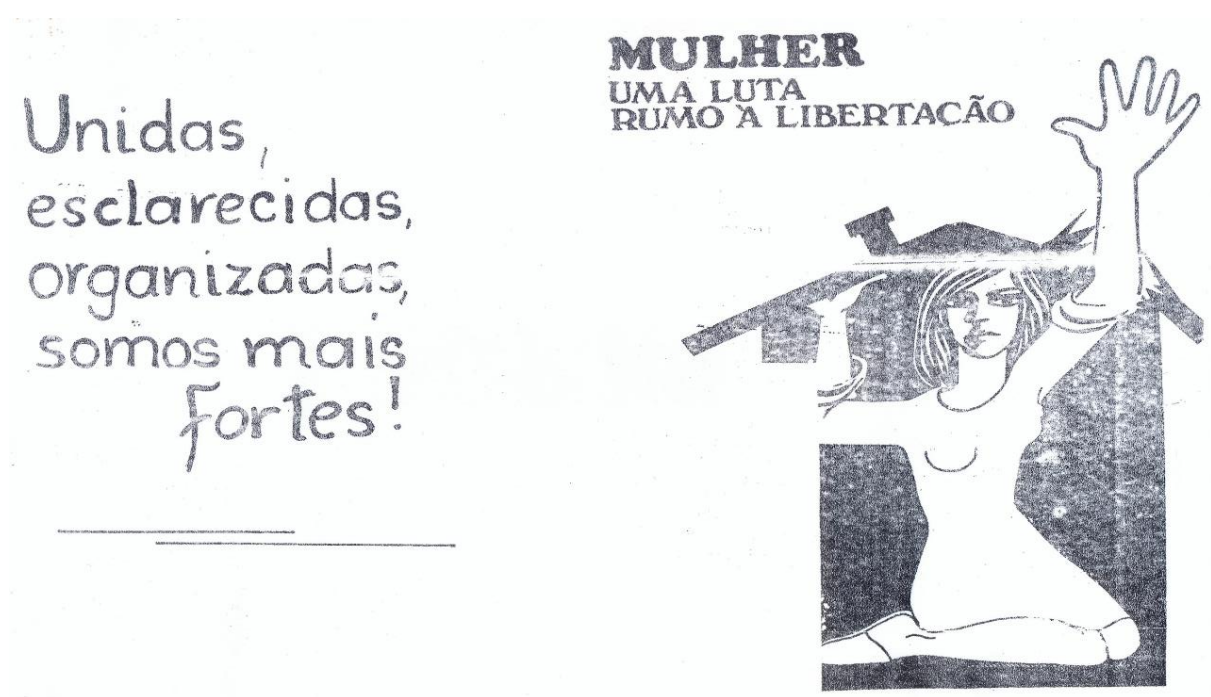


Figura 6. Reprodução de panfleto do dia das mulheres de 1982, produzido pelo Clube de Mães da Vila Remo.

Talvez não tivessem se atentado a isso na época, ela diz, mas a imagem saltou aos seus olhos quando revisitou seus arquivos para se preparar para aquele evento. Ao abrir o material original, viu um poema sobre a condição das mulheres e a importância de sua luta, com a data de 14 de março de 1982, escrito por Vanda Gomes, presente na mesa, que à época era uma jovem de 21 anos. O material havia sido produzido para o dia Internacional da mulher na Vila Remo.

No final, durante o debate com a plateia, Ana Dias, respondendo a uma pergunta sobre como se organizavam entre mulheres, fazendo face ao machismo da sociedade, disse, entre outras coisas, que “é muito difícil tirar a mulher de dentro de casa, mas é mais difícil por ela dentro de casa depois que ela tem consciência”. Ao explicar o funcionamento do Clubes, falou que usavam as aulas de bordado como isca e aproveitavam o espaço para outras atividades,

como a leitura do livro “Mulher, objeto de cama e mesa”, de Heloneida Studart (São Paulo: Vozes, 1983). Ela diz que o grupo era acusado de “ensinar” as mulheres a mandar nos maridos, enquanto que, para ela,

Elas se despertavam que elas eram gente, que ela que educava os filhos (...) [o que faziam não era] ensinar não, discutir, e ela mesma conseguia acordar e despertar (...) então, pequenas coisas que o homem começou a enxergar, o homem só não, a mulher também. Porque o homem só enxerga o trabalho da mulher quando fica sem fazer, porque quando tá feito, ninguém imagina que ele foi feito pela mãe, né? Então é pequenas coisa, gente, que começa a mulher a se valorizar... (Ana Dias, em fala no evento: Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar, em 02 de maio de 2018⁷⁰)

Ao separar movimentos de mulheres voltados à luta por direitos humanos, de crianças, de pessoas idosas ou por melhores condições de vida, daqueles classificados como feministas, por não terem sua atuação majoritariamente ou exclusivamente em um campo entendido como sendo das mulheres, haveria uma divisão que é, no fundo, também de classe? Acredito que movimentos por melhoria de infraestrutura, por equipamentos e serviços públicos na cidade, demandas ligadas às condições materiais de existência, possam também ser entendidas como demandas feministas⁷¹.

Nas classes populares, as mulheres são comumente arrimo de família e as principais, quando não as únicas, responsáveis por todo o trabalho de cuidado, que pode incluir o cuidado de crianças, pessoas idosas, pessoas doentes ou com deficiência. Se por um lado, é fundamental desnaturalizar a relação direta entre mulheres, maternidade e cuidado, por outro, lutar por políticas públicas que deem suporte para este trabalho com as pessoas pelas quais elas são diretamente responsáveis, e a quem são ligadas afetivamente, não seria, igualmente, uma demanda em benefício delas mesmas? Esta não seriam pautas que implicariam na melhoria das suas próprias condições de existência, liberando, ainda que pouco, do peso que esse trabalho de cuidado pode representar? Como me disse Ana Paula, durante nossa entrevista,

(...) a gente sabe que, na periferia, foram elas que construíram tudo. Foram elas que fizeram, estruturaram as periferias. Lutaram por qualquer direito que nós temos hoje. (...) Então [no meu trabalho eu quis] dizer que essas mulheres também produziam, estavam construindo coisas, têm história, enquanto formadoras, enquanto pessoas que estão construindo conhecimento, mas um conhecimento que tá à margem e que precisa ter um lugar. Por isso esse nome: mulheres da periferia em movimento, porque elas estão sempre criando, construindo. Porém, são outras trajetórias do feminismo, porque

⁷⁰ Disponível em: <https://youtu.be/RRZtEeFITOM?t=875> Acesso em 15/12/2020

⁷¹ Como igualmente aparece nos resultados da pesquisa Agenda Propositiva das Periferias, do Centro de Estudos Periféricos, 2018, Le monde, 2020. Ver também Federici, 2019b.

são trajetórias que não estão sendo contadas [na universidade]. (Ana Paula Santana Correia, entrevista à pesquisadora em novembro de 2018)

Na dinâmica proposta por Cecília Hansen, nas falas de Ana Dias e Odete Marques que vimos antes, a prática política adquirida na luta cotidiana por direitos teve um efeito formativo dos processos de reconhecimento da situação de subalternidade das mulheres na sociedade e em seus próprios lares. As atividades coletivas tiveram um efeito semelhante aos “grupos de reflexão” feministas, por conta da prática de discutir os problemas em conjunto e uma experiência de prática política cotidiana, no contato com autoridades, especialistas, estudantes de ensino superior, na preparação de materiais e documentos de diversos tipos. Com esse movimento, elas passaram a se entender como sujeitos de direito. Um efeito transformador inclusive de sua autoestima, pela intervenção nos espaços públicos. “Quando isso entra na nossa cabeça, não sai mais!”, disse Ana Dias⁷², sobre como a participação no Clube de Mães e na militância sindical tinham transformado sua percepção sobre a importância de um engajamento em prol da melhoria da vida das mulheres em suas casas. Em uma etnografia sobre a Ocupação Mauá, no centro de São Paulo, Paula Bologna (2017: 67), reproduz a fala de Neti, uma de suas lideranças, retirada do documentário “Leva”:

(...) antes de vir pro movimento eu tomava o maior chicote do meu marido, apanhava muito, muito... de sentar assim e dizer: ‘bate porque você é meu marido e você tem direito’. ‘Hoje [imitando a voz do marido] fulano foi brincar comigo na firma e eu falei: ‘não brinca comigo hoje não porque eu tô nervoso e eu bati na mulher essa noite.’ ‘Quando eu passei a entender o movimento, participei de algumas formações... quando ele veio pra me dar [pancada]... ele me deu a primeira, mas o restante ele levou tudinho. (...) Ele tava com a cara toda arranhada, eu cortei toda a cara dele na unha, e soquei bastante também. Aí ele falou: ‘ai, como é que eu vou trabalhar com essa cara?’. Eu falei: ‘você vai chegar na firma e vai dizer: ‘não brinca comigo hoje não que eu estou azedo, eu estou nervoso porque eu apanhei da minha mulher essa noite’. ‘Você entendeu? Porque chega, eu não vou mais abaixar a cabeça pra você. (Vicente, 2011: 29’28’’)

Ao aproximar as falas destas mulheres com as pautas dos movimentos feministas não quero aqui criar uma etiqueta para colar sobre elas e transformá-las em feministas na base da “canetada”. Ao contrário, o que quero é investigar o que fazia (e ainda faz) um sem número de mulheres, articuladas em movimentos sociais dos mais diversos, rejeitarem a identificação com o feminismo como se fosse um “rótulo” pesado de carregar, fazendo com que não se reconheçam dentro das diversas vertentes do movimento de luta pela vida das mulheres, ainda

⁷² Ana Dias, em fala no evento: Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar, em 02 de maio de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/RRZtEeFIT0M?t=875> Acesso em 15/12/2020

que tenham discursos e práticas bastante progressistas com relação ao espaço das mulheres na sociedade⁷³.

De outro lado, é importante chamar a atenção também para quando investigadoras/es aprofundam esta separação — longe de negar que seja louvável o respeito à autodenominação dos diversos movimentos de mulheres —, sem, contudo, questionar os porquês da ausência da autoidentificação com o feminismo e sem se perguntar, igualmente, ao organizar a história do feminismo em ondas, se as *suffragettes*⁷⁴ chamavam a si mesmas de feministas já naquele momento ou foram assim nomeadas por quem, *a posteriori*, escreveu sobre elas. A pecha que repetidamente se tenta instalar sobre o termo feminismo⁷⁵ é tão potente que, mesmo Simone de Beauvoir, como é sabido, só se autoidentificou feminista após ter escrito *O Segundo Sexo*, aos 41 anos, quando se tornou o rosto mais famoso do feminismo europeu.

Ademais, certas camadas do feminismo, em particular na classe média dos anos 1970 e 1980, tinham como pauta a ideia de que a carreira profissional seria uma libertação para as mulheres e muito do seu feminismo se baseava na independência econômica e realização de seu potencial no trabalho. Para tal, muitas vezes, contavam com empregadas domésticas. No entanto, para muitas mulheres de camadas populares, o trabalho poderia ter sido sentido como uma condição inescapável, como uma necessidade evidente desde muito jovem. Para estas mulheres, um trabalho nem sempre pôde ser visto como “libertação”, por conta da exploração e precariedade, embora tenha representado autonomia e afirmação de si para muitas delas.

Se entendermos o feminismo não apenas com um movimento, mas uma maneira de entender o mundo e de intervir sobre ele (Dorlin, 2008), por que estes movimentos de mulheres negras, periféricas e de classes populares não seriam entendidos como feministas? Tendo em vista que demandas por infraestrutura e políticas públicas partiam particularmente de mulheres pobres e visavam melhorar suas vidas e das pessoas sob seus cuidados.

Acredito, inspirada em Adriana Piscitelli (2002) e Patricia Hill Collins (2017), que quando círculos acadêmicos se debruçam sobre algum tema, o risco do debate sobre ele ficar

⁷³ Um exemplo contemporâneo, fora do escopo desta pesquisa, é o movimento “feminejo”, de mulheres fazendo música para mulheres, dentro do sertanejo, e rejeitando o rótulo de feministas, ver: <https://theintercept.com/2018/12/27/feminismo-e-feminejo/> e <https://theintercept.com/2019/01/15/feminismo-feminejo-empoderamento-de-mercado/>.

⁷⁴ *Suffragette* ou sufragistas são os termos utilizados para se referir às mulheres engajadas na luta pelo direito ao voto no final do século XIX e começo do século XX, em diversos países.

⁷⁵ O “medo da ditadura da baranga”, segundo a expressão de Rosana Pinheiro-Machado (2018).

inacessível a não-especialistas é altíssimo. Acaba por se fazer uso de um vocabulário particular, de uma linguagem específica, de uma série de conceitos que remetem a determinadas referências, que variam de acordo com a perspectiva teórica e a filiação disciplinar, em um debate teórico difícil de ser acompanhado até por quem faz do trabalho intelectual sua profissão. A reclamação de que alguns trabalhos ou disciplinas são teóricos demais ou que possuem uma linguagem muito hermética e inacessível, é queixa comum inclusive entre estudantes de ensino superior. Dinâmica essa que faz com que a conversa seja travada em um “idioma” particular que, se não for “traduzido”, pode acabar afastando muitas pessoas dos debates que, ao se tornarem teóricos ou abstratos demais tornam-se, conseqüentemente, inacessíveis.

Contudo, trabalhos como o de Moema Viezzer e o acesso aos materiais dos Clubes de Mães, nos levam a discordar de análises que alegam a falta de “recursos de ordem material e simbólica” para o distanciamento com o feminismo:

O feminismo teve que se enfrentar, ainda, com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem material e simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais. (Sarti, 2004: 44)

É muito provavelmente mais confortável para mulheres de classe média e alta, em geral brancas e altamente escolarizadas, que tenham com quem deixar as pessoas que dependem dos seus cuidados (que em geral é uma outra mulher, pobre e muitas vezes negra), encontrar alguma disponibilidade de tempo, acesso, interlocução e identificação com o vocabulário, a bibliografia, as longas e abstratas análises que ainda hoje se desenvolvem sobre a condição das mulheres, sua sexualidade, maternidade ou sobre relações sociais de gênero. Eu mesma, para escrever este texto, transformei o desenvolvimento dessa pesquisa em meu trabalho de tempo integral e dedicação exclusiva, tendo interlocução com diversas pessoas altamente escolarizadas.

As mulheres que estavam nas periferias estavam pensando e debatendo muito, focadas em questões de seu próprio interesse que atingiam as vidas das mulheres pobres e das mulheres negras. Participaram, inclusive, da elaboração de uma complexa leitura teológica do próprio ativismo, organizando grupos de discussão, de alfabetização e mesmo movimentos com o tamanho e a potência do Movimento de Saúde e Movimento Custo de Vida, (que envolveram pesquisa, tabulação de dados, argumentação e convencimento de participantes). Elas deram suporte aos comitês de greve (como aquele no qual morreu Santo Dias), criaram associações de

proteção às mulheres que sofriam violência doméstica. Estas as atividades foram se intensificando nos anos finais da ditadura, durante a “abertura”. Desta maneira, para algumas destas mulheres, as feministas acabaram sendo vistas como as “outras”, aquelas que não olham para “nós”, para os problemas das mulheres pobres. Ainda que organizações como União de Mulheres de São Paulo, Rede Mulher de Educação, Católicas pelo Direito de Decidir, SOF: Sempre Viva Organização Feminista e Geledés: Instituto da Mulher Negra, tenham construído parcerias e desenvolvido projetos particularmente importantes para o fortalecimento de associações de mulheres nas periferias, elas eram vistas como participações externas ou “teóricas”.

A relação entre teoria e experiência – ou teoria e prática – era vivida pelas militantes do “Feminismo Popular” por meio da atribuição de um caráter exterior à teoria feminista; como me explicou a então presidente da Associação de Mulheres da Zona Leste: **“A Amzol não tem parte teórica. Nós somos mais da prática, mas a parte teórica veio da Católicas pelo Direito de Decidir, muito do [sic] SOF e da Rede Mulher de Educação”**; outra entrevistada, pelo Movimento de Mulheres de São Miguel, formula a relação com a assessoria técnica feminista da seguinte maneira: **“Quem nos ensinou a gritar foi o [sic] SOF”**. (Medeiros, 2017: 104, destaques e colchetes do original)

Ainda que muito se tenha caminhado de lá para cá, não acredito que este seja um debate já superado ou uma crítica anacrônica ao feminismo brasileiro. Esta tem sido uma discussão levantada por vertentes contemporâneas do feminismo marxista e pelo feminismo negro tanto no Brasil, quanto no exterior. Entendo como particularmente feministas as lutas que se opõem à hiper responsabilização das mulheres (ou das famílias) com o trabalho de cuidado e de reprodução da vida. Ademais, tendo em vista o fato de que os trabalhos mais comuns entre as mulheres negras e das classes populares, são também os que estão expostos a uma grande precariedade, como no caso do trabalho doméstico⁷⁶, bem como a quantidade de mulheres no Brasil que são as principais ou únicas provedoras da família ou que são, no mínimo, as responsáveis pela administração financeira da casa, não temos como ignorar que um movimento que demande o controle dos preços dos alimentos, como o Custo de Vida possa ser uma demanda de um movimento de mulheres. É uma demanda muito coerente da perspectiva de quem, sendo responsável pela reprodução da vida, a experiencia na precariedade.

⁷⁶ Segundo dados do Dieese: “Em 2018, havia no país 6,23 milhões de pessoas ocupadas na atividade, segundo dados da PnadC. Desse total, apenas 457 mil eram homens e 5,77 milhões eram mulheres, ou seja, as mulheres correspondiam a 92,7% da categoria. Do total de trabalhadoras, 3,75 milhões eram negras e 2,018 milhões não negras. As mulheres negras, portanto, representavam 65,0% do contingente de domésticas no país.” (DIEESE, 2020: 7) Segundo a mesma pesquisa, 45% das trabalhadoras domésticas são responsáveis principais pelo sustento de suas famílias.

Assim, embora esses movimentos possam parecer ter sido focados na “vida doméstica” e privada, implícita na ideia de Clube de *Mães*, como se reforçassem normatividades de gênero, seus efeitos são muito mais amplos e extrapolam os limites da casa, como na metáfora da imagem acima (figura 6). É possível notar como as reflexões incentivadas pelas abordagens da Teologia da Libertação, embora não focassem em discutir o lugar social e a autonomia das mulheres, acabaram por desencadear o debate e a reflexão destas mães e donas de casa sobre a sua própria situação. A demanda por educação, creche e saúde tornou-se uma luta por direitos que fala centralmente das condições de vida nas periferias, mas também colaborou para a construção destes sujeitos políticos.

Vale lembrar que, movimentos como *Wages for Housework* [Salários para o Trabalho Doméstico], colocaram as questões ligadas ao cuidado da casa, da família e a precarização da vida das *welfare mothers* [mães beneficiárias da assistência social] e das mulheres da classe trabalhadora em geral, nos EUA e na Itália nos anos 1970, como uma questão fundamental para o movimento feminista, em particular o movimento feminista marxista (Federici, 2019b). Os trabalhos de Tithi Bhattacharya, assim como os de Susan Ferguson, entre outras teóricas feministas marxistas, têm desenvolvido análises importantes na Teoria da Reprodução Social, na qual, a produção da vida é fundamentalmente integrada ao processo de produção de bens e serviços, proporcionando gratuitamente o trabalho de reprodução, regeneração e de cuidado. Bhattacharya esteve entre as organizadoras da Greve Internacional das Mulheres, em 2018, que pregava, justamente, um dia de greve das mulheres que executam essas funções gratuitamente⁷⁷.

O trabalho doméstico e as múltiplas jornadas enfrentadas pelas mulheres eram algumas das questões levantadas também nos debates dos Clubes de Mães. Nas diversas atividades que participavam, as mulheres tinham que organizar um revezamento para que houvesse quem cuidasse das crianças. A necessidade de ter disponibilidade para se reunir as fez pensar sobre a importância das creches, para poderem estar tranquilas nas reuniões ou no trabalho nas fábricas, no caso das operárias (Azevedo; Barletta, 2011) e impulsionou o movimento de luta por creches, incluindo aquelas que trabalhavam fora e precisavam contar com uma rede de apoio para cuidar das crianças. Com os documentos do Movimento Custo de Vida, Daniela Oliveira mostra como, além do vigor do levantamento de dados feito pelas participantes e da imensa articulação que conseguiram alcançar, apresentavam noções sobre direitos da infância, “se apresentavam como

⁷⁷ Ver: Aruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019; Bhattacharya, 2019.

possuidoras de direitos, elas relacionavam os problemas das mulheres aos problemas do povo” (Oliveira, 2019: 108).

Fica evidente, portanto, a preocupação dessa organização em discutir, refletir, mapear, dentre as mulheres participantes, seus dilemas e vivências sobre a desigualdade de gênero. Embora a nomeação “feminista” não se faça presente, observamos maneiras de se falar de “feminismo” sem “nomeá-lo” e escutar sobre opressão de gênero através do cotidiano e vocabulário das próprias mulheres. (idem: 112)

A derrubada da polarização do mundo público *versus* mundo privado, vida íntima *versus* vida pública, é uma pauta histórica do feminismo, estas divisões apenas reforçam as opressões sobre as mulheres. A atuação das mulheres nos Clubes de Mães é uma explosão dos tensionamentos entre espaços privados e públicos, de problemas privados e públicos. Lutar por direitos sociais é lutar pela ampliação do suporte para o trabalho de cuidado, que é totalmente legado às mulheres, que redobra as suas funções e precariza suas vidas — inclusive quando ele é terceirizado, é uma mulher que será paga para realiza-lo.

Por outro lado, não estou colocando aqui o emprego doméstico como o centro único da opressão das mulheres de classes populares. Por mais que o trabalho doméstico tenha esse lugar subalternizado e seja um retrato das desigualdades, é a partir da renda conseguida através destes empregos que as mulheres conseguem abandonar casamentos violentos e juntar dinheiro para formar suas Jéssicas (com ou sem aspas). Foi através do trabalho doméstico remunerado que as mulheres conquistam alguma independência e criam importantes espaços de circulação. “Nunca dependi de homem pra nada, não vai ser agora”, dizem muitas de nossas mães quando decidem abandonar seus casamentos infelizes. Ainda que em empregos exploradores, reprodutores de desigualdades, o que significa ter um trabalho? Significa sustento, significa a possibilidade de pegar suas crianças e abandonar de relações opressoras e violentas. Porque uma creche para deixar estas crianças ou um posto de saúde para vaciná-las não seria uma pauta feminista? No momento em que as mulheres fazem essas reivindicações, elas estão na verdade desmontando a dicotomia entre o público e o privado. Este sujeito político Mãe estava, naquele momento, demandando políticas públicas e hoje está se opondo ao genocídio de Estado⁷⁸, como o Movimento Mães de Maio⁷⁹.

⁷⁸ Ver: Vianna, Farias, 2011; Vianna Lowenkron, 2017, Moncau, 2021. Agradeço a Milena Mateuzi por insistir neste ponto.

⁷⁹ O Movimento Independente Mães de Maio é uma rede de mães, familiares e pessoas amigas de vítimas da violência do Estado, situada sobretudo na capital paulista e na Baixada Santista. O movimento nasceu em 2006, quando pelo menos 564 pessoas foram mortas no estado, em situações que indicam a participação de policiais. As

Da perspectiva da Justiça Reprodutiva (Davis, 2016; Noronha, 2016), por exemplo, tanto o encarceramento, quanto o genocídio, se tornam pautas tão feministas quanto o direito ao aborto. Afinal, um slogan como “um filho quando eu quiser, se eu quiser”, precisa também incluir a possibilidade de não ter esse filho arrancado pela fome, pelo cárcere ou a tiros. Nesse slogan deve caber também a luta contra a esterilização forçada⁸⁰. Entendo como particularmente potente reconhecer em posições sociais tradicionalmente entendidas como resilientes, como a “mãe” e a “dona de casa”, em sujeitos políticos fortemente engajados, organizados e legítimos. De maneira que, a divisão entre “movimento feminista” e “movimento de mulheres”, como sendo as que se atém a pautas “específicas” ou às pautas mais “gerais” me parece uma visão encurtada da realidade, quando olhamos para os múltiplos engajamentos de diferentes grupos de mulheres.

Para concluir, os movimentos trazidos nesse capítulo fazem parte de um conjunto de movimentos sociais que, inspirados pela abertura democrática, investiram em uma imensa luta por expansão de direitos. Estes movimentos construíram as quebradas da cidade de São Paulo tornando-se “as mães” de muitos movimentos. Muitas destas iniciativas vão institucionalizar conquistas legais e de políticas públicas, ao mesmo tempo em que vão perder potencial de enfrentamento e vão sofrer com a criação de hierarquias. A burocracia consome o tempo, em relatórios infundáveis, e militantes vão eventualmente sendo substituídas por assistentes sociais (e outras “técnicas”), contratadas por organizações do terceiro setor, como veremos no quarto capítulo. O combate à “vulnerabilidade” deixa de ser entendido como direito das pessoas e dever do Estado e volta a ser sentida como caridade e estigma ou mesmo fracasso pessoal.

Por outro lado, também como efeito dos ganhos dessa geração, as que vieram depois tiveram muito mais possibilidades. Foi a movimentação das “Mães da Periferia” que fez com que as “Jéssicas” pudessem estranhar as salas de aula das universidades de elite, “quebrar o ciclo familiar e trocar a *casa de família* pela sala de aula”, como diz Jéssica Moreira, do site

mortes faziam parte de uma retaliação de policiais contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Ao PCC é atribuída a redução do índice de mortalidade em São Paulo entre o final dos anos 1990 e a primeira década de 2000. Ver: Biondi, 2018.

⁸⁰ Uma Comissão Parlamentar Inquérito – CPI – foi instaurada em 1992 pelo Congresso Nacional para investigar o uso eleitoral e o interesse internacional em esterilizações de mulheres de baixa renda no Brasil, em particular nas regiões Norte e Nordeste. Segundo o relatório, a ausência de uma política de planejamento familiar que ofertasse métodos contraceptivos abriu para a atuação de clínicas internacionais de esterilização, que defendiam uma redução da pobreza através do controle de natalidade entre pobres. Esta investigação ficou conhecida como a CPI da Laqueadura e resultou na votação de um projeto de lei que proíbe políticas de planejamento familiar com o intuito de controle demográfico. No entanto, em fevereiro de 2018, Janaína Aparecida Querino, de 36 anos, uma mulher em situação de rua, passou por uma esterilização contra sua vontade, após pedido do promotor Frederico Liserre Barruffini e uma liminar do juiz Djalma Moreira Gomes Júnior, no interior de São Paulo.

Nós, Mulheres da Periferia (Moreira, 2015, destaque meu). Ainda que as “Jéssicas” eventualmente tenham também que ir trabalhar em *casa de família*, mas como no caso da Jéssica Moreira (ou do meu mesmo) essa experiência pode vir a ser como babá durante um intercâmbio na Europa⁸¹.

Assim, seja por concurso público, seja porque algumas organizações do terceiro setor contratam profissionais do território, ou ainda, algumas organizações acabam por serem criadas por pessoas do território para disputar o gerenciamento dos serviços, esses sujeitos se tornam algumas das muitas forças que passam a tensionar a atuação nos serviços a partir da prática militante e de vivência no território. Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, uma quantidade significativa de jovens das periferias teve acesso ao ensino superior e uma parcela dessas pessoas se tornou ativista e profissional de políticas sociais, que vêm agindo em toda pequena margem de possibilidades que encontram (Mateuzi, 2016). Estas pessoas, especificamente, atuam, ao mesmo tempo, em duas frentes voltadas para o Estado: seja na crítica da aplicação e insuficiência políticas sociais, seja na construção da resistência às tentativas incessantes de desmontá-las. Tudo isso sem deixar de lado a luta constante contra a violência de Estado. Uma terceira frente, a da cultura, destacadas por trabalhos como os de Erica Peçanha (2011; 2009), Tiaraju D’Andrea (2013), Sulamita Assunção (2018) e Daniele Oliveira (2019), é que refaz a gramática desse embate e promove outras relações, afetos construídos em espaços de segregação, que se aproximam e se descolam dos movimentos de décadas anteriores.

O modelo de ativismo ligado à Teologia da Libertação, com sua gramática própria de organização, perdurou até o começo dos anos 2000. No entanto, sua dinâmica de educação popular, de uma estética que estes movimentos compartilhavam, perdeu força, sem conseguir se renovar. Nos anos que se seguiram, uma nova leva de movimentos sociais se organizou em coletivos culturais, feministas e negros periféricos cresceu e se expandiu, incluindo pessoas e grupos LGBTQIA+. Os movimentos sociais mais “tradicionais” vão sendo institucionalizados, mas não apenas sendo absorvidos, vão também se apropriando da burocracia do Estado enquanto ferramenta. De maneira que esses movimentos não deixam completamente de ser um modelo de atuação política, continuam presentes, mas uma parte das pessoas que se engajam em movimentos diversos, e no que sobrou da teologia da libertação, no começo dos anos 2000, entra nesses movimentos já conhecendo essas diversas abordagens. Sabendo que tem uma

⁸¹ Ver: Uma nova narrativa de mulheres da periferia | Jéssica Moreira | Girl’s Talk Capão Redondo, do Plan International. Disponível em: <https://youtu.be/OOdinuHhqdk>. Acesso em 14/03/2021.

posição incomoda das mulheres nos movimentos, sabendo que existe racismo em diversos espaços, incluindo os de militância, e pensando essas coisas todas entrelaçadas, como indissociáveis. A atuação desses movimentos é constantemente objeto de reflexão e reelaboração, com um novo vocabulário e uma conexão com outros movimentos sociais, para a construção de uma memória de lutas de gerações anteriores mulheres das periferias.

Capítulo 3 - Salve quebradas: periferias, raça e educação

(...) a periferia “é uma língua materna assim, e aí você vai criando o seu vocabulário ali a partir daquela estrutura de pensamento. Acho que quebrada é uma estrutura de pensamento também, não estrutura entendeu?! Mas uma forma de pensar também.” (Alessandra Tavares, em entrevista a Danielle Regina de Oliveira, 2019).

A primeira parte deste capítulo se interessa pelas disputas em torno de um outro termo utilizado para se referir às quebradas, o termo periferia. Proponho aqui um debate sobre as disputas de significado em torno da narrativa sobre as periferias, no qual me interesso pelos sentidos atribuídos ao termo e, particularmente, ao impacto de determinados sujeitos envolvidos na disputa em sua definição. Uma crítica feminista à narrativa masculina da experiência periférica conecta o debate deste capítulo com o anterior.

Na segunda parte do capítulo, parto da autoetnografia para fazer um diálogo com as minhas interlocutoras e pensar em nossas trajetórias estudantis marcadas pela luta e a dívida: a educação vivida como um objetivo a ser disputado, conquistado e também como meio de diferenciação dentro das periferias. Trago neste capítulo uma cena etnográfica de encontro com a polícia, como maneira de inserir a minha própria experiência racial no território, e situar o corpo da antropóloga em campo.

Periferia, Periferias: deslocamentos de sentidos

O debate sobre periferias, nos últimos anos, foi muito influenciado por uma narrativa construída pelo rap, em particular pelas músicas do grupo Racionais MC's, e apropriada por outros setores, sejam acadêmicos, militantes ou de outras linguagens artísticas. Como adolescente de uma periferia paulistana no final dos anos 1990 e começo dos 2000, também fui de alguma maneira formada por essa maneira de ver o mundo, ainda que com uma dose (muito) maior de pagode e axé. Raramente uma pessoa que tenha crescido em uma periferia de São Paulo neste período desconhece os Racionais, seu código moral de sociabilidade, denúncia do racismo e da violência (D'Andrea, 2013), bem como suas letras misóginas. De toda maneira, faz mais de 30 anos que a noção de periferia tem sido utilizada para indicar tanto processos sociais quanto espaços geográficos, impossível seria fazer uma revisão detalhada deste imenso debate. Os trabalhos vão dos clássicos sobre a expansão urbana, aos que pensam a partir de

países do Norte ou argumentos generalizantes sobre periferias de grandes cidades do mundo, além dos trabalhos que analisam aspectos específicos da vida social ou conformação geográfica, passando pelas mais diversas áreas disciplinares e filiações teórico-metodológicas (Peçanha, 2010; Feltran, 2011).

Em artigo de revisão sobre o debate, Érica Peçanha (2010) aponta a passagem de uma perspectiva mais focada na relação centro-periferia, e na desigualdade na distribuição de recursos e infraestrutura na formação destas periferias, nas análises dos anos 1970-1980, para perspectivas que tinham em vista a diversificação dos espaços urbanos, nas décadas seguintes. Há um significativo aumento de infraestrutura e equipamentos públicos, sobretudo durante o período de redemocratização, diante da pressão de movimentos sociais, como os que vimos no capítulo anterior, e de mudanças nas políticas públicas. É nesse período que aumentam também os estudos sobre favelas⁸², ainda que o surgimento destas nas periferias datasse das décadas anteriores e sua exposição a riscos ambientais fosse maior que nas favelas próximas do centro da cidade, que até aquele momento eram as que mais interessavam as pessoas que realizavam as pesquisas.

Nos debates mais atuais, ainda segundo Érica Peçanha, há a percepção de que uma série de fatores agem “junto e misturado”⁸³: o adensamento populacional se agudizou, as favelas continuaram a crescer, com esgoto a céu aberto e ocupação de áreas de mananciais, as rotas de criminalidade e violência se reorganizaram, houve um aumento da economia informal, mas houve igualmente uma melhora da condição de vida, melhorias urbanas, habitacionais, de equipamentos e transporte. Perdeu-se a ideia de uma periferia homogênea e percebeu-se a convivência de diferentes grupos sociais no mesmo espaço.

Com o passar dos anos, condomínios de luxo se instalaram ao redor de áreas periféricas e na região metropolitana. Uma imagem emblemática deste fenômeno, que pode mesmo parecer caricata, é a fotografia de Tuca Vieira, de 2004, que mostra um prédio de apartamentos de luxo no Morumbi com quadras de tênis e uma piscina por andar, instalado ao lado de Paraisópolis, favela da Zona Sul de São Paulo, com mais de 42 mil habitantes, segundo o Censo de 2010⁸⁴.

⁸² Para uma revisão dos estudos sobre favelas, ver: VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁸³ A referência ao título do livro de Karina Biondi é minha, não de Érica Peçanha. Para Karina Biondi, a expressão, êmica, “remete a uma potencialização da noção de integração” (Biondi, 2018: 77), mas, a meu ver, também de interrelação e cooperação.

⁸⁴ Sobre estes “enclaves fortificados” ver: Caldeira, 1997 e 2000.



Figura 7. Foto de Tuca Vieira, feita de helicóptero, em 2004 ⁸⁵.

Em estudo realizado em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, Flávio Villaça (1997; 2001; 2011) identifica em todas estas capitais uma área de concentração de pessoas de alta renda. Estas regiões se caracterizam por uma grande reunião de vagas de empregos, menores índices de mortalidade e violência, melhores serviços e inclusive temperaturas mais baixas, por serem mais arborizadas. Em São Paulo, esta região foi apelidada de “quadrante sudoeste” e abrange bairros de classe média e alta como Pinheiros, Vila Madalena, Brooklin, Morumbi, Jardins, Itaim Bibi e Vila Olímpia, entre outros. É nesta região que encontramos a maior expectativa de vida da cidade, segundo o Mapa da Desigualdade de 2016⁸⁶, assim como as principais concentrações de pessoas brancas de classe média e alta (França, 2017).

Ao mesmo tempo, um subdistrito em São Miguel Paulista, bairro distante geograficamente do centro, recebeu o apelido de “Morumbzinho”, em referência ao bairro do Morumbi⁸⁷, por conta do poder aquisitivo de suas/seus habitantes, em grande parte, do funcionalismo público de classe média, composto por profissionais de nível técnico e docentes de escolas públicas. Esse movimento, por sua vez, impulsionou a expansão de escolas

⁸⁵ Ver: <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-tuca-vieira-photograph-paraisopolis-portuguese>. O projeto Unequal Scenes reúne fotografias no mesmo estilo, feitas em diversos países do mundo: <https://unequalscenes.com/>

⁸⁶ Ver: Rede Nova São Paulo, 2016; Ferraz e Diógenes, 2016.

⁸⁷ Morumbi é um bairro de classe alta da Zona Oeste de São Paulo, onde está a mansão onde foi filmado “Que horas ela volta?”.

particulares (Dantas, 2018) e, suponho, da indústria de segurança.⁸⁸ Apesar de todas estas transformações, o termo “periferia” continuou a aparecer na literatura, segundo Érica Peçanha (2010), para nomear as regiões mais afastadas das grandes cidades ou mesmo a região metropolitana, indicando bairros pobres e geralmente se referindo à sua população.

Gabriel Feltran (2010), refletindo sobre seu próprio percurso de trabalho, pontua que a periferia começou sendo um território de pesquisa entendido como de privação, mas com o crescimento dos movimentos populares interessados em se integrar ao processo democrático entre o final dos anos 1970 e o começo da década de 1990, apareceram os atores políticos coletivos, novos personagens políticos que traduziriam em luta por universalização de direitos as reivindicações por bens sociais. Os Clubes de Mães, aos quais me referi no capítulo anterior, fazem parte desse movimento para o qual direito se tornou uma categoria estratégica de projeto político e que fez com que a periferia partisse de um território de ausências para partícipe do projeto de nação democrática, com “direito a ter direitos”. Dessa perspectiva, os movimentos são lidos como geradores de novos direitos, se opondo a percepções anteriores da periferia como o lugar da ausência (de civilidade, de educação, de inteligência, de formação etc.). Feltran, em texto de 2013, escrito com Neiva da Cunha, admitindo que a noção de periferia é polissêmica e que “carece [de] pesquisa cuidadosa” (Cunha; Feltran, 2013: 12), sugere que:

o próprio uso da categoria *periferia* [...], não raro, acrescenta confusão a um cenário de problemas urbanos e sociais renovados. Pois os empregos da categoria *periferia*, como das palavras-chave usualmente utilizadas em sua análise, oscilam entre o estatuto de conceito analítico, quando não teórico, e o de palavra corriqueira, de uso cotidiano, utilizada para fazer menção aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradia autoconstruída, conjuntos e mutirões habitacionais, mas também morros, favelas e subúrbios. Invariavelmente, entretanto, trata-se de categoria marcada por valoração, seja a do universalismo dos direitos e cidadania, seja nos juízos formulados entre os polos da *acusação* da violência, criminalidade e drogadição, mais comuns no discurso jornalístico e das elites, e da *celebração* da dignidade, resistência, crítica e luta dos que se identificam como periféricos. (idem: 11, destaques no original)

⁸⁸ Não encontrei dados específicos sobre o investimento em segurança privada nos extremos da cidade, embora observe o aumento de câmeras e de empresas de segurança na região, sobretudo escoltando a entrega de mercadorias. Além disso, antes da pandemia de coronavírus, era comum que a entrega de produtos fosse mais cara, ou eventualmente não fosse possível, no meu endereço, no Itaim Paulista, em comparação com o endereço do meu irmão, em Ermelino Matarazzo, com o argumento de que era “zona de risco”.

De acordo com José Guilherme Cantor Magnani, no momento em que a noção de periferia começa a ser questionada pela Antropologia, e em que vai deixando de ser uma categoria operativa em termos de dicotomia espacial, já havia sido tomada pelas atrizes e atores sociais, “com uma conotação positiva, enfatizando já não a carência, mas o pertencimento” (Magnani, 2006: 39). Nesta ampliação de sentidos, o rap e o movimento hip hop em geral têm uma grande importância. Olhando particularmente para o rap, Heitor Frúgoli (2005: 147) chama a atenção para uma produção "nativa" de sentido sobre si mesma, articulada em "uma espécie de 'singularização da periferia'". De maneira que, para este autor, de uma perspectiva antropológica, deve-se focar nas distinções entre gueto, periferia e favela, assim como sua diversidade interna, seja ela urbanística ou sociocultural, distinguindo sua área urbana específica, seus graus de segregação ou consolidação, bem como fenômeno social. Trata-se de perceber “um conjunto polifônico de representações nativas (cujas predominâncias tipológicas cabe definir caso a caso), bem como uma série de narrativas, das quais se destaca a realizada por atores sociais como os rappers.” (idem)

Para Gabriel Feltran, até determinado momento, suas leituras e arranjos das dinâmicas sociais das periferias o direcionavam para as crises “do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família, todas vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta” (Feltran, 2011: 33). Em um segundo momento, contudo, percebeu que, “para quem nasceu e cresceu ali nos anos 1990, todas essas crises já são elementos constitutivos do estar no mundo. Os modos de vida da nova geração já são, majoritariamente, conformados pela permanência dessas crises e de sua inescapabilidade” (idem). Em sua etnografia, a carreira na cultura aparece apenas como um golpe de sorte, em ascensões individuais meteóricas na música popular, assim como no futebol, enquanto que a carreira no *mundo do crime*⁸⁹, aproxima daquilo que o trabalho não consegue mais oferecer “renda, possibilidade de consumo e ampliação do *status* individual no grupo” (idem: 34). Uma infundável multiplicação de sujeitos heterogêneos compõe a complexidade desses contextos, nos quais trabalhadoras/es, bandidos, intelectuais, artistas e migrantes compartilham às vezes a mesma casa, com seus projetos de vida individuais e conectados a distintas redes de sociabilidade, coloca ele.

⁸⁹ “O *mundo do crime*, neste livro, é uma noção tomada em sua acepção usual nas periferias da cidade e, por isso, mantenho o uso sempre em itálico. Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos. (...)” (Feltran, 2011: 19, nota 18)

Ainda que com divergências importantes, estes trabalhos fazem um tensionamento a posicionamentos como os de Patricia Birman, sobre a impossibilidade de fixar fronteiras. Fazendo referência à ideia de “margens” que “podem ser políticas, religiosas, sociais, administrativas, culturais”, para esta autora periferia é:

(...) um termo recorrente, de grande ressonância, [que] emerge com facilidade e, muitas vezes, apaixonado, quando se quer tratar de situações dramáticas presentes na vida das grandes metrópoles. Haverá um lugar, ou lugares, claramente delimitados em suas fronteiras, que podemos designar como periféricos? Bem sabemos que não. (...) ‘periferias’ pode significar muitas coisas, sem dúvida. Mas, afinal, de que ‘coisas’ aqui se trata? De casos. (Birman, 2013: 07)

Na mesma direção, estudos recentes têm argumentado que a divisão centro-periferia estaria ultrapassada, afirmando que:

As cidades não estão partidas entre bairros ricos e pobres; há uma heterogeneidade urbana na qual tais bairros são criados de modo contíguo, estabelecendo ou não áreas de comunicação entre seus moradores, serviços e usos do território. Do mesmo modo, muitos deles se comunicam em raios perimétricos que transcendem os limites legais dos municípios. (Nery; Souza; Adorno, 2019: 8)

Este estudo, se utilizando de dados sobre habitação, população e condições sanitárias dos últimos quatro Censos, de dados de viagens urbanas diárias, de expansão urbana e de ocupação das áreas de risco geológico e de mananciais, se propõe a oferecer uma nova metodologia que dê conta da “heterogeneidade urbana do município de São Paulo”. Sua tese central é a de que não é possível pensar a cidade de um ponto de vista binário, dividida entre centro e periferia, mas que há uma heterogeneidade socioespacial significativa, principalmente nas periferias. De maneira que esse modelo explicativo centro-periferia não daria conta da realidade socioespacial, que seria muito mais complexa. Ainda que estejamos de acordo de que não há uma divisão estanque, contudo, é possível observar que todos os índices levantados na pesquisa são melhores no quadrante sudoeste e vão piorando conforme se afastam dele. Além disso, embora a pesquisa não traga um índice que leve em consideração a distribuição racial no território, quando contrastados com os mapas apresentados na pesquisa de doutorado de Danilo França (2017), reforçam sua hipótese da distribuição de alguns grupos de classes médias negras e brancas pela cidade, enquanto que, nos dois extremos, pessoas brancas e de alta renda se

concentram no quadrante sudoeste ou em determinados enclaves, pessoas negras e de baixa renda se concentram distantes do centro.

Outro interessante estudo que debate a dualidade metodológica centro-periferia, a partir de uma análise da Região Metropolitana de São Paulo, é o de Eduardo Marques e Haroldo Torres: “A recalcitrante importância da periferia para o debate sobre as condições metropolitanas” (2000). Em trabalho sobre a cidade de Mauá, que leva em consideração informações sociodemográficas, fatores de risco habitacional, saneamento básico, estes autores concluem que:

(...) novamente as populações de menor renda [têm] menor acesso a vagas em séries mais elevadas e [frequentam] escolas com classes mais cheias, no caso da educação, e no caso da saúde [têm] que se deslocar por maiores distâncias para ter acesso, não apenas a unidades mais especializadas, o que seria justificável considerando o caráter hierarquizado do sistema de saúde, mas também a unidades básicas. (...)

Essa cumulatividade atinge diferentemente os diversos grupos sociais: os riscos ambientais e sociais são desigualmente distribuídos (ou os primeiros são distribuídos sobre os segundos), criando um círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos (mas nem por isso numericamente desprezíveis). Essas condições, talvez ainda mais graves que as descritas nas “periferias da espoliação urbana” são cercadas por condições médias relativamente elevadas para os padrões periféricos tradicionais, indicando um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar e medir, mas nem por isso menos injusto. (Marques; Torres, 2000: 20)

No fim, ainda que ambos os estudos tragam elementos que expõem uma complexidade maior do que um binarismo oposicional e estanque centro x periferia, seus resultados expõem um gradiente de desigualdades que, de certa maneira, recoloca a divisão que gostariam de derrubar. Ainda que não haja mesmo uma divisão “murada” dos territórios, o que se vê é que a precarização vai aumentando gradualmente, quanto mais nos afastamos da centralidade do poder e da riqueza na cidade. Além disso, estas pesquisas deixam de captar a importância política e identitária que se constrói ao redor do termo periferia, como apontado por José Guilherme Cantor Magnani (2006) e Heitor Frúgoli (2005), citados acima, bem como por Érica Peçanha (2009; 2011) e Tiaraju D’Andrea (2013; 2020b).

De toda maneira, o que vemos é uma potente disputa de sentido sobre o que é a periferia que tem, de um lado, alguns setores dizendo que a periferia não existe ou que é difícil de defini-la e, de outro, o interesse em dizer que ela existe, que muitas coisas acontecem lá, que ela é internamente muito diversa e desigual. De algum modo, ambos querem rebater um uso impensado e estanque do termo. Um levantamento feito por Flávio Villaça (2001) no jornal Folha de S.Paulo entre os anos de 1993 e 1994 mostra a existência uma narrativa muito poderosa sobre o que é a cidade. Segundo este estudo, 74,66% das menções a locais da cidade (ruas, praças, parques, bairros, construções públicas ou privadas) correspondem ao quadrante sudoeste. Essas áreas figuram como representantes hegemônicos da cidade nos meios de comunicação, que acabam por “transmitir a ideia de que uma parte específica da cidade é a cidade. Qual parte? A área com alta concentração de classes de renda mais altas.” (Villaça, 2001: 7) Patrícia, uma de minhas interlocutoras, me lembrou como as pessoas mais antigas do nosso bairro, o Itaim Paulista, se referem ao centro de São Paulo: “preciso ir na cidade, preciso resolver umas coisas na cidade, eles ainda falam, pra você ver como os moradores da periferia estão tão deslocados que às vezes nem se sentem pertencentes à cidade”.

A esse respeito, outra curiosidade interessante é a Agência Mural de Jornalismo das Periferias ter nascido como um dos blogs hospedados no site da Folha de S.Paulo. Esta Agência, que conta com jovens jornalistas que vivem nas periferias como correspondentes (como Sheyla Melo, uma de minhas interlocutoras), cumpre uma função de cobertura específica, ao invés deste conteúdo compor o caderno Cotidiano⁹⁰, que traz o noticiário sobre a cidade. Antes disso, o noticiário das periferias estava restrito a jornais “de nicho” como o Agora São Paulo, também do Grupo Folha, e ao Notícias Populares, fora de circulação desde 2001⁹¹.

Para tomar o exemplo das eleições municipais de 2020 em São Paulo, durante a campanha eleitoral um debate importante foi construído em torno das periferias, – um dos candidatos levados ao segundo turno se apresentava, inclusive, como morador de uma delas. Todos os candidatos falavam sobre políticas para a periferia, sobre o que iria ser feito na e pela

⁹⁰ No jornal Folha de S.Paulo, o caderno Cotidiano traz a cobertura nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública, comportamento, trânsito e previsão do tempo. Esse caderno possui variações na edição nacional e nas edições regionais. Ver: <https://folha.com/17m9b065>

⁹¹ Notícias Populares, o NP, foi um jornal que circulou em São Paulo entre os anos de 1963 e 2001. Envolvido em diversas controvérsias, inclusive por inventar notícias, o NP era conhecido por sua cobertura sensacionalista, violenta e de forte conotação sexual. O NP ficou também famoso por ser um dos primeiros no Brasil a ter colunas falando abertamente sobre sexualidade, como a "Tudo sobre sexo", escrita por Rosely Sayão e dedicadas à comunidade LGBT, como o "Espaço Gay". Além disso, era conhecido por suas colunas de contos, como os escritos por Voltaire de Souza, pseudônimo de Marcelo Coelho, e as "Histórias da Boca", escritas por diversos jornalistas do grupo. Sobre o fim do NP, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u14022.shtml>

periferia. Pela importância do contingente populacional, é sabido que a eleição municipal se ganha nas bordas da cidade. Em sua página de internet, dentro do caderno Poder, dedicado à cobertura política, a Folha de S.Paulo criou a seção “eleição nas periferias”⁹².

A malha de transporte público também indica essa organização da circulação na cidade, orientando o transporte das periferias para o centro e dificultando o deslocamento entre diferentes partes de uma mesma região: gasta-se menos tempo para chegar do CEU Parque Veredas, (no Itaim Paulista) à Praça da República (1h25, para uma distância de aproximadamente 39 quilômetros), do que do mesmo ponto ao CEU São Mateus (1h59, para aproximadamente 16 quilômetros). O mesmo ocorre se o ponto de partida for o Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes, em direção à Praça da República (1h32, aproximadamente 33 quilômetros), ou se o destino for a USP-Leste, em Ermelino Matarazzo (1h32, aproximadamente 21 quilômetros)⁹³. O transporte tende a conectar as pontas com o centro, mas não conecta diretamente suas periferias.

No que tange ao acesso ao ensino superior, por mais que tenhamos visto um aumento de universidades descentralizadas, os *campi* das universidades públicas são muito recentes (com o aumento do número de *campi* das federais e a criação da USP-Leste) mas, infelizmente, ainda não alcançaram o mesmo prestígio, nem mesmo a infraestrutura que suas irmãs nos bairros do Butantã, Sé, Cerqueira César ou Vila Clementino. É muito importante que estes novos *campi* tenham sido construídos em bairros periféricos para abrigar cursos de Ciências Humanas, que se propõem a formar pessoas que produzam análises críticas sobre o mundo em que vivemos. A instalação destes *campi* é também fruto de décadas de organização política popular (Dantas, 2019)⁹⁴. No entanto, é também sintomático⁹⁵ que nenhum curso de prestígio, nenhum dos mais concorridos, tenha sido ainda instalado neles⁹⁵. O problema salta aos olhos se observamos que, em alguns casos, o *campus* “tradicional” está superlotado ou com a infraestrutura

⁹² Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicao-nas-periferias/>

⁹³ O tempo e a quilometragem dos trajetos foram calculados no aplicativo Google Maps, no dia 07/04/2021, às 10h40.

⁹⁴ As reuniões mensais da Plenária da Região Leste-SP, realizadas na Paróquia São Francisco de Assis, foram fundamentais para a organização em torno da implantação dos *campi* Usp-Leste e Unifesp Zona Leste e tradicionalmente pautam os problemas aí vividos. Infelizmente, Padre Ticão, liderança muito popular na região, reconhecido por sua militância em prol dos dois *campi* e pela liberação da cannabis medicinal, faleceu em 01/01/2021. <https://ponte.org/padre-ticao-sintonizava-o-tipo-de-igreja-em-que-a-gente-acredita-unindo-oracao-com-acao/>

⁹⁵ Para a distribuição dos cursos da Unifesp, por *campus*, ver: <https://www.unifesp.br/reitoria/vestibular/conhecaoscursos>. Para os cursos da Universidade Federal do ABC, ver: <https://prograd.ufabc.edu.br/cursos>. Para a USP-Leste, ver: <http://www5.each.usp.br/apresentacao-graduacao/#cursoGraduacao>

sobrecarregada, enquanto o novo *campus* possui prédios precários e terreno subutilizado, como é o caso da Unifesp – Zona Leste.

No caso do *campus* de Guarulhos⁹⁶, da UNIFESP, há o problema de sua enorme precarização, da dificuldade de acesso, por conta do alto preço do transporte intermunicipal⁹⁷ e da falta de vias alternativas, que possam desviar do carregado trânsito na entrada da cidade, além da falta de planejamento conjugado com o projeto de expansão das linhas de metrô e trens intermunicipais. O problema que eu quero evidenciar, com essa pequena digressão, é o de que a localização do *campus* não é ruim⁹⁸, mas de que sua implantação é feita sem as necessárias melhorias essenciais no entorno, como uma reorganização dos meios de transporte e das vias de acesso. Como é que se explica que uma cidade com o tamanho e a importância de Guarulhos não tenha uma linha de metrô e que a linha de trem, inaugurada apenas em 2018, não passe pelo *campus* de uma universidade federal de grande porte? Além disso, o *campus*, que funcionava precariamente desde 2007, só teve sua sede inaugurada em 2016⁹⁹. No *campus* Zona Leste, em Itaquera, a história parece se repetir: o *campus* está funcionando desde o segundo semestre de 2016, com instalações precárias, no terreno de uma antiga metalúrgica desativada, e sem previsão de ter sua estrutura finalizada e seus cursos implantados.

Como compreender as muitas centralidades da cidade diante de uma configuração tão desigual? De toda maneira, gostaria de voltar à disputa em torno dos sujeitos envolvidos no manejo do uso do termo periferia, dado que é justamente nessa reivindicação do lugar da produção de saber e mudança social, da tomada para si de alguns sujeitos desse lugar de produção de discurso, ideias e saberes sobre o mundo, que estão minhas interlocutoras.

Os trabalhos de Érica Peçanha (2009; 2011) e de Tiaraju D’Andrea (2013; 2020b), além de terem se tornado referências nos estudos sobre periferias contemporâneas, têm uma participação fundamental em um movimento de abertura de perspectivas nesta linha de estudos.

⁹⁶ Guarulhos, município da Região Metropolitana de São Paulo, possui 1 milhão e 400 mil habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do Estado de São Paulo. É nesta cidade que se localiza o aeroporto internacional.

⁹⁷ Em 2021, o valor da passagem dos ônibus que conectam São Paulo a Guarulhos vai de R\$4,70 a R\$7,55. Em São Paulo, a tarifa de ônibus é de R\$4,40. Para o valor das tarifas em Guarulhos, ver: <https://www.emtu.sp.gov.br/emtu/itinerarios-e-tarifas/outras-buscas/busca-por-rua.fss?cidade=Sao%20Paulo&cidadeate=Guarulhos&pag=origemdestino.htm>

⁹⁸ Da perspectiva de quem mora no extremo leste, a localização é excelente: O *campus* Guarulhos da Unifesp fica a 11 quilômetros da minha casa, no Itaim Paulista, enquanto a Cidade Universitária da USP fica a 54 quilômetros. No entanto, em transporte público, gastaria 1h18 até Guarulhos e 1h59 até o Butantã. O tempo e a quilometragem dos trajetos foram calculados no aplicativo Google Maps, no dia 07/04/2021, às 11h20.

⁹⁹ Sobre o problema da democratização relativa do acesso ao ensino superior, através do estudo de caso da Unifesp, ver: Costa, 2015; Perosa, Costa, 2015.

Estes trabalhos mantêm uma perspectiva crítica para os desdobramentos políticos da produção de artistas e coletivos culturais, mas não estão focados em temas como violência, crime, ação e produção do Estado, que possuem uma tradição consolidada de estudos importantes que têm a periferia como cenário¹⁰⁰. Além disso, mas não menos importante, assim como algumas das referências utilizadas neste trabalho¹⁰¹, são pessoas da periferia escrevendo sobre a periferia e interessadas na produção de conhecimento, bem como na reflexão dos sujeitos sobre a sua própria atuação. Estes trabalhos apresentam um novo sujeito político, que articula sua militância através da produção de discursos sobre si mesmos e sobre seus territórios, deslocando os sentidos das narrativas sobre periferias – e, mais recentemente, ocupando inclusive espaços no legislativo, como é o caso da candidatura coletiva à vereança de São Paulo da Mandata Quilombo Periférico¹⁰².

O livro de Érica Peçanha (2009) é resultado de sua pesquisa de mestrado, defendida no PPGAS-USP em 2006. Quando o livro foi publicado, em 2009, a autora foi entrevistada pelo escritor Ferréz¹⁰³, um de seus interlocutores naquela pesquisa, que queria conhecê-la melhor para a escrita do prefácio. Neste trabalho, se destaca a discussão de como o termo *marginal* foi ressignificado por seus interlocutores, ao nomearem como *literatura marginal* a literatura feita por eles, escritores das periferias, tematizando a vida nestes territórios a partir dos anos 1990. A expressão já havia sido utilizada anteriormente, em particular durante os anos 1970, por escritores que tinham a marginalidade como tema (malandragem, prostituição, violência, crianças de rua) ou que estavam afastados, e assim à margem, dos movimentos literários de vanguarda do período, bem como dos circuitos de publicação fomentados por políticas culturais do governo militar e de empresas privadas. O termo ganha um novo sentido – é atualizado, para usar a expressão da autora – para representar uma geração de jovens escritores periféricos, escrevendo literatura na e da periferia.

(...) a junção das categorias literatura e marginalidade feita por eles encobre mais do que certo perfil sociológico dos autores ou determinado tipo de literatura. Presta-se ao esforço de edificar uma atuação político-cultural e está

¹⁰⁰ Ver, além dos trabalhos de Gabriel Feltran (2003; 2011; 2010 e Cunha, Feltran, 2013), a coletânea organizada por Vera Telles e Robert Cabanes (Telles, Cabanes, 2006).

¹⁰¹ Entre as referências utilizadas aqui, ver, em particular: Correia, 2015; Carmo, 2017; Raimundo, 2017; Assunção, 2018; Freitas, 2018; Dantas, 2019; Oliveira, 2019, a Revista Fala Guerreira e as reportagens do coletivo de jornalistas Nós, Mulheres da Periferia.

¹⁰² Ver: <https://quilomboperiferico.com.br/>

¹⁰³ Ferréz é o nome artístico de Reginaldo Ferreira da Silva, autor de Capão Pecado, publicado pela primeira vez em 2000, pela editora Planeta, e republicado em edição comemorativa pela Companhia das Letras, em 2020.

relacionada às experiências e elaborações compartilhadas sobre marginalidade e periferia, assim como a um vínculo estabelecido entre produção artística e realidade social. (Peçanha, 2011: 9)

A autora traz um trecho de uma fala do escritor Ferréz que, ao se referir ao uso do termo, afirma que a ideia era usar a mesma estratégia já utilizada pelo hip hop, de se apropriar de termos pejorativos como “marca”, os transformando em posicionamento político e crítico (Peçanha, 2009: 43-44). Desta maneira, desloca o marginal do sentido de criminoso, no vocabulário policiaisco dos enquadros¹⁰⁴, para que seja realocado na posição daquele que está à margem, seja por sua exposição a contextos de vulnerabilidade, seja por, no caso específico, estar à margem das publicações das grandes editoras. Esta noção de marginalidade utilizada pelos escritores das periferias remete “à condição socioeconômica de origem ou ao contexto social no qual estão inseridos”, abarcando uma gama ampla de experiências, como “moradores de periferia, negros, presidiários, semialfabetizados e *hip hoppers*, ou mais vagamente os que se sentem de alguma forma discriminados pelas suas condições sociais” (Peçanha, 2009: 149).

Uma pequena digressão se impõe. O masculino universal utilizado neste trecho é intencional, visto que, em campo, à época, a autora encontra um grupo majoritariamente masculino. De maneira que, nesse universo de homens, coloco uma questão delicada: a dificuldade que teve Érica Peçanha de construir uma relação com seus interlocutores, que se negavam a dar entrevistas ou faltavam aos encontros, é atribuída a uma desconfiança e resistência ao risco (real) de exotização ou mesmo inferiorização que o trabalho acadêmico pode incorrer, em particular em áreas como a Antropologia. Problema para o qual ela traz uma interessante reflexão antropológica¹⁰⁵ e alerta para a validade do temor de que sejam

¹⁰⁴ “Levar um quadro” é a expressão utilizada para a abordagem policial, em geral de jovens homens negros, para “averiguação”. Os quadros podem consistir na verificação de documentos pessoais ou de veículos, assim como em revista corporal e destes veículos, em busca de armas ou drogas ilícitas. Podem também consistir em agressões verbais, físicas e, com certa frequência, em morte.

¹⁰⁵ “Obviamente, as negociações e adversidades vivenciadas em campo não são reflexos exclusivos do meu objeto de pesquisa, mas do próprio exercício etnográfico, amplamente discutido por alguns estudiosos, (...), assim como por colegas dedicados a outras especialidades antropológicas (...). Muitos dos argumentos desconfiados ou desfavoráveis que ouvi são abordados e problematizados, recorrentemente, em trabalhos acadêmicos voltados para o meio urbano (...), ou que se dedicam aos estudos dos chamados subalternos (...). Com relação aos trabalhos sobre ativistas culturais de periferias e favelas, é importante destacar as variadas exigências, trocas e estratégias de convencimento que pesquisadores e pesquisados lançam mão. Como, por exemplo, Antonia Gama Costa (2009), que, em virtude de seu mestrado sobre o núcleo de audiovisual da Cufa (Central Única das Favelas), teve que assinar um “Termo de autorização à pesquisa”, formulado pelos seus colaboradores e que delimitava, entre outros aspectos, o material empírico e o espaço físico ao qual ela poderia ter acesso. Ou Ana Lúcia Silva Souza (2011), que mesmo distante das discussões teóricas pós-modernas sobre autoridade e pesquisa, ao focar o movimento hip hop como agência de letramento, viu-se provocada a considerar seus interlocutores como coautores de seu estudo, a partir de uma metodologia que pressupunha reciprocidade na coleta e troca de informações, bem como na divulgação dos resultados finais do trabalho” (Peçanha, 2011: 7).

“*apropriados por estudiosos que passarão a falar em nome deles* em publicações e debates públicos” (Peçanha, 2011: 3).

Uma questão pertinente aos debates levantados pelo trabalho que realizo aqui seria: por que a pertença racial e territorial da autora, jovem negra moradora de um bairro da periferia noroeste de São Paulo, demorou a dar a ela, aos olhos deles, a mesma legitimidade que davam a eles mesmos para se autoneomarem *escritores marginais* e representantes da “cultura da periferia”¹⁰⁶? Não era, no caso dela, assim como no deles, a mudança de sujeito de enunciação uma estratégia fundamental para que os usos acadêmicos e políticos de seu trabalho fossem, como realmente foram, outros? Que pese aqui o contexto, dos primeiros anos do século XXI, nos quais os espaços universitários, em particular de pós-graduação, eram tão dificilmente acessíveis para populações negras e periféricas quanto a publicação de um livro por um selo de grande circulação. Em ambos os casos a inclusão por via de políticas de ações afirmativas só apareceriam na segunda década dos anos 2000, seja por cotas na pós-graduação, seja pela contratação de “editores de diversidade”. Foi a insistência em um trabalho etnográfico constante e longitudinal que fez com que Érica Peçanha alcançasse um lugar de respeito e até de afeto nesse meio¹⁰⁷. Passaram os jornalistas de grandes meios de comunicação e os editores de grandes revistas de circulação nacional pelo mesmo crivo rigoroso?

É por demais conhecido (e combatido) o machismo existente nos produtos e nos contextos de produção cultural periférica. Um exemplo de grande importância e notoriedade é a performance realizada em 2011 por mulheres da Zona Sul. Na época, elas entraram em diversos saraus com as bocas amordaçadas, portando cartazes com dizeres contra o machismo e o assédio, em uma performance-protesto contra práticas machistas dos homens frequentadores

¹⁰⁶ “Quanto à noção de cultura da periferia que emergiu juntamente com esses diferentes artistas e ativistas, essa pode ser passível de várias versões. Mas, de modo amplo, e conforme apreendido desde a minha pesquisa de mestrado, cultura da periferia pode ser descrita como um conjunto simbólico próprio dos membros das camadas populares que habitam em bairros periféricos quanto a alguns produtos e movimentos artístico-culturais por eles protagonizados. A cultura da periferia seria, então, a junção do modo de vida, comportamentos coletivos, valores, práticas, linguajares e vestimentas dos membros das classes populares situados nos bairros tidos como periféricos.” (Peçanha, 2011: 13)

¹⁰⁷ Em 2020, Erica Peçanha ganhou o Prêmio Cooperifa de Cultura Periférica pelo conjunto do seu trabalho.

das atividades culturais da região¹⁰⁸. Esta performance era inspirada no poema *Em Legítima Defesa*, de Elizandra Souza (2012: 48)¹⁰⁹.

Em sua tese de doutorado, Tiaraju D’Andrea aponta para o uso de *periferia* enquanto termo crítico, que mira nas desigualdades estruturantes da nossa sociedade, em particular a urbana, retirando do termo a ideia de um lugar de ausências e o inserindo na dinâmica de segregação socioespacial da cidade. “A periferia pode ser, em larga medida, onde 'se encontrava' o problema, ela não 'era' o problema.” (D’Andrea, 2013: 137). Este autor refere também à tomada desse termo como potência, chamando a atenção para o problema e reivindicando mudança, em um processo que nomeia de “ética da potência”, que conta com elementos como “o uso ou a ameaça do uso da violência; a ostentação por meio do consumo; a disputa pelo poder por meio da organização política e a demonstração de habilidades criativas próprias do morador da periferia” (idem: 277).

Para Tiaraju D’Andrea, a noção aparece “em um primeiro momento, como indicador das peculiaridades dos processos de urbanização das nossas cidades, com o correr dos anos o termo se consolidou no campo da denominada *questão urbana*” (2013: 6). A noção de “periferia” teria ampliado sua polissemia e ganhado também um sentido de identificação, de potencialidade, ainda que ambivalente. Por um lado, essa potencialidade poderia ser entendida em um sentido emancipatório, na redução de sua posição de subalternidade, ainda que, por outro, tenha sido capturada por uma “celebração mercadológica dos pobres”, por uma “inclusão social” via consumo (idem). Para este autor, o “orgulho de ser periférico” teria aparecido em meados dos anos 1990, como vetor de identificação da juventude periférica, muito influenciada pelo movimento hip hop e, particularmente, pelo grupo de rap Racionais MC’s. Essa nova forma de subjetividade, baseada no reconhecimento, na potencialidade e no orgulho da condição de periférico é que vai caracterizar o “sujeito periférico” (D’Andrea, 2013; 2020b).

Sujeito periférico é o morador da periferia com uma ação prática baseada em uma subjetividade. Os elementos principais que conformam essa subjetividade são: o reconhecimento de ser morador da *periferia*; o orgulho de ser portador dessa condição; o pertencimento a uma coletividade que compartilha códigos, normas e formas de ver o mundo; o senso crítico com relação à forma como a

¹⁰⁸ Um vídeo desta intervenção pode ser encontrado em: <https://vimeo.com/146804090>. Acesso em 07/04/2021.

¹⁰⁹ O poema pode também ser encontrado no blog da autora: <http://mjiba.blogspot.com/2011/10/em-legitima-defesa-de-elizandra-souza.html> ou, recitado por ela mesma, em: <https://youtu.be/B74GdHUXWfs>. Acesso em 24/04/2019. Este poema faz parte de uma série de textos recitados por Naruna Costa, para o projeto Palco Digital. Disponível em: <http://bravo.vc/seasons/s06e02/#!#palcodigital>. Acesso em 07/04/2021.

sociedade está estruturada; a ação coletiva para a superação das atuais condições. (D’Andrea, 2013: 275-276)

Estes *sujeitos periféricos* tomam a narrativa sobre si mesmos e criam uma afirmação política sobre o termo periferia, um entendimento sobre o que é morar na periferia e de sua transversalidade. Ainda segundo este autor, embora haja uma longa tradição de atividades artísticas e culturais nas periferias, a organização em coletivos, que vai intensificar esse movimento de ressignificação, data dos anos 1990, contribuindo para a retomada do termo *periferia*, que passa a incluir também representações de *potência* e *cultura* e não mais apenas *pobreza* e *violência*, como se fizera até então. Na hipótese de Tiaraju D’Andrea, essa movimentação é construtora e fruto de uma reelaboração dos valores simbólicos atribuídos à periferia, em direção ao aparecimento de um orgulho de ser periférico, além do desejo de intervir na periferia.

Danielle Regina de Oliveira, contudo, ao estudar os arquivos dos Clubes de Mães da Zona Sul, afirma que “a construção desse sujeito político das/pelas mulheres” se dá muito antes (2019: 106). Esta autora levanta críticas importantes à maneira como é escrita a história dessa disputa sobre a preponderância do uso do termo periferia e argumenta que a constituição desse sujeito político é anterior à década de 1990 e aos Racionais MCs. Em cartas e panfletos da época (como a que reproduzo no capítulo anterior), mostra que as mulheres dos Clubes de Mães se referiam a si mesmas como “mães da periferia de São Paulo”, em 1973, e “Nós, mulheres da periferia de São Paulo”, tomando para si o uso do termo e se afirmando enquanto sujeitos de direito, em 1976, em reivindicações direcionadas ao governo militar. Para ela, estes documentos mostram a configuração de uma identidade política anterior, que teria feito com que o uso do termo tenha continuado a ser “um marcador de representação política naquela época para os militantes dos movimentos populares urbanos” (idem). Segundo esta autora,

(...) a tensão estabelecida com relação à tese de D’Andrea só foi possível por um estudo que vincula a periferia à experiência feminina, e com pesquisa documental, o que muitas vezes não foi profundamente estudado ou referenciado pela direção que tomou suas análises sobre a formação de sujeitos periféricos. Por isso a experiência dos Clubes de Mães nos traz outras versões sobre a história da periferia daquela época e nos ajuda a dimensionar criticamente alguns dos caminhos pelos quais essa história nos foi contada. (...) Outra questão problemática no estudo citado é quando o autor menciona que “periferia” não era termo usado de forma crítica por seus moradores, no

seu caráter de evidenciar que o problema era a sociedade e não a periferia. De acordo com nossa discussão, os arquivos e a literatura sobre as lutas sociais dos movimentos da periferia da época, essas críticas eram fundamentais na elaboração de suas ações. Além disso, acredito que não há em seu estudo elementos significativos que comprovem essa posição não crítica dos movimentos das décadas de 1970 e 1980. (Oliveira, 2019: 106-107)

Para Danielle Regina de Oliveira, é o uso acadêmico que dá ao termo periferia uma conotação de subalternidade, enquanto que no território, seja por militantes, seja por integrantes da Teologia da Libertação, “é uma marca de identificação de lugar político a ser 'ouvido' e de potência” (idem: 108). Além disso, a autora defende que “periferia é um conjunto de relações sociais com a cidade e não somente um aspecto geográfico marcado nos mapas de localização” (idem: 124). Para ela, não é apenas a distância do centro que configura a periferia – visto que há bairros de classe média-alta que são afastados do centro e nem por isso se consideram (ou são considerados) periféricos. Da mesma maneira, a pobreza não definiria a periferia, já que, no centro da cidade há regiões com concentração de populações pobres. Neste sentido, “as periferias urbanas são relações sociais que transitam de corpo em corpo. (...) Não é somente morar num determinado espaço e conviver com o que ele oferece, mas germinar sua existência a partir dali” (idem: 125).

Ainda na abordagem de Danielle Oliveira, “as periferias urbanas” estariam continuamente “sendo produzidas” (2019: 125), e esta produção do território foi e continua sendo feita tanto por quem veio de outras regiões, como migrante, particularmente nos anos 1970 e 1980, mas também antes, quanto por quem nasceu já neste território, sobretudo a partir dos anos 1980, com toda a gama de conflitos geracionais, de origem e raciais aí implicados.

Nesse sentido, nossa geração, particularmente a que participa dos movimentos culturais, não “inventou” o uso político do termo. Apesar disso, há por nós outros significados que não havia naquele contexto, como pontua [D’Andrea]. Minha perspectiva é que nossa geração relacionou a pertença territorial a práticas políticas articuladas a processos criativos artísticos como forma central de comunicar nossas visões de mundo. (...) nossas experiências intelectuais, políticas e de memórias que se traduzem principalmente pelo elo da revolta e na (re)construção histórica de nossos grupos sociais subalternos, como a marca da ruralidade, nordestina, pobre, negra, mestiça, designadas comumente pelo termo “popular”. (...) Argumento que *sentir-se periférico* não é somente “estado geográfico” de vivência com a cidade, mas vivenciar

projetos de sociabilidade que vão além de se “adequar ao meio”. Há disputas de como queremos o espaço que habitamos. (Oliveira, 2019: 151)

Como venho argumentando desde o capítulo anterior, mais do que a oferta de contrastes, a movimentação dos anos 1970-1980 germinou uma série de outros movimentos que surgiram nas décadas seguintes. Seus ganhos, metodologias e práticas vão constituir os espaços periféricos que, naquele momento, realmente careciam de tudo, reelaborando uma noção de direitos com ganhos muito significativos¹¹⁰. Desta maneira, essa autoidentificação com o território que vai sendo construída ao longo das décadas de 1970 e 1980 pela ação desses movimentos sociais que, naquele momento, são constituídos majoritariamente por migrantes. Essa autoidentificação vai sendo incorporada e ressignificada pelas gerações seguintes, que já nascem nas periferias da cidade. O que talvez seja a grande virada dos anos 1990, que reverbera fortemente nas duas primeiras décadas dos anos 2000, e se soma ao impacto do acesso ao ensino superior, é que a produção cultural expõe essa autoidentificação ressignificada e faz reverberar para fora dos territórios e na grande mídia, seja com músicos como Racionais MC's, de São Paulo, e GOG¹¹¹, do Distrito Federal, ou em livros como os de Ferréz, em São Paulo, e Paulo Lins¹¹², no Rio de Janeiro.

De toda maneira, e nisso corroboro com o argumento de Danielle Regina de Oliveira, a construção dessa atribuição de sentido estava lá antes mesmo do surgimento do que depois se convencionou chamar de Movimento Cultural das Periferias. Não quero, com isso, criar aqui uma linha histórica de continuidades e evoluções, mas apontar justamente para o seu inverso: essa ressignificação é plena de descontinuidades, conflitos, desconhecimentos, dissonâncias e mesmo apagamentos. Ao mesmo tempo, há um exercício de recriação e reconfiguração em práticas diversas, sujeitos diversos e contextos diversos, que vislumbram a amplitude do universo que se tenta analisar, ao invés de apregoar por uma espécie de “mito fundador” da transversalidade periférica, baseado em uma experiência e narrativa masculinas das periferias, altamente criticáveis de uma perspectiva feminista.

¹¹⁰ Além dos movimentos citados no capítulo anterior e dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher, que tratarei no próximo capítulo, para outros exemplos, ver Sader, 2001; Feltran, 2011, Correia, 2015 e Monteiro, 2017. Ver também a série de reportagens “Na Periferia da Saúde”, no site Nós, Mulheres da Periferia, realizadas por Jéssica Moreira, Lívia Lima e Semayat Oliveira, no começo de 2020.

¹¹¹ GOG é o nome artístico de Genival Oliveira Gonçalves, rapper, cantor e escritor, conhecido também como o “poeta do rap nacional”. Famoso por seu engajamento político, foi o primeiro rapper brasileiro a criar o próprio selo.

¹¹² Paulo Lins é autor do livro “Cidade de Deus”, lançado em 1997, pela Companhia das Letras. O livro baseou o filme de mesmo nome, lançado em 2002 e dirigido por Fernando Meirelles.

Os pressupostos dos quais se parte para analisar a preponderância de certos discursos sobre as periferias fazem um movimento de mão dupla que a mudança dos sujeitos de produção de saber, com a nossa entrada nos debates acadêmicos, não consegue (nem deve) deixar de evidenciar, não apenas por uma questão de posicionamento político, mas também de método. Outros olhares, vindos de locais e experiências diversas, trazem necessariamente perspectivas diferentes, como já disse antes. Uma ressignificação da identificação com as periferias, a partir de uma perspectiva feminista, não poderia se construir sem uma crítica aos Racionais. Ainda que reconhecendo a importância desse movimento na constituição de uma geração. Segundo minha interlocutora, Fernanda Amaru:

[Racionais] para mim é o melhor grupo de rap da história do rap nacional. (...) Um dos primeiros grupos que falou do racismo de forma explícita, num momento que a violência policial estava na quebrada de forma bem violenta, mas somente o movimento negro denunciava. Além disso foi o primeiro grupo a falar que éramos pretos e por sermos pretos estávamos na situação que estávamos, na miséria. Então pra geração do final dos anos 90 e 2000 um grupo que fala “racistas otários nos deixem em paz”, dialoga diretamente com a juventude periférica. (...) eles sempre falaram para os pretos, homens, mas a gente se identificava. Eu costumo dizer que me entendi como preta no Força Ativa e ouvindo Racionais, mas não como mulher, eles não falavam para mim enquanto mulher. Não tira o mérito, são homens do seu tempo, nenhum grupo masculino de rap falou pra nós. Foi preciso as mulheres falarem. (...) Não sei se é orgulho de ser periférica, eu acho que na verdade eles nos instigaram a questionar onde estávamos ao mesmo tempo que criamos uma identidade enquanto juventude preta e pobre.

A questão de gênero, estou falando da minha experiência, não era algo no nosso horizonte. Nós gostávamos de rap e sabíamos que éramos pretas. Foi frequentando os shows que começamos a perceber que só tinha homens nos palcos, quando tinha mulher era fazendo *backing vocal*. Só que já tinha mulher que tinha gravado, a Sharylaine¹¹³, mas ela não estava nos grandes shows. Tinha várias meninas que cantavam, mas nos grandes shows era só os caras e mesmo assim a gente se identificava com o que eles falavam. (...) Você já ouviu Visão de Rua? Dina Di¹¹⁴ foi uma MC de rap fenomenal, ela morreu há 10 anos, por negligência médica. Foi ter um bebê e morreu.

¹¹³ Sobre a trajetória artística de Ildslaine Mônica da Silva, a Sharylaine, primeira mulher a gravar um rap solo no Brasil, em 1989, ver o artigo de Fernanda Kalianny Martins Sousa e Izabela Nalio Ramos em Saggese et al, 2018. Ver também: Ramos, 2016.

¹¹⁴ Viviane Lopes Matias, a Dina Di, rapper, cantora e vocalista do grupo Visão de Rua, é considerada a primeira mulher brasileira a se tornar uma rapper de sucesso, tendo ganhado diversos prêmios. Dina Di faleceu em 2010, aos 34 anos, por uma infecção hospitalar contraída durante o parto de sua filha.

A gente só não se via no palco, mas se identificava com as questões das letras que os caras cantavam, sobre preto. Quando falava de mulher, as minas não gostavam. É recente o feminismo na quebrada. Tinha a ver com as nossas vivências. Gostávamos de rap, éramos pretas e pobres então falava da gente, mas nos shows só tinha cara cantando, quando tinha mina era secundária começou a incomodar. (Fernanda Amaru, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Fernanda tem uma trajetória que não passa pelo contato com nenhuma religião. Seu engajamento e olhar crítico sobre o mundo chegou pela cultura, “eu sempre gostei de música e sempre fui diferente”. A primeira vez que ouviu falar de feminismo foi em um grupo AnarcoPunk, quando ainda estava no ensino médio, de outras garotas que se encontravam na Comuna, um espaço coletivo no bairro do Rio Pequeno. Juntas, decidiram fazer um grupo para estudar o anarcofeminismo, chamado Redescobrir-se. Com o tempo, ela foi percebendo o racismo nas relações sociais e voltou a ouvir rap. Foi na Praça Brasil, perto de onde mora, em Itaquera, um espaço onde vários grupos de jovens se reúnem para ouvir música e conversar, que esteve no primeiro show do grupo Racionais MC’s. Foi nessa mesma praça que ela conheceu o Coletivo de Esquerda Força Ativa, baseado na Cidade Tiradentes, do qual ela fez parte durante 17 anos e junto com os quais foi estudar na PUC-SP.

Força Ativa era um grupo de jovens pretos que gostavam de rap. Havia vários grupos de rap no coletivo e através dele discutiam questões raciais e outras problemáticas do mundo juvenil e periférico. Acreditavam que a leitura era importante para organização e politização das pessoas. Na época não era um coletivo de esquerda, era o Núcleo Cultural Força Ativa. (...) A minha formação é do Força Ativa, não dá pra negar. A gente foi pra universidade na mesma época (...) e a gente foi aprendendo outras coisas, mas o que me fez afastar do grupo foi essa postura [machista] com as meninas. A gente fazia grupo de estudos, fazia seminário todo ano, pra discutir tudo. Era um coletivo organizado. Com todos os problemas que a gente tinha, era um coletivo que eu me identificava. (Fernanda Amaru, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Ainda que o rap e o movimento hip hop como um todo tenham tido uma importância fundamental na formação de pensamento crítico de uma geração de jovens de periferia, a posição secundária ou estereotipada das mulheres se tornou muito incômoda. O tópico mais lembrado talvez seja a repetida classificação polarizada das mulheres entre a *mãe*, que é

conselheira, sofredora e santa e as *mulheres vulgares*, de “uma noite e nada mais”¹¹⁵, sempre associadas a prostitutas. Em sua dissertação de mestrado, Sulamita Assunção reproduz um trecho de um artigo sobre a coletânea dos Racionais MC’s, de 1994, escrito pela poeta Formiga¹¹⁶ e publicado na Revista Fala Guerreira, em 2016, na qual ela faz uma crítica detalhada a uma coletânea de músicas do grupo. Reproduzo esta resenha também aqui, embora tenha escolhido trechos diferentes:

Lembrando ke fazer a kritika é o ponto de partida pra fazer nossa tão merecida revolução do cotidiano, ke pra mim, meu, começa na vida das mulheres e lésbikas pretas, pobres, indígenas, latinas, faveladas e periféricas. (...) Tem gente ke vai fala “o hip hop é machista porke a sociedade é machista”, mas essa não kola não, tiozão, a sociedade é racista e o hip hop é uma arma apontada na kara da supremacia branka. É nas pekenas palavra ke a opressao kontra a mulher se mantém viva e o rap é a poesia periférica na batida dos ritmos, tá mais do ke eskuro ke o rap nacional ajuda a manter viva a opressao kontra as mulheres. O hip hop precisa ajudar a salvar a vida das mulheres ke tão morrendo nas kebradas pela mão dos seus próprios maridos, namorados, irmãos e pais. Noiz tamo eskrevendo não é pra agradar ninguém não, é pra destruir u patriarkado memo! (Formiga, 2016: 46)

Crítica parecida é possível de se construir sobre o livro *Capão Pecado*, de Ferrez: “De um modo geral, o livro aborda práticas sociais masculinas relacionadas ao estilo de vida das classes populares, apresentando poucas personagens femininas ou com alto poder aquisitivo” (Peçanha, 2009: 209). O livro se passa no Capão Redondo, bairro da Zona Sul de São Paulo, e tem como protagonista o jovem Rael, trabalhador e amante de literatura. Sua mãe é um grande suporte, enquanto o pai, ausente, é alcoólatra. Como Sulamita Assunção, me faço valer da resenha escrita por Danielle Regina de Oliveira e pela escritora Jenyffer Nascimento, também para a Revista Fala Guerreira, para relatar o incômodo aumentado a cada página do famoso romance:

Não nos sentimos representadas e não sentimos que aquelas personagens estereotipadas representam as mulheres. (...) O livro é um pioneiro dentro da literatura periférica, sem dúvida. Mas nem por isso podemos deixar de fazer a

¹¹⁵ Trecho da música *Mulheres Vulgares*, dos Racionais MC’s, do disco *Holocausto Urbano*, lançado em 1990.

¹¹⁶ “A escritora desse trecho, Aline do Nascimento, a Formiga, utiliza o K no lugar do C, em referência ao movimento punk, entre outras desobediências de escrita que marcam a oralidade do seu texto e fogem às normas gramaticais e culta. Ela é poeta, escritora, negra, lésbica, graduanda em História e moradora da periferia da zona sul. Ela fez uma crítica feminista periférica à obra dos Racionais MC’s nas três primeiras edições da Revista Fala Guerreira.” (Assunção, 2018: 43)

crítica. Definitivamente, *Capão Pecado* POUQUÍSSIMO mostra o que é ser mulher na periferia. (...) E, ainda que pudesse ser apenas uma reprodução da realidade vivida, parte de um ponto de vista amplamente machista.

Nas representações femininas do livro, podemos destacar duas personagens: a mãe do Rael, dona Maria, que cumpre o papel de santa-sofredora-prestativa durante toda a história, e a Paula, que transita no papel de enganada-apaixonada, passando a amante- sedutora, até chegar a esposa e se consolidar como megera-traidora-interesseira no final da história.

Aqui não se pode deixar de lembrar a velha dualidade que persegue a nós mulheres. Na quebrada, ou somos santas ou somos putas. Em *Capão Pecado* não é diferente, de um lado a mãe e do outro a mulher fatal, confirmando a polaridade santa-puta. (...) cria-se o estereótipo do que é ser mulher na quebrada. (...) a figura da “mãe santa-sofredora” para nós é a representação de alguém que teve que passar por muita violência e talvez por isso foi se tornando imaculada, apenas para se manter viva (...). Cada esquina da quebrada tem uma dona Maria, elas não são santas, elas são mulheres de aço com muitas cicatrizes. (Regina; Nascimento, 2016: 41-42).

Ambos os movimentos, tanto o hip hop, quanto a literatura marginal, deram importante visibilidade a uma narrativa de potência vinda das periferias. No entanto, o que se faz aqui é olhar para uma periferia genericada e, nela, essas narrativas não são consensuais ou preponderantes. A construção de uma positivação do pertencimento não se dá apenas pela produção cultural, que tem sim enorme importância, mas também pelas associações, grupos e coletivos, por partidos políticos e, inclusive, pelo próprio crime organizado e pelo consumo visando a ostentação. Periferia é uma rede de relações, um conceito em disputa, e se torna *periferias*, para tentar dar conta dessa amplitude.

Não obstante, ao sustentar a ideia de que a divisão centro-periferia está ultrapassada, de que a cidade tem diversos centros, com muitas configurações, apontando os enclaves de pobreza existentes no centro, assim como os enclaves de riqueza distantes dele, tem-se o efeito de matizar as desigualdades de acesso e circulação ainda muito fortes nas pontas da cidade, como a discussão empreendida nesse capítulo tenta mostrar¹¹⁷. A experiência vivida nestes territórios ainda é a experiência da desigualdade, percebida ainda mais nitidamente por sujeitos que, por razões educacionais ou profissionais, precisam encarar a exaustão de atravessar diariamente a cidade. Os sujeitos que habitam em territórios periféricos tendem a enfrentar enormes

¹¹⁷ O trabalho de Bruna Galichio (2021), assim como o de Danilo França (2017) são muito significativos nesse sentido.

deslocamentos diários, em transportes geralmente hiperlotados¹¹⁸, e tendem a se afastar das pessoas com as quais constroem relações afetivas na vizinhança ou na escola, para poder acessar universidades de prestígio ou melhores empregos, geralmente localizados no centro e no quadrante sudoeste.

O ponto importante para o debate construído neste trabalho é como essa disputa tem se configurado no debate intelectual, agora com estes sujeitos envolvidos também na elaboração de saberes sobre a cidade. Alguns desses sujeitos, com suas “trajetórias quebradas” (D’Andrea, 2020b) de acesso o ensino superior, vão produzir saber sobre si mesmos, sobre seus territórios, sobre uma gama variada de outros temas e com isso impactar de alguma maneira na reconfiguração da produção de saberes. A equipe do Nós, Mulheres da Periferia, da Agência Mural, do site Desenrola, não me enrola¹¹⁹ e da Revista Fala Guerreira também cumprem esse papel, ainda que a circulação nacional, a publicação em grandes editoras e a reverberação nos grandes jornais, continue, ao menos por enquanto, sob a tutela de grupos mais hegemônicos de produção de saber.

“Você vai ser formar!”: educação, território e raça

Minha casa fica ao lado da escola estadual onde estudei do primeiro ao oitavo ano. A escola leva o nome de um soldado da Polícia Militar, morto em serviço, e fica ao lado de uma Unidade da Fundação Casa, que nós ainda chamamos de Febem¹²⁰, em um subdistrito com nome de política pública: o Conjunto Habitacional Encosta Norte, no Itaim Paulista¹²¹. O terreno da minha casa é inclinado, no quintal tem várias árvores e mais duas casas. Minha casa

¹¹⁸ Em estudo recente realizado pela Unifesp, Kazuo Nakano (no prelo) mostrou a correlação entre os tipos de transporte utilizado, as atividades profissionais e os tipos de vínculos empregatícios e o índice de mortes por coronavírus. Segundo a pesquisa, pessoas de baixa renda, que dependem do transporte coletivo ou de viagens a pé, trabalhadores autônomos, além de pessoas idosas e donas de casa, estão entre as mais atingidas pela doença.

¹¹⁹ Desenrola e Não me Enrola nasceu em 2013 como um blog sobre a cena cultural das periferias, se tornando um portal de notícias em 2017. Em 2020, em parceria com os coletivos de jornalismo Periferia Em Movimento e Alma Preta, além da jornalista Gisele Brito e do comunicador Tony Marlon, foi lançado o podcast Pandemia sem neurose, para combater notícias falsas. Ver: <https://www.desenrolaenaomenrola.com.br/panorama/coronavirus-podcast-chega-a-casa-de-moradores-das-periferias-para-combater-fake-news>

¹²⁰ A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA/SP), surgiu em 2006, em substituição à Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), que havia sido criada em substituição a instituições anteriores que se ocupavam tanto de adolescentes e jovens em conflito com a lei, quanto de crianças abandonadas ou afastadas de suas famílias. A Fundação Casa é uma autarquia vinculada ao Governo do Estado de São Paulo e à Secretaria de Estado da Justiça, que tem como função a aplicação de medidas socioeducativas de privação de liberdade para jovens em conflito com a lei. Ali, podem ficar reclusos por 3 anos, até no máximo 21 anos completos, para atos infracionais cometidos até os 18 anos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Fundação Casa do Encosta Norte foi esvaziada no começo de 2020 e desativada.

¹²¹ Ver: **Itaim Paulista - Histórias da Pedra Pequena**. Série: História dos Bairros de São Paulo. Direção: Valdir Aparecido Boffetti, 2005, 26 min. color. Disponível em: <https://youtu.be/9Uoxo37aP3w>.

e a escola são separadas por uma viela, que hoje é asfaltada, mas que era de barro e a gente costumava descer escorregando sobre garrafas plásticas amassadas e carrinhos de rolimã. A escola era de madeirite¹²² até o meu sexto ou sétimo ano, não lembro exatamente, mas lembro de quando pegou fogo, em um domingo à noite. Lembro também de quando carregamos as cadeiras para a escola nova, de alvenaria, que tinha mais que o dobro do tamanho da antiga e, diferente dela, abrigaria também o ensino médio.

Mudei de escola no final do oitavo ano, em 1998. Um professor de História tinha passado de sala em sala, para falar de uma escola melhor no bairro da Penha, que era só fazer uma prova para entrar. Conversei com a minha mãe, que fez o meu pai me levar até lá para fazer a inscrição. No dia da tal prova, minha mãe ficou sentadinha no pátio da escola por todas as quatro horas enquanto eu estive lá (ritual que ela repetiu muitas outras vezes comigo e meu irmão) e voltamos juntas para ver o resultado. Ela me fez ler a lista até o final, quando eu mesma já tinha desistido. Nos três anos que se seguiram, minha mãe me levou no ponto quase todos os dias, às 5h30 da manhã e aprendeu a ligar na SPTrans¹²³ para reclamar sempre que o ônibus se atrasava. “Não me deixaram estudar, mas você vai se formar”, dizia. No trajeto, conheci mais três colegas que moravam também por ali e estudavam na minha nova escola. Gastando diariamente 3 horas de transporte público, fizemos, assim, o ensino médio na ETE Professor Aprígio Gonzaga (Escola Técnica Estadual, hoje ETEC), que eu não tinha nenhuma ideia do que era até então, nem sabia que eram várias na cidade e (muito) desiguais entre si.

Onde ficava a minha escola de madeirite hoje é uma quadra poliesportiva, abandonada pela direção e ocupada pela comunidade para campeonatos, caminhadas e brincadeiras de crianças. Depois de muitos conflitos pelo uso da quadra e diversos assaltos, a escola de alvenaria se tornou uma fortaleza quase impenetrável, com uma quadra interna adaptada no lugar do antigo pátio, uma mostra da tensão (e da desconexão) entre a escola e a comunidade. Em dia de eleição as portas se abrem para nós e sempre reencontramos ex-colegas indo votar na nossa antiga escola. Muitas pessoas mudaram de bairro, mas não de lugar de votação e aproveitam o

¹²² Essa era, provavelmente, uma versão anterior das “escolas de lata”, que é como ficaram conhecidas as “salas emergenciais” ou “salas modulares”, escolas públicas instaladas em contêineres metálicos ou construídas em aço galvanizado, com cobertura de telhas de amianto, instaladas inicialmente na rede municipal de ensino de São Paulo (gestão do prefeito Celso Pitta, 1997–2000) e depois, também na rede estadual.

¹²³ São Paulo Transporte S/A – SPTrans – é uma sociedade de economia mista, gestora do sistema de transporte público por ônibus na cidade de São Paulo, ligada à Prefeitura Municipal.

dia para visitar parentes que ainda vivem por ali. Hoje, minha antiga escola ostenta a má fama pelo seu abandono e sua má qualidade.

A viela do lado da minha casa não tem calçada, nem nome, mas é larga o suficiente para passarem dois carros em “mãos” opostas, ou mesmo um caminhão, como o de lixo. Em frente à minha casa, outras muitas casas foram sendo construídas ao longo dos anos, às margens do córrego que dá nome à “avenida” onde moramos e que recebe todo nosso esgoto, que a Sabesp¹²⁴ não trata, mas cobra. Estas casas dividem a “avenida” em duas, com o mesmo nome, para o desespero de quem tenta chegar lá usando um GPS¹²⁵ e para o azar dos entregadores, já que boa parte dos números não batem com os referenciados nos aplicativos. Do outro lado destas casas, os terrenos são inclinados também, de modo que as duas ruas, com as casas e o córrego no meio, formam uma espécie de vale, que, preenchido pelo córrego, vira um rio quando a chuva é muito abundante, e desaparece, assim que ela para. Não faz muito tempo, a minha casa passou a ter dois portões: o antigo, para a rua, e o novo, para a viela. Saindo pelo portão da viela é mais rápido chegar ao ponto de ônibus, por exemplo.

Em 2016, num sábado de manhã, abro o portão lateral para sair e quatro policiais estão ao redor de um carro, abandonado na viela durante a noite. Dois deles vêm na minha direção e eu os cumprimento com um “bom dia, tudo bem?”. “Bom dia, esse carro é seu?”, responde um deles. “Não é, não”, eu digo. Troco mais algumas frases com os policiais sobre os carros que, roubados durante a noite para uma curtição, eram frequentemente abandonados ali do lado de casa. Falamos rapidamente também sobre os “fluxos”, enormes festas, em geral a céu aberto, nas quais carros com grandes equipamentos de som coloridos e cheios de efeitos luminosos tocam música muito alta, em geral *funk*, fazendo vibrar as janelas e enlouquecer a vizinhança. Estas festas são frequentemente reprimidas pela polícia e talvez por isso estejam sempre mudando de lugar¹²⁶. Eu realmente não sabia nada sobre o carro deixado ali, nem tinha ouvido nada naquela noite.

¹²⁴ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp – é a empresa que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de São Paulo, cujo principal acionista é o Governo Estadual.

¹²⁵ GPS é como são popularmente conhecidos os sistemas de navegação por satélite, muito utilizados em automóveis e em aplicativos de telefones celulares com acesso à internet, os *smartphones*, para encontrar o caminho de um lugar para outro. O nome vem do sistema de posicionamento global - sendo GPS a sigla em inglês para *global positioning system* -, um mecanismo de posicionamento por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como o horário, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar do planeta, desde que o receptor se encontre no campo de visão de três satélites GPS, ou mais, para maior precisão.

¹²⁶ Sobre a criminalização do *funk* ver Santiago, 2020, e também Ramos, 2016.

Depois de poucos minutos de conversa, um deles me pergunta: “Você não é daqui, né?”. “Sou, sim. Moro aqui a vida toda, conheço todo mundo”. Ele fez uma cara que eu não soube se era de ligeiramente surpreso ou desconfiado. Não atinei na hora de perguntar a razão daquela dúvida talvez porque, neste exato momento, meu pai, que estava na rua conversando com uma vizinha, sobe a viela meio apressado e vem na minha direção, num misto de curioso e preocupado, ao me ver conversando com dois dos policiais, enquanto os outros dois estavam ao telefone desde antes de eu aparecer. Falei pro meu pai que estava de saída, que as crianças do meu irmão estavam dormindo na casa da minha mãe, ele disse que ia comprar pão e perguntou que horas eu voltaria.

Me despedi de todos eles e segui meu caminho até o ponto de ônibus. Nas duas horas de trajeto que se seguiram, com trem e metrô inclusos, fiquei me perguntando por que o policial achou que eu poderia não ser de lá e se a chegada do meu pai – e seu sotaque nordestino - o tinha ajudado a me “reconhecer”. Eu sou branca e o meu pai, baiano do interior e operário da construção civil aposentado, tem a pele ainda mais clara, com olhos cor de mel por trás dos óculos. Naquele dia, estava de saída para um grupo de estudos em Pinheiros, bairro de classe média alta na zona oeste da cidade, com as amigas de uma amiga que queriam praticar a fluência em francês - idioma que eu, de maneira intermitente, ensino desde o final de 2015. Tinha acabado de voltar para casa, depois de quatro anos vivendo na Europa¹²⁷.

É muito interessante notar como marcadores sociais da diferença concedem e retiram privilégios em contextos específicos de relações sociais, mas é sempre muito desconfortável a ideia de que ter acesso a direitos fundamentais seja considerado um privilégio. No entanto, se pensarmos que privilégio é ter acesso a algo que outras pessoas não têm, não temer ser abordado violentamente pela polícia é sim um privilégio de um grupo específico de pessoas. Anunciar este fenômeno como privilégio, é um esforço para inverter a lógica de que, justamente, ter acesso a algo que outras pessoas não têm seja algo positivo, justo, correto ou bom. A maneira como a gente entende a palavra faz parte do problema, talvez, porque o que torna algo um privilégio não está ligado a merecimento, mas sim ao fato de um alguém ter e outro não ter. O privilégio é, em um contexto como o nosso, uma marca de desigualdade. No entanto, como geralmente entendemos o privilégio? Entendemos privilégio como uma coisa boa.

¹²⁷ Morei na região parisiense entre 2011 e 2015 e passei seis meses desse período em Dublin, na Irlanda, entre o final de 2013 e o início de 2014.

A ideia de apontar o privilégio é a de apontar para o problema da desigualdade que cria privilégios. No caso utilizado aqui como exemplo: porque eu me sinto tranquila e confortável para falar com a polícia sobre um carro roubado abandonado em frente à minha casa, enquanto a Luana Barbosa, irmã de uma colega minha de mestrado na França, Roseli Reis, é espancada na frente do filho de 14 anos, ao pedir para ser revistada por uma mulher?¹²⁸ Em uma sociedade violentamente racista como a nossa, sou privilegiada porque o policial se restringe a exercer sua função de maneira educada quando me encontra¹²⁹. Uma linha tênue que garante a minha vida e sentencia Luana à morte¹³⁰.

Minha classe social, que incide sobre a precariedade econômica que envolve a maior parte da minha existência, não está marcada no meu corpo e é particularmente disfarçada pelo treinamento profissional e pela circulação em muitos circuitos de outras classes sociais. Para lembrar o filme citado no início: Val morava no quarto de empregada, mas Jéssica se hospedava no quarto de visitas.

O acesso à educação superior em determinadas universidades, ainda que conquistado com muita luta (vocabulário bélico intencional) e muita dívida, faz com que possamos entrar e sair de diversos lugares, sem sermos barradas ou seguidas. Nunca fui orientada sobre onde fica o elevador de serviço, nem quando eu era a prestadora de serviço. Famílias nos Jardins abrem a porta da frente de suas casas e me deixem a sós com suas crianças, ensinando francês, sem que a minha presença lhes desperte medo ou suspeita alguma. Além disso, existem muitas camadas nesses privilégios. Sou privilegiada por ter estudado no exterior? Muito, mas a minha

¹²⁸ Luana Barbosa foi assassinada em Ribeirão Preto, após “levar um enquadro” em uma abordagem policial violenta em 08 de abril de 2016. Ver: <https://ponte.org/pms-acusados-de-matar-luana-barbosa-culpam-vitima-e-poder-dos-direitos-humanos/>. Acesso em 09/04/2021.

¹²⁹ Uma lista de situações poderiam igualmente ilustrar esse ponto, escolho duas famosas: uma delas é a entrevista do tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, comandante da Rota, a tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo, que diz que a maneira de abordar as pessoas nas periferias e no bairro dos Jardins deve ser diferente: disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>. A segunda é a prisão do professor de Harvard, Henry Gates, em frente à sua casa, em Cambridge, após uma vizinha chamar a polícia por desconfiar que ele estivesse tentando arrombar a porta. Ver: Peirano, 2011. Um dos meus maiores amigos, negro, passou por situação parecida ao descer do próprio carro, no bairro do Butantã.

¹³⁰ Ao conversar sobre a escrita desse texto para o meu irmão, ele me contou que, vivendo no Itaim Paulista, e depois em Ermelino Matarazzo, desde os 2 anos de idade, ele, hoje com 34 anos, nunca foi parado para “averiguação” pela polícia, nunca “tomou um enquadro”. Exceto uma vez, por brincadeira de um policial militar que era seu amigo do futebol, e que fingiu “dar um enquadro” nele, até ser reconhecido e tudo acabar em risos. Mais recentemente, minha namorada, italiana, branca, de cabelos lisos e olhos claros, ao ser parada em uma batida policial, na fronteira entre a cidade de Guarulhos e o Itaim Paulista, foi imediatamente dispensada após apenas baixar o vidro do carro, sem nenhuma exigência de verificação de documentos.

trajetória é similar a de quem teve bolsa de estudos, financiamento familiar ou mesmo das pessoas francesas que eram minhas colegas de classe? Nem de longe.

Em seu trabalho, Danielle Regina de Oliveira afirma que “no Brasil ainda o corpo é a marca racial” (Oliveira, 2019: 39). Na cena narrada aqui, este corpo, ao “incorporar” (muito bem) sua branquitude, causa estranhamento aos olhos de quem esperava encontrar naquele lugar apenas corpos, e modos de agir, mais frequentemente relacionados à precariedade econômica e educacional, e à violência. Ali, o policial estava obviamente enxergando a cor da minha pele, mas não apenas, observava meu linguajar, minha gestualidade, minhas roupas, os livros que tinha nas mãos, a casa de onde eu saía¹³¹, ou seja, todo o quadro que compunha esse instante de relação entre nós.

Pensando particularmente na população árabe na França, Fatima Khemilat (2015) invoca a noção de processo de racialização. Segundo ela, esse processo, que se desenvolve na interação, é a atribuição de um certo número de características físicas, psicológicas e biológicas a determinados indivíduos, em função de uma origem real ou suposta, ou então em função de um pertencimento religioso - como no caso das pessoas muçulmanas naquele país. No Brasil, podemos adicionar a dimensão da aparência como um dos principais fatores do processo de racialização. Fatima Khemilat vai nomear pessoas racializadas todas aquelas que não são reconhecidas como brancas em determinado contexto.

Por muito que o território me impute um lugar social, é justamente nesse território, particularmente negro, que a minha branquitude é mais visível (França, 2017), em contraposição inclusive ao meu pai, imediatamente “reconhecido” pelos policiais - assim como por porteiros de prédios residenciais em diversos bairros da cidade que, automaticamente, indicam para ele o elevador de serviço, mesmo quando está apenas de visita. Tal “reconhecimento” poderia também eventualmente se dar por determinado modo de vestir, como o da minha vizinha evangélica, que não deixa um fio de seus longos cabelos cacheados e loiros escapar do coque com presilha, que combinam perfeitamente com a saia abaixo dos joelhos e a sapatilha sem salto. Naquele dia, como em muitos outros, eu era “mais branca” que o meu pai. Como coloca Éric Fassin, branquitude

¹³¹ “Em Sapopemba, muitas instituições conectam e, simultaneamente, apartam as *casas* e as *favelas*.” (Feltran, 2011: 60)

(...) é um termo que nos ajuda a sair de uma ilusão. Uma ilusão segundo a qual a raça existe de fato, existe como uma essência ou como uma substância. Na realidade, quando falamos de branquitude, vemos bem a produção da branquitude. Há um título que é sempre citado nos estudos sobre a *whiteness* [branquitude], que é *How the Irish became white?*, Como os irlandeses se tornaram brancos? Dito de outra maneira, é um lembrete para todo mundo de que ser branco não é apenas uma questão de cor da pele, é uma questão de posição social. Obviamente, é verdade para todas as identificações raciais: a cor da pele só tem sentido na medida em que ela é significada socialmente como dominante ou dominada, em uma hierarquia racial. (Éric Fassin em fala proferida na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 01/11/2020.¹³²)

Aqui, me aproprio da noção de branquitude para me referir às pessoas não-racializadas, as pessoas brancas, mas fazendo alusão igualmente a algo para além da cor de pele, inscrito em termos de hierarquia. Entendo branquitude, então, como um “lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos que colaboram para construção e reprodução do preconceito racial, da discriminação racial ‘injusta’ e do racismo” (Cardoso, 2010: 611)¹³³. Esta noção me parece boa para pensar o privilégio que as pessoas brancas possuem em sociedades marcadamente racistas. O privilégio de não ser revistada, seguida ou mesmo assassinada por policiais ou seguranças em lojas, de não ter sua presença questionada em restaurantes, aeroportos, universidades ou na entrada de determinados edifícios. O privilégio de não ser informada/o onde está o elevador de serviço, de não ter que pensar em raça o tempo todo. Enfim, ser uma pessoa branca em uma sociedade racista inclui o privilégio de não ter quem ouse querer te colocar no “seu lugar” (González, 2018).

Na circulação pela cidade (ou pelo planeta), esse marcador de origem, em uma pessoa branca, pode ser ainda mais facilmente diluído, com uma contribuição particular de certo capital cultural. Esse fenômeno é particularmente interessante em se tratando de pessoas brasileiras, que podem ter os mais variados traços e tons de pele e as mais diversas grafias de nomes e sobrenome. Uma pessoa branca brasileira nunca será vista como branca por estadunidenses ou pessoas europeias brancas, dado que, nesses contextos, ser uma pessoa branca está ligado, particularmente e sobretudo, a ser branca estadunidense ou europeia, mas apenas de determinados pontos da Europa (Éric Fassin cita a Irlanda, mas poderíamos pensar talvez na Romênia?). No entanto, a depender das características físicas dessa pessoa (e do grau de

¹³² Disponível em: <https://youtu.be/Yo2vqhKLIV8>

¹³³ Ver também: Laborne, 2014; Carone e Bento, 2002.

assimilação do idioma estrangeiro), ela não será automaticamente vista como brasileira e, assim, não será, ao menos não imediatamente, racializada. No sentido inverso, no caso da Europa, ainda que seja europeia de origem europeia, se essa pessoa for negra, será constantemente perguntada sobre suas origens, como nos lembram os trabalhos de Grada Kilomba (2019) e Amandine Gay (2017).

Dou mais dois exemplos de minha experiência pessoal: com uma amiga romena, loira, fingimos filmar uma situação de violência policial contra mulheres africanas que vendiam comida na rua no bairro de Château Rouge, em Paris, conhecido por ser um “bairro africano”. Nessa época, eu tinha um celular que ainda não era um *smartphone*, mas que parecia um, e fingi que estava filmando. Dois dos policiais se aproximaram e começaram a conversar conosco. A interpelação dos policiais foi tão gentil, que pareceu um flerte, até que, em determinado momento, um deles veio por trás de mim, e disse ao outro: ela não está filmando. Eles se afastaram quase imediatamente. O que será que eles pensaram? Será que se soubessem que nós não éramos da comunidade europeia, teriam nos tratado da mesma maneira ou teríamos sido interpeladas com a mesma violência que estavam usando contra as vendedoras africanas?

Anos depois, em um congresso científico em Montreal, no Quebec, durante a preparação para uma mesa de apresentação de trabalhos, uma colega doutoranda haitiana me disse, em um momento de *insight*: “você tem muita passabilidade branca!”, ao que eu respondi, já prevendo o abalo em nossa solidariedade migrante: “sim, no Brasil eu *sou* branca”. Para ela, estrangeira de pele negra, minha passabilidade branca demorou pouco tempo para saltar aos olhos. Da mesma maneira, durante todo o período que morei na Europa, pude escapar de problemas com autoridades em diversas situações (seja por estar com documentos vencidos ou ter perdido o bilhete de metrô), por meu sotaque permitir a confusão com italianas e espanholas e, por isso, receber um tratamento mais gentil do que o que me seria dado se fosse automaticamente identificada como estrangeira¹³⁴.

Sem essa inscrição corporal evidente, aqui e lá minha racialização muitas vezes depende do acesso à informação sobre minhas origens. E isso não é pouca coisa. Os muitos anos de

¹³⁴ No romance *o Ventre do Atlântico*, de Fatou Diome (2019), Moussa, um jovem senegalês, vai para a França na esperança de se tornar jogador de futebol, mas acaba trabalhando como estivador em um porto da cidade de Marselha. Uma noite sai para caminhar depois do trabalho, dois policiais o abordam violentamente, pedindo seus documentos. Como o patrão, para livrar-se do crime, nega tê-lo contratado ilegalmente, Moussa acaba preso e deportado.

escolarização e circulação em outras classes, fornecem códigos culturais e agregam uma “facilidade verbal” que permitem que uma pessoa como eu seja vista, se comporte e, sobretudo, possa falar de maneira a bagunçar a percepção de onde viemos¹³⁵. Isso faz com que seja muito comum vermos pessoas brancas de origem periférica reafirmarem seus pertencimentos de classe e suas experiências de vida, porque sabemos e de certa maneira tememos sermos confundidas com pessoas com outras histórias de vida e com privilégios que, por sua vez, nos excluem ou já nos excluíram. Tentamos reafirmar o nosso lugar por conta da diferenciação que essa posição nos coloca.

Uma outra situação de racialização foi trazida por uma de minhas interlocutoras, Giselle, que me disse ser frequentemente lida como estrangeira em diversos lugares do Brasil. Em uma de nossas conversas, nos perguntávamos se isso teria relação com a mesma questão que fez o policial não me reconhecer como moradora daquela quebrada. No caso de Giselle, contudo, essa “falta de reconhecimento” é invertida, se fazendo notar particularmente fora das periferias. Ela se destaca em restaurantes, livrarias, e outros diversos espaços de circulação da classe média e alta, predominantemente branca. Lugares nos quais, cotidianamente, o meu tom de pele, em composição com a articulação linguística e certas credenciais profissionais e acadêmicas, em tudo bastantes semelhantes às de Giselle, me concedem o “reconhecimento” como uma pessoa “de dentro”, de maneira automática. Inclusive, caso eu não me manifeste em contrário, podem tender a achar que meu Itaim é o Bibi, não o Paulista.

No meu caso, em particular, jamais passei por experiência de estranhamento em meus lugares de trabalho ou estudo - que se concentraram majoritariamente entre o centro e o quadrante sudoeste da cidade de São Paulo. Entretanto, a depender do tipo de vaga de emprego, algumas vezes omiti ou deixei sem “sobrenome” o Itaim do meu currículo, estrategicamente, para que, ao invés de procurar no mapa onde é o Paulista, as empresas pensassem que poderia ser o Bibi¹³⁶ e não deixassem de me contratar porque moro muito longe – o que encarece o valor

¹³⁵ Segundo Pierre Bourdieu (1998), entre as heranças de capital cultural, a facilidade verbal e o conhecimento do funcionamento do sistema educacional estão entre as mais rentáveis: “Mas o nível de instrução dos membros da família restrita ou extensa ou ainda a residência são apenas indicadores que permitem situar o nível cultural de cada família, sem nada informar sobre o conteúdo da herança que as famílias mais cultas transmitem a seus filhos, nem sobre as vias de transmissão. As pesquisas sobre os estudantes das faculdades de Letras tendem a mostrar que a parte do capital cultural que é mais diretamente rentável na vida escolar é constituída pelas informações sobre o mundo universitário e sobre o *cursus*, pela facilidade verbal e pela cultura livre adquirida nas experiências extraescolares.” (Bourdieu, 1998: 44)

¹³⁶ Outra situação envolvendo meu irmão ilustra essa confusão, relativamente comum. Em 2005, ele passou em um concurso na USP. Na distribuição dos novos servidores, foi colocado como Auxiliar de Documentação e Informação da Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública (FSP), o que para ele era péssimo, já que morava no

do vale-transporte - ou em um lugar muito perigoso¹³⁷. Desta maneira, incorporo a classe que é presumida pela cor da minha pele e pelas informações no meu currículo. Nota-se assim que o processo de racialização é também um processo que infere uma posição de classe. Esse jogo seria assim tão fácil se eu tivesse outro corpo? Giselle, por ser uma mulher negra de pele escura, é frequentemente colocada na posição de estrangeira nesses espaços, onde não se supõe com a mesma naturalidade, que ela componha a classe média ou alta brasileira, ao mesmo tempo que suas credenciais, sua maneira de vestir e de falar a distanciam do esperado para as pessoas de periferia. Classe e raça se conectam enquanto formas de classificação historicamente construídas.

Uma miríade de elementos compõe as relações entre esses corpos em diversos espaços, na política da vida cotidiana, entrecruzadas pelo gênero, pela raça e pelo território, que tentei exemplificar aqui. Em sua tese, Danilo França aponta alguns mecanismos que medeiam os efeitos de vizinhança que, segundo ele, “são recorrentemente apontados pela literatura como sendo as principais consequências da segregação” (2017: 24). Ainda que esse autor coloque a ressalva de que “devemos refletir sobre consequências da segregação a partir de perspectivas mais abrangentes, para além dos efeitos de vizinhança (e seu afã quantitativo pelo isolamento de fatores causais)” (idem: 28), dois itens da lista de mecanismos enumerados por ele chamaram a minha atenção, e atingem, de alguma maneira, também minhas interlocutoras de pesquisa, e não apenas aquelas que são brancas, quais sejam:

- (3) Institucional: membros de instituições que atendem os bairros segregados (como professores e policiais) tratariam as pessoas da vizinhança como “pessoas piores”, contribuindo para a estigmatização e limitação de expectativas e de oportunidades de moradores destes locais. (4) Modelo do isolamento linguístico: pessoas que crescem em vizinhanças segregadas não

Itaim Paulista e gastaria (como efetivamente gastou) quatro horas diárias com deslocamentos. O ideal era ter sido alocado na USP-Leste, que começava a funcionar naquele ano e para a qual também havia vagas. Como ele era muito jovem, 19 anos, e tinha uma filha de quatro meses, estava contente demais por ter passado no concurso e não ousou reclamar. Antes disso, trabalhava no almoxarifado de uma metalúrgica. Quando começou a estudar na Fatec de São Caetano, em 2007, passou a gastar exatas cinco horas diárias nos transportes. O desgaste físico era tão grande que ele demorou quase o dobro do tempo para se formar. Anos depois, em uma reunião com a chefia, descobriu que tinha sido colocado na FSP porque achavam que ele morava no Itaim Bibi e quiseram, justamente, encurtar seus deslocamentos. Em 2010 passou em um novo concurso na USP, específico da sua área de formação, a Tecnologia da Informação, e apenas em 2012 conseguiu a transferência para o campus da Zona Leste.

¹³⁷ Neste infográfico elaborado pelo Estadão, com dados sobre a violência por bairro em 2017, fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Itaim Paulista aparece em 5º lugar entre os mais violentos: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/criminalidade-bairro-a-bairro/>. Acesso em 18/08/2020.

teriam boa absorção da norma culta da língua, prejudicando os estudos e a obtenção de emprego. (França, 2017: 28)

Ao cruzar com o trabalho de Danilo França, me recoloquei a questão de como o olhar daquele policial estava permeado por estes mecanismos de efeito de vizinhança. Como essa falta de reconhecimento, esse olhar curioso e desconfiado que ele direcionava para mim tinham a ver com a maneira como ele enxerga o território onde nos encontrávamos, com a maneira como território é racializado, quais expectativas tinha sobre como se portam e expressam pessoas que habitam aquele lugar. Seríamos nós, aos olhos dos policiais, “pessoas piores” por conta do nosso local de residência, um pouco como a cidade do colonizado, de qual trata Frantz Fanon?

A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros. A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. (Fanon, 2005: 55)¹³⁸

Nas falas de minhas interlocutoras, não é a inadequação em relação ao bairro ou às pessoas que nele moram que cria a necessidade de partir: “olha, o que eu sou, eu devo às quebradas”, disse Amanda; “eu gosto de ser mãe aqui, de criar minha filha aqui”, disse Bruna; “eu sempre gostei do bairro que eu morava e nunca me passou pela cabeça que isso fosse ruim”, apontou Regiany. O que vai forçar a mudança de residência é o desgaste físico dos deslocamentos cotidianos, que impulsionando a ida para bairros um pouco menos distantes daqueles que concentram não apenas a maior parte das ofertas de trabalho e estudo, mas também as melhores.

Em nossa conversa, Regiany, argumentava que mudou da Cidade Tiradentes, no extremo leste, porque não aguentava mais de cansaço no deslocamento até o trabalho, em Pinheiros, e até a PUC-SP, em Perdizes, durante o mestrado. Giselle, por outro lado, havia mencionado o quanto as pessoas se espantam quando ela dizia ainda morar em Ferraz de

¹³⁸ Ou, mais diretamente, como diz Pierre Bourdieu: “O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhes participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes; ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão” (Bourdieu 1997: 166).

Vasconcelos ou que teria que ir embora até certo horário, para não perder o trem. A expectativa era a de que ela houvesse já se mudado de sua cidade, para algum bairro mais perto do seu trabalho. Muitas das minhas interlocutoras, assim que puderam, mudaram para perto de estações de trem ou de metrô pela mesma razão.

Uma questão salta aos olhos: a ascensão social esperada para alguém de nível educacional superior e alto nível de capital cultural é ou seria incompatível com a permanência da residência em uma quebrada. Ao mesmo tempo, a dificuldade no acesso à educação nos bairros mais precarizados da cidade faz com que a maioria das pessoas que ali vivem possuam empregos que exigem, quando muito, uma formação de nível médio ou técnico. A incompatibilidade entre ter um maior acúmulo de capital educacional e cultural e viver em uma quebrada, ao menos teoricamente, se enquadrariam no “modelo de isolamento linguístico” e um código de comportamento muito específicos. O acesso dificultado a uma educação de nível superior, somado a um ensino fundamental e médio de má qualidade, e a circunscrição a uma específica variabilidade de léxicos fariam com que um certo “estilo de classe periférico”¹³⁹ se fizesse muito rapidamente notar na maneira de se expressar, assim como na escolha de vestuário, adereços, cortes de cabelo e penteados.

Se olharmos novamente para os dados levantados por Danilo França (2017), comparando informações dos Censos de 2000 e 2010, veremos que pessoas brancas dos estratos mais altos e médios aparecem mais segregadas em determinadas áreas da cidade, assim como a população negra (grupo no qual ele reúne as pessoas pretas e pardas do Censo) das camadas mais pobres são as mais segregadas entre as pobres. Pessoas brancas e negras só estariam mais misturadas nos grupos mais empobrecidos, ainda que pessoas brancas pobres estejam territorialmente mais próximas de brancas de classes superiores e pessoas brancas e negras de classe média estejam distantes entre si. Segundo sua pesquisa, a segregação de pessoas negras e brancas aumenta conforme a classe social. Quando compara os dados de segregação socioeconômica dentro dos grupos raciais, Danilo França aponta que pessoas negras, ainda que estejam em diferentes classes, estão mais próximas entre si do que de pessoas brancas, habitando bairros mais próximos, embora perceba um distanciamento das pessoas negras de classes populares daquelas de outros estratos sociais. Entre as pessoas brancas, a segregação que tende a aumentar é a das classes altas, que apresentam o maior isolamento, estando distantes

¹³⁹ Agradeço a Bruna Galichio pelo *insight* dessa expressão.

de todos os outros grupos (e acredito que Alphaville¹⁴⁰ talvez seja o exemplo mais explícito deste fenômeno).

No subitem chamado Desigualdades Raciais, Danilo França faz uma análise da diferença de acesso à educação por pessoas pretas, pardas e brancas na Região Metropolitana de São Paulo. Seus achados são bastante interessantes, porque mostram que, embora o acesso à educação tenha se ampliado muito em uma década, em todos os níveis, e que isso tenha levado uma parcela da população (majoritariamente preta e parda) a uma renda média superior, a renda média geral das pessoas diplomadas em cada segmento diminuiu, mantendo a desigualdade de renda entre pessoas brancas e negras praticamente no mesmo patamar.

Ou seja, se por um lado, pretos e pardos ficaram mais qualificados com a obtenção do diploma do ensino médio e tais diplomados viram diminuir sua distância em rendimentos com relação aos brancos, por outro lado, a desvalorização deste diploma fez com que não houvesse grandes ganhos monetários para estes negros. (França, 2017: 49)¹⁴¹

Além disso, “quase 86% dos indivíduos com ensino superior são brancos” e “quase metade dos pretos e pardos ainda possui escolaridade mais baixa que o ensino fundamental” (idem: 48). Este autor percebe em suas entrevistas que, na classe média, sobretudo na classe média branca, as pessoas “cresceram sabendo que iriam para a universidade, pensando o ensino superior como extensão quase que natural de seus estudos” (idem: 122), enquanto que nas classes populares, como no caso de minhas interlocutoras, o ensino superior aparece como luta, sonho e dívida.

Apesar do aumento considerável no acesso nas últimas duas décadas¹⁴², entre pessoas com origens nas classes mais baixas, independentemente de seu contato com movimentos

¹⁴⁰ Alphaville é um bairro de classe alta, formado por uma série de condomínios fechados de alto padrão, além de um centro industrial e empresarial, dos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo. É considerada a primeira tentativa de se criar artificialmente um bairro com este perfil e de grandes proporções, no Brasil. Ver Caldeira 1997; 2000.

¹⁴¹ Fenômeno semelhante ao que Pierre Bourdieu faz referência, com relação ao ensino secundário na França nos anos 1960: “Com efeito, depois de um período de ilusão e mesmo de euforia, os novos beneficiários compreenderam, pouco a pouco, que não bastava ter acesso ao ensino secundário para ter êxito nele, ou ter êxito no ensino secundário para ter acesso às posições sociais que podiam ser alcançadas com os certificados escolares e, em particular, o *baccalauréat*, em outros tempos, ou seja, nos tempos em que seus equivalentes não frequentavam o ensino secundário.” (Bourdieu, 1998: 220)

¹⁴² Renata Macedo, a partir dos resultados de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de 2018, nos apresenta o seguinte quadro: “Com destaque para o setor educacional, e tomando novamente a “classe C” como eixo de análise, segundo tais dados, se apenas 1% dos jovens entre 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior em 1995, esse índice saltou para 19,4% em 2015. Considero igualmente significativo os seguintes dados trazidos nesse estudo:

sociais ou mesmo engajamento político, o ensino superior ainda é narrado como um sonho, delas ou de suas mães e pais, um projeto de vida, mas também como luta e como sofrimento. Em nossa conversa, Renata me disse que, em uma entrevista de rádio, por volta dos 19 anos, “uma mulher me perguntou qual era o meu sonho e eu respondi que era passar no vestibular. Eu achava tão genuíno”.

Renata Mourão Macedo (2019) descreve este cenário de sonhos e dificuldades, em suas pesquisas, uma com mulheres empregadas domésticas e outra sobre o acesso de mulheres da classe C ao ensino superior. Entre as empregadas domésticas,

(...) quando conversávamos sobre sonhos e expectativas para o futuro, entre as mulheres de maior escolaridade surgiam sonhos de realizar cursos (técnico ou superior) nas áreas de Enfermagem, Gastronomia, Pedagogia ou Administração, estes sim vistos como escolhas genuínas, afastando-se do trabalho doméstico desvalorizado e precarizado. Se, contudo, para aquelas interlocutoras de menor escolaridade (entre as mulheres entrevistadas durante o mestrado, 17 não haviam concluído o Ensino Fundamental, sendo três autodeclaradas analfabetas) a possibilidade de seguir nos estudos parecia algo muito distante, essa realização dava-se cada vez mais através da experiência de filhas e filhos, sobrinhos e vizinhos, muitos deles indo para cursos noturnos em faculdades privadas, no centro expandido da cidade ou nas periferias de São Paulo.” (Macedo, 2019: 16)

Esse intervalo geracional chama a atenção. Sheyla, uma de minhas interlocutoras, conta que, o fato de sua mãe ter feito um curso de enfermagem, mudou toda sua vida e fez com que, para ela, fosse fundamental que suas duas filhas seguissem da escola direto para cursos técnicos e para a faculdade. Segundo ela, as barreiras superadas antes, pela mãe, ampliaram o leque de possibilidades dela e da irmã. Bruna, a mais jovem entre as entrevistadas, coincidentemente a única a ter pai e mãe com nível superior, sempre teve certeza de que ela também iria para a faculdade. É a única a ter cursado a graduação em universidade pública. Entre as minhas outras interlocutoras, o ingresso em uma universidade pública, quando acontece, se dá na pós-graduação, já por volta dos 30 anos, eu inclusa.

A mãe de Bruna, professora em uma creche pública, e seu pai, ex-seminarista, militante do movimento de mutirões desde a ditadura e do PSDB [Partido da Social Democracia

em 1995, apenas 87 mil pessoas de domicílios das classes CDE frequentavam o ensino superior; em 2015, eram 2,1 milhões.” (Macedo, 2019: 121-122)

Brasileira], investiram na sua educação privada durante o Ensino Fundamental. No Ensino Médio, depois de um curto período em uma escola pública, ela foi novamente transferida para uma escola particular, por insistência (e suporte financeiro) de seu irmão mais velho, que havia estudado na Fatec. Esse irmão, por sua vez, havia chegado à Fatec através do suporte e da insistência de um primo, estudante de Filosofia na USP. Em outras palavras, ter o suporte familiar em termos não apenas financeiros, mas igualmente de conhecimento sobre o funcionamento do sistema de acesso ensino superior, sobre as opções disponíveis e os mecanismos de seleção “é um lugar de bastante privilégio, dentro da comunidade que eu vivia”, como disse Bruna.

Ainda sobre essa experiência em particular, é interessante o relato de Bruna sobre sua transferência da Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo, uma escola de referência na região, na qual ela tinha entrado em contato com o movimento secundarista e com o Movimento Cultural, para o Colégio Objetivo, conhecido por seu método apostilado voltado para os vestibulares:

(...) as aulas do Objetivo... era tipo... a aula de história, eu tava esperando tanto! Eu falei: ‘Mano, se a aula de história do Filomena é assim, do Objetivo vai ser fu-di-da! Mal vejo a hora!’ História era a que eu mais gostava, tava até pensando em fazer história nessa época! Só que aí eu cheguei lá, acho que por isso que eu não fiz, eu cheguei na aula e a professora explicava o conteúdo, passava os pontos na lousa e falava: agora exercícios! Daí eu comecei a responder, mas ‘mano, não tem espaço pra responder’, aí veio alguém ‘ah, o que você tá fazendo?’, ‘tô respondendo’, ‘não, ela vai passar a resposta e você estuda em casa’ e eu falei: como assim? qual o sentido?’, ‘você vai estudar em casa, pra prova.’. Aí não tinha nenhum debate. Nunca. Chegava, tinha lá as questões de vestibular, e aí você fazia. E eu: ‘como assim? Cadê? Bizarro! Bom, eu passei e foi bom pra entender como funciona o vestibular, né? (...) Foi muito louco, muito castrador. (Bruna Salgueiro, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Sua trajetória marca uma interessante inversão do padrão que vai da escola pública para a faculdade particular, regra geral entre as feministas periféricas consultadas nessa pesquisa. Na falta dessa rede de circulação de informações, algumas pessoas (como era o meu caso até pouco tempo antes da inscrição no vestibular) não sabem nem mesmo que a USP existe e é

gratuita ou qual a diferença entre a USP e a Fuvest¹⁴³. Keli, me disse que na época do vestibular, quando morava entre Vila Curuçá e Guaianases, “não prestei, nem tentei, nem tinha na cabeça de fazer uma pública”. No meu caso, prestei porque ganhei a gratuidade na inscrição com a ajuda e insistência de integrantes do Cursinho Popular Comunitário dos Alunos PUC-SP, onde eu estudava, mas fiz a prova com a certeza de que não passaria. Eu realmente não conhecia ninguém, até aquele momento, que tivesse estudado na USP, apenas uma ou outra pessoa que era docente voluntária no Cursinho, eventualmente. Em nossa entrevista, Ana Paula, aponta para essa mesma distância na época do vestibular. Ana morava no Itaim Paulista e fazia cursinho na Poli, que na época possuía apenas uma unidade no bairro da Lapa:

(...) demorei muito pra entrar numa universidade, porque eu queria entrar numa universidade de qualidade. Então, tipo, fiz três anos de cursinho pra poder entrar numa pública e... cheguei a entrar na Fatec, mas não gostei do curso e saí. Era um curso mais na área de informática. No último ano de cursinho que eu fui descobrir a PUC-SP, que tinha possibilidade de bolsa, que era uma universidade boa, que eu não sabia que existia. Então, todo o percurso é mais... uma distância, assim, das informações, né? E da qualidade da formação. Eu lembro que no primeiro ano do ensino médio eu não sabia ainda que existiam universidades públicas. Lembro de uma amiga falar pra mim assim: ‘você vai tentar a USP?’ E eu falei: ‘ah não, como é que eu vou pagar?’ (risos) E ela ficou assim, fez uma cara e tal. (...) Depois é que eu fui descobrir e na escola, no ensino médio, rolou um sorteio de isenção pra prestar a FUVEST, só que ninguém sabia direito. O pessoal ficou nessa de ser sorteado e tudo. Lembro até que uma menina mais velha foi sorteada, mas a gente não sabia bem o que era isso, o que era uma FUVEST. Então, pra ver a distância da gente e de quem tem acesso a essas informações, né? Era muito distante, só quando eu consegui chegar no cursinho, eu lembro que eu fui chegar no curso técnico [de secretariado], numa escola na Penha, que é [a ETEC Professor] Aprígio [Gonzaga], eu fiquei sabendo do cursinho. Lá as meninas já faziam cursinho, chegavam com as apostilas na escola e tal. E eu fui, muito por estar nesse meio. Até tinha uma menina branca na minha rua que acessava mais essas informações, essas pessoas, esses lugares que já tinham outra condição de instrução, né? (Ana Paula Santana Correia, entrevista à pesquisadora em novembro de 2018)

¹⁴³ Como descobri depois, FUVEST é a Fundação Universitária para o Vestibular, fundada em 1976, instituição responsável pela realização do vestibular para ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo, a USP.

Ana e eu morávamos muito próximas e ambas estudamos na mesma ETEC entre 1999 e 2000, a cerca de 20 km de distância de nossas casas, embora não nos conhecêssemos. Na época em que estávamos no ensino médio, não haviam outras ETECs de mais fácil acesso para o nosso bairro, como hoje.

Renata tem um relato parecido dessa percepção de uma formação deficitária. Diz que se sentia enganada pela escola, porque tinha sempre sido uma excelente aluna, no entanto, ao chegar à faculdade, percebeu o quanto estava atrás das colegas. No meu caso, quando mudei para a escola na Penha, no ensino médio, deixei de ocupar o lugar de “a primeira da classe”, como na escola anterior, e passei a ser aquela que estava sempre correndo para alcançar as/os outras/os estudantes da turma. A mudança na qualidade e nas demandas da escola era tão nítida, que eu fiquei conhecida entre as minhas antigas colegas do ensino fundamental, minhas vizinhas, como a que “só estudava”. Tinha passado de ser aquela que ajudava todo mundo com as lições e tinha um boletim cheio de notas altas, para me tornar a que sofria pra se manter no azul e precisa da ajuda de colegas. Ademais, essa circulação pela cidade me fez perceber não apenas a diferenciação evidente em termos de classe social – o fato de que eu saía de madrugada e passava mais de uma hora em um ônibus cheio, enquanto minha colega de sala era trazida de carro até a porta pelo pai ou de que a minha mãe costurou ela mesma meu uniforme, porque o valor cobrado pela venda na escola era alto demais para nós – mas também a diferenciação na infraestrutura territorial e escolar e na qualidade da escola. Sensação intensificada quando passei a estudar em outra escola técnica, Escola Técnica de São Paulo a ETESP, perto da estação Tiradentes do metrô, um pouco mais elitizada. Nesta escola os portões não eram trancados, a biblioteca era de acesso livre¹⁴⁴ e possuía computadores que podíamos usar sem limite de tempo.

Como ressalta Renata Macedo (2019), o deslocamento dentro da cidade, em direção a bairros considerados mais “nobres”, marca também uma série de deslocamentos em termos de diferenciação social. Acrescento aqui também uma preocupação familiar com o futuro, em particular das mães, somado ao desejo de se afastar do bairro (e das amizades) considerado mais desorganizado, com piores escolas, há também a crença de que, em bairros “melhores”, o

¹⁴⁴ Nos oito anos em que estive na Soldado Eder, a biblioteca não chegou a ser organizada, os livros ficavam amontoados em uma sala trancada. Nós tínhamos que pedir autorização para ter acesso às chaves e “garimpar” os livros nas estantes, em caixas e no chão. No Aprígio havia uma biblioteca bem organizada, mas não tínhamos acesso às prateleiras. Havia um balcão na entrada, que fechava a passagem, onde uma funcionária nos atendia e procurava o que queríamos. A ETESP foi a primeira escola onde eu pude andar livremente entre as prateleiras e pegar o que quisesse, sem restrições ou intermediações. A biblioteca do meu bairro funcionava como a do Aprígio.

“efeito de vizinhança” estimule e encaminhe mais facilmente para uma carreira e, quem sabe, para o ensino superior. Quando perguntei a Regiany porque tinha ido estudar no Tatuapé, ela me respondeu:

Porque minha mãe achava que no Tatuapé era melhor, era um bairro nobre, dito nobre, então que no ensino médio... eu ia ter um futuro melhor se eu não estudasse na Cidade Tiradentes. Ela pegou fila... Foi um caralho pra conseguir uma vaga pra eu conseguir fazer o ensino médio lá no Tatuapé. Aí eu fiz no Osvaldo Catalano. Que era uma bosta, muito pior que o Osvaldo Aranha, na Cidade Tiradentes. Tinha bem menos professor, muito mais problema. Era bem ruim a escola, assim, mas era no Tatuapé, então todo mundo achava que era melhor. (Regiany Silva de Freitas, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Como efeito colateral, no entanto, a exaustão física e mental é muitas vezes invocada na narrativa de diversas de minhas interlocutoras, assim como na minha própria, por conta do tempo gasto no transporte, para o trabalho, a escola e, depois, a faculdade. Algumas vezes, essa é uma questão já no Ensino Médio, como continua Regiany:

Eu fiz o ensino médio numa escola bosta lá do Tatuapé. Não foi bom, mas foi útil, porque durante o ensino médio eu comecei a trabalhar e eu trabalhava no Shopping Tatuapé, então ficava perto. Eu ia pra escola, quando saía da escola ia pro shopping e já ficava trabalhando. Só que era muito longe pra voltar pra casa, na Cidade Tiradentes, então a minha grande dificuldade já foi nesse período da adolescência, de locomoção. A loja no shopping fechava às 10, até a gente terminar de limpar era 11 e eu chegava em casa tipo meia-noite. Pra entrar na escola às 07 da manhã, eu tinha que sair às 05h de casa. Naquela época não tinha integração com o metrô, então a gente só usava o [ônibus para o Terminal] Parque Dom Pedro. A Radial [Leste] era toda parada. Levava quase duas horas da Cidade Tiradentes até o Tatuapé! Então o ensino médio foi assim... no terceiro ano, eu praticamente não ia pra escola. Ia 2 ou 3 vezes por semana, porque eu tinha muito sono. Muito! Eu chorava de desespero porque queria dormir. Foi muito difícil. Aí eu não aprendia muito. Eu sempre fui boa aluna, só que eu nunca fui muito boa em exatas, assim. Eu sempre fui boa nas parada de comunicação, mesmo, essas parada de... história, geografia, essas coisas que o povo de humanas por natureza já é bom! Agora em matemática, física, eu só me fodia. Porque quando eu ia pra escola eu tava sempre muito cansada. Aí, já era difícil, eu já tinha dificuldade, com sono, irritada, 7 da manhã, porra! No terceiro ano eu só passei porque tinha amigo

que me ajudava, que fazia trabalho pra mim, porque por mim mesmo eu reprovava, quer dizer, acho que nem reprovava naquela porra daquela escola! Mas assim, eu ia me foder em matemática e física com certeza. (...) Eu tava, assim, num estado de nervos que eu não me aguentava! (...) É muito sofrimento, a gente naturaliza a tomação de cu. Tipo, a gente acha que tudo bem, que tá normal, que é assim memo. Cara, a vida não tem que ser assim, não! Não tem que ser! Não tem, não tem! A gente só se fode, desde jovem! (Regiany Silva de Freitas, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Essa exaustão, em muitos casos, resulta na mudança, temporária ou definitiva, dos bairros onde crescemos e nos quais as relações de vizinhança são muito fortes. Tais mudanças, muitas vezes, são sentidas como mais um esforço, entre muitos, na “luta” para conseguir se formar do que realmente como um projeto pessoal de mobilidade dentro da cidade. Contudo, esse deslocamento implica o enfraquecimento, ou mesmo o rompimento, de laços entre pessoas que se conhecem há décadas, além de reforçar a ideia de que, desde que se alcance um mínimo de ascensão, é necessário sair das quebradas. Ainda que a mudança seja de Cidade Tiradentes para Itaquera ou do Itaim Paulista para Ermelino Matarazzo, todos bairros periféricos, a possibilidade de manejar alguma escolha sobre o bairro de moradia pode ser percebida como um ganho em mobilidade social. Sobretudo se esse manejo implica na compra de um imóvel, que vai garantir que essa pessoa, e muitas vezes suas mães e pais, tenham uma garantia de moradia em caso de desemprego ou na velhice: “eu precisava comprar uma casa para minha mãe”, me disse Regiany, sobre sua mudança da Cidade Tiradentes para Itaquera. A escolha dos bairros de destino se constitui sobre o fato de que, além de estarem mais perto das estações de trem ou metrô, são periferias mais consolidadas, com centros mais estruturados e confortáveis, uma maior oferta de serviços e melhores escolas, mesmo as públicas, uma preocupação constante para aquelas que se tornaram mães. A mudança pode implicar, além do mais, na redução em pelo menos duas horas (uma de ida e uma de retorno) no trajeto diário entre a casa e o trabalho e/ou a faculdade.

Ainda sobre a dinâmica trabalhadora-estudante, na maioria dos casos, a não oferta de um curso no período noturno chega a inviabilizar a entrada em determinadas carreiras, por não haver espaço nem para cogitar largar o trabalho para poder estudar na idade adulta e, particularmente, por conta de que, muitas vezes, a inserção profissional é o que garante a possibilidade de continuar a estudar, como aparece também nas pesquisas de Danilo França (2017) e Renata Macedo (2019). É imperativo ajudar na renda familiar, mas é igualmente fundamental poder pagar as próprias despesas com materiais escolares, roupas e transportes,

deixando o mais cedo possível de ser um peso no orçamento familiar. Esse ponto é muito recorrente entre as interlocutoras, assim como a preocupação com os contratos de bolsas (bem como as dívidas resultantes deles) e a dificuldade de arcar com as mensalidades.

A PUC-SP é uma universidade privada, em um bairro de classe média alta que, ainda que sem fins lucrativos, cobrava à época por volta de 700 reais mensais nos cursos de História ou Ciências Sociais. Patrícia, que entrou em 2005 no curso de Serviço Social, lembra ter pago 988 reais de matrícula¹⁴⁵. Ainda que houvesse um grupo de estudantes bastante organizado em torno do Cursinho Comunitário, que se esforçava em dar acolhida e suporte a estudantes de baixa renda, dando orientações sobre o processo de bolsas e acompanhando as negociações, a universidade em si possuía pouquíssimas políticas de apoio à permanência. As demandas de bolsas de estudos eram altamente burocratizadas, com muitos documentos, e com a necessidade de escrever cartas de justificativa a cada nova demanda. Muitas pessoas só conseguiam as bolsas no final de um ano inteiro de idas e vindas ao departamento de bolsas, com muitas negativas, recursos, boletos de cobrança chegando em casa e cheques “caindo” sem fundos. Além disso, no caso de bolsistas, um agravante se impunha: os contratos de bolsa diretamente com a PUC-SP eram vinculados ao bom rendimento estudantil: na primeira reprovação seriam automaticamente cancelados. Em outras palavras: cobrava-se um rendimento bom ou excelente de quem, até ali, havia sido privada de educação de qualidade¹⁴⁶.

No período em que acompanhei mais de perto (entre 2002 e 2009) a distribuição de bolsas da Fundação São Paulo¹⁴⁷, mantenedora da PUC-SP, elas eram distribuídas seguindo uma avaliação socioeconômica que calculava a necessidade de cada estudante a partir das condições de vida de sua composição familiar. As bolsas poderiam variar entre 100% doação - nas quais não haveria qualquer dívida com a universidade depois da formatura - e 100% restituível - onde seria necessário devolver o valor correspondente à sua graduação depois de um ano de formatura, em parcelas equivalentes à mensalidade vigente no momento do

¹⁴⁵ No ano de 2003, quando entrei na PUC-SP, o salário mínimo era de R\$ 200 e eu recebia R\$ 350 por mês como auxiliar de escritório, sem registro na Carteira de Trabalho. Em 2005, o salário mínimo era de 260 reais. Ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>

¹⁴⁶ De novo me pego com um trecho de Pierre Bourdieu à mente: “Enfim, o princípio geral que conduz à superseleção das crianças das classes populares e médias estabelece-se assim: as crianças dessas classes sociais que, por falta de capital cultural, têm menos oportunidades que as outras de demonstrar um êxito excepcional devem, contudo, demonstrar um êxito excepcional para chegar ao ensino secundário.” (Bourdieu, 1988: 50)

¹⁴⁷ Ver: https://www5.pucsp.br/fundasp/a_fundacao/historico.html

pagamento. Quando Fernanda se matriculou na PUC-SP, tinha pago em duas vezes, em cheque, adiando o problema até conseguir a negociação para uma bolsa.

(...) entrei, fui lá, e o cara falou: ‘no máximo a gente faz a matrícula em duas vezes’. Eu tinha saído de férias e tinha guardado o dinheiro, só que eu não tinha como pagar esse cheque. Acho que era R\$765,00 a matrícula, aí eu dei a metade, só que eu não tinha [o resto]. Eu recebia 500 reais, só que eu sempre ajudei na minha casa, sempre foi tudo dividido meio a meio depois que eu comecei a trabalhar. Minha mãe era aposentada, ganhava cento e poucos reais de aposentadoria, não lembro quanto era o salário mínimo. Quando a Marta [Suplicy, à época no PT] entrou [na prefeitura de São Paulo]¹⁴⁸ o salário da minha mãe foi para 400 reais. O vencimento do cheque tava se aproximando e eu não tinha como arrumar esse dinheiro. (...) Fui obrigada a fazer a inscrição no [Programa] Escola da Família¹⁴⁹, só que (...) eu trabalhava todos os dias e eu achava um absurdo! Eu falei: ‘meu, eu trabalho de segunda a sexta, estudo à noite, e vou ter que trabalhar sábado e domingo?’ (Fernanda Amaru, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Como disse Ana Paula, que depois de dois anos e meio como bolsista do Programa Escola da Família, obteve uma bolsa da própria universidade: “é como uma punição pela ousadia de buscar uma universidade de elite”. Ana conseguiu uma bolsa que era dividida em três partes: 50% doação, 30% restituível e 20% que ela pagava na época. Quando terminou a faculdade, tinha uma dívida de 18 mil reais, que pagou em parcelas durante dois anos e meio. Para os contratos de bolsa, era necessário ter um fiador, com imóvel próprio. Patrícia, demorou dois meses para conseguir a bolsa do PROUNI. Nesse período, criou-se uma dívida de dois mil reais que, para ser negociada, precisou que o pai aceitasse se tornar fiador. Ela vivia atormentada por esta preocupação:

Eram dois mil, mas quando fui negociar, já tava quase quatro, por causa dos juros! Obviamente eu não tinha condições de pagar e o meu fiador era o meu pai! Foi foda essa época! E eu falei assim: eu não posso perder essa bolsa! Se eu perder a bolsa o nome do meu pai vai ficar sujo e tem aquela coisa, né? Da honra nas famílias trabalhadoras: eu posso não ter nada, mas meu nome tem que tá limpo! Eu ficava com isso na cabeça, assim: eu não posso protelar o curso! Serviço Social é quatro anos? Eu

¹⁴⁸ Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo entre 01/01/2001 e 01/01/2005, pelo Partido dos Trabalhadores. Neste período, o salário mínimo passou de 180 para 300 reais. Ver: <http://www.saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/areas-da-crh/grupo-de-gestao-de-pessoas/ggp/acontecendo/salario-minimo>

¹⁴⁹ O Programa Escola da Família, do Governo do Estado de São Paulo, implica em horas de trabalho em escolas públicas aos finais de semana, em troca de bolsas de estudos em universidades particulares. Ver: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/default.html>

vou me formar em quatro anos! Eu não posso fazer com que o nome do meu pai vá pro SPC¹⁵⁰. (Patrícia Maria da Silva, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020)

No meu caso, tive uma bolsa 70% restituível e 30% doação de novembro de 2003 a dezembro de 2005, quando fui contratada pelo Banco de Dados da Folha de S.Paulo. Na matrícula para 2006, por conta do contrato de trabalho, perdi a bolsa. A partir deste ano, fiz menos disciplinas por semestre, o que atrasou minha formatura, mas também diminuiu o valor de cada mensalidade. A Folha de S.Paulo tinha um programa de formação chamado Editoria de Treinamento, que pagou 15% e depois 50% da mensalidade até eu me formar, enquanto eu segui pagando o restante. Ainda assim, me formei devendo 35 mil reais à universidade.

No meio disso tudo, uma rede de relações de suporte, como aquela oferecida pelo Cursinho na PUC-SP, se impõe como fundamental para a permanência. Fernanda, ao falar do seu período no ensino superior, aponta que, dentre os motivos que a ajudaram a não desistir, estão o vínculo de amizades feito com pessoas da mesma condição, bolsistas como ela, e o namorado que a acompanhava neste novo desafio, percorrendo junto um longo caminho a pé até o trabalho, todos os dias. Fernanda sofreu um estranhamento com o ambiente universitário, aliviado pelos encontros:

No começo foi ruim (...), pra mim era um conflito chegar naquele lugar. Só que aí, na segunda semana eu conheci a Jac [integrante do Cursinho] e eu já conhecia o Júnior. Aí me deu uma coisinha assim. (...) No primeiro mês eu achei que ia desistir. Não tinha dinheiro pra nada, não tinha dinheiro pra comer. Eu ia de [ônibus] Parque Dom Pedro trabalhar lá no Brás, porque eu tinha uma passagem ida e volta, não podia gastar mais que isso. Eu já conhecia o Léo, ia de Parque Dom Pedro, descia na Sé, a gente tava em comecinho de namoro, depois andava tudo aquilo até o Brás. (...) Foi difícil, não tava habituada a estudar desse jeito. Na primeira semana, não peguei nenhum texto! Não sabia que tinha que pegar texto na copiadora e ficava com vergonha de perguntar as coisas. A professora de Historiografia Brasileira falou que a gente ia precisar fazer uma resenha. Eu fiquei com vergonha de perguntar pros outros e fui olhar no dicionário o que era uma resenha e tava escrito que era resumo [risos]. Não sabia que tinha que pegar um texto todo dia, que tinha que pagar as cópias, eu não tinha dinheiro. Durante muito tempo eu corria na

¹⁵⁰ “Sujar o nome” ou “ter o nome no SPC”, o Serviço de Proteção ao Crédito, significa estar cadastrado no registro de pessoas devedoras. Para ilustrar a importância desse ponto entre classes populares, no Samba SPC, cantado por Zeca Pagodinho e lançado em 1986, ele diz que vai deixar de pagar uma dívida para se vingar da ex-companheira, “sujando”, assim, o nome dela para o SPC. Disponível em: <https://youtu.be/bOIBeXLSl6Y>, acesso em 16/06/2021.

biblioteca primeiro pra pegar o livro e corria pra tirar a cópia escondida lá na Febem¹⁵¹. (...) Esse estudar de universidade eu desconhecia, então no primeiro semestre eu atrasei várias coisas. Porque, um dia não lia um texto e no outro dia já tinha outro texto, eu não tinha essa dinâmica. (Fernanda Amaru, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Ao levantar todos esses pontos, penso no que Renata Mourão Macedo (2019) vai chamar de “escolhas possíveis”, argumentando sobre “a impossibilidade de analisar escolhas educacionais de indivíduos e grupos sem levar em conta as diferentes configurações sociais e históricas que as englobam” (idem: 18). Ou seja, a “escolha”, nos casos aqui trabalhados e em muitas outros no círculo de relações territoriais e familiares de minhas interlocutoras, é feita dentro de um leque bastante restrito de possibilidades, de sentidos ambivalentes e instáveis,

que envolveria uma série de matizes analíticos: de um lado, a importância de se levar em conta gostos e preferências individuais, expectativas e projetos de vida, informações sobre o sistema universitário e o mercado de trabalho; de outro lado, as configurações em termos de classe social, gênero, raça e idade dadas pela posição social, muitas vezes imperceptíveis ao sujeito, que condicionariam o acesso às posições mais privilegiadas do sistema educacional. (Macedo, 2019: 45)

Para escapar de um futuro profissional de não-escolhas (como domésticas, faxineiras, costureiras ou “do lar”), a formação profissional se impõe, não sendo vivida como um caminho “natural”, mas como conquista¹⁵², luta e como sofrimento, mediada por “escolhas possíveis”. Conforme demonstra Macedo, essa narrativa do esforço é absorvida pela publicidade das universidades particulares:

Na entrada da biblioteca, o grande tapete escrito “aqui seu esforço ganha força”, revelava um pouco mais sobre o público-alvo daquela instituição: estudantes “esforçados”, batalhadores, a maioria deles conciliando extensas jornadas de trabalho diurno com ensino noturno. De fato, em comparação com a Faculdade Centro, que descreverei a seguir, a Faculdade Bairro apresentava

¹⁵¹ Fernanda foi funcionária concursada na Febem, entre os anos 2000 e 2003.

¹⁵² A filha de uma das minhas vizinhas, de 15 anos, me chama com frequência no muro baixo entre as nossas casas para conversar. Em uma dessas conversas, no segundo semestre de 2020, ela estava muito chateada porque o pai não queria (ou não podia, pois havia sido demitido no início da quarentena) pagar um curso de informática para ela naquele momento: “deixa estar, vou arrumar um emprego e ele não vai ter como me impedir de ter uma profissão!” Algum tempo depois, além de ser selecionada para o ensino médio na ETEC Aprígio Gonzaga, conseguiu uma bolsa em um curso de auxiliar de farmácia. Tinha escolhido esse curso, entre as opções que a escola oferecia na bolsa, por ter um estágio garantido no final.

um público aparentemente menos heterogêneo em termos de classe social, concentrando estudantes de classes baixas e média-baixa. (Macedo, 2013: 33)

Neste contexto, a diferenciação de classe era também fortemente sentida. Ana Paula já participava da Pastoral da Juventude¹⁵³ desde adolescente e havia criado um cursinho Educafro na escola em que cursou o ensino médio, a Deputado José Bustamante. Desta maneira, participou de muitos grupos de discussão, circulou por diversos espaços da cidade e encontrou muitas pessoas que participavam de movimentos sociais, onde ela podia fazer debates sobre diversos assuntos. Tudo isso influenciou sua maneira de estar e se relacionar na universidade, que se mostrou como um espaço elitizado em um nível desconhecido até ali.

Já entrei na universidade me entendendo como periférica, entendendo como um espaço de luta, como não sendo um espaço pra mim. Não me sentia parte daquele lugar, então é sempre um conflito interno. Você fica o tempo todo fazendo comparações, o tempo inteiro se vendo nessa disputa de espaço. Uma disputa de classe mesmo, sentindo uma diferença muito grande, de que aquele não era o meu lugar, mas que eu tinha que tá lá, que eu precisava estar lá, que eu também tinha direito a educação. Eu via muito por esse viés, do direito a educação, à educação de qualidade, (...) eu lembro muito do medo, desse receio de chegar na universidade, que pra gente era uma coisa bem distante. Acho que todo o percurso foi assim de adentrar um espaço novo, sem saber muito como lidar com aquilo, tentando correr atrás dos estudos, porque pra gente era bem complicada a defasagem de escrita, de leitura... Lembro até hoje dos professores elogiarem as ideias nos trabalhos, mas fazerem essas correções, sabe? De formatação do texto. Eu pego uns trabalhos meus antigos e provas (...) bem aquela coisa mal escrita, correção de ortografia, de um monte de coisa. Eu lembro até uma professora de teologia, na sala, falando pro Wellington, do [Coletivo de Esquerda] Força Ativa, que ele tinha umas ideias muito boas, mas escrevia muito mal. Porque a gente vinha de escola pública, né? a gente não tinha... e os amigos escreviam muito bem, porque vinham de escola particular e faziam TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] de ensino médio, já tinham lido aqueles primeiros clássicos que eu tava conhecendo. Eles já tinham lido, já tinham feito trabalho, já sabiam um monte de coisas. (Ana Paula Santana Correia, entrevista à pesquisadora em novembro de 2018)

¹⁵³ A Pastoral da Juventude é um espaço de acolhimento e formação para jovens. Dentro do movimento de Teologia da Libertação, a Pastoral da Juventude do Meio Popular inclui formação política, fomentando a intervenção por justiça social.

Regiany, relata também uma experiência de diferenciação, um marcador de desigualdade, quando sai de sua escola pública, na Cidade Tiradentes, para uma outra escola pública, agora no Tatuapé. Se no caso de Bruna, o estranhamento se deu primeiro no método, mais efetivo para o vestibular, mas não necessariamente mais satisfatório, e na falta de recursos financeiros pra se integrar nos “rolês” depois da aula, para Regiany o que se destaca é um preconceito com seu bairro, que tinha em si uma marca de pobreza e marginalidade:

Quando eu cheguei na escola, no Tatuapé, as pessoas riam de mim, faziam piada porque eu era da Cidade Tiradentes. Não que só eu fosse, mas as pessoas não ficavam falando sobre o fato de ser da Cidade Tiradentes. E eu tinha o costume de falar da Cidade Tiradentes porque eu sempre gostei do bairro que eu morava e nunca me passou pela cabeça que isso fosse ruim (...). Aí as pessoas faziam piadas, falavam pra guardar as coisas, que a mina da Cidade Tiradentes ia roubar eles, esse tipo de coisa. Eu sempre falei muita gíria, muito palavrão, aí junta que, tipo, eu era criminoso, maloqueira demais e eu nunca fui muito feminina, pros padrões femininos, né? Nunca me encaixei muito bem nesse estereótipo do feminino. Durante a adolescência, principalmente. Então, tinha um marcador em mim de que eu era a maloqueira da Cidade Tiradentes e tal. E foi aí a primeira vez que eu entendi que morar na Cidade Tiradentes era diferente e que aquelas pessoas que moravam no Tatuapé, Penha, ali, que estudavam na escola, isso fazia de mim inferior a eles. Mas eu sempre fui muito bocuda e eu nunca aceitei passar veneno, comecei a usar isso pra ocupar algum espaço dentro da escola, pra ser respeitada. Então eu comecei a me impor, falar que eu era da Cidade Tiradentes mesmo e usar isso como uma defesa. Aí as pessoas começaram a me chamar de Tiradentes na escola e eu fiquei o ensino médio todo assim. Pras pessoas que me conheciam, era Tiradentes. Essa foi a primeira vez que eu, sem muita clareza, entendi que tinha uma questão social ali, de desigualdade. (Regiany Silva de Freitas, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

É interessante como Regiany transforma o estigma colocado sobre ela em resistência, como uma ferramenta de defesa para garantir um espaço para sua passagem pela escola. Assim como a fala de Ana também traz esse mesmo exercício de resistência, que é encontrada por Fernanda nas relações de amizade.

Vale notar também que, além de todas as minhas interlocutoras terem seguido o curso no período noturno e não terem seguido carreiras que exigissem formação em período integral, todas trabalhavam em tempo integral durante a maior parte da graduação. Embora essa pesquisa não possa apresentar um censo de profissões, é interessante notar a rara presença de

profissionais das áreas de prestígio (como Medicina, Engenharia, Arquitetura e Direito) entre movimentos sociais de periferia, com exceção de jovens ativistas com origens nas classes médias e superiores, e habitantes do centro ou do quadrante sudoeste, que se deslocam para bairros periféricos para desenvolver suas atividades de militância. Se destaca, por outro lado, a predominância de profissionais da Educação, particularmente de História, Geografia, Letras, Pedagogia e Artes, e de Serviço Social¹⁵⁴. Entre as minhas interlocutoras, apenas Amanda entrou em um curso de maior prestígio, Direito, na Universidade São Judas, já como segunda graduação. O relato de Amanda mostra como, em uma faculdade considerada de menor prestígio, certos encaminhamentos de carreira também são restritos. É no espaço da militância que seu universo de possibilidades se abre:

Eu vou falar uma coisa pra você, depois que eu entrei na deFEMde [Rede Feminista de Juristas], outros mundos se abriram pra mim, a verdade é essa! Porque é um coletivo composto majoritariamente por mina branca, rica, “sanfran” [Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP], então outros mundos se abriram pra mim. (...) Porque o meu ensino superior também, já é um ensino que tá vindo daquele jeito, tá ligada? Nem pensei em fazer transferência pra USP, porque eu vivo tão cansada... E agora, terminando o Direito, eu penso: será que eu vou fazer GPP [Gestão de Políticas Públicas, curso de graduação da USP-Leste]? Será que vou fazer uma pós na área? Eu não sei! Vou fazer um mestrado? Eu não sei! A deFEMde me abriu esse olhar acadêmico, porque antes eu me via me formando pra tramar. (...) Quando eu entrei na deFEMde, outros caminhos se abriram: você pode também! Por que você não pode ser acadêmica? Por que a sua faculdade não te incentiva a ser acadêmica? Porque ser acadêmico é um privilégio das faculdades públicas ou das particulares de ponta? Não se fala em iniciação científica na minha faculdade (...) porque a gente não é criado pra isso. O grupo de estudos que eu participava era um grupo informal, não tem CNPq, não tem bosta nenhuma. (Amanda Vitorino, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Ainda que a busca por qualificação tenha também uma intenção de mobilidade social, desponta como fator importante na escolha do curso superior, nessas trajetórias, um certo “senso de responsabilidade”, que pode se manifestar na escolha dos cursos ou na área de atuação profissional: “Como é que eu pensava que eu ia fazer uma coisa daora com o direito? Ah, eu

¹⁵⁴ No estado de São Paulo, as únicas universidades públicas que oferecem o curso de Serviço Social são a Unesp [Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho], na cidade de Franca e, desde 2009, a Unifesp, na cidade de Santos.

vou pegar a mãe do moleque da minha rua, que sempre cai no tráfico, e vou ajudar essa mulher! Vou ajudar nos procedimentos criminais”, disse Amanda. Para Patrícia, a escolha do curso tinha “um vínculo com a questão da justiça [social]” e, no caso de Thati, Keli e Ana Paula, apareceu na prática profissional nos Centros de Defesa e Convivência da Mulher (dos quais tratarei no próximo capítulo).

Fernanda fez um caminho interessante. Cinco anos depois de desistir da vaga de funcionária concursada na Febem, em 2003, convidada a coordenar o projeto Arte na Casa na Ação Educativa, em 2008. Este projeto oferece oficinas de Arte-Educação para jovens em privação de liberdade internados na atual Fundação Casa. Quando esta ainda se chamava Febem, Fernanda trabalhava em uma Unidade de Entrada, no bairro do Brás, como auxiliar de escritório. Saiu de lá quando já estava estudando na PUC-SP.

Eu tive sorte, eu trabalhei com pessoas legais [na Febem], o problema é que era horrível. Eu chegava e encontrava vizinho lá, porque era a entrada. E sabia que os moleques iriam apanhar pra caramba. Tinha que avisar que você conhecia, que aí eles já transferiam, entendeu? (...) [Antes disso trabalhava como] babá de rico, aquela babá que come depois, que anda de branco, né? Aquela que enquanto o pessoal tá comendo, você tá lá cuidando do filho e só depois você vai comer, o que sobrar, em Pinheiros. (Fernanda Amaru, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2019)

Não se pode deixar de reconhecer o trabalho e o enorme esforço pra estar e ocupar determinados lugares, ao mesmo tempo que não se pode heroizar histórias de sofrimento. A principal diferença entre essa Jéssica da ficção e as “Jéssicas” do meu caderno de campo, além de uma década, é, muitas vezes, uma dívida. A Universidade de São Paulo era uma opção muito distante para estudantes de escolas públicas. As “Jéssicas” que conheci eram, na década anterior ao filme, beneficiárias de bolsas de estudos, na forma de financiamentos estudantis, que eventualmente se transformaram em grandes dívidas. Estes financiamentos podiam vir via Caixa Econômica Federal ou das próprias universidades, e eram cobrados ao final do curso, com os devidos juros. Outra opção era a bolsa do Programa Escola da Família, do Governo do Estado de São Paulo, uma política pública de ensino superior que, ao invés de alocar investimentos em educação pública e de qualidade, demanda de horas de trabalho em escolas públicas, acrescentando ainda mais uma jornada de trabalho para jovens que já tinham empregos (formais ou informais) desde o ensino médio, e repassa recursos financeiros públicos

para os já imensos conglomerados de ensino privado, nem sempre preocupados com a qualidade da educação que oferecem.

O que se vê são processos que revelam dificuldades de acesso a informações, restritas no seu contexto social, e posteriormente de muita luta, sofrimento, e um tempo mais alargado do que os de colegas de classe média para conseguir chegar e sair da universidade. O tempo gasto no transporte, a necessidade de caminhar para não pagar a condução, a falta de tempo para dormir e para estudar, são elementos que marcam essas “trajetórias quebradas” (D’Andrea, 2020b) e inclusive direcionam suas escolhas. São também constituintes da percepção de *ser periférica*, de vir de um bairro estigmatizado, pois é na relação de alteridade com colegas de outras classes que percebem em suas histórias as “faltas”. Estas histórias dentro da História, formam um quadro composto de indivíduos que, embora nascidas e criadas em contextos de precariedade, ocupam certos espaços e criam novos espaços, nos quais surpreendem possíveis leituras deterministas sobre mulheres negras (e não negras) de periferia, dando passos largos dentro de pequenas possibilidades de movimentar-se, em uma sociedade hierarquizada e desigual, como a nossa. Como veremos no próximo capítulo, acabam também por ocupar posições em serviços que atendem diretamente a outras mulheres das periferias, tensionando a burocratização e o sucateamento de serviços e estruturas que são fruto de sua própria luta e daquela das gerações que nos precederam.

Capítulo 4 - Mulheres das Periferias em Movimentos

Neste capítulo, trago o movimento de organização coletiva que gerou a criação do CDCM - Centro de Defesa e Convivência da Mulher - Casa Viviane dos Santos em Guaianases, no começo dos anos 2000. Apresento também sua influência na criação do CDCM Casa Anastácia, na Cidade Tiradentes, o primeiro com enfoque racial no atendimento às mulheres na cidade de São Paulo. Estas histórias são colocadas em perspectiva para mostrar algumas das muitas e complexas configurações e engajamentos dos movimentos de mulheres nas margens da cidade de São Paulo. Seu propósito é também apresentar uma demonstração de permanências, conflitos e descontinuidades, com destaque para as referências de organização social coletiva, de gramática e metodologia semelhante às dos Clubes de Mães, bem como para o enfretamento a políticas de desmonte de direitos ainda não plenamente estabelecidos, com atenção à tensão estabelecida na ponta pela entrada de equipes de trabalhadoras com relações, engajamentos, afetos e vivência nos territórios.

A Casa Viviane

Viviane dos Santos morreu em fevereiro de 2002, aos 22 anos, por complicações decorrentes da agressão de seu marido. A mãe a encontrou desacordada em casa e pediu ajuda à vizinhança para levá-la a um hospital. A mãe de Viviane fez um Boletim de Ocorrência, o genro pagou uma fiança e foi solto. O assassinato não foi confirmado pelo laudo médico, que dizia que a morte teria sido causada por complicações de diabetes pré-existentes, ainda que o legista afirmasse a existência de marcas de violência em seu corpo. Viviane possuía um pequeno comércio em sua casa e era vizinha de Renata Carvalho da Silva¹⁵⁵, que à época se formava em Serviço Social e ficou muito impactada pelo ocorrido. Inspirada pela metodologia ver-julgar-agir, da teologia da libertação, com o apoio de companheiras de militância, de alguns padres e de uma ONG italiana, Amici del Brasile¹⁵⁶, Renata propôs uma pesquisa sobre o número de mulheres atingidas por violência doméstica em seu bairro, Guaianases, Zona Leste de São Paulo. O contato com esta ONG vem da experiência com as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, que recebiam muitas pessoas da Europa, vindas como missionárias.

A morte de Viviane e a impunidade de seu marido motivaram em Renata a vontade de saber: “quantas Vivianes existiriam em Guaianases? Onde elas estariam? Como

¹⁵⁵ Infelizmente não pude entrevistar Renata Carvalho da Silva para este trabalho.

¹⁵⁶ Amici del Brasile possui também trabalhos em Manaus, no Amazonas, e mantém estudantes bolsistas em universidades brasileiras. Ver: <http://www.amicidelbrasil.it/static/index.cfm?idp=1>

estariam sendo atendidas? Pediriam ajuda? Onde? A quem?”. E, então, surge a ideia de fazer uma pesquisa no bairro. (Correia, 2015: 112)

Através de um amigo também italiano, Paolo Boschini, padre e professor de filosofia na Universidade de Bologna, na Itália, Renata conseguiu o apoio financeiro para transformar o projeto em uma pesquisa muito maior. Para esta pesquisa, foram treinadas 50 mulheres, que entrevistaram, no Lajeado, subdistrito de Guaianases¹⁵⁷, mais de mil mulheres, acima de 15 anos, durante duas semanas. Para o grupo, era fundamental que as pesquisadoras fossem mulheres moradoras do bairro e a pesquisa acabou envolvendo as 23 comunidades da Paróquia Sagrada Família. Parte do instrumental da pesquisa saiu do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC] de Renata, que havia feito um perfil de mulheres que viviam em um abrigo em Santo André. A tabulação foi feita pela equipe italiana, que ficou com uma cópia de todos os materiais e a pesquisa se tornou uma dissertação de mestrado em Filosofia na Universidade de Bologna, sob a orientação de Boschini¹⁵⁸. O levantamento revelou que 60% das mulheres sofriam ou haviam sofrido violência física, psicológica ou sexual em Guaianases. Desta pesquisa, surgiu o movimento “Abra os Olhos, Companheira!”, pela implantação de um CDCM na região.

Os Centros de Defesa e Convivência da Mulher são serviços conveniados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a SMADS. Nestes convênios, as Casas, como são conhecidas, são geridas por organizações sem fins lucrativos, muitas delas católicas. Os contratos têm normalmente a duração de até quatro anos, renováveis ou não, e as trabalhadoras são contratadas diretamente pelas organizações prestadora de serviço, como terceirizadas, não são servidoras concursadas. Existem também os Centros de Referência a Mulheres em Situação de Violência, os CRMs, que são mais antigos e contavam com funcionárias concursadas do município, mas que também foram passados à administração indireta, através de convênios.

¹⁵⁷ O bairro de Guaianases é composto por dois subdistritos, Lajeado com cerca de 185 mil habitantes, e Guaianases, com cerca de 164 mil. Guaianases foi indicado como um dos bairros mais vulneráveis da cidade de São Paulo pelo mapeamento feito pelo CEM - Centro de Estudos da Metrópole, em 2003, baseado em dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000. Disponível em: http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa_da_Vulnerabilidade_social_da_pop_da_cidade_de_Sao_Paulo_2004.pdf. Acesso em 15 de abril de 2019.

¹⁵⁸ Tentei contato com o padre e com a estudante para ter acesso aos materiais ou ao trabalho de mestrado, sem sucesso. Infelizmente as dissertações de mestrado na universidade italiana não são publicadas em repositórios online, nem ficam disponíveis nas bibliotecas universitárias. Também não consegui ter acesso ao Boletim e outros documentos do processo, que é anterior à digitalização do sistema de justiça. A Casa Viviane sofreu diversos assaltos (apenas em 2012 foram 12, em 7 meses) e muitos documentos desapareceram, entre eles os documentos do processo da morte de Viviane dos Santos. Os arquivos na casa de Renata foram destruídos em uma enchente.

O CRM Casa Eliane de Grammont¹⁵⁹, na Vila Clementino, foi o primeiro espaço desse tipo no país, criado em 1990, durante a prefeitura de Luiza Erundina (à época pelo PT). Esta casa também é fruto da organização do movimento de mulheres, algumas de suas antigas trabalhadoras tinham participado do I Encontro Feminista da Cidade de São Paulo (Melo, 2019). Entre 2013 e 2017, os CRMs estiveram vinculados à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com sua extinção, passaram à Secretaria de Direitos Humanos. A cidade de São Paulo possui atualmente quinze CDCMs e quatro CRMs. Os CDCMs contam sete funcionárias: três “técnicas” (uma psicóloga, uma advogada e uma assistente social), uma orientadora socioeducativa (que organiza atividades socioeducativas como oficinas, passeios, eventos, rodas de conversa, entre outras), uma auxiliar administrativa, uma assistente operacional (para serviços gerais de limpeza) e a coordenadora/gerente.

Com a ideia de se engajar pela implantação do Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, as mulheres do movimento “Abra os Olhos, Companheira!” foram até São Mateus, conhecer a Casa Cidinha Kopcak, que havia sido a primeira criada na Zona Leste, em 2002, já como serviço conveniado à Secretaria de Assistência Social. Esta Casa também foi fruto da luta dos movimentos de mulheres de São Mateus dos quais a própria Cidinha Kopcak¹⁶⁰ fez parte. A partir dessa experiência, construíram uma proposta de serviço semelhante para Guaianases, apoiadas nos resultados da pesquisa que haviam acabado de realizar e durante um ano participaram das audiências públicas do Orçamento Participativo¹⁶¹. Sem a participação nas reuniões, não haveria verba disponível para a implantação do serviço. A Casa Viviane foi inaugurada em maio de 2004 (Correia, 2015)

Renata foi a primeira coordenadora da Casa, posto que ocupou por cinco anos. Por conta do perfil político da organização que gerencia a Casa (volto nela logo abaixo), aí trabalham apenas mulheres, preferencialmente moradoras da região. Estas mulheres têm necessariamente um engajamento prévio em alguma militância correlata, como coletivos feministas, grupos de estudos sobre políticas públicas, políticas para juventude, assistência social, defensoria pública, movimento negro, entre outros. Isso faz com que o grupo de funcionárias seja composto de

¹⁵⁹ A cantora e compositora Eliane Aparecida de Grammont foi assassinada em 1981, aos 26 anos. O ex-marido, o cantor e instrumentista Lindomar Castilho, foi condenado a 12 anos de prisão, seis dos quais passou no semiaberto.

¹⁶⁰ Cidinha Kopcak foi uma militante do movimento de mulheres dos anos 1980, no bairro de São Mateus. Integrou a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial de Mulheres, antigas parceiras do CDCM. Ver Santos, 2015.

¹⁶¹ Orçamento Participativo é uma ferramenta institucional que permite que a população participe na decisão de distribuição de recursos públicos. Ver: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>

mulheres engajadas também com o projeto político da Casa, estando sempre presentes em fóruns, protestos, em diversos movimentos sociais e outros tipos de ações pelos direitos e pela implantação de políticas públicas para as mulheres e outros sujeitos¹⁶². Thatiane, que trabalhou na Casa Viviane por cinco anos (2008-2013), tendo sido estagiária, assistente social e depois coordenadora, diz que

(...) era um trabalho militante (...). Acho que tem processos de construção coletiva na Casa Viviane que são muito ricos e significativos pra mim e consequentemente também pras mulheres que estiveram lá (...) acho que a Casa Viviane foi, dentre as militâncias, a mais presente, mais contínua. A própria construção da proposta da Casa Viviane, foi muito interessante que as mulheres da igreja, de pensar que isso foi debatido, de você debater violência contra a mulher com mulheres católicas, da igreja, da missa! É um negócio muito rico e todo esse incentivo que a igreja deu, no sentido de favorecer uma pesquisa, incentivar que as mulheres da própria igreja conhecessem essa realidade com seus próprios olhos, ir na casa de outras mulheres... Acho que esse protagonismo da Casa Viviane é único (...). Não foi uma política pública como todas as outras (...) foi um fundamento que dá muita força pra outras coisas, né? (...) a Casa Viviane pra mim, é um negócio que eu... é afetivo, sabe? (Thatiane Coghi Ladeira, em entrevista à pesquisadora em maio de 2019)

Estes Centros representam uma mudança significativa na política de combate à violência contra as mulheres que, antes de sua implantação, contavam apenas com as Delegacias de Defesa da Mulher, criadas em 1985¹⁶³, e com as casas-abrigo sigilosas, para onde são encaminhadas as mulheres que correm risco de vida. Desta maneira, o acompanhamento passa de uma perspectiva unicamente judicializante, com as Delegacias, e de proteção à vida, com os abrigos, para se propor como um serviço de atenção integral. Embora não consigam oferecer acompanhamento psicológico ou jurídico, conseguem, dentro de muitas limitações (que se devem muito à precarização, engessamento e burocratização do serviço público), fazer encaminhamentos para outros serviços, auxiliar no acesso a benefícios e dar orientações. Além disso, são também um espaço de convivência, com atividades formativas (em particular sobre acesso a direitos), lúdicas (com passeio, atividades com música e dança) e de geração de renda.

¹⁶² Esse não é o caso de todas as organizações que gerenciam estes e outros serviços, como mostram Talita Melo (2019) e Cecília Santos (2015), mas é parecido com o que Gabriel Feltran (2011) encontra no Cedeca [Centro de Direitos da Criança e Adolescentes] Sapopemba.

¹⁶³ A primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em 1985, em São Paulo, para oferecer atendimento especializado a mulheres vítimas de violência física, moral e sexual. Ver: Melo, 2019; Santos, 2015 e Debert, Gregori e Piscitelli, 2006.

Inclusive, assim, como as meninas faziam, discutiam política na cidade, pra pensar o próprio equipamento, e o quanto hoje, mesmo ele sendo muito importante, enquanto política pública ele é burocratizado, enrijecido. Estar na mão do Estado também tira bastante autonomia do que gente pode fazer, embora a gente bata ainda muito nessa tecla, porque ainda tem uma organização por trás que respeita e que participa desse processo desde sempre. Hoje, diante dessa conjuntura toda desmontada, a Casa Vivi é um espaço importante pras mulheres e pra nós trabalhadoras. Cada caso que a gente conversa é um caso diferente, a gente se desdobra também em conversar a nossa própria formação, sobre a vida e sobre o trabalho técnico. Além da intervenção que gente pode fazer, vai discutindo todas as mazelas... de quanto esse equipamento ainda é um dos poucos ou únicos espaços ali no Lajeado onde as mulheres podem ir, pensar sobre sua condição, estejam elas numa situação de violência ou não, e o quanto é importante isso, não é pouca coisa. Mas o que eu tenho dito é que, hoje, se a gente pudesse dizer o que a Casa Viviane tem feito, com mais propriedade, a gente tem claro que é ajudar as mulheres a pensar soluções, apontar saídas de situações de violência e outras tantas. (Keli de Oliveira Rodrigues, em entrevista à pesquisadora em abril de 2019)

Em artigo sobre a aplicação de políticas de enfrentamento à violência contra mulher¹⁶⁴, Cecília MacDowell Santos (2015) aponta para quatro perspectivas principais de abordagens, a feminista, a familista, a de gênero e a interseccional. A primeira delas, a feminista, entende esse tipo de violência como “um problema estrutural do patriarcado” que “associa as causas da violência contra mulheres à desigualdade de poder entre homens e mulheres, expresso pela dominação masculina”, enquanto que a perspectiva familista, teria um entendimento da “violência como um desvio de comportamento no seio da família ou como um problema da ordem moral e religiosa”, tendo a restauração da família como seu campo de atuação. A abordagem de gênero, por outro lado, ainda que se aproxime da perspectiva feminista, não teria o patriarcado como foco, mas os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, entendendo que ambos necessitam de apoio para desconstruir a subalternização da mulher e a dominação masculina. A autora aponta que, mesmo adotando o termo violência de gênero no lugar do de violência contra mulher, são raros os espaços feministas que se ocupam do trabalho com os homens ou sobre masculinidades.

¹⁶⁴ Sua pesquisa de campo foi com as Redes de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas. As Redes são grupos autônomos, formados com o intuito de promover a ação articulada entre instituições, serviços governamentais e não governamentais, universidades, movimentos de mulheres e a comunidade no enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir de quatro eixos: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Em São Paulo, estas redes são subdivididas em Leste, Oeste, Norte, Centro, Sul I e Sul II. A Casa Viviane e a Casa Anastácia compõem a Rede de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher da Zona Leste, a Rede Leste.

No caso da perspectiva interseccional, ela afirma que, de maneira semelhante à abordagem feminista, entende a dominação das mulheres como estruturante, mas considera fundamental a interrelação com outros sistemas de opressão, como “patriarcado, racismo e capitalismo”. Esta perspectiva, em sua pesquisa de campo, “foi referida pelas coordenadoras de dois CDCMs na Zona Leste, a saber, o CDCM Casa Viviane dos Santos e o CDCM Casa Anastácia. A psicóloga do CDCM Casa Cidinha Kopcak fez referência também à orientação sexual, além de gênero, raça/etnia e classe social” (Santos, 2015: 584-585). Neste trabalho, Cecília MacDowell Santos traz a experiência de outro CDCM, na Zona Sul, a Casa Sofia, que possui uma abordagem bastante diversa da Casa Viviane e da Casa Anastácia:

Em 18 fevereiro de 2014, visitei a Casa Sofia e entrevistei duas funcionárias – uma psicóloga e outra assistente social (...). As entrevistadas explicaram que a Casa Sofia procura “restaurar a família”. Na visão delas, o feminismo “condena o homem e quer a separação do casal”. Por isso, “a filosofia da Casa Sofia não é feminista”. Segundo as entrevistadas, os grupos feministas não querem “restaurar a família”. Focalizam o seu trabalho apenas nos “direitos das mulheres”. A Casa Sofia, ao contrário dos grupos feministas, “defende um humanismo, vendo o homem como agressor e vítima, um doente que tem que ser punido, mas que precisa também de um serviço especializado”. Apesar de a Casa Sofia ser um serviço especializado no atendimento a mulheres em situação de violência, as entrevistadas me contaram que atendem homens na Casa Sofia. (Santos, 2015: 591-592)

A Casa Sofia foi a primeira a se tornar um CDCM, em 2001, mas já funcionava desde 1991, por conta da organização dos movimentos de mulheres do Jardim Ângela, ligados ao movimento de luta por creches e à Teologia da Libertação. Para Cecília MacDowell Santos, essa diferença de perspectiva se dá por uma convergência de diversos fatores. Um deles é a falta de transmissão da história da Casa às funcionárias, além do controle regional do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e a falta de um programa de formação institucionalizado para as trabalhadoras. Segundo ela, a formação é feita por iniciativa individual e os serviços ficam à mercê do “poder de influência de outras organizações governamentais e não governamentais locais” (idem). O vínculo institucional com o CRAS ou CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), seguindo as diretrizes da SMADS, apontaria para essa abordagem familista do problema da violência doméstica na Casa Sofia. Em outras Casas, como na Casa Viviane e na Casa Anastácia, contudo, a acolhida e os atendimentos têm outro direcionamento, marcados pelo tensionamento com estas instâncias da municipalidade,

dados o engajamento político tanto de suas trabalhadoras, quanto da associação à qual estão vinculadas.

Tanto a Casa Viviane, quanto a Casa Anastácia, são geridas pela AVIB, Associação de Voluntários Integrados do Brasil¹⁶⁵, em convênio com a Prefeitura de São Paulo. Além dos CDCMs, a AVIB gerencia três CCAs (Centros da Criança e Adolescente), um SASF (Serviço de Assistência Social à Família) e um projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), todos na região de Guaianases e Cidade Tiradentes. Tendo em seus quadros figuras de reconhecido engajamento político na região, AVIB se configura como um importante sujeito político local. Ainda que tenha nascido entre pessoas com relações próximas à igreja e à ONG italiana, apenas pessoas leigas podem fazer parte da diretoria da AVIB, que é independente da Amici del Brasile e da Igreja Católica (Correia, 2015).

Acho que a AVIB é uma figura política muito potente em Guaianases, parece que quanto mais bate, mais cresce. Já fui presidenta da AVIB, pode ter todos os problemas, mas em termos de garantias trabalhistas, ninguém pode falar um a! (...) Enfim, eu acho que tem esse ator político que agrega gente boa, AVIB tem esse poder de ter gente boa pra caralho trabalhando e levando os projetos. Porque é isso: organização que se mete a fazer convênio, vai comer grama! (Thatiane Coghi Ladeira, em entrevista à pesquisadora em maio de 2019)

Muito diferente do que acontece no contexto etnografado por Viviane Mattar (2019: 77), no Rio de Janeiro, no qual o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que, em tese, é responsável não apenas pelo acesso aos serviços da assistência como também por fornecer atividades de combate à vulnerabilidade, acaba na verdade funcionando muito mais como uma espécie de fiscal dos benefícios. No período em que Viviane Mattar esteve em campo, não houve nenhum relato de participação das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Bolsa Carioca¹⁶⁶ em atividades do CRAS. Essa constatação se aproxima muito dos relatos das trabalhadoras dos CDCMs, com relação aos atendimentos em outros serviços e algumas delegacias, nas quais as mulheres são chamadas de aproveitadoras pelas pessoas que aí trabalham, quando elas vão fazer o Boletim de Ocorrência, documento necessário para

¹⁶⁵ Ver: <http://www.avibbrasil.org/>.

¹⁶⁶ Bolsa Família é um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza do governo federal. Bolsa Carioca é também um programa de transferência de renda, complementar ao Bolsa Família, da prefeitura do Rio de Janeiro. Ver: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> e também: <http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/exibeconteudo?article-id=2248211>

recorrer a um abrigo ou ao “Bolsa Aluguel”¹⁶⁷. Importante destacar neste ponto que o CRAS, em quase sua totalidade, são equipamento geridos diretamente pelo Estado e não por conveniamento, ficando assim menos vulneráveis à interferência direta de instituições terceiras e podem também, eventualmente, contar com profissionais com um maior engajamento no território, o que modifica esta prática cotidiana de reprodução da burocracia e de estigmas¹⁶⁸.

Não faz parte das atribuições das trabalhadoras do serviço acompanhar mulheres nas delegacias para fazer Boletim de Ocorrência em casos de agressão. No começo, o acompanhamento era necessário, por conta da falta de preparo dos policiais. Atualmente, esse acompanhamento só é feito em casos excepcionais. Muitas vezes, as mulheres são encaminhadas à delegacia comum, em Guaianases, que é mais próxima do que a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em Itaquera. Em 2013, a Rede Leste de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres fez uma denúncia à Corregedoria da Polícia Civil e uma série de protestos, por conta do mau atendimento nesta DDM. Houve um momento em que a tensão era muito grande com os trabalhadores das delegacias, que insistiam para que o nome das trabalhadoras do CDCM constasse no boletim, ao que elas se opunham. Tal prática as colocava em risco, já que os agressores podem ter acesso aos boletins nos muitos casos de violência acompanhados por elas. Tendo a Casa recebido telefonemas ameaçadores, citando nomes das funcionárias, as trabalhadoras se organizam para entrar e sair juntas, sempre que possível e uma agente de segurança chegou a ser contratada.

Não é bem assim contratada. Foi muita luta, solicitações para que a SMADS disponibilizassem vigias para o CDCM, mesmo assim são raros os que têm. Iniciou com a Casa Anastácia depois do fechamento por uma semana devido a invasão de um autor de violência. Casa Vivi passou a ter devido os vários assaltos e a Casa Margarida Alves [em Itaquera] tinha por ser em prédio público, junto com outros serviços. No início da gestão Dória na prefeitura, ele reduziu o número de postos com vigias e assim a Casa Anastácia perdeu, apesar de solicitações, ofícios enviados à Defensoria, e à SMADS, até o momento não voltamos a ter. A Casa Vivi perdeu, e retomou, da mesma forma que perderam retomou, sem aviso. As escolhas são arbitrarias. No

¹⁶⁷ “Bolsa Aluguel” é nome pelo qual é popularmente conhecido o programa de Auxílio-Aluguel, da prefeitura de São Paulo, voltado para famílias de baixa renda em situação de remoção por obras ou por desastres, ou que necessitem de abrigo por conta de violência doméstica. Outros municípios têm programas parecidos. Para São Paulo, ver: <http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/criterios-para-o-atendimento-habitacional/auxilio-aluguel/>. Segundo as funcionárias dos serviços, e uma assistente social entrevistada para a pesquisa, este benefício está suspenso e todos os pedidos estão sendo indeferidos. Segundo elas, até 2017, apenas as situações encaminhadas pelos Tribunais de Justiça e pelo Ministério Público eram atendidas, atualmente nem estas. Como elas me haviam prevenido, não encontrei nenhuma informação oficial a respeito.

¹⁶⁸ Agradeço a Milena Mateuzi por insistir nesse ponto.

território da Cidade Tiradentes apenas existem vigias no CRAS/CREAS. Este território tem sido negligenciado, recebendo menos recursos. A maioria dos serviços nesta região vivenciam diversos assaltos e perdem o pouco de eletrodomésticos e computadores que são conquistados com muito custo, visto que esses bens as ONG devem oferecer. (Ana Paula Santana Correia, por aplicativo de mensagens, em abril de 2021)

Com o decorrer dos anos, a Casa Viviane e a Casa Anastácia construíram uma relação muito melhor com as delegacias da região e, mesmo que o atendimento continue sendo precário, os constrangimentos diminuíram consideravelmente. Segundo Ana Paula, “temos inúmeras dificuldades com os agentes policiais, sempre depende dos indivíduos que são chamados para realizar a ocorrência, atualmente essa relação tem melhorado muito, têm chegado agentes mais sensíveis.”¹⁶⁹

Com o passar do tempo, as trabalhadoras, algumas delas moradoras da Cidade Tiradentes, foram percebendo que muitas mulheres vinham deste bairro, à leste de Guaianases, para buscar acolhimento na Casa Viviane. Foi pensando nestas mulheres, muitas delas negras, que surgiu o projeto da Casa Anastácia que, já no nome¹⁷⁰, tem uma preocupação fundamental com a questão racial no combate à violência contra as mulheres. De fato, os números são aterradores: Segundo o Atlas da Violência de 2019, mais de 60% das mulheres assassinadas no Brasil são negras. Das 13 mulheres assassinadas por dia no Brasil, 8 são negras, apontando para um aumento de 60,5% do feminicídio de mulheres negras entre 2007 e 2017. Segundo essa mesma pesquisa, mulheres negras estão mais expostas à violência obstétrica e à morte materna do que mulheres brancas¹⁷¹. Esses dados, em si, já justificavam a criação de um serviço especializado, mas, indo além, e entendendo que o reconhecimento de mulheres negras em determinadas posições também é muito importante para o trabalho ali realizado, a proposta de criação da Casa Anastácia previa que as mulheres se identificassem com as trabalhadoras e que as trabalhadoras tivessem uma sensibilidade maior para o leque de problemas enfrentados por essas mulheres. Desta maneira, era necessário que elas fossem não apenas mulheres periféricas,

¹⁶⁹ Uma questão interessante é a de quanto essa melhora da relação com a polícia se relaciona com um movimento massivo das igrejas evangélicas em direção ao combate à violência doméstica e a uma disputa da gramática da agenda de Direitos Humanos, como demonstram as pesquisas de Jacqueline Moraes Teixeira (2020).

¹⁷⁰ Não há um consenso sobre quem teria sido Anastácia, embora as histórias a representem como um símbolo de resistência à escravidão durante o século 18. Uma dessas histórias diz que Anastácia ajudava pessoas escravizadas a fugir e tratava das feridas causadas pelos castigos. Escrava Anastácia é também o nome de uma divindade de cultos afro-brasileiros. Segundo esta história, ela teria sido uma mulher que, tendo se recusado a servir de amante ao seu senhor, teria sofrido muitos martírios e morrido jovem. Em ambas histórias é referida como uma grande conhecedora da cura pelas plantas. Ver: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>

¹⁷¹ Ver: Atlas da Violência (2019); LEAL et al (2017); e ver também: <https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/>. Para análises demográficas da violência contra mulheres negras, ver o trabalho de Jackeline Romio (2013).

mas que fossem também mulheres negras engajados com um projeto feminista e antirracista. A Casa Anastácia foi criada em 2012 e, segundo Ana Paula coordenadora desde 2016,

(...) pensando que as mulheres negras são as que menos acessam a justiça, as que menos denunciam, as que menos vão conseguir medidas protetivas e romper com a violência, a Casa Anastácia tem um diferencial (...). Infelizmente, no Brasil, quanto mais escura a cor da pele, mais difícil acessar direitos, então as mulheres pretas retintas são as que mais estão distantes, que mais são violentadas, que sofrem mais violações de direitos. A Casa Anastácia é muito diferente de qualquer serviço, (...) as mulheres que passam na Casa Anastácia (...) são as mais retintas. Não só porque a gente tá na Cidade Tiradentes, que é um território negro, mas também porque na Casa tem uma identificação, essas mulheres conseguem chegar até o espaço e conseguem ficar, em outros espaços não. É a forma de acolhimento, que é identidade, é um espaço que você vai valorizar a identidade negra, é um espaço que você fala sobre esse recorte. (...) Então as mulheres fazem parte do serviço, mesmo as brancas, elas sabem que a gente tem esse debate, sabem que é importante, que elas têm que ser parceiras. A gente tá falando isso o tempo todo (...) é um serviço que tem, assim, 99% de profissionais negras. E não profissionais negras que não se veem enquanto negras (...) na Casa Anastácia são profissionais negras, que sabem que são negras e se valorizam enquanto negras. Isso também é um diferencial na hora em que você recebe a mulher. Muitas vezes ela fala assim: “nossa, uma psicóloga negra! Uma assistente social negra!” E isso é um choque pras mulheres quando chegam no serviço. A gente nunca é assistida por alguém que é igual a nós, isso faz muita diferença. O que não é uma realidade dos outros serviços da Cidade Tiradentes, a maioria não tem recorte racial nenhum, então não vai atingir esse público também. Você não vê essas mulheres retintas em outros serviços da Cidade Tiradentes. (Ana Paula Santana Correia, entrevista à pesquisadora em novembro de 2018)

Mesmo com esse esforço, o serviço tem muita dificuldade de contratar mulheres negras para a função de advogada. Como aponta Ana Paula, mesmo que a contratação seja realizada como uma política de ação afirmativa, o curso de Direito é ainda muito elitista o que reverbera no perfil das candidatas e nas possibilidades de escolhas profissionais das advogadas. Ademais, mulheres que tenham estudado em faculdades mais precárias terão estágios piores, muito mais dificuldade em ser aprovadas no exame da Ordem dos Advogados do Brasil e, conseqüentemente, mais dificuldade em exercer a função depois de formadas.

As advogadas normalmente são brancas porque o Direito é um curso muito elitista. A gente não consegue pegar profissionais negras com um currículo bacana, (...) é raro aparecer uma advogada negra com formação em uma boa universidade e com

experiência de estágio na Defensoria ou no Ministério Público (...) e precisa, porque nossa atuação é diretamente com eles. (...) Na última seleção apareceram muitas mulheres negras, mas era faculdade ruim, estágios ruins... é um curso que se ela fizer em uma faculdade ruim, ela não vai ter acesso a bons lugares de trabalho. Para as mulheres brancas, é muito interessante trabalhar em CDCM por conta da experiência. (...) a maioria delas são de classe média ou alta, tem uma condição de vida outra, mas elas têm essa perspectiva de luta, de tornar mais democrático o acesso ao judiciário. Elas são muito boas por conta da formação, elas conseguem questionar o trabalho da Defensoria, não tem como fugir disso. Acaba que na Casa Anastácia a única profissional que a gente tem branca é a advogada por conta disso, né? É um privilégio branco. (Ana Paula Santana Correia, entrevista à pesquisadora em novembro de 2018)

Com salários baixos para o nível de formação necessário (cerca de 1600 reais, por 20 horas semanais), as advogadas que se candidatam à vaga normalmente possuem uma outra fonte ou suporte financeiro. O trabalho acaba valendo apenas pela experiência profissional, mas não permite uma permanência de longo prazo também por conta da dificuldade em resolver os casos e a frustração com as limitações do serviço oferecido. A frustração é grande ao ver que as mulheres estão enredadas em problemas que vão muito além da violência física, sexual, delas e de suas crianças, que muitas vezes os serviços já não dão conta de encaminhar, e envolvem pobreza, ou mesmo miséria, falta de acesso a um acompanhamento de saúde mental ou por uso abusivo de drogas, muitas negligências e violências exercidas por diversos setores do Estado. As advogadas acabam ficando em média dois anos e saem. Já durante a produção desse texto, em uma conversa informal com uma ex-advogada de uma das Casas, ela me dizia que

A sensação é a de colocar as mulheres numa rota sem saída de atendimentos e filas, sabe? Me sentia mesmo pasteurizando um pouco, cozinhando a reação à violência em banho-maria. Era difícil ver um caso em que se construía de fato uma ruptura com a violência. Por mais que a gente tivesse sensibilidade, boa vontade e compromisso, as alternativas à nossa mão (Cras, Creas, Defensoria, judiciário) meio que só enredam e desgastam mais. (Comunicação pessoal)

Dado sua história de luta, vinculada a diversos movimentos de mulheres, as atuais amarras da burocratização e seus limites de atuação são lidas, por algumas perspectivas, como uma “derrota do feminismo como experiência de organizar e enfrentar o cotidiano”, transformado em um “feminismo de prestação de serviço” ou mesmo um “feminismo de gestão das mulheres” (Melo, 2019: 113; 118). No entanto, é sempre importante lembrar que, ainda que tenham sido enredados nas teias da burocratização e desarticulação, esses serviços têm muita história. São frutos de movimentos, como o apresentado no início desse capítulo ou como os

Clubes de Mães, que, terem sido institucionalizados, foram também terceirizados, engessados e vem sendo desarticulados, mas continuam em luta para se reinventar e resistir à precarização que se impõe às trabalhadoras e, particularmente, às mulheres atendidas.

Casas de resistência

Nos anos 1980, na Zona Leste, duas pesquisas culminaram na criação de duas associações, que se tornaram muito importantes na história do movimento de mulheres na região (Viezzler, 1989; Correia, 2015; Medeiros, 2017). A primeira pesquisa foi iniciativa de Flávia Pereira, com 50 mulheres, sobre autoritarismo político e nas relações entre homens e mulheres. Flávia Pereira, piauiense, hoje educadora social aposentada, à época era costureira e depois acabou se elegendo vereadora. Com os resultados na mão, chamou uma reunião para o dia 8 de março de 1983, na igreja da Vila Alpina, onde um grupo de 12 mulheres passou a realizar atividades mensais. A outra pesquisa foi iniciada pela Rede Mulher de Educação, sob o formato de “pesquisa-ação-participante”, e mapeou os Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste. A pesquisa da Rede Mulher resultou em uma série de produtos, como revistas e materiais audiovisuais, além da dissertação de mestrado de Moema Viezzler, pela PUC-SP (Viezzler, 1988; Oliveira, 2019), publicada em livro no ano seguinte (Viezzler, 1989)



Figura 8. Reprodução da capa de dois materiais produzidos a partir da pesquisa da Rede Mulher, em 1985

Estas duas pesquisas estão nas origens de duas importantes associações: a AMZOL, Associação de Mulheres da Zona Leste, em 24 de maio de 1987, no Itaim Paulista, na sede da igreja do bairro Silva Teles; e a Casa da Mulher Lilith¹⁷², autônoma da igreja católica e com recursos próprios, fundada em 10 de outubro de 1989. Ambas foram as primeiras associações surgidas na Zona Leste para acolherem mulheres em situação de violência. Contudo,

Entre o final da década de 1980 e o início da de 90, surgem outras iniciativas da sociedade civil que se ocuparam da temática dos direitos das mulheres na Zona Leste:

- em 26 de setembro de 1988 é fundado no centro da cidade o Bloco Afro Oriashé, o qual 15 anos depois criaria um espaço de acolhimento e formação de mulheres no extremo leste de São Paulo;
- em 1989 é realizado o primeiro 8 de março do Coletivo de Mulheres de São Mateus;
- o Grupo Cultural Dandara realiza sua primeira apresentação de dança afro em agosto de 1990;

¹⁷² Segundo a mitologia, Lilith teria sido criada junto com Adão, mas, por não aceitar ser subserviente a ele, teria abandonado o Jardim do Éden. Depois disso, para que Adão não permanecesse só, Deus teria criado Eva. Na Bíblia (livro sagrado do cristianismo), contudo, Lilith só aparece em textos apócrifos, excluídos do texto oficial, embora apareça no Talmud (coletânea de textos sagrados do judaísmo) como a primeira mulher de Adão. Lilith é também o nome de uma divindade feminina adorada na Mesopotâmia e na Babilônia, associada à fertilidade. Algumas teorias dizem que ela teria sido intencionalmente apagada da mitologia cristã, por sua insubmissão.

- e, por fim, em 1993, nasce o Movimento de Mulheres de São Miguel, enquanto uma comissão temática de saúde da mulher no interior do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL). (Medeiros, 2017: 51-52)

Dos quinze CDCMs espalhados pela cidade atualmente, sete estão na Zona Leste. Destes, quase todos são geridos por entidades com origem na Igreja Católica, nem todas com ligação com a Teologia da Libertação. A Casa Cidinha Kopcak, nos distritos de Parque São Rafael e São Mateus e a Casa Maria Margarida Alves¹⁷³, em Itaquera, são geridas pela Associação Padre Moreira; a AVIB-Associação de Voluntários Integrados no Brasil, se ocupa das Casas Viviane e Anastácia, em Guaianases e Cidade Tiradentes; a Associação Cultural Nossa Senhora das Graças, gerencia o CDCM Helena Vitória Fernandes, em Guaianases; e CIAP-Centro de Assistência Social e Formação Profissional São Patrício, cuida da Casa Zizi, em Sapopemba. Atualmente, apenas o CDCM Casa de Isabel - Projeto Naná Serafim, no Itaim Paulista, é gerida por associação independente de grupos com origens religiosas, a Organização Social de Saúde Casa de Isabel¹⁷⁴.

Tanto a Casa Lilith, quanto a AMZOL, entraram em crise financeira na segunda metade dos anos 1990 e nos anos 2000, e atualmente estão fechadas. AMZOL já tinha sofrido um duro golpe quando a gestão, feita por mulheres do movimento e com pouca escolaridade, foi trocada por uma mais “profissional”, com assistentes sociais vindas de outras regiões da cidade. Segundo argumenta Ana Paula Correia (2015) essa troca de gestão excluiu mulheres que tinham se engajado na luta pela implantação do serviço, que deixou de ser um trabalho coletivo de construção do enfrentamento à violência, se transformando em uma prestadora de serviços que atende as mulheres que sofrem violência. Sem articulação com a comunidade, a associação foi perdendo força e suas atividades foram esvaziadas. Processo semelhante é observado por Gabriel Feltran no CEDECA – Centro de Direitos da Criança e Adolescentes de Sapopemba. Um serviço que foi fruto da luta de movimentos sociais e que, uma vez implementado, foi perdendo seu caráter combativo tornando-se cada vez mais tecnicista, o que gerando conflitos entre pessoas mais antigas, da militância, e o grupo de profissionais “técnicos”: psicólogas, assistentes sociais, educadoras, entre outros (Feltran, 2011).

¹⁷³ Este CDCM era gerido pela ONG Rede Criança de Combate à Violência e se chamava Maria da Penha, mas a ONG entregou o convênio por conta da dificuldade de trabalhar na instabilidade que se tornaram os contratos com prefeitura de São Paulo, voltarei nesse tópico a seguir. Margarida Maria Alves foi uma liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983, aos 50 anos, em sua casa, na frente do único filho e do marido, por matadores de aluguel a mando de fazendeiros da região.

¹⁷⁴ Ver: <https://casadeisabel.org.br/>

Quando Marta Suplicy assumiu a prefeitura de São Paulo, em 2001, à época pelo Partido dos Trabalhadores, algumas organizações se fortaleceram pela institucionalização de seus serviços. Este é o caso do Coletivo de Mulheres de São Mateus, que se torna o Centro de Defesa e Convivência da Mulher - CDCM Casa Cidinha Kopcak, em 2002; do Coletivo Oriashé, que inaugura o Espaço Lilás na Cidade Tiradentes, em 2003; e do Movimento Abra os Olhos Companheira, que conquista o CDCM Casa Viviane dos Santos, em Guaianases, em 2004. O Espaço Lilás era o único, entre todas estas associações, que trabalhava com a especificidade das mulheres negras, até a criação da Casa Anastácia, em 2012, também na Cidade Tiradentes. O Espaço Lilás funcionou em um local cedido entre 8 de março de 2003 e o início de 2005, quando José Serra (PSDB) assume a prefeitura. Não tendo conseguido firmar um convênio com a gestão de Marta Suplicy que garantisse a sua existência posterior, foi fechado ao final do mandato (Medeiros, 2017: 54-55).

O CDCM Helena Vitória Fernandes, criado em 2012, era gerido pelo Instituto Social Santa Lúcia, surgida de uma Associação de Moradores no distrito Jardim Ângela, Zona Sul de São Paulo, e se chamava MulherAção. Esta associação também entregou o convênio recentemente devido às mesmas dificuldades em manter os contratos com a prefeitura. A pesquisa de Talita Melo (2019), feita nesta Casa quando ainda se chamava MulherAção, mostra como a implantação do serviço sem uma participação dos movimentos sociais, feita de cima para baixo, pode ser problemática. Não houve um trabalho em conjunto com o movimento de mulheres, nem um estudo das necessidades da região ou mesmo uma consulta da demanda dos serviços já existentes. Sua implantação foi feita a menos de um quilômetro da Casa Viviane, enquanto outros pontos da cidade, ou mesmo da própria Zona Leste, como os bairros de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo, permanecem sem nenhum serviço especializado no atendimento às mulheres. As condições peculiares de sua instalação geraram um inquérito civil no Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) do Ministério Público de São Paulo, por suspeita de uso dos conveniamento para viabilizar locações superfaturadas de imóveis.

Entre 2012 e 2013, saltam de dois para sete os serviços conveniados com a prefeitura na Zona Leste¹⁷⁵, contudo, as associações que não puderam ou não quiseram se adaptar ao modelo demandado pela prefeitura sofrem, gerando

(...) uma crise na sustentabilidade das atividades daquelas duas entidades paradigmáticas e pioneiras (em 2011 a Casa Lilith devolve o imóvel na Vila Alpina que alugava por falta de dinheiro, enquanto que, em 2012, a Amzol é despejada de sua sede em uma Cohab na Vila Mara; com a perda das duas sedes, ambas as entidades encontram muitas dificuldades para seguir atuando). (Medeiros, 2017: 52)

Não se pode negar que tenha havido grandes avanços durante os 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no Governo Federal (2003-2016), como a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, com "status de ministério", em 2003, e a promulgação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha¹⁷⁶. Avanços que viabilizaram a construção de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Entretanto, ainda que alguns trabalhos tendam a condicionar a expansão dos serviços a estas políticas nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres (Santos, 2015), é importante frisar, como pesquisas têm mostrado, que as responsáveis pelo diagnóstico do problema, pela elaboração e pela pressão pela instalação desse tipo de serviço foram os movimentos de mulheres¹⁷⁷. Nos materiais recolhidos por Jonas Medeiros (2017) e Ana Paula Correia (2015), vemos que foi a partir do repertório criado pelas primeiras associações, ou seja, pelos movimentos sociais, pela sociedade civil organizada, que se desenvolveu a institucionalização de uma política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência. Política esta que tenta, inclusive, absorver ou incidir sobre a rota crítica, a peregrinação por qual

¹⁷⁵ Em 2012, o prefeito era Gilberto Kassab, à época já no PSD – Partido Social Democrático. Em 2013 Fernando Haddad assume o cargo, pelo PT. Kassab assumiu o Ministério das Cidades, em dezembro de 2014, no governo Dilma Roussef. Cargo que deixou, estrategicamente, em 15 de abril de 2016, dois dias antes do resultado da votação de impeachment de Dilma Rousseff, tendo já acertado uma posição no governo Michel Temer. Kassab assumiu em 12 de maio de 2016 o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

¹⁷⁶ A Lei 11340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra toda e qualquer pessoa que se identifique com o gênero feminino, como mulheres transgêneros e transexuais, podendo ser aplicada também a casais de lésbicas. A Lei recebe o nome da professora e farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, em homenagem a sua luta em prol da condenação do ex-marido que, em 1983, tentou assassiná-la, deixando-a paraplégica. Por conta desse caso, e das evidências de violência sistemática contra as mulheres no país, o Brasil foi condenado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por omissão. Marco Antônio Heredia Viveros, ex-marido de Maria da Penha, foi condenado em 2002, seis meses antes da prescrição do crime, e saiu da prisão em 2004.

¹⁷⁷ Além disso, embora se beneficiem de mudanças no âmbito federal, são políticas que estão submetidas mais diretamente ao governo estadual e à prefeitura municipal que, em São Paulo, estiveram bastante tempo em partidos de oposição ao PT.

passam as mulheres para romper com a violência, que envolve ações e decisões tomadas ou negligenciadas por diversas instâncias e organizações que cruzam o percurso: sejam os serviços terceirizados, sejam os diretos, que, além da sobrecarga de trabalho e do racismo estrutural, nem sempre contam com profissionais engajadas¹⁷⁸.

Desde que João Dória assumiu a prefeitura de São Paulo, em 2017, continuado por seu sucessor, Bruno Covas¹⁷⁹, os CDCMs têm sido alvo de cortes financeiros por parte da Prefeitura de São Paulo. No segundo semestre de 2017, a duração dos convênios de diversos destes serviços foi alterada de 30 meses para apenas um mês, o que pode ser entendido como uma forma de desmonte paulatino do serviço. Assim, algumas instituições se viram trabalhando sob grande pressão, em uma situação de incerteza sobre manter os serviços funcionando no mês seguinte, sem poder planejar projetos de médio e longo prazo e lidando com o risco de abandonar mulheres que estavam no meio do processo de atendimento. Outras organizações acabaram por entregar o convênio, por conta do excesso de complicações. À época, os serviços receberam, inclusive, uma ordem da Secretaria de não responder à imprensa, por conta da repercussão negativa da ameaça de fechamento, que acabou por não se realizar (Gonçalves, 2017). As mulheres atendidas pelas Casas participaram ativamente das muitas manifestações que foram organizadas neste período, das quais também participei. Abaixo uma imagem de um dos folhetos que circulavam nas redes sociais.

¹⁷⁸ Em uma conversa durante a pandemia, Ana Paula me contava sobre as estratégias que aplicavam para driblar a dificuldade que as mulheres enfrentam quando algum serviço entra em contato diretamente com elas, demandando o envio de documentos escaneados por e-mail, sem levar em consideração que algumas são analfabetas funcionais ou completas e que a grande maioria não sabe anexar arquivos ou enviar e-mails.

¹⁷⁹ João Dória deixou a prefeitura de São Paulo no começo de 2018, para concorrer ao cargo de Governador, que assumiu em 2019, deixando seu vice, Bruno Covas, também do PSDB, no comando da cidade. Covas foi reeleito para a prefeitura para o quadriênio 2021-2024, mas faleceu em maio de 2021, deixando Ricardo Nunes, do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] no comando da cidade. Nunes é conhecido por acusações de envolvimento com o desvio de verba e de comida de creches conveniadas, além de superfaturamento na locação de imóveis também para creches conveniadas, favorecimento de sua empresa de detetização e violência doméstica.

PELOS DIREITOS DAS MULHERES DA CIDADE DE SÃO PAULO!
O prefeito João Dória está acabando com os serviços que atendem as mulheres na cidade de São Paulo.

DES-MONTE DOS SERVIÇOS
Acabaram com a SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES EM SP

Ainda **não foi aberta a CASA DA MULHER BRASILEIRA**

Fecharam o CRM. ONÓRIS - SÃO MIGUEL PAULISTA

CRM - MARIA DE LOURDES RODRIGUES - CAPÃO REDONDO
Funcionando com **equipe mínima**

CRM - 25 DE MARÇO **sem sede** e com equipe reduzida

CRM - ELIANE DE GRAMMOND com equipe **reduzida**

A CASA ABRIGO HELENIRA REZENDE está sem **equipe**

Não a extinção dos CDCM's que **aumentaram em 30%** os atendimentos

NENHUM SERVIÇO A MENOS

AUMENTOU O Número dos Boletins de Ocorrência em **22,3%**

Maio de 2016 = **184** casos de estupro
Maio de 2017 = **225** casos de estupro

SIGLAS
CDCM - Centro de Defesa e Convivência da Mulher
CCM - Centro de Cidadania da Mulher

CRM - Centro de Referência da Mulher

Figura 9. Folheto de chamado para mobilização em favor dos serviços de proteção às mulheres

Nos últimos anos, uma disputa ideológica tem sido travada entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que vem tentando mudar de atendimento a mulheres para atendimento a famílias, e o movimento de mulheres, junto com as trabalhadoras do serviço, que se opõem às mudanças. Este conflito tem sido usado como justificativa para que os CDCM's sejam deslocados da SMADS, que estaria focada neste atendimento a famílias, e se vincule à Secretaria de Direitos Humanos, que cuidaria de políticas para “grupos específicos”. Ainda que a mudança viabilizasse a manutenção da atuação de perfil mais

feminista dos Centros, implicaria em uma perda significativa de recursos. Com a política de enxugamento das últimas gestões da prefeitura, a Secretaria de Direitos Humanos está atualmente sobrecarregada, com seu orçamento bastante comprometido. Segundo a Carta Aberta à Sociedade, assinada por diversos movimentos:

A Secretaria de Direitos Humanos hoje já é responsável por vários equipamentos que compõem a Política Municipal de atendimento às mulheres como abrigo sigiloso, casa de passagem, Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) e Centros de Referência da Mulher (CRMs). No entanto, nenhum desses serviços funciona de acordo com o previsto pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Os serviços que não estão fechados, estão sem repasse de verbas, resistindo com grande dificuldade, por meio de empréstimos e doações, ou com o quadro de funcionárias tão comprometido que, às vezes, há uma só pessoa para encaminhar as mulheres para outros serviços, sem atendê-las de verdade, em equipe, como deveria ser. Dessa forma, o serviço não está sendo prestado de verdade às mulheres, embora apareçam no site da prefeitura como estando abertos.

Diante deste cenário, entendemos que a proposta de transferir mais 15 serviços para a Secretaria de Direitos Humanos, que claramente não tem conseguido gerenciar nem os serviços que possui hoje, significa, na prática, o fim do que ainda resta da Política Municipal de Atendimento às Mulheres em situação de Violência Doméstica, já que os serviços não conseguirão manter o funcionamento.¹⁸⁰

Tanto nas mobilizações, quanto em outros eventos em que estive presente, era possível perceber o quanto as atividades de convivência despontam como grandes agregadoras e criadoras de vínculos entre as mulheres e delas com as Casas. Muito da preparação para as mobilizações é feita nas atividades socioeducativas realizadas ali. Nestes encontros são desenvolvidos diversos temas de formação com as mulheres atendidas. Por conta de relações de amizade e proximidade com algumas das mulheres envolvidas no processo, estive presente na festa de inauguração da Casa, em 2004, e em diversos outros eventos e atividades organizadas por elas ao longo dos anos, tanto na Casa Viviane, quanto na Casa Anastácia e em outros espaços. Para Thatiane, estes encontros “aglutinam muitas mulheres, abrem canais de insurgências, de pequenas rebeliões muito importantes”. A importância dessas atividades de convivência no fortalecimento das mulheres, para a construção de uma vida para além da

¹⁸⁰ Carta aberta à sociedade - Riscos À Política Para Mulheres Em Situação De Violência Doméstica – Prefeitura De São Paulo/ Fevereiro 2019. Íntegra disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/02/22/carta-aberta-a-sociedade-prefeiturade-sp-poe-em-risco-politica-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 06/12/2020

violência, é destacada em entrevista concedida a Ana Paula Correia (2015) por Keli, coordenadora da Casa Viviane desde 2013:

Nestes dez anos, além dos atendimentos técnicos oferecidos às mulheres no centro de defesa (psicologia, serviço social, orientação jurídica), a experiência de trabalho com as mulheres provou o quanto são importantes outros momentos para que elas possam dar o passo de falar de si e da situação de violência que atravessam suas vidas. As oficinas oferecidas na Casa são alguns destes espaços, mas a experiência com a poesia, a leitura e a expressão corporal, conduziu muitas mulheres a enxergar outras possibilidades. Possibilidades de viver uma vida sem violência. (Correia, 2015: 114)

Entre as muitas atividades organizadas pelos CDCM, há uma formação para as usuárias, na qual uma palestrante vem, voluntariamente, discutir algum assunto de interesse para a vida das mulheres. Na Casa Viviane, esta atividade tem o nome de Chá Lilás e na Casa Anastácia, recebe o nome de Diálogo Lélia Gonzalez. É um encontro que pode ser realizado para debater conjuntura política, direitos das mulheres, saúde, ou qualquer outro tema que atendidas e trabalhadoras julguem pertinente. Em 2019, fuiicineira em uma atividade sobre trabalho reprodutivo oferecida na Casa Helena Vitória e na Casa Viviane. Na Casa Anastácia, mediei uma roda de conversa sobre feminismo, que fazia parte dos preparatórios para a participação das mulheres nas manifestações do dia oito de março. No ano anterior, estive em um debate sobre o aborto, à época das audiências públicas sobre a descriminalização no STF¹⁸¹, com a presença de Rebeca Mendes¹⁸². Sendo um tema particularmente polêmico, dado que muitas das mulheres acolhidas são cristãs, entre católicas e evangélicas, na Casa Anastácia, o debate sobre o aborto foi feito por Simony dos Anjos, do Coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero, atualmente doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da USP.

Para concluir, tendo em mente todo esse trabalho de construção em torno de uma política pública que abrange mais do que a assistência a mulheres em situação de violência, o debate sobre os CDCMs entra aqui como uma maneira de demonstrar mais uma faceta da imensa

¹⁸¹ Em 2018, o Supremo Tribunal Federal, por conta da ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] 442, ouviu em audiência pública 45 exposições, de 20 minutos cada, feitas por organizações das áreas da saúde e direitos humanos, entidades religiosas e estudiosas do assunto. A ADPF, apresentada pelo PSOL [Partido Socialismo e Liberdade], com assessoria do Anis - Instituto de Bioética, pede a exclusão do Código Penal dos artigos 124 e 126, que definem como crime a interrupção da gravidez tanto para a mulher, quanto para quem a ajuda a abortar. A ação pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez, por decisão da pessoa gestante e sem a necessidade de nenhum tipo de autorização da Justiça.

¹⁸² Rebeca Mendes foi a primeira brasileira a protocolar uma ação no STF pelo direito de abortar. Ver: MENDES, Rebeca, 2019. *El País*, 02 de janeiro de 2018: Abortei na Colômbia porque o governo brasileiro falhou comigo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/22/politica/1516635417_390008.html. Acesso em 14 de abril de 2019.

história de mobilização e luta para a construção das quebradas como as conhecemos hoje. Aparecem também como um exemplo de resistências a tentativas de captura pela burocratização e de engessamento das possibilidades de ação dos serviços, bem como suas iniciativas para não se resumirem apenas à função de garantidoras terceirizadas e frustradas de direitos precários.

A terceirização entra como uma faca de dois gumes, levando à precarização do serviço e em particular das pessoas que nele trabalham. Por outro lado, como dito antes, ao contratar profissionais dos territórios, com engajamento nesses territórios, ou mesmo ao serem criadas por agentes locais para disputar o gerenciamento dos serviços, as organizações redimensionam a própria política a partir da prática militante e de vivência de quebrada, incidindo sobre a aplicação da política pública implantada por reivindicação popular. Se a presença ostensiva da violência policial não nos deixa falar de Estado ausente, como nomear o esfacelamento de direitos que não haviam ainda alcançado todas as pessoas? Como fazer o acompanhamento de casos de precariedade extrema, problemas de saúde mental e violência doméstica, sem política pública? É também no serviço de assistência que o Estado se faz presente, mas é nele onde igualmente se materializa a tensão entre as normativas que vêm de cima, construídas como política pública, e a interferência de quem está na ponta, na execução, atuando nas margens.

Serviços como estes, são demandas dos movimentos sociais de décadas anteriores, que, conforme vêm sendo institucionalizadas enquanto política pública, vão também se tornando mais burocratizadas e hierarquizadas. Essa institucionalização tende a mudar o caráter de iniciativas que antes eram construídas por movimentos sociais e funcionavam de maneira menos desigual, para algo que é normatizado, definido e nomeado hierarquicamente. Desta maneira, coloca as “técnicas” (psicólogas, assistentes sociais, advogadas) na posição de quem vai definir como vai ser o atendimento e quem vai poder ser atendida, perdendo o caráter de luta política e deslizando para um atendimento mais compartimentado e, conseqüentemente, mais “técnico”. Apesar desse processo, da presença de um Estado que normatiza o cotidiano a partir de políticas sociais, existem também brechas, nas quais discursos e práticas, incorporadas a partir da participação política em coletivos, sejam coletivos feministas, culturais, antirracistas ou outros, vão produzir um outro vocabulário e um outro engajamento para se relacionar com o que vem do Estado. É esse deslocamento que vai nomear determinadas práticas de genocídio, ou racismo, e vai reconhecer no Estado o perpetrador dessas e outras violências, não o garantidor de direitos. Isso vai implicar também em outras práticas na atuação profissional, na aplicação de um certo “malabarismo criativo, buscando formas alternativas de atendimento

mais significativas e conectadas com suas visões de mundo” (Mateuzi, 2016: 139) que, no fio do cotidiano, abrem pequenas frestas para tensionar e desestabilizar as lógicas normalizadoras dessas políticas. Hoje, essa disputa se articula contra e no seio de um Estado que produz uma política de morte, racismo e sexismo e vemos então que o Estado não é um bloco monolítico, coeso e coerente, e sim multifacetado e multiforme, cheio de ambiguidades, contradições e conflitos (Mateuzi, 2016).

Considerações Finais

A pandemia de coronavírus atropelou a vida de todo mundo em 2020. Atropelou também a escrita deste trabalho. E, por mais que eu tenha passado um ano inteiro presa a ele, passei igualmente um ano inteiro achando que não fazia sentido tentar manter alguma coisa numa rotina mais ou menos normal, sendo que a vida havia sido perturbada pela possibilidade de o mundo acabar, ou melhor, pela possibilidade de nós acabarmos. Sentia culpa por não terminar e por tentar terminar. Os números aterradores dos países do Norte faziam com que fizéssemos previsões ainda mais aterrorizantes para praticamente todo o Hemisfério Sul, ilustradas rapidamente pelos corpos amontoados no Equador¹⁸³, depois pela falta de oxigênio no Amazonas¹⁸⁴ e pelos mortos contados aos milhares, em recordes diários, em todo o Brasil.

Na minha quebrada, contudo, durante todo o ano a vida correu normal, como se estivéssemos vivendo longas férias de verão. A quadra da escola do lado de casa estava sempre cheia, numa profusão de campeonatos de futebol para todas as idades, e crianças girando em bicicletas. As ruas se encheram de meninos empinando pipas, correndo para lá e para cá, desviando de carros e motocicletas barulhentas que enlouqueciam os cães, também barulhentos. No começo, tínhamos a sensação de estarmos vivendo um eterno domingo. Uma enorme disputa de narrativas entre o que a imprensa chamou de “cloroquiners” e “quarenteners” também se arrastou por tempo demais. Os primeiros, apoiadores do presidente, tinham pressa por descobrir um remédio milagroso, que permitisse reabrir o comércio, porque a economia não pode parar de jeito nenhum; os segundos, reivindicavam a orientação de especialistas, para quem o melhor remédio era tentar “achatar a curva” de contágio e, assim, amenizar o inevitável colapso do sistema de saúde. Estes, também reclamavam da falta de comprovação científica de que a tal medicação milagrosa, apelidada mais tarde de “tratamento precoce”, tivesse resultados seguros e eficazes sobre pacientes doentes. Foi nesse contexto que conhecidos privatistas, como o ex-ministro da Saúde, o médico Luiz Henrique Mandetta, e o governador de São Paulo, o empresário João Dória, apareceram como grandes e sensatos defensores do sistema público de saúde e da pesquisa científica vinculada a instituições públicas — com parcerias privadas. O primeiro deles, logo demitido, usou e abusou de um jaleco com o símbolo do SUS, enquanto o segundo comprou uma imensa briga com o Governo Federal, lançando a campanha de

¹⁸³ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/mortos-por-coronavirus-ficam-amontoados-em-banheiros-no-equador.shtml>

¹⁸⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/15/amazonas-pede-para-transferir-60-bebes-prematuros>

vacinação estadual antes da nacional, que resultou em comentários na internet sobre calças e cuecas apertadas.

No começo de abril de 2020 eu perdi um amigo do Cursinho que não via há muito tempo, o Valdemar. Pouco tempo depois, a avó da minha namorada faleceu três dias antes de completar um mês de internação, e um tio dela ficou cinco meses internado, um mês inteiro na UTI. Em maio morreu o irmão da minha vizinha, que morava em uma favela perto do centro de São Paulo. Tinha 38 anos e era pai de oito crianças. Meu pai perdeu familiares no interior da Bahia. Um deles, na falta de médico em sua pequena cidade, chegou ao hospital da cidade mais próxima já morto. No dia primeiro de janeiro de 2021, outro amigo, Sidnei, faleceu depois de uma semana de internação. Nesse meio tempo, três pessoas queridas perderam suas mães, uma outra perdeu o pai, nos lembrando que as outras doenças não tiraram ano sabático. Não pude estar com todas elas. Minha mãe adoeceu não sei bem de quê e caiu no quintal de casa. Ficamos um mês cuidando para que se recuperasse. Quando melhorou, decidi ir para a casa de uma irmã, no interior de São Paulo, onde nos parecia mais segura e emocionalmente mais tranquila para cumprir essa quarentena, que parece nunca ter fim. Em abril de 2021, meu pai foi internado com coronavírus. Por sorte a doença “pegou leve”, como ele diz, e, enquanto escrevo estas linhas, ele já está em casa.

Antes mesmo do vírus chegar no Brasil, fui contaminada pela “infodemia”, uma epidemia de informações. Seguia descontroladamente as notícias, fiquei grudada em todas as minhas telas e, evidentemente, não conseguia mais trabalhar — e confesso que sentia uma pontinha de raiva de quem estava com a produtividade normal ou até aumentando durante a quarentena. Mal conseguia acompanhar os e-mails, mas seguia assiduamente as postagens e *lives* de especialistas em saúde pública, biologia, microbiologia e epidemiologia. Fiz muitas chamadas de vídeo e telefônicas com pessoas amigas, de perto e de longe.

Em conversas com colegas que pesquisam e militam nas periferias, nos perguntávamos continuamente como as nossas quebradas iriam sobreviver a esse caos. Houve muita auto-organização, porque temíamos que a fome chegasse antes do vírus, mas sabíamos que não tardaria para que bairros periféricos estivessem nos primeiros lugares da distribuição de mortos por distrito. Como bem escreveu Kátia Ramalho Gomes (2020, grifo do original) “ficou evidente que determinados *anticorpos sociais* – como direitos trabalhistas, reserva financeira, serviços de saúde de qualidade, dentre outros – não são acessados pela maioria dos que habitam as periferias do país.”

Muita gente perdeu o emprego — entre as quais um vizinho meu, motorista terceirizado do caminhão de poda de árvores da Prefeitura de São Paulo. Era o contraste evidente entre o discurso do governador, pedindo para que as empresas não demitissem, e as demissões sendo feitas em massa pelas prestadoras de serviço da Prefeitura, que ele havia abandonado anos antes, para concorrer ao Governo do Estado. A esposa deste mesmo vizinho, aquela que perdeu o irmão, trabalha como vigilante em uma empresa de ônibus de viagens, que ela temia pela falência, e postava diariamente em seus status nas redes sociais vídeos de como os transportes coletivos estavam desesperadamente lotados.

No entanto, o que talvez deixasse a minha cabeça em parafuso, era a divergência entre o que acontecia nas minhas telas e o que acontecia na minha vizinhança. Dentro das telas era o caos e o apocalipse: hospitais lotados, economia em colapso, mortes contadas aos milhares por dia e um enorme debate sobre o mundo por vir, em contraste com a narrativa de quem pedia a reabertura imediata da economia e subestimava os impactos do vírus. Enquanto isso, na minha quebrada era a vida que seguia: a tabacaria funcionava normalmente, a rua sempre tinha vários grupinhos de gente conversando, pessoas faziam almoços, jantares, festas e churrascos de domingo com muitas visitas; os supermercados e as feiras estavam cheias de famílias, a quadra da escola abrigava os campeonatos de futebol intermináveis e era ocupada pelas crianças que não podiam ir à escola. Algumas pessoas aproveitavam o confinamento (do dinheiro da demissão ou do auxílio emergencial) para avançar nas obras das próprias casas. Poucas pessoas usavam máscaras. O barulho da serra elétrica utilizada para cortar azulejos, ferro e madeiras (conhecida, por metonímia, como “Makita”), era intercalado pelos gritos na quadra, pela música alta (que era muitas vezes gospel) e pelos carros de som que anunciavam a venda de gás, ovos, frutas, peixes e até inscrições na EJA [Educação de Jovens e Adultos]. No começo da pandemia, um carro dava orientações sobre como lavar as mãos e tentava nos convencer do risco de contaminação, depois sumiu, talvez tenha desistido.

Não demorei a entender que não era o negacionismo, ou não era *apenas* o negacionismo, que agia ali, mas a vida que era imparável. Muitas das minhas vizinhas e vizinhos trabalham em serviços essenciais de manutenção, transporte público e privado, limpeza pública ou terceirizada, segurança, supermercados, como empregadas domésticas, cuidadoras, enfermeiras ou em trabalhos informais, costureiras pagas por produção, vendas ambulantes ou feiras. Não tinham como ficar em casa. Muitas pessoas estavam também desempregadas e se esforçavam para preencher as vagas de entregadores e motoristas de aplicativo que, de tão concorridas, reduziram o valor pago por hora de trabalho, ignorando que a redução do pagamento, mais o

aumento do valor dos combustíveis, tornaria a atividade inviável. A inquilina do meu pai, que morava no nosso quintal, passou a “cozinhar pra fora”. Fazia comida para vender, que a filha e o genro entregavam de moto. Não tinham o que fazer com duas crianças, de 02 e 06 anos, trancadas o dia todo em casa. A pequena ficava com os olhos grudados à televisão, mas era inevitável soltar a maior para brincar na rua ou na quadra. Ainda assim, abandonaram a casa discretamente, sem avisar, na boca da noite, sem ter como pagar o aluguel e as contas, já atrasadas. Deixaram para trás um sofá, que não coube no carro de passeio que levou a mudança, em muitas viagens. Talvez eu nunca saiba onde foi parar o menininho que vinha todos os dias me pedir folhas de papel, para que a mãe o ensinasse a ler.

Neste período, a educação à distância virou um problema para muitas pessoas. A maior parte das crianças simplesmente perdeu o ano por não conseguir acompanhar as aulas online. Seja por falta de suporte familiar, seja por falta de internet de banda larga ou de um celular. Raras são as casas que possuem computadores ou tablets.

Uma vizinha, de 32 anos, estudante de pedagogia em uma faculdade particular, se viu em desespero durante o confinamento, por não saber usar um editor de texto, acessar o próprio e-mail ou utilizar a plataforma digital onde deveria subir as tarefas das aulas online. Ela fazia os trabalhos à mão, no caderno, e contava com a ajuda de suas sobrinhas e do filho para passar o texto para o computador - que ela havia conseguido recentemente, com uma irmã. Antes da pandemia, costumava digitar os trabalhos inteiros no aplicativo WhatsApp, enviar para as colegas, que colavam no editor de texto, salvavam e enviavam de volta para ela. A partir daí, ela imprimia na faculdade e entregava pessoalmente às suas professoras, até que ela mesma aprendeu a editar a versão do Word para celular — coisa que nunca nem tentei. Era esta mesma vizinha quem deveria acompanhar, sozinha, o filho de 13 anos com as lições online e cuidar da filha menor, de 4 anos, ambas as crianças confinadas em sua casa. O marido, técnico de manutenção em um hospital, continuou trabalhando.

Uma manhã, ela me enviou uma mensagem pedindo para vir para ajudar com a entrega de um relatório de estágio. Só vi a mensagem por volta da hora do almoço e, quando fui até lá, ela fazia comida, ao mesmo tempo em que lavava roupas em um tanquinho elétrico. Estava particularmente irritada, porque havia enviado o relatório por WhatsApp ao representante de classe e este, ao invés de dizer para ela que era para enviar por e-mail, havia conversado com a professora responsável, que chamou sua atenção durante a aula online. Isso tinha gerado um

pequeno atrito entre ela e seu grupo de trabalho na sala. Ela queria que eu a ajudasse a passar o trabalho do aplicativo de mensagens para o correio eletrônico.

O computador, estilo *desktop*, ficava em uma mesinha encostada na parede, e nós sentávamos de costas para mesa de jantar e para pia, na parede oposta. À nossa esquerda ficava a geladeira, em um cômodo comprido, que faz as vezes de cozinha e de sala, sem divisórias. O outro cômodo é o quarto onde dormem o casal e as crianças. Há ainda uma área externa, onde viviam quatro cachorros. O fundo da casa não tem janelas, nem no quintal, porque é voltado para o córrego que recebe nossos esgotos. A casa fica abaixo do nível da rua e tem-se acesso a ela por uma escada, que sai em uma garagem que já foi um salão de cabeleireiras onde ela trabalhava como manicure. Nas casas construídas acima da dela moram outras duas famílias. Todas as casas têm entradas independentes e formam uma construção com quatro andares.

Sentamos as duas na frente do computador. Enquanto estava tentando mostrar como abrir o WhatsApp no computador, corrigir alguns erros de digitação e de português no trabalho, salvar em PDF e anexar no e-mail, sua filha menor repetia incessantemente que queria almoçar, e o maior prestava atenção ao que fazíamos, fascinado. A televisão estava ligada em um canal que, como ela me explicou, havia sido criado para estudantes que não tivessem acesso à internet ou para as crianças menores, assim como grupos de WhatsApp, que deveriam distribuir tarefas e gerar materiais sobre os quais docentes produziram relatórios. Quando minha amiga parou para servir o almoço para a filha, percebi que este canal apresentava uma discussão entre pedagogas, que reclamavam da falta de uma política nacional para a educação básica durante a pandemia. Não sei quanto tempo durou isso tudo, mas ela mostrou uma capacidade de concentração e esforço extraordinários. Aos meus olhos era, mais uma vez, a materialização da desigualdade no Brasil¹⁸⁵.

Depois de um tempo, passamos a usar um programa de acesso remoto para ajudá-la com os trabalhos, para evitar a exposição de meu pai e minha mãe ao coronavírus, mas não encontramos alternativas para as provas e ela veio fazer-las em minha casa, que é mais silenciosa e tem uma conexão mais estável à internet. Essa vizinha foi uma das inúmeras pessoas assintomáticas contaminadas pelo coronavírus, apenas descoberto por conta dos testes feitos em toda a equipe de bolsistas (como ela) para a possível retomada (logo cancelada) das atividades presenciais do Programa Escola da Família, em setembro de 2020.

¹⁸⁵ E em particular da desigualdade digital, nos termos de Carolina Parreiras e Renata Macedo (2020).

Tudo isso acontecia e se misturava na minha cabeça enquanto tentava escrever este trabalho. Ela ia se formar em pedagogia no final de 2020, como aconteceu, mas mal conseguia usar um computador e tinha muitas dificuldades de leitura e escrita. Não conseguia ajudar o filho nos deveres da escola e estava sobrecarregada com as tarefas domésticas, da faculdade e o cuidado das crianças. Ainda assim, ajudava o pai e a mãe com toda a burocracia que agora havia se digitalizado, com a qual ela também tinha dificuldades, mas que, conforme ia se desenrolando, dava suporte a outras vizinhas. Uma rede infinita de ajuda mútua se reconfigurava mais uma vez. Rede esta que não tem a ver com nenhuma superioridade moral, mas com uma maneira de (sobre)viver, construída sobre a interdependência entre a vizinhança, que “passa o olho nas crianças” enquanto a mãe sai, que empresta mantimentos, ferramentas e utensílios, que compartilha quitutes feitos para o café da tarde ou almoço de domingo, que se reúne para “subir” um muro, limpar uma calçada ou “bater” uma laje, que acompanha em consultas médicas e socorre nas emergências. Nesse contexto, cada “se precisar de alguma coisa, pode contar com a gente”, que ouvi quando o meu pai foi internado, caracterizam uma não apenas uma rede de afetos, embora ela exista e seja forte, mas também de empatia e suporte que vai e que volta, materializada na intensa e infinita troca de pequenos serviços. Hoje eu ofereço o que amanhã posso igualmente precisar, porque a ideia de que “vizinhos têm que se ajudar” é uma característica fundante de sociabilidade periférica, que inclui igualmente todos os problemas de falta de privacidade, fofocas¹⁸⁶ e todo tipo de abusos que essas relações de suporte e certa intimidade possam vir a criar.

Ao mesmo tempo que estava contente da minha vizinha se mobilizar para ter a bolsa, para se formar, superar as faltas de acesso e tentar dar ela mesma um direcionamento para a sua vida, me entristecia uma precariedade que eu não sabia dizer se era maior do que aquelas sobre as quais eu estava escrevendo ou se estava “apenas” em um tempo diferente, com suas características particulares. Ela estudava em um *campus* em um bairro próximo ao nosso e, antes da pandemia, fazia estágio em uma creche conveniada à prefeitura, também não muito longe. A exaustão pelo longuíssimo trajeto não era uma questão e talvez não houvesse um intenso elitismo em sua sala de aula que explicitasse contrastes, embora ela tenha comentado que uma ou outra colega tinha “mais condições” que ela. Quinze anos depois, via uma dinâmica

¹⁸⁶ Sobre a construção da ideia de fofoca como forma de degradar as mulheres, ver: Sobre o significado de *gossip*, in Federici, 2019a. A fofoca também pode ser entendida como uma rede de informação/formação propriamente dita, importante para a proteção, para planejar estrategicamente o que fazer diante de situações sistemicamente perigosas/desvantajosas, para difundir elementos importantes na coesão comunitária, entre outras coisas.

absolutamente distinta das nossas experiências se organizando e resultando em uma formação muito mais precária. Assim como muito mais precários têm se tornado os contratos terceirizados docentes nas creches e escolas infantis, onde ela agora tenta se fazer contratar.

A vida se impôs. E com esse longo relato, que surge nestas páginas finais, permeado pelos sentimentos pouco otimistas gerados pelo momento em que é escrito, ressurgiu também do exercício de olhar ao redor, de se engajar nos problemas da manutenção da vida experienciados dentro de uma comunidade¹⁸⁷. Tive que interromper o correr do texto para dizer como eu mesma havia sido interrompida. O trabalho etnográfico não pode contar apenas com uma escrita do que vimos e vivemos em campo, mas precisa também do exercício de pensar sobre o que nos atravessou durante todo o percurso e sobre a própria escrita. Não poderia terminar esse texto sem retomar o que acontecia ao redor de mim neste ano e meio de escrita e de covid-19.

O “feminismo periférico”, termo não utilizado nesse texto até aqui, não se apresenta, a meu ver, como uma nova categoria classificatória de movimentos de mulheres. Ao contrário, ele se dilui e se reelabora nos diversos movimentos nos quais se inspira, seja nas maneiras de se articular nos Clubes de Mães, seja na intensa absorção do aporte teórico de intelectuais feministas negras, seja na infiltração combativa em serviços públicos, seja nas diversas faces dos movimentos culturais — sobre os quais se debruçam Danielle Oliveira (2019), Sulamita Assunção (2018) e Regiany Freitas (2018). Ele se apresenta, sobretudo, como uma reivindicação da colaboração de mulheres periféricas para o movimento feminista como um todo. Um reconhecimento de suas lutas e de seu impacto para que nas quebradas outros modos de existir e se articular fossem possíveis. Não tenho a pretensão, de nenhuma maneira, de refutar o uso do termo. Ao contrário, enquanto pesquisadora, me interessa por quem são os sujeitos que reivindicam e atribuem significado a determinadas categorias e, enquanto ativista, entendo a importância do “feminismo periférico” como um enquadramento de questões específicas das mulheres das periferias dentro da imensa diversidade de movimentos feministas possíveis. Um trabalho interessante a se desenvolver no futuro seria o de investigar o que esta autodenominação abarca e o que ela separa, quem a reivindica e quem a rejeita.

Ainda que não tenha me atido ao uso deste termo em sua especificidade, este trabalho pretendeu seguir um percurso de trajetórias feministas nas periferias de São Paulo, atentando

¹⁸⁷ No texto de Alessandra Tavares e Milena Mateuzi (2020) encontramos um recorte mais explicitamente ligado a este ponto, olhando para as articulações das redes de luta contra a fome e para a sobrecarga no trabalho de cuidar durante a pandemia.

particularmente para a entrada de outros sujeitos de conhecimento nas esferas de produção de saber, as histórias de mobilizações de mulheres nos bairros periféricos, as barreiras de acesso ao ensino superior e a incidência sobre políticas públicas. Dentro disso, me pareceu importante discutir os impactos políticos e epistemológicos da entrada de populações “outrificadas” nos circuitos de produção de saber e de um trabalho antropológico e etnográfico, realizado por sujeitos nativos do contexto social e do grupo junto ao qual o produziu. Que possibilidades se ampliam quando os sujeitos comumente alvo de interesse da Antropologia se tornam as pessoas que vão fazer Antropologia? A questão da posicionalidade, um lugar no fazer antropológico, foi o meu ponto de partida. Outros pontos de partida são ainda possíveis.

Na outra direção, explorei também o meu lugar em campo: a desconfortável posição de pessoa branca antirracista. Entendo que um debate racial importante a se fazer, a partir desta posição, é o da especificidade das nossas experiências. Precisamos ter o cuidado de nunca nos sentirmos confortáveis demais na posição de pessoa branca em uma sociedade violentamente racista, é muito importante que esta seja uma posição desconfortável, em particular em territórios racializados. Me reconhecer como branca é desconfortável porque, de alguma maneira, me aproxima do grupo ao qual pessoas antirracistas não querem estar próximas. No entanto, é igualmente fundamental para entender que a combinação de privilégio racial e alto grau de escolaridade é o que permite nossa circulação tranquila em circuitos de outras classes sociais, mas não apenas: garantem, inclusive, nossa sobrevivência, na amplitude do termo.

Me ative também aos deslizamentos de sentido do termo periferia, de seus usos políticos e acadêmicos, e da atribuição de sentido feita por diversos sujeitos a partir das quebradas, constituindo-a como um espaço de conexão, potência e (auto)identificação, mas também configurando lugares distantes, espaços de ausências e precariedade. O uso do termo periferia, enquanto ferramenta política, pode ser encontrado em documentos da década de 1970, quando as “Mães da Periferia” organizavam mobilizações e enviavam cartas a presidentes militares, reivindicando o controle dos preços dos alimentos. Ainda que esse uso se expanda com o hip hop e a literatura marginal, já nos anos 1990, a semente havia sido plantada décadas antes. Além disso, guardada a importância política e o incisivo ataque ao racismo desses movimentos construídos na seara da cultura, não passou despercebido machismo do qual estavam embebidos. De um lado a *mãe* que, de sua posição de mártir santificada, é pilar de suporte fundamental para um eu lírico masculino, de outro as *mulheres vulgares*, das quais apenas se espera traição e interesse econômico, e às quais é atribuída a condenação moral pela

mercantilização da sexualidade. Neste universo de homens, as mulheres artistas tinham e têm ainda muita dificuldade em conseguir reconhecimento por seus trabalhos.

As histórias lidas aqui têm muitos pontos de contato com a minha própria. Compartilho com outros sujeitos uma determinada experiência e construo a base da reflexão aqui proposta a partir desta posição e das trocas com estas pessoas. Não somos um sujeito coletivo hermético, uma espécie de tipo ideal ou mito fundador, somos uma miríade de sujeitos femininos vivendo nas periferias de uma cidade imensa, pela qual nos movimentamos. Este trabalho consistiu em levantar algumas de nossas experiências de prefiguração e de multiplicidade, nossas reflexões sobre o nosso entorno e nossas tentativas de intervenção sobre nossas realidades.

Foi nos “rolês” da militância na Zona Leste, que encontrei algo que se tornou um “problema” de pesquisa. Ao nos encontrarmos, eu não estava “em campo”, eram os nossos encontros de amizades e engajamentos. E, acompanhando o desenrolar das nossas vidas, descobri uma trajetória comum, que é também a minha, que passa por um percurso educacional muito particular. Nesse meio também, vamos descobrindo o movimento de mulheres de décadas anteriores, de como haviam sido conseguidos alguns equipamentos públicos nos nossos territórios e dos quais fazíamos uso. Não necessariamente somos filhas de alguém que estava lá, engajada nas reivindicações, mas somos suas herdeiras e suas histórias também nos atravessam. Com isso, fomos percebendo que o que havia acontecido ali, durante a década de 1980, era uma construção de uma noção de direitos, nas quais se reivindicavam como sujeitos de direitos. Naquele momento, sua organização em Clube de Mães, à primeira vista poderia reforçar uma ideia muito específica sobre o lugar das mulheres na sociedade, como mães e donas de casa. No entanto, o que se viu foi a organização de uma imensa luta por direitos sociais, estendida aos diversos sujeitos que habitavam as periferias, que incluía a demanda por creches, escolas, acesso a saúde e controle da inflação sobre os alimentos, reconfigurando um movimento que, de início, parecia ter interesses apenas caritativos e de estudo bíblico. Dessa perspectiva, a figura da *mãe* se transforma em um sujeito político legítimo na luta por direitos sociais, que reverbera nas gerações seguintes.

A gramática dessa articulação, a luta por direitos sociais, e não “apenas” o direito das mulheres, cria um distanciamento entre o que elas faziam e o que era entendido como movimento feminista. As Mães da Periferia, como assinam em algumas de suas cartas, estavam defendendo os direitos das famílias pobres, de toda a comunidade em que suas famílias estavam também inseridas, que queria ter acesso àquelas demandas de creches, escolas, acesso a saúde

e controle da inflação sobre os alimentos. Não eram as demandas “tradicionais” feministas, mas discursos que demandavam direitos que incluíam as mulheres, embora não fossem exclusivos a elas.

Muitos serviços públicos nas periferias foram conquistados por incansáveis lutas de moradoras e moradores que, desde os anos de 1970, reivindicavam moradia, creche, saúde, escolas, hospitais, transporte, melhores condições de infraestrutura urbana, etc¹⁸⁸. Tais movimentos, principalmente durante a redemocratização do país, foram vistos como uma vanguarda política, como experiências de democracia direta. No entanto, o que trabalhos realizados nos anos de 1990 e 2000 nos mostram é que tais movimentos, embora tenham conquistado inegável melhoria de condições de vida nas periferias ampliando acesso a direitos, não conseguiram ter impactos estruturais significativos no sentido de diminuir desigualdades. Assim, Gabriel Feltran aponta para uma “entrada subalterna” da periferia na política (Feltran, 2008). Em outras palavras, muitos desses movimentos se institucionalizaram para executar serviços públicos, a partir de convênios com a prefeitura principalmente, sendo então incorporados pela burocracia do Estado. Desta maneira, quando minha interlocutora Keli fala que o CDCM, por ser uma política pública, está burocratizado e enrijecido, está fazendo coro com tantas outras profissionais desses serviços com engajamento político nas quebradas: está reclamando de suas limitações enquanto sujeito político que pode enquadrar e denunciar o Estado a partir de uma posição ao mesmo tempo privilegiada e precária, já que dele também faz parte.

Nesse meio tempo, o movimento feminista de classe média também se institucionaliza, ocupando postos nos conselhos de direitos da mulher e compondo a assembleia constituinte, em 1988. Alguns daqueles direitos batalhados nos anos 1970 entram para o texto da lei neste momento (Teles, 1993; Pinto, 2003). No entanto, mesmo o acesso a estes direitos não se efetiva totalmente. De maneira que, nos anos que se seguem, a militância continua sendo necessária tanto para a implantação de direitos adquiridos quanto para sua ampliação e as militantes vão atuar em governos, na administração pública e no terceiro setor. É neste lugar que estão algumas de minhas interlocutoras, atuando na ponta dos serviços públicos, que é também um lugar de tensão e de contínua mobilização, lidando com a dureza do cotidiano. Nos postos onde as

¹⁸⁸ Além do recorte feito no capítulo 2, ver também: Kowarick, 2009.

políticas se elaboram estão as feministas de classe média e alta, na ponta dos serviços as de classe popular, atuando em realidades e de modos diferentes.

As mulheres com quem trabalho aqui, que estão nessa ponta, são filhas de uma geração de mulheres que, de algum modo, entendia a educação como uma chance de alcançar outras formas de profissionalização. Ainda que o acesso possível à formação acadêmica não tenha resultado na ascensão econômica com a qual suas famílias talvez contassem, oferece uma abertura de mundo e a possibilidade de criar uma circulação outra no mundo. Uma ideia de valorização da educação refletiu em um esforço de acesso para a geração que se seguia, ideia esta que é também herdeira de uma prática de educação popular, que formula um modo de ver e intervir no mundo, ligada à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base e à esquerda católica em geral. A ideia de grupos de estudos nas igrejas, de pesquisas para levantar os problemas da comunidade, de entender o funcionamento da máquina pública para intervir sobre ela, estão embutidas neste projeto religioso que faz a “opção pelos pobres”, se engaja no combate às desigualdades sociais e é crítico à conformação desigual da nossa sociedade.

Os movimentos sociais contemporâneos, em particular os movimentos das periferias, possuem outras perspectivas e modos de atuação — com uma produção intelectual e artística intensa¹⁸⁹, uma denúncia muito mais forte do racismo e uma crítica ao Estado enquanto perpetrador de violências e não como um garantidor de direitos — e simbolizam uma ruptura, justamente por serem produto dessas lutas anteriores.

Contudo, afastando-me de uma noção de Estado monolítico e impermeável, é necessário chamar a atenção para o que acontece no cotidiano dessas *margens do Estado* (Das, Poole; 2004). O CDCM, mesmo burocrático, enrijecido e, sobretudo precarizado, ainda é um espaço importante, também para as trabalhadoras. Elas se desdobram, fica explícito o esforço em não apenas driblar a burocracia e a precariedade, mas também em enfrentar destinos pré determinados que recaem sobre mulheres pobres, moradoras das periferias, sobretudo sobre as mulheres negras.

¹⁸⁹ Como destacado por Teresa Caldeira (2020) em pesquisa recente.

Referências

Bibliográficas

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Tese (Doutorado em Sociologia) IFCH, Unicamp, Campinas. 2010.

ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. Seção Tradução, 2018.

ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: R. Fox (ed.), **Recapturing anthropology**. Santa Fe: School of American Research Press, 1991.

ADERALDO, Guilherme A. Reinventando a "cidade": disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de "coletivos culturais" em São Paulo. Orient. Heitor Frúgoli Jr. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. From shame to visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 33, Dec. 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres. **Nexo Jornal**. Seção Ensaio. 06 de março de 2016.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMÍREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

AMARAL, Mayara. Trânsitos educacionais na Brasilândia, Zona Norte de São Paulo. **Le Monde Diplomatique**. Série: PERIFERIAS DE SÃO PAULO: COTIDIANOS, CONFLITOS E POTÊNCIAS. 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/transitos-educacionais-na-brasilandia-zona-norte-de-sao-paulo/>. Acesso em 15/04/2021.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ASSUNÇÃO, Sulamita Jesus de. **Quebradas feministas**: estratégias de resistência nas vozes das mulheres negras e lésbicas negras da periferia sul da cidade de São Paulo. Orient. Carla Cristina Garcia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PEPG/PUC-SP, São Paulo, 2018.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região Sul (SP). **Cadernos Cedem**, Marília, 2011.

BALBINO, Jéssica. **Pelas Margens**: vozes femininas na literatura periférica. Orient. Monica Graciela Zoppi Fontana. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Labjor/IEL/Unicamp, Campinas, 2016.

BALDRAIA, Fernando. **Time Between Spaces**: The Black Atlantic And The Recent Brazilian Historiography Of Slavery. Orient. Debora Gerstenberger. Tese (Doutorado) - Departamento de História e Estudos Culturais, Freien Universität Berlin, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi. Tithi Bhattacharya: O que é a teoria da reprodução social? **Esquerda online**. 08 de março de 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/> Acesso em 15/12/2020.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BIRMAN, Patricia. Apresentação. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Sanctis (orgs). **Sobre Periferias**: Novos Conflitos no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOLOGNA, Paula Cristina Corrêa. **Narrativas, “espaço” e dádivas**: A conformação de um Movimento de luta por moradia. Orient. Marcos Lanna. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - CECH-Ufscar, São Carlos, 2018.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu** (20), 2003.

BONETTI, Alinne de Lima. **Entre Feministas e Mulheristas**: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre. Orient. Miriam Pillar Grossi. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFSC, Florianópolis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora e as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes. 1997.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (62/63) 69-72, juin 1986.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, n. 26, pp. 329 -376, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.

CADERNOS DO CEDI. **O Caminho da Escola** – Luta Popular pela Escola Pública, São Paulo, 1986.

CALDEIRA, Teresa. Uma geração emergente de cientistas sociais e produtores culturais. **Le Monde Diplomatique**. Série: PERIFERIAS DE SÃO PAULO: COTIDIANOS, CONFLITOS E POTÊNCIAS. 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/uma-geracao-emergente-de-cientistas-sociais-e-produtores-culturais-2/>. Acesso em 15/04/2021.

CALDEIRA, Teresa. Gênero Continua a Ser o Campo De Batalhas - Juventude, Produção Cultural e a Reinvenção do Espaço Público em São Paulo, **Revista Usp**, São Paulo, 2014.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

- CALDEIRA, Teresa. Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana. **Novos Estudos Cebrap**, 1997.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 2010.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: Cardoso, Ruth (org). **A Aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CARMO, Íris Nery do. O rolê feminista: autonomia e política prefigurativa no campo feminista contemporâneo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 57, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, pp. 117-133, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTRO, Sílvia Regina Lorenso. Elizandra Souza: escrita periférica em diálogo transatlântico. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, 2016.
- CENTRO DE ESTUDOS PERIFÉRICOS. **Agenda Propositiva das Periferias**. Relatório de pesquisa da primeira etapa. Texto não publicado. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/UNIFESP, 2019.
- CENTRO DE ESTUDOS PERIFÉRICOS. **Projeto de pesquisa Agenda Propositiva das Periferias**. Texto não publicado. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Universidade Federal de São Paulo/CEP, 2018.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORREIA, Ana Paula de Santana. **Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo**. Orient. José Carlos Gomes da Silva. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – ELFCH/Unifesp, Guarulhos, 2015.
- CORREIA, Ana Paula de Santana. Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.
- COSTA, Taline de Lima. **Desigualdades educativas no acesso ao ensino superior: um estudo de caso sobre a democratização entre os campi da Unifesp**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Orient. Graziela Serroni Perosa. EACH/USP, São Paulo, 2015.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In VV AA **Cruzamento raça e gênero Brasília Unifem** 2004.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 1991.

CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Sanctis (orgs). **Sobre Periferias: Novos Conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

CUNHA, Juliana. Festa em Piscina Vazia. **Já Matei por Menos**. 23 de março de 2016. Disponível em: <http://julianacunha.com/blog/festa-em-piscina-vazia/>. Acesso em 25/04/2019.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a Definição dos Conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, 2020b.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **40 ideias de periferia**. São Paulo: Dandara: 2020a.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Orient. Vera da Silva Telles. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. A USP da periferia: a participação política contribuindo para desconstruir as lógicas espaciais. **GEOFRONTER**, 2019.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. **As escolas privadas da periferia de São Paulo: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - FE/USP, São Paulo, 2018.

Das, Veena; Poole, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: Das, V; Poole, D (orgs). **Anthropology in the Margins of the State**. School of American Research Press, James Currey Ltd, Nuevo México, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça, classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Org.). **Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2006.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus indicando as principais dificuldades para as trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia**. Estudos e Pesquisas. n. 96, abr, 2020.

DIOME, Fatou. **O ventre do Atlântico**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

DORLIN, Elsa. **Sexe, genre et sexualités: introduction à la théorie féministe**. Paris: Presses universitaires de France, 2008.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, Ruth (org). **A Aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulher, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia**: histórias de movimentos sociais em São Paulo. Orient. Evelina Dagnino. Dissertação (mestrado em Ciência Política) - IFCH/Unicamp, Campinas, 2003.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2010.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 44, junho, 2015.

FERREIRA, Reuberson Rodrigues. Papa Francisco, e o método? Considerações sobre método ver-julgar-agir utilizado pelo Papa Francisco. **Pensar - Revista Eletrônica da FAJE**, 2016.

FERREZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Labortexto: 2000.

FORMIGA. Resenha Racionais MCs 1994 parte III. **Revista Fala Guerreira**, São Paulo, n. 3, p. 46, mar. 2016.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. **Manifesto Periférico Pela Lei de Fomento à Periferia**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/p/manifesto-periferico.html>. Acesso em 25/04/2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I. A vontade do saber**. S. Paulo: Graal, 2010.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação Racial em São Paulo**: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. Tese (doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, SP, 2017.

FREITAS, Regiany Silva de. **Histórias de mulheres da periferia**: construindo identidades discursivas de (re)existência. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - PEPG/PUC-SP, São Paulo, 2018.

FRÚGOLI JR. Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 2005.

GAMA, Fabiene, A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, II | 2020.

GARCIA, Carla. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GEP-URPLAN/REDE MULHER. **Que história é essa?** Clube de Mães e grupos de mulheres de São Paulo, n. 3, out. 1985.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

GOMES, Katia Ramalho. Ser periférico: trajetórias materiais, perspectivas simbólicas. **Le Monde Diplomatique**. Série: PERIFERIAS DE SÃO PAULO: COTIDIANOS, CONFLITOS E POTÊNCIAS. 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ser-periferico-trajetorias-materiais-perspectivas-simbolicas/>. Acesso em 15/02/2021.

GONÇALVES, Juliana. Nos 11 anos da Lei Maria Penha, São Paulo vê o desmonte de serviços voltados às mulheres. **Saúde Popular**. 08 de agosto de 2017. Disponível em <https://saude-popular.org/2017/08/nos-11-anos-da-lei-maria-penha-sao-paulo-ve-o-desmonte-de-servicos-voltados-as-mulheres/>. Acesso em 01/04/2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo, Perspectiva, 2020.

IPEA-FBSP. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em 25/05/2020.

JESUS, Maria Carolina. **Casa de Alvenaria – Diário de uma ex-favelada**. São Paulo: 1961.

JESUS, Maria Carolina. **Quarto de Despejo - Diário de Uma Favelada**. São Paulo: Ática, 2006.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 2010.

KHEMILAT, Fatima. L’expérience des racisées em milieu universitaire: entre resistance, agency et lutte pour la légitimité. Comunicação apresentada em mesa redonda no **7e Congrès international des recherches féministes francophones** (CIRFF2015). Université du Québec à Montreal, Canadá, agosto de 2015. Disponível em: <https://youtu.be/ID0V-12Dp6E>. Acesso em 27/04/2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, 1994.

KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: E. 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)**, São Paulo: Ed. 34, 2011.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude e colonialidade do saber. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, 2014.

LADEIRA, Thatiane Coghi. Sexualidade e ruptura de vínculos familiares: a importância do serviço social na atenção às mulheres em situação de violência. **Fazendo Gênero** 10, Florianópolis, 2013.

LADEIRA, Thatiane Coghi. **A decadência do espaço social e subjetivo da dor: um estudo sobre o luto de morte com famílias do Lajeado**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Orient. Marta Silva Campos. PEPG/PUC-SP, 2014.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (orgs). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2017.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado**. Orient. Heloísa Buarque de Almeida. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2019.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalhadoras e Consumidoras: transformações do emprego doméstico na sociedade brasileira. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, 2015a.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex)empregada doméstica. **Mediações**, Londrina, 2015b.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos, **Anuário Antropológico**, II | 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, dez. 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Trajetos e trajetórias – uma perspectiva da antropologia urbana. **Revista sexta-feira** n.8 – periferia, 2006.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**. 2006.

MALUF, Sonia. A Antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. **Ilha Revista de Antropologia**, UFSC, Florianópolis, 2010.

MALVASI, Paulo Artur. Quebrada: etnografia das dobraduras do tráfico de drogas em periferias de São Paulo. **37ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**. 2012.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. A recalcitrante importância da periferia para o debate sobre as condições metropolitanas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, Caxambu MG. Campinas: ABEP, 2000.

MATTAR, Viviane. **Moralidades em torno do Programa Bolsa Família, gênero e alimentação**: um estudo de caso a partir de uma favela no Rio de Janeiro. Orient. Rogério Lopes Azize. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 2019.

MATEUZI, Milena. **Margem adentro**: políticas sociais, sujeitos e resistências na zona sul de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

MCINTOSH, Peggy. White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to see Correspondences Through Work in Women's Studies. Working Paper 189, **Wellesley Centers for Women**, Wellesley, MA, 1988.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. **Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo**: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. Orient. Maria da Glória Marcondes Gohn. Tese (doutorado em Educação) - FE/Unicamp, Campinas, SP, 2017.

MEDEIROS, Jonas. Mudanças estruturais em contrapúblicos da Zona Leste de São Paulo: do "feminismo popular" ao "feminismo periférico". **42º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2018.

MEDEIROS, Jonas. O associativismo de mulheres na Zona Leste da cidade de São Paulo. **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Porto Alegre, 2015.

MEDEIROS, Jonas. O Feminismo Periférico na Zona Leste de São Paulo: a centralidade da questão racial para o ativismo de mulheres jovens. **40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2016.

MELO, Sheyla. **Amandla**: Um grito de guerra de Richard David Manuel Junior. Orient. Eduardo Nunomura Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Jornalismo) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2019.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1984.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary, On Humanism and the University - The Discourse of Humanism**, Spring - Autumn, 1984.

MONCAU, Gabriela. **"Nóis por nós"** como luta constante: uma etnografia das mulheres da Ocupação Esperança. Orient. Heloisa Buarque de Almeida. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia**: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Humanitas-Fapesp: São Paulo, 2017.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e Perspectivas. **Cadernos Pagu**, 2014.

MOUTINHO, Laura; ALVES, Valéria; MATEUZI, Milena. **Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo**: visibilidade e afeto na cena negra paulistana. Revista Tomo, 2016.

NAKANO, Anderson Kazuo. As Desigualdades Diante da Covid-19 Relacionadas com os Modos de Viagens, Atividades e Vínculos Empregatícios dos Moradores do Município de São Paulo. Setembro de 2020, no prelo.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista De Antropologia**, 2019.

NERY, Marcelo Batista; SOUZA, Altay Alves Lino de; ADORNO, Sergio. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. **Estudos avançados**, São Paulo, dez. 2019.

OLIVEIRA, Danielle Regina. **Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo**: feminismo periférico e fronteiras políticas. Orient. Bárbara Geraldo de Castro. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2019.

OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni de. **Paroles et représentations** : récits de prostitution migrante et le “féminisme pute”. Orient. Éric Fassin. Dissertação (Master 2 em Sciences Humaines et Sociales - Genre(s), pensées des différences, rapports de sexe). Université Paris 8 - Vincennes-Saint Denis. 2015.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata Mourão. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. **BOLETIM ANPOCS - SEMANA 7** | de 04/05 a 08/05/2020. Boletim N. 36 | Publicado em 08/05/2020.

PEÇANHA, Érica. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. **Revista Rua**, Campinas, nov. 2010.

PEÇANHA, Érica. **É tudo nosso!** Produção cultural na periferia paulistana. Orient. Júlio Assis Simões. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

PEÇANHA, Érica. **Vozes marginais na literatura**. Coleção Tramas Urbanas - Literatura da Periferia Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

PEIRANO, Mariza. Identifique-se! O caso Henry Gates vs. James Crowley como exercício antropológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2011.

PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, 2009.

PEIRANO, Mariza. Pecados e virtudes da Antropologia. Uma reação ao problema do nacionalismo metodológico. **Novos Estudos Cebrap**, 2004.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, 2014.

PEIRANO, Mariza. When anthropology is at home: the different contexts of a single discipline. **Annual Review of Anthropology**. 1998.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, 2010.

PEROSA, Graziela; COSTA, Taline. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. **Educação e sociedade**, v. 36, p. 117-137, 2015.

PIERUCCI, Antonio; CAMARGO, Candido.; CARDOSO, Ruth. Dossiê: Comunidades Eclesiais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, abr. 1982.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, 2002.

PONTES, Heloísa. Inventário sob forma de fichário. Paixão e compaixão: militância e objetividade na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, dez. 1993.

PRINS, Baukje. Narrative accounts of origins A Blind Spot in the Intersectional Approach? **European journal of women's studies**, 2006.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **Salve Quebradas! Defendendo O Óbvio: A Lei De Fomento A Cultura Das Periferias**. XV SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, 2017a.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. Orient. Manoel Fernandes de Sousa Neto. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2017b.

RAMOS, Izabela Nalio. **Entre “perifeminas” e “minas de artilharia”**: participação e identidades de mulheres no hip hop e no funk em São Paulo. Orient. Heloisa Buarque de Almeida. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

RAMOS, Jesser. “É só pra pessoas LGBTQs isso daqui?”: a produção de espaços visíveis e abertos como formas de fazer política pela Casa 1. **EntreRios** – Revista do PPGANT -UFPI -Terresina • Vol. 2, n. 1 (2019).

REDE NOVA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.nossasaopaulo.org.br/arqs/mapa-da-desigualdade-completo-2016.pdf>. Acesso em 29/04/2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo Negro?** São Paulo: Cia das letras, 2018.

ROMIO, Jackeline. A Vitimização De Mulheres Por Agressão Física, Segundo Raça/Cor No Brasil. In: Marcondes, Mariana; Pinheiro, Luana; Queiroz, Cristina; Querino; Ana Carolina; Valverde, Danielle. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, Apr. 2006.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política do sexo. In: **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAGGESE, Gustavo Santa Rosa et al (orgs). **Marcadores sociais da diferença**. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma, 2018.

SALGUEIRO, Bruna. **Estria**. São Paulo: publicação independente, 2018.

SANTIAGO, Luiz Paulo Ferreira. A potencialidade transgressora da estética funkeira. **Le Monde Diplomatique**. Série: PERIFERIAS DE SÃO PAULO: COTIDIANOS, CONFLITOS E POTÊNCIAS. 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-potencialidade-transgressora-da-estetica-funkeira/>. Acesso em 15/04/2021.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2015.

SANTOS, Giselle Cristina Anjos. **Mulheres Negras em Cuba**: Representações sociais em tempos de crise (1990-2002). Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero e Teoria Feminista). PPGNEIM/UFBA, Salvador, 2013.

SANTOS, Giselle Cristina Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Revista Gênero**, 2016.

SANTOS, Giselle Cristina Anjos. **Somos todas Rainhas**. Associação Frida Kahlo e Articulação Política de Juventudes Negras; São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-led.pdf>. Acesso em 29/04/2019.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sergio, (org.) (1999). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1995.

SILVA, Marisilda. **Escritos guardados**: sobre a experiência de participação e luta social do Movimento de Saúde da Zona Leste. Tese (Mestrado em Ciências da Saúde). EPE/UNIFESP, São Paulo, 2014.

SILVA, Renata Carvalho da. **História da Casa Viviane**. 4 pp., 2014.

SILVESTRE, Helena. **Notas sobre a fome**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. "**A filha da Dona Leci**": estudo da trajetória de Leci Brandão. Orient. Heloisa Buarque de Almeida. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

SOUSA, Renata A. **Um teatro com consciência de Classe**: a produção estético-política dos grupos Ói Nós Aqui Traveiz e Engenho Teatral. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PPGCS-Unifesp, Guarulhos, 2018.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: **O efeito etnográfico**. Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, Marilyn. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da Antropologia. **Mediações**, Londrina, 2009.

TAVARES, Alessandra e CARMO, Milena Mateuzi. "Dar conta": cuidado, afeto e redes de ativismo em tempos de pandemia. **Boletim Especial**: A questão étnico-racial em tempos de crise. Anpocs, n. 37 - 29/12/2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1993.

TELLES, Vera da S.; CABANES, Robert (org). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios / São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP, 1988.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. **VII Encontro Nacional da ANPUR**. Recife, maio de 1997.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2a. Ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, Abr. 2011.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, CosacNaify, 2012.

Audiovisuais

ALMEIDA, Heloisa Buarque; LIMA, Marcia; SIMIONI, Ana Paula C. **Ideias - Os impactos desiguais da COVID-19**. Sesc São Paulo, 24/05/2020. Disponível em: <https://youtu.be/B0Sz5WUPhcs>. Acesso em 25/05/2020.

ALMEIDA, Iara; CARDOSO, Vera (prod). **Carolina De Jesus**. Programa de TV. Nação. Rio Grande do Sul: TVE. 50min. Color., 2015. Disponível em: <https://youtu.be/E5V8SvEN2II> (Parte 1) e <https://youtu.be/EDYxWzhlFfw> (Parte 2). Acesso em 14/03/2021.

ALVO VÍDEO ALL. **Jongo dos Guaianás**. Documentário. Color: 33 min, Brasil, 2014. Disponível em: https://youtu.be/qrg_Pm83GYI. Acesso em 27/04/2020.

ARAMÁ COMUNICAÇÕES. **UM POVO DE LUTA: Movimento de Saúde da Zona Leste**. Documentário. Canal Futura e Aramá Comunicações, color: 15 min, Brasil, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/Zeo-Gl2SHjs>. Acesso em 25/05/2020.

BOFFETTI, Valdir (dir). **Itaim Paulista - Histórias da Pedra Pequena**. Série: História dos Bairros de São Paulo. Documentário. Color., 26 min., Brasil, 2005. Disponível em: <https://youtu.be/9Uoxo37aP3w>. Acesso em 29/04/2019.

COLETIVO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Nós, Carolinas**. Documentário. Color., 17 min., Brasil, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/firLn02imCM>. Acesso em 14/03/2021.

CPDOC Guaianás - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás. **Memórias do Carnaval**. Documentário. Color., 9 min., Brasil, 2019. Disponível em: https://youtu.be/B_tc771QnYs. Acesso em 27/04/2020.

FASSIN, Éric. As Cores do Antirracismo - Parte I. **32ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Disponível em: <https://youtu.be/Yo2vqhKLIV8>. Acesso em 14/03/2021.

FREITAS, Jô. Escrevo por vingança. **Manos e Minas**. Programa de TV. São Paulo: TV Cultura, 20 de abril de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/OpAfZT7SFMQ>. Acesso em 25/05/2020.

GAY, Amandine. **Ouvrir la voix. Documentario**. Color., 122 min., França, 2017. Disponível em: <https://vimeo.com/ondemand/ouvrirelavoix>. Acesso em 14/03/2021.

GRITAR O SILÊNCIO. Color, 2 min., Brasil, 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/146804090>. Acesso em 14/03/2021.

KNUP, Marina. **Viver para lutar** - Episódio 1 Punk, Anarquismo e Feminismo: As Minas dos anos 90. Documentário. Anarcofilmes Produções, color., 86 min., Brasil, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/nMRd4nh3tm0>. Acesso em 29/04/2019.

MINCHONI, Tatiana; FAUSTINO, Deivison; DAVID, Emiliano de Camargo; SILVA, Gleicy. **Gênero e desigualdades** - aula aberta: Periferias, resistência e saúde mental. Organização: Regina Facchini e Carolina Parreiras. 19/05/2020. Disponível em: https://youtu.be/xy2pnQt_Ffk. Acesso em 25/05/2020.

MOREIRA, Jéssica. **Uma nova narrativa de mulheres da periferia** | Jéssica Moreira | Girl's Talk Capão Redondo. Plan International, Catalize Lab, color., 13 min. Disponível em: <https://youtu.be/OOdinuHhqdk>. Acesso em 14/03/2021.

MUYLAERT, Ann (dir.). **Que horas ela volta?** Produção Globo Filmes, Gullane Filmes e África Filmes. Color: 114 min., Brasil, 2015.

RODRIGUES, Day; OGASAWARA, Lucas (dir.). **Mulheres Negras: Projeto de Mundo**. Documentário. Dayane Rodrigues Produções. Color., 25 min, Brasil, 2016.

TEIXEIRA, Jacqueline. Pentecostalismo e as novas disputas pelos direitos humanos. **Ciclo de Debates Periferias Urbanas**. Universidade Federal de Uberlândia. 24 set 2020. Disponível: <https://youtu.be/1LKRtyRK3ag>. Acesso em 06/01/21.

VICENTE, Juliana (dir.). **LEVA**. Produção: Preta Portê Filmes. Documentário, color., 55 min, Brasil, 2011.

Artigos de Imprensa

AMARAL, Michelle. Teatro popular contra a privatização da cultura. **Jornal Brasil de Fato**, 13 de abril de 2011. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/farra-rebelede-coletivo-dolores-contra-shell/>. Acesso em 27/04/2020.

CASTANHO, Laura. Um dos fundadores do cursinho popular da PUC-SP morre por coronavírus aos 47 anos. **Folha de S.Paulo**, 10 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/um-dos-fundadores-do-cursinho-popular-da-puc-sp-morre-por-coronavirus-aos-47-anos.shtml>. Acesso em 14/03/2021.

FERRAZ, Adriana; DIÓGENES, Juliana. Morador do Alto de Pinheiros vive 25 anos mais que o de Cidade Tiradentes. **O Estado de S. Paulo**, 01 de setembro de 2016. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,morador-de-pinheiros-vive-25-anos-mais-que-o-de-cidade-tiradentes,10000073357>. Acesso em 29/04/2019.

FERREIRA, Luiz Carlos. Santo Dias é assassinado durante piquete em São Paulo. Banco de Dados Folha. F5 - Saiu no NP. **Folha de S.Paulo**, 20 de maio de 2015. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2015/05/1630975-santo-dias-e-assassinado-durante-piquete-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 23/02/2021.

LIMA, Lívia. Pesquisadoras das periferias sugerem coletividade para mulheres. **Nós, mulheres da periferia**. 23 de setembro de 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/pesquisadoras-das-periferias-sugerem-coletividade-para-mulheres/>. Acesso em 17/02/2021.

LIMA, Lívia. Mulheres criam campanha contra machismo na cena cultural periférica. **Nós, mulheres da periferia**. 26 de novembro de 2015. Disponível em:

<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/mulheres-criam-campanha-contra-machismo-na-cena-cultural-periferica/>. Acesso em 24/04/2019.

MARTINELLI, Flávia. Maior movimento feminino contra ditadura veio de clube de mães da periferia. **Blog Mulherias – Universa**. 30 de março de 2019. Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/03/30/maior-movimento-feminino-contra-ditadura-veio-de-clube-de-maes-da-periferia/>. Acesso em 24/04/2019.

MENDES, Rebeca. Abortei na Colômbia porque o governo brasileiro falhou comigo. **El Pais**, 02 de janeiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/22/politica/1516635417_390008.html. Acesso em 14/03/2021.

MOREIRA, Jéssica; LIMA, Lívia; OLIVEIRA, Semayat. Série Na Periferia da Saúde – série de reportagens. **Nós, Mulheres da Periferia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/na-periferia-da-saude/>. Acesso em 04/12/2020.

MOREIRA, Jéssica. Que horas ela volta? e os sonhos de minha mãe para mim. **Nós, mulheres da periferia**. 10 de setembro de 2015. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/que-horas-ela-volta-e-os-sonhos-de-minha-mae-para-mim/>. Acesso em 15/12/2020.

NORONHA, Rayane. Por que a Justiça Reprodutiva é relevante para a luta pelo fim da violência contra as mulheres? **Catarinas**. 30 de novembro de 2016. Disponível em: <https://catarinhas.info/justica-reprodutiva-e-relevante-para-a-luta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em 14/03/2021.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Documentário Nós, carolinas- vozes de mulheres da periferia está online. **Nós, mulheres da periferia**. 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/doc-nos-carolinas-vozes-de-mulheres-da-periferia-online/>. Acesso em 24/04/2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Mulheres pró-Bolsonaro: Grupo no Facebook revela medo da ditadura da baranga. **The Intercept**. 2 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/02/mulheres-pro-bolsonaro-feminista-antifeminino/>. Acesso em 15/12/2020.

SALVADORI, Fausto. Santo Dias: uma morte da ditadura que a democracia deixou impune. **Ponte Jornalismo**. 01 de novembro de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/santo-dias/>. Acesso em 23/02/2021.

SILVA, Ariane; MARTINELLI, Flávia; CARDOSO, Monise; ALVES, Isabela. Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência. **Revista Azmina**. 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/>. Acesso em 15/12/2020.

VELOSO, Lucas. De ruas numeradas a rapper de sucesso, Cohab 1 celebra 42 anos com livro histórico. **Agência Mural**. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/de-ruas-numeradas-a-rapper-de-sucesso-cohab-1-celebra-42-anos-com-livro-historico/>. Acesso em 23/02/2021

VICE BRASIL. Secretário de Cultura de SP ameaça ‘quebrar a cara’ de agente cultural em reunião. **Revista Vice**. 30 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/nej83k/andre-sturm-cultura-de-sp-ameaca-quebrar-a-cara-de-agente-cultural>. Acesso em 24/04/2019.

VICENTIN, Carolina. As mulheres mais exploradas: Como as famílias reproduzem um ranço escravista. **Revista Azmina**. 06 de março de 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/as-mulheres-mais-exploradas-como-as-familias-reproduzem-um-ranco-escravista/>. Acesso em 24/04/2019.

Anexos

Anexo I – Roteiro de entrevista

As entrevistas foram realizadas em forma de conversa, este roteiro é apenas orientativo.

- Qual seu nome e sua idade?
- Onde você mora? Desde quando? Onde você morou antes?
- De onde é sua família? Onde nasceram sua mãe e seu pai? Como se conheceram?
- Quais foram as cidades e bairros que moraram até você nascer? Você tem irmãs e irmãos? Onde moram?
- Qual sua formação e profissão?
- Qual a sua atividade profissional hoje? Quais tipos de emprego você já teve? (Trajetória, cidade, trabalho e tempo de deslocamento)
- Qual foi seu percurso escolar e acadêmico? O fato de ser uma mulher nascida e moradora da periferia incidiu de algum modo em teu percurso acadêmico?
- Qual sua relação com seu bairro?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito por morar em um bairro da periferia?
- Você em algum momento "descobriu-se periférica"? Se sim, como se deu essa passagem?
- O que você pensa sobre a periferia hoje? Como você a vê ou analisa?
- Você faz parte de algum coletivo? Que tipo de atuação militante você tem?
- O que você pensa sobre a articulação dos coletivos culturais hoje?
- Você se considera feminista? Por quê? De onde vem essa identificação?
- O que é feminismo periférico pra você?

Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezada,

Esta pesquisa de mestrado é sobre “**Movimentos feministas nas periferias de São Paulo**” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Shisleni de Oliveira-Macedo da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida. O objetivo principal é realizar uma pesquisa que aprofunde o conhecimento sobre trajetórias e organizações de mulheres nas periferias urbanas paulistanas na contemporaneidade.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de uma entrevista narrativa com tempo médio de duração de 1-2 horas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicá-lo em forma de dissertação de mestrado, assim como em revistas científicas nacionais e/ou internacionais.

Informamos que a entrevista pode apresentar alguns riscos como invasão de privacidade, desconforto emocional ao responder questões sensíveis, divulgação de dados confidenciais e interferência na vida e rotina da entrevistada. Entretanto são tomadas algumas medidas que podem amenizar tais riscos, como garantir o acesso das participantes à pesquisa e aos resultados obtidos, garantir a privacidade do espaço onde serão realizadas as entrevistas e garantir a liberdade de não responder a questões que provoquem algum desconforto.

Tendo em vista que a pesquisa propõe destacar a importante contribuição de mulheres periféricas para a construção de um pensamento feminista contemporâneo crítico e antirracista, seu nome poderá ser citado nas publicações, estando a pesquisadora disponível para a retirada de seu nome ou eventuais retificações de dados, caso seja seu desejo.

A senhora não terá gasto algum, mas também não terá nenhuma compensação financeira pela participação. Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, penalidade ou prejuízo.

A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa pelo email: shisleni@usp.br ou telefone (11) 974267219.

Nome da pesquisadora responsável

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos, divulgação em eventos e publicações.

São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

Nome da participante da pesquisa

Assinatura da participante da pesquisa